



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PHYSICAMENTE VIGOROSOS

Medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba
(1913-1942)

AZEMAR DOS SANTOS SOARES JÚNIOR

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury
Linha de Pesquisa: História da Educação

JOÃO PESSOA – PB
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PHYSICAMENTE VIGOROSOS

Medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)

AZEMAR DOS SANTOS SOARES JÚNIOR

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury
Linha de Pesquisa: História da Educação

JOÃO PESSOA – PB
2015

S676p Soares Júnior, Azemar dos Santos.
 Physicamente vigorosos: medicalização escolar e
 modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942) / Azemar dos
 Santos Soares.- João Pessoa, 2015.
 271f. : il.
 Orientadora: Cláudia Engler Cury
 Tese (Doutorado) - UFPB/CE
 1. Educação. 2. História da educação. 3. Corpo de
 crianças - construção. 4. Higiene escolar. 5. Educação física.

UFPB/BC

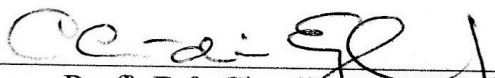
CDU: 37(043)

PHYSICAMENTE VIGOROSOS

Medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)

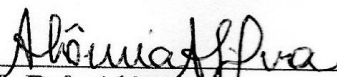
AZEMAR DOS SANTOS SOARES JÚNIOR

BANCA EXAMINADORA

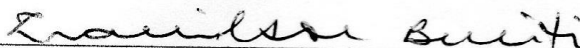


Prof.ª Dr.ª Claudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

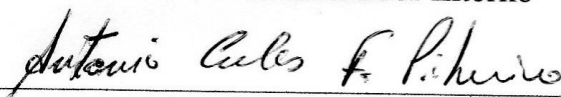
Prof. Dr. José Gonçalves Gondra
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Examinador Externo



Prof.ª Dr.ª Alômia Abrantes da Silva
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Estadual da Paraíba
Examinador Externo



Prof.ª Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno



Prof.ª Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof.ª Dr. Alarcon Agra do Ó
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Prof.ª Dra. Mauricéia Ananias
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

**À Maria
À Fátima
Senhoras de mim.**

Agradecimentos

A *Deus*, que por linhas tortas escreveu as tramas de minha história. Ele que me ensinou que nos momentos em que estou fraco é que sou forte. Que tantas vezes ao me estender a mão, traçou novos roteiros levando-me a lugares distantes. Obrigado por colocar em meu caminho todas as pessoas que possibilitaram o crescimento desse trabalho.

Certa vez disse que ela era a sabedoria. Acredito que não tinha a dimensão de todas as afetividades que acompanhavam a sábia *Cláudia Engler Cury*. A generosidade, a delicadeza, a leveza e a bondade são palavras que podem ser acrescentadas a minha orientadora. Quando o mundo me dizia não, ela me acolheu. Seus ensinamentos me fizeram perceber aquilo que estava além de corpos que aspiravam o vigor. Que fisicamente gritavam para sair do silêncio. Que a sensibilidade é possível quando se escreve história com as tintas do coração. Obrigado por me permitir brincar com as fontes e fazer malabarismos com as palavras. Esse texto é nosso. Tens minha eterna gratidão.

Àqueles que lapidaram esse trabalho: *Iranilson Buriti*, o mágico que tirou da cartola a beleza de escrever história com a pena da alma. Ele me mostrou que era possível escrever a história de homens e mulheres que padeciam na escuridão da sujeira; que seus corpos podiam ser problematizados; seus sussurros, ouvidos; ganhariam vida, tornar-se-iam fortes, sadios e saíam por aí a desfilar garbosamente em nossas narrativas; *Antonio Carlos Ferreira Pinheiro*, a quem expresso minha admiração desde o primeiro ensinamento na época em que fui seu aluno. Seus apontamentos certos foram fundamentais para chegar nos moldes em que essa tese se encontra. Seu riso largo ensinou-me que a história é feita com a alegria da vida; *Alômia Abrantes*, tão delicada flor. Sua sensibilidade pintou com singelas tintas as bordas que dão moldura a história de corpos que se exercitavam na Paraíba. *José Gonçalves Gondra*, que mesmo de tão longe se fez presente por meio de leituras e indicações. Fostes o responsável por desfiar fios e tecer novos bordados na escrita desse trabalho. *Lenilde Duarte Sá*, que de longa data expressa em escritos o amor pelo tema da higiene. Obrigado pelas marcas deixadas na escrita e no coração.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba pela atenção sempre disponível durante o curso. Aos professores da Linha de História da Educação, em especial aqueles que estiveram presentes em minha formação: *Jean Carlo Carvalho* e suas metáforas intelectualizadas; *Mauricéia Ananias* com os sérios ensinamentos aplicados a pesquisa na história da educação e à *Fabiana Sena* que ofereceu leituras timbradas em impressos colocados à disposição de tantos leitores.

Antes de chegar ao PPGE pisei em outros solos. Nesses lugares conheci pessoas, cativei afetos. Mesmo nos lugares mais áridos, onde nada parecia ter vida, foi possível encontrar carinho e atenção. Refiro-me às professoras *Márcia Martins* e *Tereza Negrão*, que do centro do país, torceram por cada etapa vencida. À *Serioja Mariano*, que primeiro me estendeu a mão. Tanto sentimento é possível ser expresso quando seu sorriso alegra aqueles que o cercam. Obrigado por tanto. Aqueles que se fizeram tão presentes em minha formação enquanto historiador: *Solange Rocha*, *Waldecir Chagas*, *Joana D'ark*, *Mayrinne Meira*, *Ruston Lemos*, *Nayana Mariano*, *Fabício Moraes*, *Genes Duarte*, *Mariângela Vasconcelos*, *Edna Nóbrega*, *Mônica Guedes*, *Carlos Alberto* e *Gilvan Torres*.

À professora *Josélia Ramos*, responsável primeira por lançar a semente da História em meu coração. Suas aulas no ensino médio foram decisivas para que eu decidisse por aventurar nas narrativas sobre o passado. Eu tinha fome, e tu me oferecestes a vontade de comer. Obrigado por me trazer para as águas que banhavam o passado.

Àqueles que de alguma forma contribuíram para o aprimoramento dessa tese: *Marcelo Medeiros*, meu primeiro leitor e responsável pela higiene ortográfica dos excessos; *Luyse Costa* que rabiscou e pintou com cores as ilustrações que alegraram o texto; *Albanisa Assunção* que me deu acesso aos exemplares das *Revistas do Ensino* que faltavam em meu arquivo pessoal; aos guardiões dos arquivos públicos e privados, funcionários que possibilitaram o acesso à documentação: *Pedro*, *Adaucto Ramos* e *Ricardo Grisi*.

Aos meus pais *Maria de Fátima do Nascimento Santos* (in memoriam) e *Azemar dos Santos Soares* que fizeram do meu nada amor. Minha gratidão é pela vida, pela formação e educação. Aprendi o ofício de educar seguindo seus passos. Entendi o exercício de amar olhando-os nos olhos e deixando apaixonar pela vida. Percebi que quando tudo parecer perdido, sempre é possível recomeçar. Tudo o que sou, são para vocês.

Aos meus irmãos *Iaponira*, *Iguaraci* e *Iaruama*. Gostaria de dedicar essas linhas à minha linda pérola negra, a mais nova dentre meus irmãos: *Iara Cristina do Nascimento Santos* (in memoriam). Tão boa para esse mundo, criou asas e voou. Virou anjo. Está no céu. A - meu amor maior -, *Azemar Neto*, pela parceria e cumplicidade na vida. Ao tão pequeno *Arthur Manoel* que se faz tão grande em meu coração. E claro, minha tiete primeira, *Tia Penha* que ocupa um dos lugares mais lindos do meu coração.

Aos amigos de todas as horas: *Vânia Cristina*, moça do sonho que se faz tão presente em minha vida, a quem deposito o melhor e o pior de mim; *Mércia Helena* que de forma torta tentou sempre acertar a melodia do coração; *Clévia Suyene* que vibrou por cada conquista alcançada; *Ramon Aleixo* com quem partilhei a amargura das quedas e o sabor das vitórias; *Joedna Meneses*, dona do mais acolhedor abraço, em teus braços ganhei força, aprendi a sonhar nos teus sonhos, a navegar em mares de sentimentos;

Gerciana Dantas, que de forma tão singela ensina-me o valor das pequenas coisas; *Moama Marques*, flor que embeleza meu jardim; *Ramon Limeira*, descendente de *Flávio Maroja*, amigo com quem partilho o amor pelo sanitarista paraibano; *Emília Cristina*, com quem dividi as angústias de viver. Sou grato por tanto amor.

Obrigado!

Sumário

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
SUMÁRIO.....	v
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE IMAGENS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
1 BORDANDO CORPOS, TECENDO ESCRITOS.....	01
1.1 Narrativas de uma trajetória.....	03
1.2 Sobre corpo, infância e higiene.....	10
1.3 Organização do texto.....	19
2 “PARA SALVAÇÃO DA NOSSA GENTE”: OS OUTROS HÁBITOS MÉDICO-PEDAGÓGICOS.....	32
2.1 Sob o domínio do abandono: os projetos de higiene.....	34
2.2 O saber médico-pedagógico e a construção da nova ordem.....	44
2.3 Ensino reformado, escola medicalizada: as <i>Semanas Pedagógicas</i> e a <i>Escola de Aperfeiçoamento de Professores</i>	62
3 “MEDICAR E EDUCAR AS CRIANÇAS”: DISPOSITIVOS PARA UMA HIGIENE DO CORPO.....	79
3.1 Lapidar os sentimentos, desinfetar o corpo.....	81
3.2 Do sujo ao limpo: os prédios escolares.....	84
3.3 A educação da saúde e o combate a “moleza de lesma”.....	96
3.4 Para o cultivo da saúde: o <i>Programa de Higiene</i>	115
4 CORPOS FORTES E VIGOROSOS: A EDUCAÇÃO FÍSICA CONQUISTA AS ESCOLAS.....	125
4.1 “Vibrante exortação aos moços”: a cultura física.....	127
4.2 De corpos grossos a refinados: a <i>gymnastica sueca</i>	135
4.3 Crianças <i>escouths</i> : a preleção aos corpos fortes e sadios.....	144
4.4 A paixão nacional: o <i>foot-ball</i>	148
4.5 Rainha do desporto: a Eugenia Preventiva proposta por Renato Kehl.....	157
4.6 Sob a hábil pena do discurso médico: a <i>Educação Physica</i>	171
4.7 A legislação escolar em defesa do <i>mens sana incorpore sano</i>	181
5 UM TOQUE DE HIGIA: OS IMPRESSOS A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DA SAÚDE.....	200

5.1 A Revista do Ensino e a sua proposta médico-pedagógica.....	202
5.1.1 Por uma higiene do corpo.....	206
5.1.2 Por um sorriso <i>Colgate</i>	212
5.2 Noções para as aulas de Educação Physica.....	219
5.3 A Fada Higia: apontamentos para o código do bom tom.....	232
5.3.1 Histórias de <i>Higia</i>	237
5.3.2 Ensinamentos d'A fada <i>Higia</i>	239
 6 Considerações finais.....	 246
7 Referências.....	253

Resumo

Essa tese tem por objetivo analisar a construção do corpo de crianças fisicamente vigorosas a partir dos discursos médicos-pedagógicos voltados para as escolas da Paraíba entre 1913, ano da implantação das matérias de Higiene e Educação Física no Programa de Ensino de duas escolas privada – *Colégio Nossa Senhora das Neves* e o *Colégio Diocesano Pio X* -, e uma escola pública militar – *Escola de Aprendizes Marinheiro* -; e 1942, ano da última publicação da *Revista do Ensino*, dispositivo pedagógico que fez circular os saberes médicos voltados para a formação dos professores. Ao longo da pesquisa me deparei com um vasto acervo documental, que, após um processo de seleção e análise, viabilizou a escrita de uma história recheada de normas e códigos de civilizar, corpos que se higienizavam e se exercitavam, que se aspirava forte e sadio. Para problematizar esses corpos, foi necessário visitar jornais, revistas, regulamentos, leis, decretos, cartas, almanaques, livros didáticos, livros de memória, fotografias, cartões de vacinação, anotações médicas, manuscritos, dentre outros. Nessa trajetória, traçamos o seguinte argumento de tese: a confecção de projetos médico-pedagógicos visou intervir na escola, moldá-la, formá-la higienicamente. Para isso, estabeleceu um discurso sobre os mais diversos campos que formam a escola: o prédio, os professores, os alunos, as normas. Na tentativa de incutir os preceitos de higiene em voga, os médicos adentraram nas escolas, repousaram sobre elas discursos e ações capazes de atender a seus interesses. Assim, passaram a realizar diversas formações de professores e criadas diversas formas de fazer circular o saber médico aos docentes. Um projeto que envolvia quatro segmentos: os *médicos*, criadores da norma, os *professores* que recebiam as normas e tratavam de divulgá-las, os *alunos* que recebiam tais preceitos e que por sua vez deveriam colocar em prática em suas *famílias*. Não é possível afirmar que projeto que visou disciplinar corpos e mentes das crianças nas escolas da Paraíba foi vitorioso, mas analisa-lo foi possível a partir das contribuições de Michel Foucault acerca da *disciplina*. As normas eram criadas, a maioria delas pelo Estado, e imposta a professores e alunos, a maioria delas na base da imposição, do cumpra-se. Na Paraíba, o projeto teve a liderança do médico sanitário Flávio Maroja, que reuniu esforços para empreender um projeto coletivo, nacional, em consonância com aqueles desenvolvidos na Capital Federal e em outros estados do país. Recebia constantemente os novos preceitos que deveriam ser defendidos: as normas de higiene escolar, os cuidados com a arquitetura dos prédios, a limpeza do corpo, a ginástica sueca, as diversas formas de exercitar o corpo, dentre elas o escoteirismo e o *foot-ball*, e os manuais didáticos que serviam como condutores de uma consciência higiênica. São elementos de um projeto que galgava a construção de um corpo ordeiro, obediente, forte, belo e sadio.

Palavras-chave: Corpo, Higiene e Educação física.

Abstract

This thesis aims to analyze the construction of the physically strong children body from medical-pedagogical discourses facing schools of Paraíba between 1913, the year of implementation of the courses of Hygiene and Physical Education in School Program of two private schools - *College Nossa Senhora das Neves* and the *Diocesan College Pius X* - and a military public school - *Seaman Beginners School* -; and 1942, year of the last publication of the Education Magazine, pedagogical resource that sustained the circulation of the medical knowledge focused on teacher training. During the research I came across a vast document collection, which, after a process of selection and analysis, allowed the writing of a story filled with norms and codes to civilize, bodies that hygienized and exercised, which aspired strong and health. To discuss these bodies, it was necessary to visit newspapers, magazines, regulations, laws, decrees, letters, almanacs, textbooks, memory books, photographs, immunization cards, medical notes, manuscripts, among others. Along the way, we draw the following thesis argument: the manufacture of medical and educational projects aimed at intervening in school, shape it, form it hygienically. To do this, it was set a discourse on the several fields that form the school: the building, teachers, students, standards. In an attempt to instill the precepts of hygiene in vogue, physicians stepped into the schools, rested on them speeches and actions that that can serve their interests. Thus, they passed to realize lots of teacher trainings and created several forms of circulating the medical knowledge to teachers. A project that involved three segments: the physicians, the standard creators, teachers who received the rules and we were responsible to expose them and the students who received such precepts and should put it into practice. It is not possible to affirm that the project which aimed to discipline bodies and minds of children in Paraíba schools was victorious, but it was possible to analyze from Michel Foucault's contributions on the subject. The standards were created, most of them by the State and imposed to teachers and students, most of them at the base of imposition, of something that must be done. In Paraíba, the project had the leadership of the health officer doctor Flávio Maroja, who joined forces to undertake a collective, national project, in line with those developed in the Federal Capital and in other states. So, constantly receiving new rules that should be defended: the rules of school hygiene, care of the architecture of the buildings, body cleaning, Swedish gymnastics, the various forms of exercise the body, among them the scouting and the soccer and the textbooks that served as conduits of a hygienic awareness. All of these are elements of a project that climbed body the order construction, obedient, strong, beautiful and healthy.

Keyword: Body; Hygiene; Physical Education.

Lista de imagens

Imagem I – O pesquisador e as fontes.....	01
Imagem II – Mapa da Paraíba.....	22
Imagem III – Medicalização escolar.....	32
Imagem IV – Grupo escolar.....	79
Imagem V – Modelo de carteira alemã.....	94
Imagem VI – Perfil das carteiras francesas.....	94
Imagem VII – Ficha de vacinação antivariólica (frente).....	100
Imagem VIII – Ficha de vacinação antivariólica (verso).....	100
Imagem IX – Educação <i>physica</i>	125
Imagem X – Fotografia do campo de <i>foot-ball</i> do <i>Colégio Pio X</i>	154
Imagem XI – Propaganda da <i>Gillete</i>	156
Imagem XII – Crianças classificadas no Concurso de Higiene.....	170
Imagem XIII – <i>A fada Hygia</i> . Primeiro livro de higiene.....	200
Imagem XIV - Fotografia do Gabinete Dentário da <i>Escola Normal</i>	214
Imagem XV – Fotografia do Gabinete Dentário do <i>Grupo Escolar Epitácio Pessoa</i> ..	215
Imagem XVI - Fotografia da aula de ginástica do <i>Jardim de Infância Santa Terezinha</i>	226
Imagem XVII - Exercícios educativos.....	227
Imagem XVIII - Capa do manual didático <i>A fada Higia</i>	233
Imagem XIX – Fada Higia.....	237
Imagem XX – O banho.....	242
Imagem XXI - Jogos e exercícios físicos.....	243

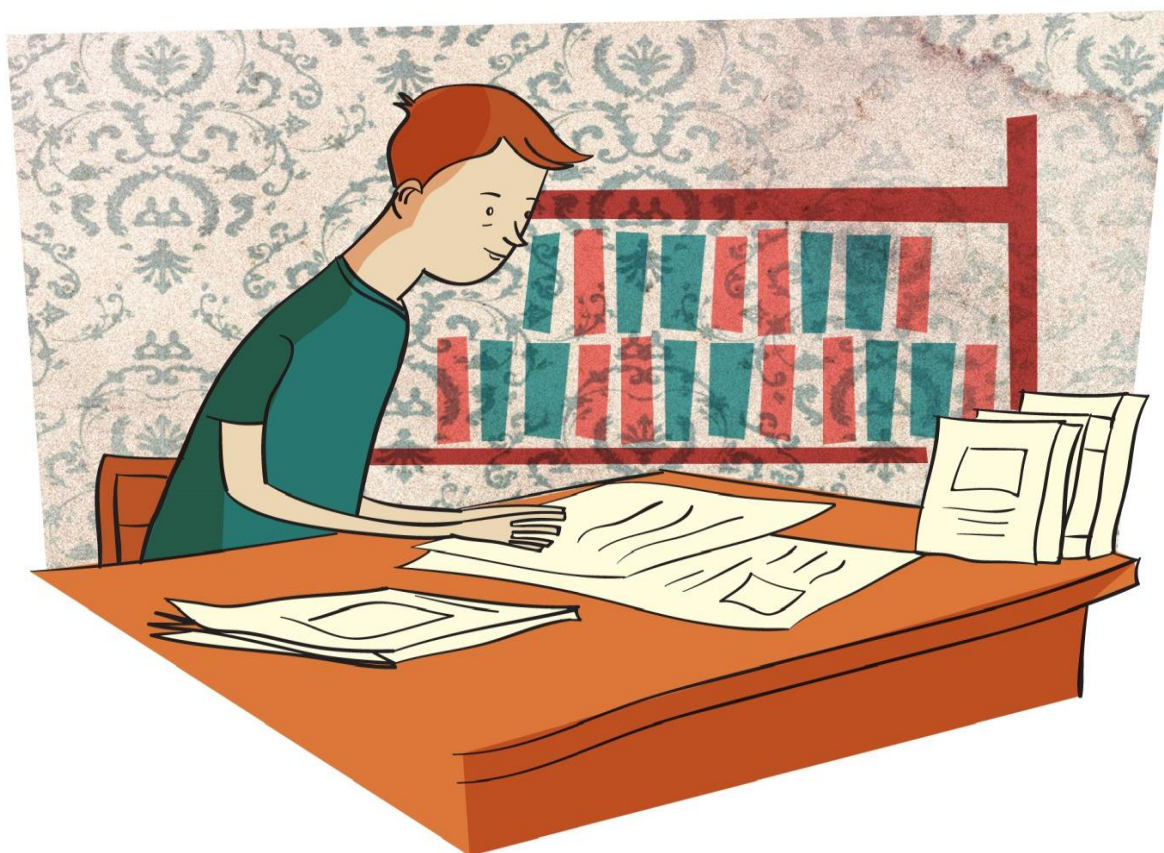
Lista de quadros

Quadro I – Instituições escolares da Paraíba.....	20
Quadro II – Arquivos, Bibliotecas e fontes pesquisadas.....	22
Quadro III – Resultado do Concurso de Eugenia.....	169
Quadro IV - Governantes da Paraíba entre 1912 e 1942.....	182
Quadro V – Artigos sobre a Educação da Saúde publicados na <i>Revista do Ensino</i>	206
Quadro VI - Resultado da Inspeção Sanitária Escolar entre 1931 e 1932.....	209
Quadro VII - Resultado da Inspeção Sanitária Escolar entre 1931 e 1932: Laboratório e farmácia.....	210
Quadro VIII - Resultado da Inspeção Sanitária Escolar em 1932.....	211
Quadro IX - Resultado da Inspeção Sanitária Escolar em 1933.....	212
Quadro X – Atuação do Gabinete dentário da Inspeção Sanitária Escolar 1932.....	216
Quadro XI – Atuação do Gabinete dentário da Inspeção Sanitária Escolar 1933.....	218
Quadro XII - Dramatizações e exercícios para as aulas de educação física.....	230
Quadro XIII - Os temas trabalhados n’A <i>fada Hígia</i>	240

Capítulo I

Bordando corpos, tecendo escritos

“As crianças deve-se começar a inculcar cêdo os hábitos hygiênicos não só porque dessa forma se vai fortalecendo o seu organismo, mas ainda com o fim de as ir preparando para mais tarde receberem o ensino racional da hygiene”.
(Flávio Maroja)



Façam conta, meus amiguinhos, que a Higiene é uma fada bondosa e bela, amiga e protetora das crianças, tudo fazendo para que sejam fortes, sadias, - o encanto e a alegria dos pais.

- Façam conta, também, que reside num palácio encantado, todo de ouro, com lindos jardins em volta onde se reúnem crianças para ouvi-la falar, tão doce e meiga é a sua voz.

Quando aparece nos jardins, as crianças correm risonhas ao seu encontro, abraçam-na, fazem mil trejeitos de contentamento, a que ela corresponde com mimos.

É a fada da saúde. Ensina aos sãos a conservar a vida, a bem vive-la, com prazer e satisfação. Dá conselhos aos doentes para adquirirem de novo a força e a robustez e para não propagarem aos outros seus males.

Certo dia, a fada, depois de conversar com as crianças, começa a aconselhar.

- Aproximemo-nos e ouçamos, atentamente, o que ela diz:

- A saúde, queridos amiguinhos, é o maior bem que recebemos ao nascer. Não há riqueza, que se lhe compare. Com ela, a vida é serena e deliciosa; sem ela, tudo é triste e doloroso. Ter saúde vale muito mais do que ter dinheiro. Há ricos doentes, para os quais a vida é um martírio. Há pobres sadios que levam o tempo a cantar e a bendizer a sorte.

- A saúde, sendo a fonte de todos os prazeres, precisa ser cuidada com carinho, como se faz com as cousas preciosas. Aquele que a possui, não deve expô-la aos perigos capazes de a molestar ou destruir.

- Sabem vocês a maneira de protege-la? Seguindo conselhos, que darei, cada dia, a propósito dos preceitos mais importantes.

- Vocês devem procurar, sempre, respirar ar fresco. O ar é um alimento indispensável à vida. Um homem pode viver dois, três e até mais dias sem comer, nem beber; entretanto, morre, em poucos minutos, se ficar sem respirar. Assim como prejudica a saúde uma comida má, um mau ar pode provocar o aparecimento de doenças.

- [...] As crianças que respiram ar puro são rosadas e fortes. Já não acontece o mesmo às que respiram ar dos quartos que estão sempre fechados, ou o ar cheio de poeiras, isto é de impurezas. Essas são pálidas, preguiçosas, nunca se riem, não acham graça nos brinquedos.

- O ar fresco é tão necessário, que os médicos aconselham para dormir em quartos bem arejados.

Depois de assim ter falado, a fada convidou as crianças a passearem pelo jardim. Correndo umas, saltando outras, lá fora elas pelos caminhos cobertos de areia branca e fina onde brilhavam inúmeras pedrinhas, como se fossem diamantes.

- A fada depois de ter dito isso despediu-se dos seus amiguinhos e partiu, prometendo encontrar-se com eles no dia seguinte.

A fada Higia (KEHL, 1925, p. 17-25)

1.1 Narrativas de uma trajetória

“Asseio corporal e hygiene mental dos escolares”. Esse foi o tema proferido pelo jovem clínico Dr. Alcides Vasconcelos no dia 10 de julho de 1931. Logo em seguida, foi a vez do sanitarista Flávio Maroja¹ falar sobre o “Impaludismo e verminose”, conforme a imprensa da época, na *Semana da Hygiene*, evento produzido pelo *Grupo Escolar Epitácio Pessoa*. Na ocasião, compareceu “um avultado número de alunos, professores e alguns médicos”². As duas palestras encerravam a *Semana* reservada para discutir temas relacionados à higiene da escola, do corpo e da alma. A maior parte dos assuntos debatidos foi proposta pelos médicos em comum acordo com a direção do grupo escolar. Na ocasião, ainda foi apresentada uma série de trabalhos médico-pedagógicos realizados em sala de aula pelos alunos e professores do ensino primário.

A *Semana da Hygiene* foi apenas mais um de tantos outros eventos criados na Paraíba no decorrer da primeira metade do século XX, com a finalidade de reunir médicos e professores para discutir os novos códigos de civilizar, bem como normalizar a infância. Os discursos sobre o tema da higiene da infância, mais enfaticamente na escola, passaram a ser uma recorrência entre os anos de 1913 a 1942, especialmente pelas novas leis instauradas que determinou a introdução obrigatória de duas novas disciplinas no programa de ensino: Higiene e Educação Physica, frutos de um projeto que almejou fazer da escola um lugar de excelência na arte de disciplinar corpos e mentes, mais especificamente, das crianças saudáveis que desejava possuir. Fortes, robustas, donas de corpos rígidos, possuidoras de beleza e detentoras da saúde. E mais:

¹ Médico sanitarista nascido na cidade de Pilar. Iniciou o curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888, onde defendeu a tese *A talha hypogástrica poderá diminuir as indicações da litrotíxia e das diferentes espécies das talhas perineais?*. Contraiu matrimônio com Dona Maria da Purificação Carneiro da Cunha em julho de 1889, união que contribuiu para uma forte presença de Flávio Maroja na política local. Ocupou, enquanto político, os cargos de Intendente Municipal (1889), Deputado à Constituinte Estadual (1891), Deputado à Assembleia (1916-1919) e Vice Presidente do Estado na gestão Sólton de Lucena (1920-1924). Fez carreira médica no Exército, ingressando, por meio de concurso, na área do Corpo de Saúde em abril de 1890. Em 1891, foi promovido ao posto de Capitão e enviado para servir em Goiás, assumindo a direção da Enfermaria Militar. A imagem política de Flávio Maroja é amplamente divulgada como “o amigo do povo”, aquele que “cogita o progresso”, que “congratula-se com os patrícios”, que está “vivamente empenhado” e que atende prontamente, “cheio de entusiasmo”, a todos. Fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba; dirigiu a Santa Casa de Misericórdia; foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que também presidiu por longos anos; foi chefe da higiene do estado da Paraíba e chefe do porto; atuou como poeta publicando na imprensa local seus poemas com o pseudônimo de Gil; amaldiçoou o beijo, pois o achava símbolo de traição e contágio de doenças. Criou ainda diversos periódicos, a exemplo da *Revista de Medicina*, onde publicou uma série de artigos e denúncias sobre a higiene da Paraíba. Faleceu em 1940 (Cf. SOARES JUNIOR, 2011).

² A *União*, 10 jul. 1931.

cidadãos apaixonados pela pátria, capazes de defender sua nação com unhas e dentes, ou melhor, com corpos asseados e físicos vigorosos.

Foi realizando leituras acerca da História do Corpo que cheguei ao instigador debate referentes à higiene e à educação física. Aventurei-me nesse debate desde a graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba, onde desenvolvi uma pesquisa sobre a beleza do corpo feminino a partir da Revista *O Cruzeiro*³. De saída da graduação, adentrei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba para cursar o mestrado acadêmico. Lá, desenvolvi a pesquisa “Corpos Hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)”. Essa pesquisa me levou a uma Paraíba que clamava por socorro, pois estava recheada de corpos sujos e adoecidos. Suas ruas esbanjavam lixo, resíduos fecais e lama. Eram passarelas para vírus e bactérias, para doenças que entravam sem pedir licença e tomavam o governo dos corpos. Os pedintes e retirantes que fugiam da seca também se acomodavam pelas calçadas da cidade da Parahyba⁴, contribuindo para aquilo que Alain Corbin (1987) chamou de caldo pavoroso, uma mistura de todas as porcarias que exalavam um cheiro insuportável. Mostrei naquele trabalho que os discursos médicos estavam interessados em higienizar a cidade inventando uma educação para o corpo a partir da criação de códigos de posturas estabelecidos pela *Câmara Municipal*, pela criação de instituições, como o falido *Serviço de Hygiene*, e por uma série de notícias publicadas pelos periódicos em circulação na época: *A Imprensa*, *A União* e *Era Nova*.

Foi nesse sentido que comecei a pensar em uma nova pesquisa. Ora, se na dissertação de mestrado discuti o processo de higienização do corpo a partir da análise médica em um projeto em que a escola não fazia parte e que cambaleou até 1918; para a tese de doutoramento minha intenção foi discutir como a escola passou a fazer parte de um outro/novo projeto que atribuía a ela a responsabilidade da modelação dos sentidos da infância. Foram três projetos médico higiênicos, três tentativas. É preciso deixar o leitor a par deles.

Apesar dos esforços por parte dos médicos, influenciados pelos novos princípios eugênicos e higiênicos em circulação, sua principal iniciativa estava fadada ao fracasso. Vejamos: os saberes médicos em movimento estavam presos às páginas dos jornais

³ Dessa pesquisa, resultou meu trabalho de conclusão de curso intitulado “*Espelho, espelho meu existe alguém mais bela do que eu?: Beleza feminina estampada nas páginas de O Cruzeiro (1960-1969)*”.

⁴ Caro leitor, é preciso deixar claro que Parahyba foi até 1930 o nome da capital do estado da Paraíba. Só após a morte do então Presidente da Paraíba, o Sr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, foi que a capital passou a ser chamada de João Pessoa. Portanto, quando me referir a Parahyba, trata-se do período que antecede a mudança, por conseguinte, após 1930, tratarei a capital por João Pessoa.

publicados, e, portanto, atendendo apenas a uma pequena parcela da população letrada que tinha acesso aos periódicos; outro fator que contribuiu para a fissura do projeto foi a pequena quantidade de médicos formados para atender a todas as cidades do estado. Era preciso, naquele instante, mudar de estratégia. Em plena década de 1920, período na Paraíba afirmado pela historiografia como auge do processo de modernização⁵, as ruas ainda esbanjavam podridão, e, mesmo contando com uma grande quantidade de cosméticos à disposição nas boticas mais próximas, a população pobre avultava pesados números. Noutras palavras, a cidade e os corpos pareciam padecer na imundície. O discurso médico suplicava a necessidade de corpos hígidos, porém os poderes públicos pareciam não fazer muita coisa para reverter o quadro.

Foi pensando em outra forma de conduzir a higiene do corpo que o médico sanitarista Flávio Maroja propôs um novo projeto. Ao observar que todas as suas tentativas haviam fracassado no sentido de resgatar a população lançadas no mar de podridão, o médico passou a defender a escola como o melhor lugar para inculcar os novos princípios de higiene. A escola seria responsável por divulgar os códigos de civilizar, portanto, divulgar um projeto que atendia às necessidades da proposta nacional: investir na infância lapidando-a como um diamante bruto. As crianças precisavam ser moldadas, reformadas, higienizadas, eugenizadas e civilizadas.

Em meados do século XIX foi criada na Paraíba a *Inspetoria de Higiene* responsável por combater a imundície que se instalava nas ruas, casas e corpos. A proposta da época era assegurar por meio do governo provincial uma fiscalização capaz de impedir a propagação da imundície e, por sua vez, das doenças que assolavam a população. Uma série de leis, normas e códigos de posturas foi criada visando combater a falta de higiene. Apesar dos esforços empreendidos pelo Estado, a inspetoria só ganhou vida em tempos de epidemias. Foram poucos os recursos investidos nesse

⁵ O termo *modernidade* é bem amplo. A cidade tornou-se ao longo do tempo lugar desse conceito por excelência. Um espaço de lutas, desejos, utopias. Uma disputa entre o antigo e o novo. Comungo com Serioja Mariano (2010, p. 26) ao afirmar ser *modernização* aquilo que causa polêmica e sedução, por exemplo, nas campanhas de habitação e higienização, provocando reações e descontentamento na população que tinha suas casas e seu cotidiano invadidos por pessoas estranhas ao seu meio: os modernizadores vinham para — limpar e — embelezar a cidade. São modificações físicas que conduzem ao novo como construção de edifícios, saneamento básico, praças, ruas, etc. É bastante numerosa a historiografia que discute o processo de modernidade e modernização da Paraíba. Dentre eles, destaque: *Roteiro sentimental de uma cidade* (RODRIGUES, 1994), *Práticas políticas e transformações...* (CHAGAS, 1996), *Uma cidade, muitas tramas...* (ARAÚJO, 2001); *Signos em confronto?...* (MARIANO, 2010); *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios...* (SÁ, 1999); *Alfabetizando os filhos da Rainha...* (ANDRADE, 2014).

departamento que nascera fadado ao fracasso: faltavam médicos, enfermeiros, fiscais de quarteirão, aplicação e cobrança de multas. A legislação existia, mas não saía do papel.

O segundo projeto médico sanitário criado para tentar resolver o problema da falta de higiene ganhou corpo no ano de 1895. Foi batizado por *Serviço de Higiene*. Possuía características semelhantes à Inspetoria, porém, instalava-se em um momento em que o Brasil aspirava os ares da República, e os discursos acerca da higiene e eugenia ganhavam fôlego nos impressos publicados mundo afora. Adotou um caráter policialesco de fiscalização. Para isso tratou de contratar médicos e fiscais. Investiu em cuidados no porto, nos poucos hospitais e só. Sofreu do mesmo mal: falta de investimento por parte do governo. Em 1911, o *Serviço de Higiene* arquejava. Existia na legislação, mas pouco funcionava. Ao tomar ciência da situação, Flávio Maroja tratou de desenvolver um projeto voltado para a educação sanitária: viu na imprensa uma forma de divulgar o saber médico pedagógico capaz de tirar a população do “pântano malcheiroso em que viviam” (MAROJA, 1911, p. 109). Para tanto, convocou seus companheiros de ofício a dar as mãos nessa batalha: revistas, jornais, folhetos e livros foram utilizados para fazer circularem os ensinamentos sobre bons hábitos, higiene do corpo e da casa, cuidados com o lixo, combate às doenças, formas de comportamento, dentre outros. Apesar dos esforços, o sanitarista Flávio Maroja, percebeu que ainda não era suficiente. O número de analfabetos era bastante alto, e, apesar da circulação de saberes e de leitores públicos responsáveis por espalhar as notícias, a grande massa não era contemplada. Existia ainda um problema mais grave: tomar conhecimento dos saberes médico-pedagógicos não significava sua efetivação. Era preciso fazer chegar à população os “novos” saberes, bem como assegurar sua execução. Para essa tarefa, só restava um caminho: a conscientização por meio da instituição de uma educação sanitária nas escolas.

Era o terceiro projeto médico sanitário⁶. Migrava-se o olhar. O investimento, naquele momento, recaiu sobre a escola, professores e alunos. Se as propostas de higienizar impostas à sociedade paraibana haviam falecido por não atender à grande demanda, os sanitaristas, seguindo uma orientação nacional, resolveram investir nas escolas como lugar por excelência da disciplina, espaço capaz de incutir nas crianças outros hábitos de civilidade. Os discursos de Flávio Maroja fizeram a Paraíba virar a página e seguir a orientação nacional. Apesar de toda a orientação que chegava

⁶ Segundo projeto do Flávio Maroja.

constantemente do governo central, parece-me que o projeto de criar o modelo de cidadão perfeito – saudável, forte e belo – era uma ambição pessoal do sanitarista paraibano. Entenda, caro leitor, não existiu um projeto escrito pelo médico Flávio Maroja com a finalidade de inserir nas escolas uma educação da saúde capaz de moldar a população. O que existiu foram duas tentativas de incutir na população os modelos de higiene e civilidade em voga. O primeiro, preso às páginas da imprensa em circulação, não ganhou o corpo nem os sentimentos da população. O segundo projeto, ainda impresso em periódicos somado a uma forte participação dos médicos nas escolas da Paraíba. Os discursos médicos passaram a defender a introdução das matérias de higiene e educação física como consolidação da educação da saúde, além de exigirem a formação higiênica de professores, a exigência de competências na hora de matricular-se nas escolas, a presença do médico nos prédios escolares examinando os corpos dos alunos e uma legislação escolar sanitária capaz de assegurar o cumprimento das normas médico-pedagógicas⁷.

Foi pensando na tentativa de intervenção médica nas escolas da Paraíba que levantei algumas inquietações: Como seria possível incutir preceitos dentro de uma instituição até então responsável prioritariamente por ensinar a ler e escrever? Quem prepararia os professores para realizar essa tarefa? Qual a participação dos médicos nas escolas? Qual a missão das crianças ao receber os novos ensinamentos?

Contar uma história é tarefa do historiador. Ele constrói uma narrativa, mas não pode inventar os dados de suas histórias. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007, p. 62-63) descreve a tarefa do historiador como aquele que consulta arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto são reescritos e revistos a partir de novos problemas, novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos por esse profissional. Assumir essa tarefa significou recriar o fato exposto no documento, realizando questionamentos, problematizando e transformando-o em um enredo com a definição de personagens, de agentes e agências da ação histórica, na elaboração de um argumento, dentre outros. Uma atividade, um procedimento realizado pelo historiador, daí a necessidade de sempre se contar o percurso de uma pesquisa, as operações

⁷ Portanto, quando afirmo a existência de outro “projeto” do médico sanitarista Flávio Maroja, trata-se de uma inferência do autor dessa tese. Me apoio na documentação disponível sobre o esculápio para mostrar ao leitor como foram montadas as tentativas de incutir hábitos higiênicos na população paraibana através das escolas. Assim, sempre que eu me referir ao “projeto”, estou afirmando a existência de uma tentativa médico-pedagógica de Flávio Maroja que visou criar corpos fisicamente vigorosos, saudáveis e civilizados; cidadãos ordeiros e obedientes.

utilizadas para retornar ao passado e às formas de se produzir um discurso histórico. Portanto, escrever essa história, atravessada por tantas normas e subjetividades, exigiu dedicação e zelo no trato das fontes. Centenas de histórias estavam à disposição daqueles que se aventuram nas páginas amareladas e empoeiradas dos jornais, revistas e documentos expostos nos arquivos da Paraíba. Fazer leitura de corpos que se aspiravam hígidos e fortes não foi tarefa fácil.

Ao determinar a análise da construção saudável do corpo das crianças por meio dos discursos médicos voltados para as escolas da Paraíba na primeira metade do século XX como **objeto de análise** desta tese, passei a buscar, selecionar e problematizar uma série de documentos, bem como discutir conceitos diretamente relacionados à minha proposta.

Criar cidadãos fortes, saudáveis e apaixonados pela Pátria. Eis o lema do projeto médico-pedagógico. Eis meu **argumento de tese**: o projeto visou intervir na escola, moldá-la, formá-la higienicamente. Para isso, estabeleceu um discurso sobre os mais diversos campos que formam a escola: o prédio, os professores, os alunos, as normas. Na tentativa de incutir os preceitos de higiene em voga, os médicos adentraram nas escolas, repousaram sobre elas discursos e ações capazes de atender a seus interesses. Foram realizadas formações de professores e criadas diversas formas de fazer circular o saber médico aos docentes. Entre médicos e alunos, existiam os professores. Assim, tratou-se de delimitar o papel de cada um: aos *médicos* coube o papel de normatizar⁸, criar as normas, adentrar nas escolas e modificá-la, recrutar os demais funcionários para a cruzada higiênica, prepará-los, dar-lhes sentido, atribuir-lhes funções; os *professores*, os primeiros a serem normalizados, receberam dos médicos as normas e a missão de propagá-las, de torná-las educativas, de implementar o processo de conscientização nos alunos, de ofertar um modelo de corpo que deveria ser desejado, admirado, formado corretamente nas águas da higiene. Atribuiu-se aos professores a tarefa de submeter os alunos à norma, não apenas na base da lei, nos moldes da imposição que vigorava desde o século XIX, mas também por meio da consciência, do despertar do desejo, daí o investimento na ginástica e na prática esportiva; aos *alunos* restou o trabalho de receber tais saberes e colocá-los em prática: cuidar de seus corpos e de suas casas, ensinar a

⁸ Em *Os anormais* (FOUCAULT, 2010), o termo *normal* ganha outros sentidos. O autor faz questão de ressaltar que derivam dessa palavra os termos *normatização* e *normalização*. O primeiro são aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas, aqueles que a criam, poderíamos enquadrar aqui os políticos e o Estado, já o termo *normalização* é composto por aqueles que buscam colocar todos sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade, ou seja, os médicos, professores e até mesmo a escola.

seus familiares a importância de manter tudo limpo, a prevenção às doenças, dentre outros⁹. Apreender a trajetória desse audacioso projeto educativo e disciplinador é o objetivo que persigo em minha tese. Assim, tecer essa história foi, antes de tudo, delimitar lugares e objetos. Escolhas muitas vezes arbitrárias, mas fundamentais para dar sentido à narrativa.

A escolha do ano de 1913, como ponto de partida dessa análise, deu-se em virtude de ser esse o ano em que é possível encontrar os primeiros registros efetivos das aulas de higiene e educação física em duas escolas privadas e católicas da cidade da Paraíba, mais especificamente no *Colégio Nossa Senhora das Neves*¹⁰, *Colégio Pio X*¹¹ e em uma pública de caráter militar, a *Escola de Aprendizes Marinheiros*¹². Acredito

⁹ Não foi interesse deste trabalho entender como esses saberes foram colocados em prática nas casas dos alunos, tema que merecia outra pesquisa. Me limitei a entender o projeto a partir da documentação oficial e disponível para a escola. Assim, as escolas da Paraíba são meu recorte espacial, nelas aconteceram as transformações, nelas foram vivenciadas as intervenções, nelas habitaram médicos, professores e alunos.

¹⁰ O *Colégio de Nossa Senhora das Neves* teve sua construção iniciada em 1895, sofrendo modificações e ampliações em datas sucessivas de acordo com a necessidade. Em 1920, possuía um vasto estabelecimento em boas condições de isolamento, iluminação, ventilação e corredores que permitia uma fácil fiscalização das salas de aula. O edifício tem forma de U e suas condições gerais são as seguintes: dois pavimentos, um superior e outro térreo. Nestes estão localizadas seis salas de aula, secretaria, gabinete da diretora, gabinete dentário, gabinete de higiene, gabinete de física, de história natural, sala de geografia e dormitório. No pavimento superior ficam oito salas de aula, o arquivo, a sala de desenho, a sala dos professores, a sala de piano e três dormitórios. Em 1906, esse estabelecimento passou a ser dirigido pelas religiosas do Instituto da Sagrada Família. Cf.: *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Neves* (ALMEIDA, 1924).

¹¹ Escola católica criada em 04 de março de 1894 após um plano de reconstrução do primeiro bispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, ficando instalado provisoriamente no palacete Abiahy, então residência episcopal, transferiu-se logo depois para o Convento São Francisco, onde permaneceu por dezesseis anos funcionando junto ao seminário, porém, cada um com seu regime. Em 1927, os Irmãos Maristas foram convidados a assumir a direção da escola. Seu primeiro diretor foi o Ir. Mário Elói, cujo mandato se estendeu até 1934, quando o *Colégio Pio X* retornou à Diocese por término de contrato. Em 1943, atendendo ao convite de Dom Moisés Coelho e do Dr. Ruy Carneiro, então Interventor Federal, os Irmãos Maristas reassumiram a Direção do colégio. Para o cargo, foi designado o Ir. Antônio Reginaldo, que reabriu o *Colégio Pio X* com 390 alunos. Essa ordem ainda é responsável pela gerência da escola (Cf. SOARES JÚNIOR, 2011, p. 13).

¹² Sobre a *Escola de Aprendizes Marinheiro* na Paraíba ainda existe uma imensa lacuna. São poucas as informações acerca dessa escola que foi extinta nas primeiras décadas do século XX. As poucas informações que obtive estavam contidas nos jornais em circulação na Paraíba. Por meio deles foi possível saber que na transição do século XIX para o XX a referida escola funcionou nas dependências do Mosteiro São Francisco; na década de 1910 ocupava um prédio cedido gratuitamente pelo Governo do Estado, enquanto seu prédio próprio estava em construção na Av. Dr. João Machado. De acordo com o *Almanach da Paraíba*, publicado no ano de 1917, a *Escola de Aprendizes Marinheiro* possuía naquele ano o número de vinte alunos/aprendizes. De caráter militar prezava pela cultura física e cívica, percebida através de comemorações como a que ocorreu no dia 11 de junho de 1913, em decorrência da “inauguração dos retratos dos Almirantes Barrozo, Belfort Vieira e do Sr. Dr. Presidente do Estado” (*A União*, 12 jun. 1913); nessa ocasião foram realizados os desfiles cívicos e apresentações ginásticas; além de competições em diversas formas de exercício culminando com entrega de prêmio aos vencedores. Manteve durante longos anos de sua existência o castigo físico enquanto forma de disciplinamento, sendo abolido apenas em fevereiro de 1913: “ficou patente também dessas informações a supressão, por completo do hábito abusivo e aviltante dos castigos physicos, existindo apenas para os infratores dos regulamentos disciplinares as penas moraes que por menos barbaras são mais condignas de nossa civilização” (*A União*, 18 fev. 1913). No ano de 1917, último em que encontrei notícias sobre esta

ser importante discutir a introdução das disciplinas¹³ da saúde a partir dessas escolas porque serviram para alimentar o desejo de mudança nas escolas públicas do estado. Delas, ganharam fôlego os modelos, defendidos pelos médicos sanitaristas, de educação da saúde que foram disseminadas para o ensino público primário. Para o ponto de chegada, delimitei o ano de 1942, por ser o último ano da publicação da *Revista do Ensino*, que, além de fazer circular entre os professores os princípios médicos a serem seguidos nas escolas, também apresentava os boletins com evolução do projeto que visou medicalizar a escola. Feitas as escolhas que me levaram até o objeto de pesquisa, passo a apresentar a discussão dos aportes teóricos que embasaram a construção desta tese.

1.2 Sobre corpo, infância e higiene

A confecção dessa narrativa, marcada por tantas afetividades, me fez ressurgir das cinzas, acreditar que é possível contar histórias daquilo que identificamos, que nos faz apaixonar. Com este trabalho, conquistei a possibilidade – como historiador da educação – de escrever uma história timbrada pelos discursos médicos, envolvidas por políticos, sublinhada por professores, direcionada aos corpos dos alunos, sujeitos históricos problematizados a partir de suas atitudes e gestos deixados. Marcas, algumas vezes, visivelmente escancaradas, outras quase subliminares, foram observadas para compor essa literatura, que exigiu uma adequada operação historiográfica. O presente mostrava meu objeto; o passado, por sua vez, era encontrado nas práticas descritas pelos documentos.

Foi no tear desse texto que versa sobre a educação higiênica das crianças nas escolas da Paraíba que senti a necessidade de realizar reflexões epistemológicas sobre

instituição, era gerida pelo Capitão-Tenente Antonio Vieira Lima com o apoio do Tenente Mário Diniz de Araújo, do Tenente Avelino da Silveira Margas e do Médico Dr. Walfredo Guedes Pereira. Ressalto ainda, que ao entrar em contato com a Capitania dos Portos da Paraíba, me deparei com o desconhecimento da existência dessa escola na Paraíba, para tanto, solicitei acesso ao Arquivo da Marinha do Brasil, que até a presente data não obtive respostas.

¹³ De acordo com André Chervel (1990, p. 178) o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar”, até o fim do século XIX, não designavam mais que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais a sua boa ordem e que até os anos de 1930, não se podia entender o termo disciplina no sentido de conteúdos escolares. Já para Tamires Farias de Paiva (2013, p. 111), no Brasil registrou-se o uso dos termos “disciplina” e “matéria” (escolar) desde a promulgação na Capital Federal do decreto n. 1.241, de 13 de março de 1912, o que faz supor que a compreensão dos termos já estivesse sendo aqui associada a ideia de conteúdos escolares. Ressalto que na legislação do ensino na Paraíba não foi encontrado referência ao uso do termo *disciplina* e *currículo*, mas *matéria* e *programa de ensino*. Portanto, utilizarei *matéria* para me referir ao que entendemos hoje por disciplina e *programa de ensino* para o que entendemos por currículo.

os temas relacionados diretamente ao meu objeto de análise. Reafirmo: contar uma história que tem como personagens crianças, professores, médicos e políticos e que só foi possível de ser contada graças à contribuição daqueles que se dedicaram a estudar a história nas suas múltiplas faces. Nesse sentido, aproximei-me da História Cultural que possibilita “descobrir e apropriar-se da ação dos homens no tempo, com reflexos sobre o indivíduo e a sociedade” (GUEDES, 2010, p. 10). Não se trata de ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura, como afirmou Sandra Pesavento (2005, p. 15), mas, antes de tudo pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. Ou, como postulou Roger Chartier (1990, p. 66):

É preciso pensar em como em todas as relações, incluindo as que designamos por relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põe em jogo, em ato os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, logo, as representações constitutivas daquilo que poderá ser denominado “cultura”, seja esta comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo.

Pensar nos sujeitos sociais indica entender a sociedade, as relações econômicas e as formas de poder exercidas sobre determinados grupos que, por sua vez, se manifestam por meio de representações daquilo que chamamos de cultura e que envolve todos os outros segmentos. Assim, a cultura é uma forma de “expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portanto já um significado de uma apreciação valorativa” (PESAVENTO, 2005, p. 15). As práticas discursivas em análise nesta tese correspondem à apreensão dos significados em voga na época. Um discurso capaz de modelar corpos, disciplinar as mentes e construir um cidadão ordeiro, saudável e identificado com os códigos de civilidade.

Peter Burke (2008, p. 68) ao determinar que a História Cultural é a mais eclética tanto no plano coletivo como no individual, e, que lança seu olhar sobre todos os aspectos da vida humana, envolvendo qualquer ação, afetividade, individualidade, etc., podendo ser objeto de problematização, é que posiciono essa pesquisa como uma particularidade da História da Educação vinculada a História Cultural. Posicionar esta pesquisa no campo da história da educação brasileira, e, particularmente, paraibana se legitima por observar como ocorreram rupturas e continuidades na forma de conduzir a educação. Estudar a introdução das matérias de higiene e educação física nas escolas de

ensino primário na Paraíba se justifica à medida em que se observa uma grande lacuna acerca do tema. A maior parte dos trabalhos produzidos sobre as escolas paraibanas versa sobre o sentido do passado da educação escolar nos séculos XIX e XX.

Na historiografia paraibana, são poucos os trabalhos que versam sobre a temática da educação da saúde defendida para as escolas. O primeiro trabalho defendido sobre o tema da higiene ao qual tive acesso foi intitulado *Higienismo e educação na Paraíba* de Maria Aparecida Paes Barreto (2010). Nesse trabalho, são discutidos alguns aspectos sobre a relação entre higiene e educação na Paraíba na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, a exemplo da legislação provincial e suas prescrições higienistas na escolarização paraibana e a adoção de livros escolares com conteúdo de higiene que visou ao controle da sociedade pelas normas disciplinares. A segunda produção de relevância foi *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*, tese defendida por Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (2015), na qual se discutiu um modelo de educação hígida na instrução primária pautada nos preceitos da ordem médica em vigor no século XIX. Um modelo médico-higiênico defendido pelos regulamentos do período que produziu saberes e poderes capazes de modificar hábitos no cotidiano escolar como lavar as mãos, os cuidados ortopédicos, o diagnóstico de doenças, a importância da vacinação e o combate a tudo que era considerado pernicioso ao corpo. A autora interrompe sua narrativa no ano de 1886 graças à publicação do último Regulamento destinado à instrução do regime monárquico. Assim, a pesquisadora mostrou como foi possível instruir, ordenar e civilizar a população paraibana por meio das prescrições legislativas, baseada no “cumpra-se”. São normas gerais sobre higiene asseguradas por leis que regiam a ordem médica na escola, a disciplina cotidiana, não o estudo de higiene e educação física enquanto currículo escolar. É importante ressaltar a existência de produções que se dedicaram a entender aspectos da saúde na educação, a exemplo, da pesquisa sobre o “sorriso e os cuidados com a higiene bucal nos gabinetes dentários escolares”, a “instrução moral e práticas médico educativas no segundo império”, dentre outros desenvolvidos por Iranilson Buriti de Oliveira (2012).

É possível encontrar na historiografia paraibana obras que discutem os temas separadamente. Sobre o tema da medicina e higiene, existe uma produção considerável¹⁴. Quando o tema é especificamente sobre história da educação, ou seja,

¹⁴ Refiro-me as obras *Medicina na Paraíba* (CASTRO, 1945), *A Paraíba e seus problemas* (ALMEIDA, 1980), *Em terra de leigo quem é higienista é rei: genealogia do olhar médico social na Paraíba*

das escolas e suas formas de ensinar, o número se alarga consideravelmente, especialmente devido à quantidade de pesquisas desenvolvidas na linha de pesquisa de História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. Porém, em se tratando de trabalhos historiográficos acerca da educação da saúde, da participação dos médicos na escola e da disciplina médico-pedagógica, bem como a instituição das matérias de higiene e educação física no programa de ensino das escolas primárias na primeira metade do século XX, este trabalho parece ser pioneiro.

Discutir o corpo como objeto de análise da história é percebê-lo como sujeito histórico que possui vida própria, logo, são territórios de análise. É estudar o “homem vivo, o homem em carne e osso”, conforme evocou Lucien Febvre (1962, p. 544) ao fazer emergir um debate que historiciza gestos, normas, produções, o frio e o odor, as mobilidades e o mal, os modos de habitar e garantir o seu sustento, as formas de fabricar os objetos. Realizar uma história do corpo é tão amplo e arriscado quanto escrever uma história de vida. São centenas as possibilidades de caminhos e abordagens que se pode estudar, fazendo com que a cada dia apareçam novas possibilidades de problematizá-lo. No decorrer do tempo:

mudam suas formas, seu peso, seu funcionamento e seus ritmos, talvez por isso mesmo não seja certo que todos os seres humanos estejam completamente habituados com os seus corpos e satisfeitos com o seu desenvolvimento. O corpo de cada um pode parecer extremamente familiar e concreto em certos momentos, mas em outros, bastante desconhecido e abstrato (SANT’ANNA, 2006, p. 04).

Dessa forma, possuir o corpo como objeto de análise é trazer contribuições à história, às artes, às ciências. É entender o jogo das aparências, o controle das decências e das expressões, em outras palavras, a “vigilância, os impulsos e coisas do corpo, que foi possível multiplicar os comportamentos submissos ao íntimo, às expressões consideradas incomunicáveis, a vigilância mais profunda das sensações internas e dos fenômenos da consciência” (CORBIN, 2010, p. 13).

Como uma determinada cultura ou um determinado grupo social criou maneiras de conhecê-lo e controlá-lo? Essa inquietação levantada por Denise Sant’Anna (2006, p. 4) foi indicada como uma forma de pesquisar o corpo por meio de uma de suas inúmeras vias: a saúde, a educação, o esporte, a culinária, dentre outras. As respostas

(VASCONCELOS, 2008), *Parahyba: uma cidade entre micróbios e miasmas* (SÁ, 1999); *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba* (SOARES JR., 2011) e *Educação na primeira República Parahybana...* (BISERRA, 2015).

encontradas, segundo a autora, são as mais diversas. Porém, o mais interessante a se perceber não são apenas informações sobre as formas de fortificar o organismo e melhorar as aparências físicas inventadas, atualizadas e esquecidas historicamente, mas, sim, os momentos de grande descontrole e de total surpresa diante de reações do corpo, presentes no passado.

Marcas de um controle que revelam o quanto eram sofisticados os saberes e as técnicas no início do século passado e de culturas diferentes da nossa, guiadas pela intenção de “livrar os corpos das doenças, promover a disciplina [...], numa palavra, controlar os corpos não apenas para bem administrar uma cidade, uma empresa ou nação, mas igualmente para se obter mais saúde” (SANT’ANNA, 2006, p. 4). Para tanto, foram forjados na Paraíba projetos ditos saudáveis que consideravam o corpo humano como um microcosmo vivendo no seio do macrocosmo, ou seja, que visava educá-lo por toda a realidade que o circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de conhecimento: a escola. Essa instituição passou a difundir um saber médico que deveria ser imposto às crianças a todo custo, uma educação que acontecia não só por palavras, mas com gestos, olhares, fiscalização, posturas, higiene e cuidados com os corpos.

Conforme Carmen Soares (2006, p. 111), é a partir de desenhos que traçam no espaço com sua materialidade que os corpos e sua gestualidade podem permitir a compreensão de toda uma dinâmica de elaboração de códigos a que devem responder, de técnicas, de pedagogias e de instrumentos desenvolvidos para submetê-los à norma. Dessa forma, os corpos infantis ao entrar em contato com os novos princípios médico-pedagógicos são esquadrihados para serem submetidos à norma. Logo, a escola era responsável por essa submissão do corpo aos preceitos considerados pedagógicos. A instituição escolar deveria delimitar os espaços:

servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui [...] o prédio escolar informa a todos a sua razão de existir, suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos fazem sentido, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos (SOARES, 2006, p. 113).

O próprio prédio escolar assumia o formato metafórico de uma educação do corpo e da constituição de um projeto político da ordem. Ali se aprendiam os novos códigos de civilidade, a “olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se

aprende a preferir” (SOARES, 2006, p. 113). Aos poucos, esses códigos ganharam força na Paraíba e se efetivaram com a construção de prédios higiênicos. Aprendia-se nesses espaços a rejeitar toda e qualquer ameaça moral da ordem aqueles que cometessem excessos vividos pelos que não possuem uma educação pautada nas regras da higiene. Recusar os corpos sujos e adoecidos, pobres, pedintes e fedorentos, os que não sabem se portar, que gritam e não cuidam de si parecia ser norma número um nas escolas da Paraíba.

As escolas eram, portanto, lugares de controle do corpo e de sua submissão à disciplina, como propôs Michel Foucault (2008) ao analisar o corpo concebido como alvo de poder, objeto tão profundamente investido e modelado por aqueles que segregam uma visão do mundo e do social. Foucault apresentou na obra *Vigiar e punir* (2008) que um corpo sujeito às normas é inclusive um corpo “corrigido”, no qual a sujeição moral e física produz uma consciência subjugada. Para tanto, foi necessário o desenvolvimento de disciplinas¹⁵ capazes de tornar os indivíduos, homens, mulheres e crianças, cada vez mais “dóceis e úteis”. Formas de conter o corpo que nem sempre são violentas fisicamente, mas capazes de alterar todo um pensamento acerca daquilo que se acreditava ser correto; ou seja, substituir os maus modos, considerados agressivos à civilização pelos bons hábitos impostos por aqueles que governam e se dizem ser porta-vozes da saúde e da educação.

A principal proposta da educação a que se aspirava implantar para a infância estava voltada para o controle de seus corpos, voltando toda a atenção para as crianças na intenção de manipular, modelar, treinar, obedecer, torná-lo hábil e fazer com que suas forças se multipliquem. Segundo Foucault (2008, p. 118), as escolas, os hospitais ou qualquer outra instituição que adote um conjunto de regimento militar foram pensados para controlar e corrigir as operações do corpo, para torná-lo docilizado à medida que pode ser utilizado, transformado e aperfeiçoado. A escola seria, portanto, esse espaço que impõe obrigações, proibições e limitações, que dita aquilo que é certo e abnega as torpezas. Para isso, tornou-se o lugar onde se trabalha o corpo de forma detalhada, se exerce uma coerção sem folga, onde se busca assegurar um corpo ativo em nível de movimentos, gestos, rapidez. Métodos que “permitiam o controle máximo das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem

¹⁵ A palavra disciplina é pensada em suas duas formas: a disciplina que normatiza os alunos e seus corpos, que estabelece regras, que molda, lapida; e enquanto matéria escolar, nesse caso, Higiene e Educação Physica. Matérias que também são responsáveis por criar “disciplina”, normas, regras que são exercidas diretamente sobre os corpos que aspirava “physicamente vigorosos”.

uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2008, p. 118). Enfim, as escolas passaram a ser por excelência o lugar da disciplina, que fazia do corpo uma maquinaria de poder que o esquadrihava, o desarticulava e o recomporia. Essa foi a proposta dos médicos para as crianças que passaram a frequentar as escolas públicas de ensino primário na Paraíba, especialmente a partir de 1917. A legislação em vigor associada ao discurso médico visou inculcar nas crianças modos de ser e de desejar. Corpos disciplinados que aspiravam na higiene e educação física ao aumento das forças do corpo e da saúde, mas, ao mesmo tempo, corpos dóceis, sujeitados à norma, obedientes. Essas matérias tinham a função de fazer nascer normas capazes de aumentar as habilidades do corpo em aproveitamento, portanto mais dóceis, obedientes, ordeiros, aquilo que Michel Foucault (2008, p. 119) chamou de política das coerções: o controle do corpo, dos gestos, do comportamento. Um corpo manipulado, controlado, vigiado.

Formas de disciplina que percebem os mínimos detalhes. O corpo passou a ser observado e controlado nos seus pormenores. As normas lançavam seus tentáculos sobre a postura ao andar, sentar e deitar, sobre o cabelo que deveria estar sempre penteado e arrumado, as vestes sempre limpas e engomadas, os sapatos sem sujeira alguma, as unhas das mãos e dos pés sempre cortadas, os dentes brancos, a boca com hálito fresco, as orelhas sem cera, a pele sem grude e o corpo perfumado. A pedagogia escolar parecia exercer a disciplina como uma anatomia do detalhe: o corpo era observado por inteiro, nos mínimos detalhes. Nada escapava aos olhos dos médicos.

Essa disciplina pode ser entendida ainda como um espaço útil do ponto de vista médico. Se a escola era o lugar de inculcar as normas de higiene e civilidade, era preciso separar os bons dos ruins, ou melhor, os donos de boa saúde daqueles enfraquecidos, débeis, inertes. Para isso, a vigilância precisava ser constante. Todos os sujeitos eram chamados a abrir bem os olhos na hora de identificar qualquer sinal de doença ou agressão à higiene. Os médicos precisavam ensinar a preferir aqueles considerados *normais*, capazes de amoldarem-se ao padrão, sendo inversamente o anormal aquele que não se enquadra ao modelo imposto. A anormalidade precisava ficar distante dos muros escolares, pois era considerada um risco àqueles que precisavam ser educados. Comprovar ser *normal* era porta de entrada, bilhete de acesso às escolas, para isso, era preciso comprovar por atestado médico ser vacinado e possuir boa saúde física e mental, além de ter de passar por uma boa vistoria detalhada pelo médico escolar. Assim, seguindo os princípios de Michel Foucault, as crianças,

consideradas *normais*, passavam na escola pelos processos de *normalização* de seus corpos. A infância era vigiada, imposta na norma e modelada.

Ainda se faz necessário discutir outro conceito tão importante neste trabalho: a infância. Apesar de todos os dispositivos normativos serem elaborados, discutidos, aprendidos e divulgados pelos profissionais médicos e professores, estes eram aplicados à infância. Primeiro, porque de acordo com o discurso médico da época, seria mais fácil educar crianças que adultos; segundo, porque elas ainda seriam responsáveis por levar para casa os novos hábitos educando seus familiares. Portanto, a infância passou a ser considerada como a melhor fase da vida para orientar a uma vida saudável, momento de aprendizado sobre os cuidados com o corpo, a higiene e a saúde.

São muitos os trabalhos publicados acerca da história das crianças e da infância¹⁶. Esse debate iniciado pela obra *História social da criança e da família* (1981) do francês Phelippe Ariès indica que na sociedade medieval, ponto de partida do autor, o sentimento da infância não existia, para tanto, não se dava conta da existência da particularidade infantil capaz de distinguir a criança do adulto, fato que só ganha corpo com o advento da modernidade, em que a criança por sua ingenuidade, gentileza e graça se tornava uma fonte de distração e relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de paparicação. Nesse caso, a infância estaria associada à ação de paparicar, cuidar das crianças, tarefa tão comum às mães e às amas. Esse segundo sentido da infância foi substituído por aquele imposto pelos moralistas e educadores a partir do século XVII e que inspirou toda a educação até o século XX: “o apego à infância e a sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral” (ARIÈS, 1981, p. 104).

De acordo com esse autor, seria o melhor momento para conhecê-las e corrigi-las; noutras palavras, tratava-se de penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação. Metaforicamente, Ariès tratou as crianças como plantas jovens que precisavam ser cultivadas e regadas com frequência na preocupação de fazer dessas crianças pessoas honradas e probas, homens racionais. Esse

¹⁶ Alguns já clássicos como *História social da criança e da família* (1981) de Phelippe Ariès; *História social da infância no Brasil* (2003) e *Os intelectuais na história da infância* (2002) de Marcos de Cêzar de Freitas e Moysés Kulmann Jr; *Para compreensão histórica da infância* (2007) de Alberto Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Rogério Fernandes; *História das crianças no Brasil* (2009) de Mary Del Priore; *História e infância* (2005) de Giorgio Agamben, dentre outros.

último sentimento, disciplinador, reunia a preocupação com a racionalidade dos costumes, com sua saúde e higiene, com a defesa de que um corpo mal enrijecido inclinava-se à moleza, à preguiça, à concupiscência, enfim, a todos os vícios.

Vale ressaltar que os termos *infância* e *criança* apresentam sentidos distintos, embora estejam ligados. A *infância* é uma construção, uma “concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela *criança*” (FREITAS; KULMANN JR., 2002, p. 7) enquanto a *criança* seria o sujeito real que vive essa fase da vida chamada de infância. A infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns às diferentes crianças. Por outro lado, destaco que a utilização plural do termo *infâncias*, ao atribuir o sentido de pertencimento a grupos específicos: infância abandonada, infância pobre, infância rica, etc., desde que seja atribuída a esses grupos a “primazia dos sentimentos e das práticas que caracterizam este conceito ou representação” (FREITAS; KULMANN JR., 2002, p. 8).

Para alguns autores, a exemplo do Luciano Mendes Faria Filho (2007, p. 8), não existe uma infância, mas, sim, várias experiências humanas que modelam a criança dentro de limites cronológicos determinados. Existem períodos que desenham a pessoa da criança ou a criança como pessoa sobrepõem-se as alteridades dos tempos sociais que delimitam onde cada um se faz. Enfim, trata-se de defrontar seu tempo infantil com o patrimônio civilizacional a seu alcance, logo, sua comunidade de pertencimento: a família e a escola.

Apesar do emaranhado de definições, os três autores comungam de um mesmo parecer: é na infância que se buscava desenhar seu percurso formativo, seja através de normas disciplinares, práticas de vigilância ou representações daquilo que se deseja formar. Fase da vida humana onde os princípios médico-pedagógicos deveriam ser inculcados. Momento de lapidação, hora de controle e modelação dos sentidos. As crianças deveriam receber uma educação da saúde ainda durante a infância, daí tamanha preocupação dos médicos com as escolas.

Contar uma história marcada por normas e disciplinas nem sempre é fácil, especialmente quando a subjetividade do historiador é baldeada pelas tempestades da vida. As metáforas de outrora parecem ter fugido para terras desconhecidas. Mas, o ofício aprendido deu o suporte teórico e metodológico necessário para escrever esta história ainda incompleta. Sei que escrever história é uma prática, portanto, mesmo quando a vida quis tirar de minhas mãos a pena com que escrevo essas linhas, me

fortaleci de toda sensibilidade a meu alcance resgatando os ensinamentos daqueles que me formaram. Foi no campo das sensibilidades que aprendi a ser historiador, e é nessa margem que organizo o texto proposto para esta tese de doutoramento.

1.3 Organização do texto

Mergulhar em um passado governado por *Higia*, só foi possível devido à grande quantidade de fontes encontradas ao longo da pesquisa nos arquivos públicos e particulares da Paraíba. Uma atividade que exigiu paciência, atenção e um pouco de sorte. Afirmando que vivenciei um processo contrário ao que estamos acostumados a ouvir sobre pesquisas: primeiro chegaram às fontes, depois as leituras sobre o tema. Como afirmei anteriormente, foi durante a pesquisa para o mestrado que encontrei os primeiros escritos sobre higiene e educação física nas escolas da Paraíba. Esses estavam publicados nos principais jornais em circulação pelo estado. As notícias me davam fome, as leituras a vontade de comer.

Portanto, foi nas páginas da imprensa oficial, das vozes do Estado que percebi ser possível escrever essa outra história. Costurar falas, bordar imagens, fazer florescer a imaginação histórica, tecer narrativas de corpos, de odores, de gestos, normas, disciplinas, exercícios tornava-se possível devido ao leque de registros deixados por médicos, professores, jornalistas, legisladores, secretários das escolas. Diante das fontes, pude exercer o ofício de historiador: brincar com as palavras, colocá-las de ponta cabeça, fazê-las falarem, ouvir seus sussurros, questioná-las, criticá-las, colocá-las ao avesso, estabelecer problemas, confrontá-las. Depois de tudo isso, construir uma versão dessa história. Permitam-me a analogia: Penélope cruzava os fios tecendo uma manta para os bons deuses enquanto ganhava tempo à espera de seu Ulisses, conforme conta a *Odisseia*. De dia ela tecia, à noite desfazia. Bem parecido foi o trabalho deste historiador: longos dias a tear textos, discursos, notícias, literaturas. Algumas delas precisaram ser desfeitas, esquadrinhadas, reorganizadas, reescritas.

A maior parte dessas fontes foram produzidas para e sobre as escolas da Paraíba. Leis, decretos, pronunciamentos, conferências, artigos em jornais e revistas, boletins, relatórios, livros, anúncios, fotografias, pronunciamentos e denúncias direcionavam-se

para as instituições escolares com as mais diversas intenções. Ressalto que ao longo da análise feita nesta tese, o leitor irá se deparar com referências as escolas, a maioria delas localizadas na capital¹⁷. Para melhor entendimento, apresento o quadro contendo as escolas citadas:

**Quadro I:
Instituições escolares da Paraíba**

Escola	Cidade	Característica
Colégio Nossa Senhora das Neves	Parahyba/João Pessoa	Privada
Colégio Diocesano Pio X	Parahyba/João Pessoa	Privada
Escola de Aprendizes Marinheiro	Parahyba/João Pessoa	Pública
Escola Normal	Parahyba/João Pessoa	Pública
Lyceu Paraibano	Parahyba/João Pessoa	Pública
Grupo Escolar Antonio Pessoa	Parahyba/João Pessoa	Pública
Grupo Escolar Eptácio Pessoa	Parahyba/João Pessoa	Pública
Grupo Escolar Thomas Mindello	Parahyba/João Pessoa	Pública
Grupo Escolar Pedro II	Parahyba/João Pessoa	Pública
Grupo Escolar Isabel Maria das Neves	Parahyba/João Pessoa	Pública
Grupo Escolar Santo Antonio	Parahyba/João Pessoa	Pública
Escola Municipal do Bairro de Tambaú	Parahyba/João Pessoa	Pública
Escola Paroquial Nossa Senhora de Lourdes	Parahyba/João Pessoa	Privada
Escola Municipal Ruy Barbosa	Parahyba/João Pessoa	Pública
Escola Municipal Almeida Barreto	Parahyba/João Pessoa	Pública
Jardim de Infância Santa Terezinha	Campina Grande	Pública
Instituto Alfredo Dantas	Campina Grande	Privada
Escola Normal João Pessoa	Campina Grande	Pública
Grupo Escolar Solon de Lucena	Campina Grande	Pública
Grupo Escolar Afonso Campos	Campina Grande	Pública
Colégio Padre Rolim	Cajazeiras	Privada
Grupo Escolar Mons. João Milanez	Cajazeiras	Pública
Grupo Escolar Rio Branco	Patos	Pública
Grupo Escolar 24 de Janeiro	São João do Cariri	Pública
Grupo Escolar Antenor Navarro	Guarabira	Pública
Grupo Escolar Targino Pereira	Araruna	Pública
Grupo Escolar João da Mata	Pombal	Pública
Grupo Escolar Coelho Lisboa	Santa Luzia	Pública
Grupo Escolar Xavier Júnior	Bananeiras	Pública

Fonte: Quadro elaborado pelo autor dessa tese sobre as escolas citadas ao longo do texto.

¹⁷ Embora a maioria das escolas citadas nessa tese esteja localizada na capital do estado da Paraíba, afirmo que o recorte espacial continua sendo o *estado da Paraíba*, afinal de contas, a legislação proposta pelo governo tinha vigor em todo o território estadual, os discursos publicados nos jornais e revistas ganhavam circulação dentro dos limites da Paraíba, as orientações almejavam atingir escolas, professores e alunos da Paraíba.

É certo que a maioria das escolas citadas estava localizada na capital do estado, porém no decorrer das primeiras décadas do vigésimo século, é possível perceber que os grupos escolares foram ganhando forma nas cidades consideradas “polos” para determinada microrregião. Foi assim nas cidades de Araruna, Bananeiras, Cajazeiras, Guarabira, São João do Cariri, Patos, Pombal e Santa Luzia. Para melhor visualizar o que está apresentado no quadro acima, optei por expor geograficamente essas cidades através do mapa abaixo:



Imagem II: Mapa da Paraíba

Fonte: Mapa elaborado pelo autor desta tese contendo a localização das cidades em que se encontravam as escolas citadas nesse trabalho.

Dessa forma, os discursos timbrados cirurgicamente pelos médicos, visaram adotar nesses espaços uma pedagogia capaz de disciplinar corpos e mentes. Foram documentos, possuidores dessa intencionalidade, que me debrucei para escrever esse trabalho.

As fontes me conduziram no sentido de delimitar os marcos temporais desta tese, permitiram fazer escolhas de análise, priorizar certos personagens e discursos, desprezar temas, guardar novas propostas. Repito: tecer um texto alicerçado nos domínios da História da Educação só foi possível devido aos documentos encontrados nos lugares de memória espalhados pela Paraíba. O quadro a seguir apresenta as fontes e os lugares pesquisados:

Quadro II:
Arquivos, bibliotecas e fontes pesquisadas.

Locais pesquisados	Fontes
Arquivo da FUNESC* – João Pessoa	Jornal <i>A União</i> ; Regimento Interno do Liceu; Guia dos Professores; <i>Reforma do Ensino 1917</i> ; <i>Reforma do Ensino 1935</i> ; <i>Reforma do Ensino 1942</i> ;
Arquivo Eclesiástico da Paraíba – João Pessoa	Jornal <i>A Imprensa</i> ;
Arquivo do IHGP** – João Pessoa	<i>Jornal da Paraíba</i> ; Jornal <i>O Norte</i> ; Jornal <i>A Notícia</i> ; <i>Revista do IHGP</i> ; Almanaque do Estado da PB; Livros diversos;
Arquivo das Escolas Extintas da Secretaria de Educação – João Pessoa	Caderneta escolar; Boletins do aluno; Fichas individuais; Livro de Memória da escola; Fotografias;
Arquivo Particular Adauto Ramos – João Pessoa	<i>Revistas do Ensino</i> ; <i>Boletins da Educação</i> ; <i>Revista do Pio X</i> ;
Arquivo do Colégio Alfredo Dantas – Campina Grande	Atestados médicos; Boletins do aluno; Ofícios; Pronunciamentos;
Arquivo da Santa Casa de Misericórdia – João Pessoa	Relatórios médicos;
Seção Paraibana da Biblioteca da UFPB – João Pessoa	<i>Revista Era Nova</i> ; Palestras da Rádio Tupi; Livros;
Biblioteca Atila de Almeida – Campina Grande	<i>Revista Evolução</i> ;
Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro	Livros didáticos: <i>A fada Higia</i> ;
Arquivo da FIOCRUZ*** – Rio de Janeiro	Cartas

Fonte: Garimpo realizada pelo pesquisador entre os anos de 2011 e 2014.

* FUNESC: Fundação Espaço Cultural.

**IHGP: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

***FIOCRUZ: Fundação Casa de Oswaldo Cruz

É imperativo que o historiador trabalhe com fontes. Mas quando nos deparamos com um acervo vasto e diverso é importante fazer alguns esclarecimentos ao leitor: 1) todas as fontes garimpadas são escritas e imagéticas – exclusivamente fotografias; 2) embora o arsenal de fontes escritas seja vasto – jornais, revistas, livros, livros didáticos,

memórias, ofícios, leis, cartas, cadernetas, boletins, dentre outros –, encontramos sobre o tema da educação da saúde esparsas notas que no total foram suficientes para problematizar o tema e construir esta tese.

No jornal *A União*¹⁸, por exemplo, foi possível verificar discursos que vislumbravam a implantação de uma educação sanitária nas ruas e casas; notícias que denunciavam os maus hábitos; a falta de investimento por parte dos poderes públicos; o clamor pela instituição das matérias de higiene e educação física nas escolas públicas; pronunciamentos de médicos prevenindo a população contra doenças; anúncios de medicamentos e produtos que auxiliavam a cura das enfermidades; incentivos à prática de esportes; o convite das escolas públicas e privadas para a realização de matrículas; textos que anunciavam as mudanças na condução do ensino na Paraíba; artigos dos médicos sanitaristas vindos da Capital Federal fazendo circular o saber médico pedagógico; normas de conduta no andar, falar, gesticular; proibições; cartas trocadas entre os médicos; relatórios da saúde pública; construção e/ou melhoramento dos hospitais; convites a desfiles cívicos; manuais de beleza; o aparecimento e o falecimento de homens que defenderam uma educação sanitária; eventos públicos das sociedades de intelectuais; a ciranda das oligarquias; a água e suas funções; os espaços de sociabilidade; a formação dos professores; o surgimento de agremiações; encontros pedagógicos; formaturas; concursos. Esse periódico, por ser o principal anunciador do governo estadual, possibilitou proferir o discurso daqueles que estavam diretamente ligados ao poder local, facilitando a percepção dos interesses políticos, a composição de projetos dos diversos campos, dentre outros.

Veza em quando, soava como uma voz que destoava daquela que anunciava o Estado: *A Imprensa*¹⁹. Periódico da Igreja Católica, tratou de disciplinar a população aos moldes cristãos, fez em certos momentos de desavenças com os governantes severas

¹⁸ *A União*, o periódico mais antigo que ainda circula na Paraíba foi fundado a 02 de fevereiro de 1893, como órgão divulgador do Partido Republicano, apoiando a gestão do seu fundador, o então presidente Álvaro Lopes Machado, é o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil. Ver: *Paraíba, imprensa e vida* (ARAÚJO, 1983).

¹⁹ O jornal católico *A Imprensa* foi fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Surgiu em um período de transformação na estrutura social brasileira com a implantação da República, a laicização e o início da romanização da Igreja Católica no Brasil e sua expansão com a criação de novas dioceses. Em 1903, fechou suas portas por falta de recursos para sua manutenção, reaparecendo apenas em 1912. Por questões políticas, o interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal e depois de dois dias mandou reabri-lo, porém sua reabertura só se deu em 1946, período em que passou a funcionar em pequenos intervalos até 1968. Seu acervo encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Conferir em: *História de A Imprensa* (VELOSO, 2003).

críticas ao Estado. O que mais chamou a atenção nas publicações desse jornal foi a grande quantidade de informações ditas modernas sobre higiene e educação física, especialmente porque na Paraíba pertence o pioneirismo dessas matérias às escolas católicas privadas. Fez apologias à saúde, ao bem-estar físico, à prática da ginástica sueca, praticada, para usar uma fala d'*A Imprensa*, “apenas nas escolas católicas”.

As revistas *Era Nova*, *Evolução* e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba* possibilitaram respectivamente entender os preceitos de higiene como sinais da modernidade, responsáveis pelo desenvolvimento da beleza e mantenedores da saúde; as novidades civilizatórias e as mudanças no ensino nas escolas de Campina Grande; e a publicação de artigos que denunciavam em um recorte histórico as péssimas condições de higiene em que vivia a população paraibana na primeira metade do século XX.

As *Revistas do Ensino*²⁰, que circularam na Paraíba entre a década de 1930 e os primeiros anos da década seguinte, incumbiram-se da missão de fazer circular um saber próprio aos docentes. Dos dez exemplares publicados, quase todos trouxeram artigos sobre a importância da matéria de higiene e educação física. É possível encontrar em suas páginas: orientações de como utilizar o livro didático, legislação do ensino na Paraíba, como conduzir as aulas de higiene; a realização da ginástica nas aulas de educação física, a higiene dos dentes, dos alimentos, das roupas, dos prédios escolares. Das realizações de eventos pedagógicos, a revista tratou de publicar os resultados de sua culminância. Esse periódico apresentou textos proferidos em palestras, em cultos corporais ao civismo ou em evento como as marchas em homenagem ao ilustre presidente João Pessoa. Fez formação de professores. Revestiu-se do discurso de uma educação capaz de formar um cidadão saudável e defensor de sua pátria e em consonância com a ideologia da Era Vargas.

Os documentos das escolas extintas acabaram por revelar falas que não pertenciam às fontes produzidas pelo Estado. Tratava-se de *cadernetas* medico-pedagógicas com anotações individuais dos corpos dos alunos, sua frequência e avaliação. Os *boletins* e *atestados médicos* prescreviam as autorizações para a realização dos exercícios físicos, bem como indicavam se os alunos e alunas eram possuidores ou não de boa saúde. Os *ofícios* comunicavam a necessidade de materiais próprios às aulas de higiene – manutenção dos gabinetes de higiene – e de educação física – material esportivo. Nos *livros de memória* das escolas, registrava-se a situação

²⁰ A *Revista do Ensino* era publicada vezes de forma anual, vezes de forma semestral pelo Departamento de Educação do Estado da Paraíba.

de salubridade, arquitetura dos prédios escolares capazes de perceber a iluminação, ventilação, mobiliário, espessura dos corredores, pavilhões de ginástica, altura dos degraus, declive do terreno, escoamento das águas etc.

Ressalto ainda as *cartas* trocadas entre os médicos sanitaristas Flávio Maroja e Belisário Penna²¹, nas quais dialogam sobre os problemas da higiene da Paraíba, especialmente a situação das águas, a proliferação de verminoses e a leseira de lesma que se instalava nas pessoas. As *palestras* proferidas por médicos e professores na Rádio Tupi e publicadas no formato de livro ensinando à população aquilo que havia de mais moderno nos cuidados com o corpo, em um momento em que o rádio tornava-se uma paixão nacional.

Por fim, o *livro didático* adotado pelas escolas da Paraíba nas décadas de 1930 e 1940: *A fada Higia*, de autoria do médico eugenista Renato Kehl²². A primeira edição data de 1925 e foi publicada pela Livraria Francisco Alves. A segunda edição veio a lume cinco anos depois com uma tiragem de dois mil, duzentos e noventa e sete (2.297) exemplares. Escrito para utilização dos professores nas matérias de Higiene e Educação

²¹ Belisário Augusto de Oliveira Penna, nascido aos 29 de novembro de 1868, em Barbacena, Minas Gerais. Matriculou-se, em 1886, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Concluiu o curso na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Com a “nomeação de Oswaldo Cruz, em 1903, para dirigir os serviços federais de saúde pública, realizaram-se concursos para as campanhas sanitárias. Aprovado, Penna tomou posse como inspetor sanitário no Rio de Janeiro, em maio de 1904” (THIELEN; SANTOS, 2002, p. 2). Trabalhou no combate a variola incentivando a vacinação, na profilaxia da febre amarela, no combate ao impaludismo e nas diversas doenças que assolavam os trabalhadores da construção das estradas de ferro da Central do Brasil. Estudou o desenvolvimento da tripanossomíase americana. Visitou o interior do Brasil, do Norte ao Nordeste, interessado nas diversas doenças que maltratava a população brasileira. Dentre as diversas visitas, esteve na Paraíba interessado no estudo das verminoses, fato que fez trocar cartas com o médico Flávio Maroja. Participou da fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil que congregou vários intelectuais e políticos. Publicou um livro *Higiene para o povo: amarelão e maleita* (1924), e escreveu vários outros sobre saúde e educação sendo publicados em vários jornais do país. Participou do movimento eugênico, que propunha o melhoramento da raça por meio da higiene física e moral da população. O principal líder da eugenia brasileira, Renato Kehl, era genro de Penna, o que o aproximou do movimento. Tornou-se membro da *Comissão Central Brasileira de Eugenia*, de que era secretária sua filha Eunice, esposa de Kehl. Faleceu em 4 de novembro de 1939.

²² Renato Ferraz Kehl, “graduou-se em Farmácia, pela antiga Faculdade de Farmácia de São Paulo, em 1909 [no ano seguinte] decidiu-se mudar para a Capital Federal, com o objetivo de estudar medicina na tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” (SOUZA, 2006, p. 31). Foi o maior propagandista da eugenia brasileira, inspirando diversos médicos que se envolveram fervorosamente em defesa da pureza da raça e da limpeza no Brasil, defendendo políticas compulsórias como restrição a imigração, a esterilização e o controle de casamentos. Desde seu ingresso no curso de medicina que Renato Kehl travou contato com as obras e ideias de cientistas como Lamarck, Darwin, Spencer e Francis Galton que “exerceu maior fascínio sobre as ideias do jovem aluno de medicina” (SOUZA, 2006, p. 32). Para Kehl, o “tipo perfeito e equilibrado de homem [seria] fisicamente, robusto; psiquicamente, um superior; moralmente, um tipo exemplar” (SOUZA, 2006, p. 32). Os assuntos mais discutidos ao longo de sua carreira profissional foram raça, imigração, controle matrimonial, higiene mental e eugenia. Na gestão Eptácio Pessoa, dirigiu o Departamento Nacional de Saúde Pública realizando atividades voltadas ao saneamento rural e a educação higiênica e sanitária. Publicou diversos livros, dentre eles, *A cura da fealdade* (1923) e *A fada Higia* (1925), fundamentais para a confecção dessa tese. Ver: *Raça pura* (DIWAN, 2007); *Em nome da raça...* (SOUZA, 2006); *A perfeição expressa na carne...* (SILVA, 2008).

Física do ensino primário, esse livro continha, conforme os médicos da época, valiosos preceitos de saúde. Um livro recheado de imagens e textos com a função de despertar nas crianças o interesse pela educação higiênica, ou seja, pelos hábitos sadios. É narrado pela fada da higiene que ensina às crianças o que é preciso para ser saudável. O livro está dividido em duas partes: a primeira contém historietas que narram situações de cuidados com a higiene do corpo e o combate às doenças. Os personagens das histórias são a fada Higia e as crianças. São seis histórias que deveriam ser contadas e recontadas pelos professores em sala de aula; a segunda parte do livro apresenta o conteúdo a ser estudado em sala de aula: água, alimento, habitação, asseio do corpo, o sono, as vestes, os micróbios, as doenças, os animais, os bons hábitos, os vícios, os exercícios ginásticos, dentre outros.

A *fada Higia* tornou-se uma das principais fontes na hora de entender a introdução das matérias de Higiene e Educação Física no programa de ensino da Paraíba. Devido à tamanha importância atribuída a essa fonte, informo ao leitor que os capítulos que compõem esse trabalho são abertos com as historietas contadas pela fada da saúde, contendo ensinamentos sobre os cuidados com o corpo; temas diretamente ligados àquilo que será discutido dentro dos capítulos²³.

Esse costurar de corpos e documentos capaz de construir uma história traçada por subjetividades, me permite reafirmar que “fazer história é uma prática”. Para melhor compreensão, peço novamente licença para mais uma analogia. Recorro ao poeta Carlos Drummond de Andrade em uma de suas orientações: “Convive com teus poemas antes de escrevê-los”. O mesmo se aplica ao historiador: vivemos debruçados às fontes, mantemos uma relação de aproximação e distanciamento. Por vezes somos enganados, noutras as desarmamos. Desnudamos as fontes, retiramos suas máscaras. Travamos uma luta entre o real e a ficção. Convivemos com as fontes, mas só produzimos história a partir da prática própria do nosso *metier*.

Dessa forma, após a exposição dos caminhos que levaram a presente pesquisa, as fontes que possibilitaram a construção desse texto intitulado *Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942)*, e a discussão acerca dos conceitos que nortearam o desenvolvimento desse estudo, passo a apresentar a estrutura deste texto que ficou assim distribuído: o **capítulo dois** é dedicado ao entendimento dos projetos de higiene criados na Paraíba desde meados do

²³ A página de abertura dos capítulos possui uma imagem produzida pela ilustradora Luyse Costa. Essas imagens foram produzidas a partir da leitura das fontes que viabilizaram a confecção desta tese.

século XIX, assumindo um caráter policialesco, mas que acabaram por fracassar devido à falta de assistência por parte dos poderes públicos. Para isso, foi preciso fazer um passeio pelo estado sanitário da Paraíba com suas ruas cheias de lixo e lama, pelos corpos que se amontoavam pelas calçadas exalando odores repugnantes; pelos lugares insalubres que disseminavam doenças a todos que por ali passavam. Cidades que gemiam na imundície, daí chama-lo de “*Sob o domínio do abandono: os projetos de higiene*”.

Apesar dos graves problemas sanitários, foi criada uma legislação conhecida por códigos de posturas que deveriam ser fiscalizados pelos órgãos competentes: as *Inspectorias de Hygiene* (1839-1889), pelo *Serviço de Hygiene* (1895-1918) e pela *Comissão de Profilaxia Rural* a partir de 1920. Por mais eficientes que parecessem na legislação em vigor à época, os cuidados com a higiene das ruas só ganhavam força durante as epidemias que assolavam o estado.

Logo em seguida, em “*O saber médico-pedagógico e a construção da nova ordem*”, discorro sobre o saber médico proposto para a construção da nova ordem. São palestras sanitárias realizadas nas escolas apresentando aos professores as melhores formas de conduzir o ensino de higiene. Essas palestras foram frutos do projeto médico-escolar criado por Flávio Maroja para implantar nas escolas uma educação higiênica destinada às crianças do ensino primário. Para isso, circulavam ideias sobre saúde, educação e cuidados com o corpo. Os médicos tratavam de ditar as normas, os professores deveriam executar, os alunos precisavam obedecer. Nesse contexto, vários mecanismos foram pensados para ensinar os hábitos higiênicos, a exemplo do *Pelotão da Saúde*, formando soldados defensores da higiene.

Para finalizar o segundo capítulo, apresento o tópico “*Ensino reformado, escola medicalizada: as Semanas Pedagógicas e a Escola de Aperfeiçoamento de Professores*”, no qual discuto as reformas do ensino ocorridas em 1917, durante o governo Camilo de Holanda, e em 1935, durante o governo Argemiro de Figueiredo. Embora construídas em momentos históricos distintos – República Velha e Estado Novo, respectivamente – ambas apresentaram uma forte mudança no programa de ensino das escolas públicas criando mecanismos para a difusão dos novos saberes médico-pedagógicos: as *Semanas Pedagógicas* e a *Escola de Aperfeiçoamento de Professores*.

No **capítulo três**, intitulado de “*Medicar e educar a infância: dispositivos para uma hygiene do corpo*”, apresento a escola a que se aspirava no projeto do sanitarista

Flávio Maroja: limpa, higiênica, imponente, educada. O primeiro tópico – “*Lapidar os sentimentos, desinfetar o corpo*” - tratou de discutir o conceito de higiene postulado à época, bem como a importância de adotar a matéria de higiene nas escolas da Paraíba. Problemático os elementos presentes no projeto educacional criado pelos médicos e colocado em prática na Paraíba a partir do começo do século XX, especialmente, dos ditos acerca das matérias de higiene e educação física. Procuro, pois, refletir sobre o processo de medicalização da escola a partir das mudanças sofridas na educação paraibana e defendida por Flávio Maroja sob a alegação de estar em consonância com os princípios ditados pelos profissionais da medicina da capital federal.

Logo em seguida, parto para a arquitetura escolar. Em “*Do sujo ao limpo: os prédios escolares*”, apresento os prédios que almejavam sair da condição de “*pardieiros*” para ganhar o título de “*palácios*”. Discursos médicos que miravam seus estetoscópios sobre a construção e/ou reformas dos grupos escolares ditos higiênicos. Escolas com salas de aula arejadas e iluminadas, com carteiras próprias para uma melhor posição da coluna, os cuidados com os espaços escolares para o recreio e a prática de ginástica, a disposição dos banheiros, mictórios e lugares específicos à higiene. Cuidados com a água que abastecia a escola e com os alimentos que eram ingeridos. As atenções higiênicas davam conta até mesmo dos cuidados com o material escolar.

Os prontuários pareciam anotar os cuidados com o corpo dos alunos e funcionários da escola. Passou a existir desde o início do vigésimo século a cobrança de atestados médicos comprovando que cada aluno, professor ou qualquer outro funcionário da escola portasse boa saúde. Para tanto, a fiscalização higiênica passou a ser regra cotidiana que observava o corpo por inteiro. Discutiam-se ainda os cuidados considerados como problemas que poderiam ser considerados um entrave à higiene corporal e mental: a fadiga. Para isso recomendavam-se normas que extrapolavam os muros das escolas e adentravam nas casas dos alunos. Disciplina que precisava ser efetivada a todo custo. Ditavam-se as formas higiênicas de escrever, de sentar, de andar. Anotava-se a evolução corporal e higiênica dos alunos nas cadernetas médico-pedagógicas e convidavam-se as famílias dos alunos para conhecer sua evolução.

No sub-tópico seguinte do terceiro capítulo, “*A educação da saúde e o combate a ‘moleza de lesma’*”, discuto o programa de ensino proposto especificamente no caso da matéria de Higiene. A construção e a apresentação de atividades lúdicas desenvolvidas na matéria e as formas corretas de limpar o corpo, parte a parte. Uma

cadeira que visava não apenas afastar dos alunos as doenças, mas prevenir contra os males causados pela falta de cuidado com o corpo. Nenhum cuidado higiênico com o corpo ficou de fora: banho, vestuário, limpeza do rosto, das mãos e dos pés, dentre outros. Encerrando esse capítulo apresento, o último tópico “*Para o cultivo da saúde: o Programa de Higiene*”, discutindo as diretrizes traçadas para a prática docente da matéria de higiene nas escolas da Paraíba.

Para a **segunda parte** desta tese, confeccionei mais dois capítulos: Em “*Corpos fortes e vigorosos: a educação física conquista as escolas*”, trato da matéria de Educação Física, herdeira da higiene, responsável por garantir um bom desenvolvimento físico ao corpo dos alunos. As aulas de ginástica foram problematizadas a partir dos discursos médicos impostos a essa matéria revelando formas de assegurar ao corpo saúde e beleza. Três pontos se sobressaem nessa análise: as aulas de ginástica e o treino do futebol, construtores de corpos fisicamente vigorosos; o discurso médico em defesa da educação física e o programa de ensino dessa matéria. Conceitos como o de *Cultura Física* se fez imprescindível para esse momento em que o esporte se tornou a paixão nacional. Nesse sentido, melhor se articulam seguindo os subtítulos: “*Vibrante exhortação dos moços: a cultura física*” como proposta de incutir na população a tarefa da atividade física, despertar nas crianças o desejo pela ginástica; “*De corpos grossos a refinados: a gymnastica sueca*” no qual discuto o modelo de educação física inicialmente adotado nas escolas privadas, mas que ganhou força no programa de ensino das escolas públicas durante a década de 1930; em “*Crianças escouths: a preleção aos corpos fortes e sadios*”, discuto brevemente a instituição do escoteirismo diretamente ligado as escolas da Paraíba com o objetivo de criar mentes e corpos disciplinados; em “*A paixão nacional: o foot-ball*” apresento ao leitor a chegada do futebol na Paraíba, os discursos produzidos sobre essa modalidade esportiva, a sua luta para adentrar nas escolas e o aparecimento desse esporte como signo da modernidade compondo os clubes esportivos que conquistaram o coração dos paraibanos; no quarto sub-tópico intitulado “*Rainha do desporto: a Eugenia Preventiva proposta por Renato Kehl*”, o debate gira em torno dos discurso eugênico em defesa do esporte. As anotações escritas pelo eugenista Renato Kehl chegaram a Paraíba através das mãos dos médicos que passaram a defender a eugenia preventiva enquanto modelo ideal no processo de fabricação do corpo *physicamente vigoroso*; em seguida o leitor de depara com o item “*Sob a hábil pena dos discursos médicos: a educação física*”, detenho-me na participação dos médicos e seus pareceres emitidos sobre a educação

física. São anotações e atestados sobre a aptidão física dos alunos, as aulas de educação física e a defesa da gymnastica sueca; por fim, em “*A legislação escolar em defesa do mens sana incorpore sano*”, discuto a presença da educação física na legislação escolar por meio das reformas do ensino publicadas nos anos de 1917 (República das Oligarquias); 1935 (Governo Vargas) e 1942 (Estado Novo).

O **quinto capítulo**, batizado por “*Um toque de Higia: os impressos a serviço da educação da saúde*”, volta-se para os corpos exercitados e os exercícios para o corpo impressos nos manuais de educação, a exemplo da *Revista do Ensino*, e em livros didáticos como a *Fada Higia*. Publicada a partir dos primeiros anos da década de 1930, a *Revista do Ensino* apresentou discursos próprios do cidadão a que se aspirava durante a *Era Vargas*: um cidadão saudável, forte para o trabalho e apaixonado por sua pátria. Esse periódico circulou como disseminador de saberes próprios destinados aos professores, portanto, tinha o objetivo de implementar uma formação considerada contínua. Em suas páginas, foi possível encontrar um considerável número de artigos sobre as matérias de higiene e educação física, seus encontros de professores, debates da legislação vigente e os trabalhos realizados pelas escolas da Paraíba. No primeiro item, “*A Revista do Ensino e a sua proposta médico-pedagógica*”, discorro sobre as publicações que versaram sobre higiene e educação física. Dentre as diversas temáticas que a *Revista do Ensino* contemplou, elenco a educação da saúde como uma das principais, somando considerável número de artigos sobre o tema. Para melhor organizar a discussão, esquematizei uma divisão em três pontos: a higiene do corpo, de que resultou o tópico “*Por uma higiene do corpo*” no qual são apresentados os princípios normativos da revista para as aulas de higiene; a higiene da boca que fez surgir a discussão intitulada “*Por um sorriso Colgate*”, a atuação médico-pedagógica sobre a boca, a instalação dos gabinetes dentários e o combate à cárie; e as aulas de educação física. Para esse último tema, confeccionei um sub-tópico chamado “*Noções para as aulas de Educação Physica*” em que discuto as propostas pedagógicas para as aulas de educação física. As indicações de ginástica, jogos e prendas manuais; as orientações para o desenvolvimento dos movimentos corporais; a atividade lúdica para a infância e os cuidados com a beleza do corpo, tudo isso é assunto contemplado pela *Revista do Ensino*, portanto, alvo de debate nessa parte do texto. No último sub-tópico, “*A Fada Higia: apontamentos para o código do bom tom*”, reservei a discussão acerca do livro didático escolhido e distribuído entre professores e alunos na tarefa de educar corpos considerados perfeitos. Trata-se de uma obra do eugenista Renato Kehl – *A fada*

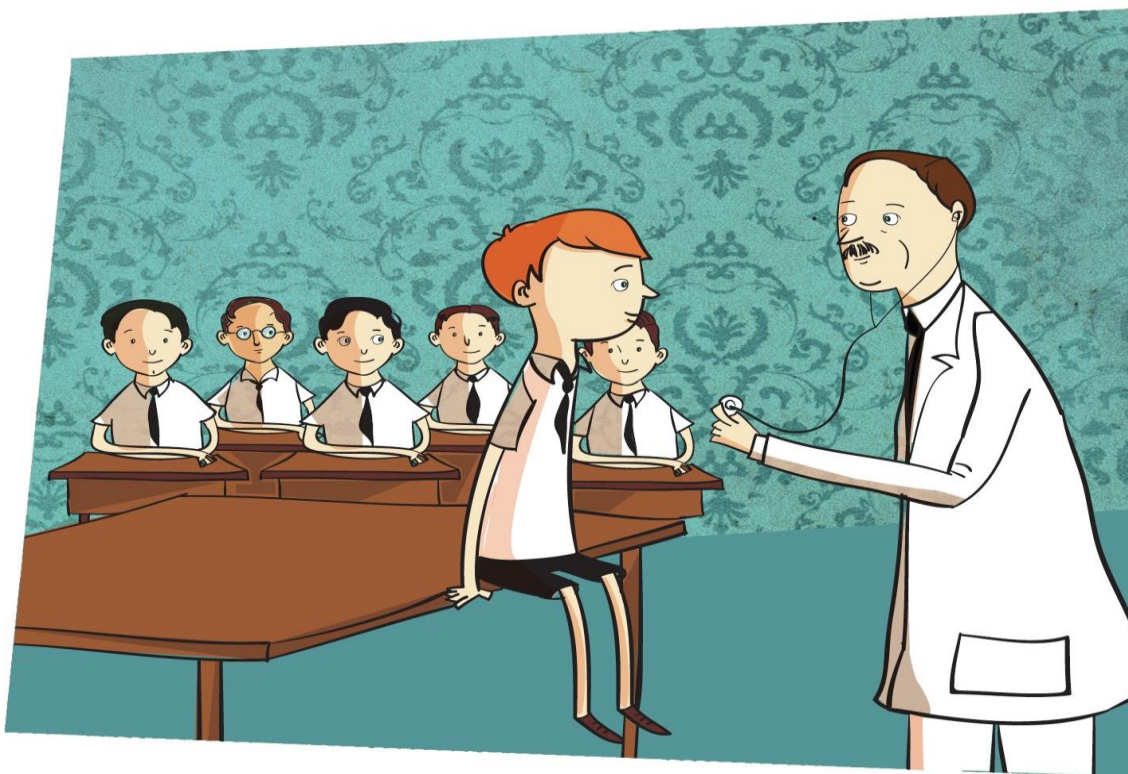
Higia -, escolhida a dedo por aqueles que conduziam a educação da saúde na Paraíba. Livro que disciplinou e normalizou a infância, a obra de Renato Kehl trouxe apontamentos para o código do bom tom e vislumbrou a edificação de corpos perfeitos.

Convido o leitor a passear por corpos que passaram a abandonar o sujo e desejavam o limpo; por discursos médico-pedagógicos que normatizaram a infância; por professores que disciplinaram alunos e ações metricamente pensadas na luta para eleger *Higia* como soberana. Para isso, vejamos as armas utilizadas por seus soldados.

Capítulo II

“Para salvação da nossa gente”: os outros hábitos médico-pedagógicos

“A pouco e pouco, mais aqui, menos ali, a idéia caminha, com reação ainda da rotina e das crendices, estas serão dominadas, afinal, pela educação higiênica e prática do saneamento, novos hábitos, dentro dos preceitos e regras da higiene, serão instituídos para a salvação da nossa gente, e reabilitação dos créditos da nossa raça”.
(Belisário Penna)



Antigamente, minhas crianças, era o mundo constantemente invadido por doenças perigosas, que matavam muita gente. Quando uma delas caía sobre os habitantes de uma vila ou de uma cidade, era um pavor. Atacava, de supetão, quase todas as pessoas, levando-as ao leito, com febre, dôres. Muitas morriam, outras ficavam inutilizadas de vez, outras perdiam pessoas queridas. E estabelecia o luto, o terror, a desolação geral.

Homens, mulheres, jovens ou velhos e crianças fugiam alvoroçados, abandonavam, temerosos, as casas, corriam para longe, com trastes às costas, receando ser alcançados pelo mal.

- Calculem vocês, o horroroso espetáculo que se desenrolava! Não se conheciam as causas das doenças. Pensava-se que eram castigos do céu, para os quais não havia remédios. Quando uma delas aparecia num lugar, não se falava outra coisa, só se ouvia esta exclamação: - Valha-me Deus, que a peste está aí!

Faziam-se rezas, pediam-se socorros aos santos, organizavam-se procissões pelas ruas, em prece. Mas a peste, sem caridade, continuava a sua faina maldita, espalhando o terror, o sofrimento e a morte.

Houve uma dessas chamada “Morte Negra” ou “Peste Negra”, que ficou famosa na História. Deu-se há mais de quinhentos anos, no século XIV. Atravessou toda a Europa, por todos os lados, e destruiu a quarta parte da população. Um horror!

Nada conseguiu exterminá-la. Só depois de matar milhões de indivíduos, julgou-se satisfeita e deu por terminada a sua maldita empreitada. Houve cidades que se despovoaram, que se transformaram em ruínas.

Reinava a falta de asseio; a alimentação era má; as habitações péssimas. A magnificência dos reis, príncipes, das altas personagens, não os livrava das doenças. Houve reis e rainhas que nunca tomaram banho. Viviam imundos, exalando mau cheiro. Seus palácios eram sujos, sem ar e sem luz; as tapeçarias bordadas a ouro, que revestiam os aposentos, escondiam paredes úmidas, mal rebocadas, onde se ocultavam ratos e outros *bichos daninhos*.

- Talvez muitos de vocês se recordem, ou pelo menos, ouviram falar da gripe, também chamada “espanhola”, que andou pelas nossas cidades, vilas e por todos os recantos do nosso país. Hoje, “as pestes”, ou doenças, que atacam, de repente, muitas pessoas ao mesmo tempo, denomina-se “epidemias”. São elas de várias espécies: epidemia de varíola, de febre amarela, de febre tifoide, de escarlatina e muitas outras.

A higiene, meus amiguinhos, é a nossa maior amiga e protetora. Ela é, como um anjo benfazejo, a zeladora de nossas vidas. Sempre alerta, dá-nos conhecimento, meios e coragem para combater os nossos piores inimigos, isto é, as doenças.

- Todos vocês devem, pois, tê-la na maior consideração, aceitar os seus conselhos e nunca desprezá-los.

- Vai ela, agora, falar.

- Atenção.

2.1 Sob o domínio do abandono: os projetos de higiene

Em um dia cinzento do mês de agosto de 1931, as meninas organizaram-se em filas para o início da aula de educação *physica*. Já traziam em seus corpos o fardamento apropriado para a realização dos exercícios: saias azuis na altura do joelho, camisas brancas e folgadas e com mangas três/quartos para dar liberdade ao corpo. A gola da camisa abotoada por uma mini gravata da mesma cor da saia. Sapatos escuros e meias na altura da canela. Para começar a atividade física, era imprescindível a posição: mão direita na altura dos quadris, braço esquerdo alongado no ar. Postura ereta, corpo esguio. A norma valia tanto para as alunas do primário quanto para as do secundário no *Colégio Nossa Senhora das Neves*.

A descrição acima indica a importância das novas matérias que passaram a fazer parte do programa escolar. A introdução das cadeiras de *Hygiene* e *Educação Physica* em 1913 nas escolas privadas da Paraíba fez criar uma forte reflexão sobre os corpos de meninos e meninas que a partir de então deveriam estar aptos para combater as torpezas, a preguiça e a rejeição social. Foi nas aulas de ginástica, por exemplo, que se lançou o que acreditava ser uma nova proposta médico-pedagógica que via nos exercícios físicos a melhor forma de educar corpos, disciplinar mentes, criar cidadãos saudáveis, aptos para o trabalho e para a disciplina.

A cultura física tornou-se tão importante, a ponto de fazer com que os jornais da época publicassem uma série de artigos, chamadas e anúncios acerca da prática da ginástica. Um exemplo disso foi o brado publicado pela *A Imprensa* na edição de 26 de setembro de 1936 alegando que “a educação *physica* da mocidade paraibana merecia todo o empenho dos nossos homens de governo e o estudo necessário para sua alta finalidade”. A notícia chamava a participação dos poderes públicos para o incentivo da atividade física reclamando sempre “a participação dos poderes públicos [...] devendo partir destes a iniciativa que possa concorrer para o desenvolvimento racial da nossa juventude”²⁴. O apelo do jornal católico não parava por aí. Exigia a construção de galpões e ginásios devidamente aparelhados dentro e fora das escolas para a realização de atividades, piscinas para a prática da natação e terrenos vazios para a corrida. De acordo com a notícia, era possível “alcançar um nível social esportivo e novos métodos

²⁴ *A Imprensa*, 26 set. 1936.

pedagógicos capazes de dotar a Parahyba de centros positivamente instrutivos sobre vários aspectos”²⁵.

Evidencio, ainda, a chamada da escola como lugar por excelência da divulgação e realização de esportes e atividades físicas. Por conseguinte, a escola tornou-se o lugar da disciplina, aquela que “delimita espaços [...] servindo-se de símbolos e códigos, afirmando o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui” (SOARES, 2006, p. 113). Lugar onde se aprende a ver, ouvir, se comportar, expressar os gestos, escolher, andar, desejar. A instituição escolar buscou moldar crianças e jovens a partir de uma educação do corpo que foi além do bê-á-bá: criou normas, disciplinou os movimentos, atribuiu sentidos. A escola passou a ser o lugar onde a higiene e a educação física ganharam espaço não apenas no programa de ensino, mas na forma de educar corpos e mentes, modos de olhar e desejar. Uma educação que Michel Foucault (2000, p. 74) chamou de educação corporal que integra o discurso de poder. Tornou-se uma prática de civilidade. Foi assim nos discursos médico-pedagógicos tecidos na Paraíba a partir de 1913.

Na década de 1910, duas escolas privadas da capital paraibana, o *Colégio Nossa Senhora das Neves* e *Colégio Pio X*; e a militar *Escola de Aprendizes Marinheiro*²⁶ – adotaram em seu programa a matéria, pois viam na escola um lugar apropriado para difundir as normas do *viver bem*. Para Carmem Soares (2006, p. 115), é “na instituição escolar que o discurso pedagógico que toma por base os preceitos científicos sobre a ginástica, vai predominar; e é o seu caráter higiênico e moral alargado que contribui para a formação de uma outra estética, a estética da retidão”. Dessa forma, tornou-se possível potencializar a utilidade de suas ações e educar efetivamente o corpo. Foi na escola que se passou a combater os excessos e defender o cuidado com o corpo e com a saúde.

O conceito de “corpos dóceis”, elaborado por Michel Foucault (2008, p. 117), pode ser empregado na análise de corpos de alunos e alunas que se tornaram alvos de um projeto audacioso do governo federal e estadual nos primeiros anos do século XX. A execução do projeto de uma educação corporal coincidiu, no Brasil, exatamente com o momento em que o corpo passou a ser descoberto como alvo de poder. Território possível de encontrar “sinais de grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que

²⁵ *A Imprensa*, 26 set. 1936.

²⁶ As informações sobre a existência das matérias de Higiene e Educação Physica no programa de ensino dessas escolas podem ser vistas nas publicações dos jornais em circulação na época: *A Imprensa*, *A Notícia*, *A União*. (Cf. SOARES JÚNIOR, 2011).

se manipula facilmente, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2008, p. 117). Diversos profissionais, dentre eles, médicos, engenheiros, professores etc., viram que o corpo era um forte objeto de investimento, portanto, deveria possuir “docilidade”, ou seja, “ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2008, p. 118), assim, o corpo precisaria estar aprisionado no interior de poderes bastante apertados, que deveriam lhe impor proibições e/ou obrigações. Portanto, a escola tornou-se o lugar ideal para essa empreitada, local capaz de realizar “processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo” (FOUCAULT, 2008, p. 117). Vale ressaltar que controlar corpos era uma prática bastante antiga, especialmente quando o assunto era higiene. A novidade que discuto nesta tese está na forma com que as disciplinas se tornaram “disciplina”²⁷ dentro da prática pedagógica com uma finalidade específica: criar cidadãos saudáveis e apaixonados pela pátria. E vão além, as disciplinas são apropriadas em um momento histórico:

que nasce uma arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo uma manipulação calcada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula, o recompõe (FOUCAULT, 2008, p. 119).

Assim, almejada pela proposta médico-pedagógica, a escola viu nessa duplicidade de acesso o melhor mecanismo para controlar os corpos desde a infância. As atividades físicas e as normas de higiene devem ser vistas como uma política de coerção, pois estabelecem regras sobre todos os elementos que o constituem, dentre eles, gestos e comportamentos. Para tanto, fazia-se necessário divulgar a escola como um espaço do *viver bem*; atividade que ficou a cargo dos periódicos locais. Brados que ganhavam lugar nos periódicos de circulação estadual alegando que “não há povo civilizado sem a existência da gymnástica”²⁸. Afirmou ser imprescindível para a existência daquilo que se considerava ser civilizado, moldar o corpo nos novos padrões

²⁷ Entendo por disciplina um método que permite o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade utilidade. Segundo Michel Foucault (2008, p. 118-119), esse conceito se distancia da escravidão, pois não se fundamenta numa relação de apropriação dos corpos, se difere de domesticidade que é uma relação de dominação constante, global e diferente de vassalagem que é uma de submissão altamente codificada.

²⁸ *A Imprensa*, 20 abr. 1940.

normativos. O corpo exercitado só era possível por meio da ginástica que estimulava o “funcionamento dos órgãos, elastecia os músculos e lhes dava fortaleza, altivez, a inteligência, torna assim o homem mais apto a vencer os obstáculos na luta pela vida”²⁹.

Tais afirmativas tornaram-se gritos de alerta para a sociedade paraibana, especialmente nas falas acerca da educação física e da higiene. Foi nesse sentido que o médico sanitarista Flávio Maroja passou a defender em cartas, reportagens e formações médico-pedagógicas a implementação das matérias no programa de ensino. Tratava-se de mais um projeto considerado higiênico pelo sanitarista. Era sua segunda tentativa³⁰. Portanto, faz-se necessário apresentá-las.

O **primeiro** projeto médico, que vislumbrou combater a falta de higiene na Paraíba, remonta a meados do século XIX. Uma série de leis foram criadas combatendo a sujeira das ruas, defendendo a construção de cemitérios e hospitais, controle dos matadouros e feiras, normas de conduta que visavam civilizar a população implementando uma educação por meio da saúde. Para tanto, o governo provincial criou a *Inspectoria de Hygiene*³¹, órgão gerido por um médico e que funcionava quase exclusivamente em tempo de epidemias. Apesar da legislação existente, a *Inspectoria* fracassou devido à falta de investimentos por parte do governo provincial³².

Com a chegada da República, outros ares pareciam tonalizar as cidades. Um **segundo** projeto médico-higiênico ganhava corpo na capital paraibana: era o *Serviço de Higiene*. Nessa versão do projeto, a medicina deveria “penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática, e o de que deveria constituir-se como apoio indispensável ao exercício de poder por parte do Estado” (GONDRA, 2011, p. 525). Dessa forma, o médico deveria utilizar seu conhecimento e poder para impedir o aparecimento de doenças e tudo àquilo que pudesse interferir diretamente no bem-estar físico e moral dos cidadãos. Dentre as diversas armas empregadas no discurso médico, foi possível perceber o medo das doenças e da morte, notadamente num tecido urbano que crescia desordenadamente. Era

²⁹ *A Imprensa*, 20 abr. 1940.

³⁰ Terceira do Estado, conforme afirmado no capítulo anterior.

³¹ Para melhor entendimento, deixo claro ao leitor que entre meados do oitocentos e as primeiras décadas do vigésimo século foram criados diversos setores/departamentos/comissões responsáveis por solucionar o problema da falta de higiene. O primeiro foi a *Inspectoria de Hygiene* criada na década de 1840, o segundo foi o *Serviço de Hygiene* criado em 1895 e institucionalizado em 1911, por fim a *Comissão de Profilaxia Rural* em 1918. Este último se organizava em *Departamentos de Profilaxia Rural* espalhados pelo Estado da Paraíba.

³² Para melhor entender a Higiene no século XIX consultar *Corpos hígidos...* (SOARES JÚNIOR, 2011) e *Educação pela saúde...* (MARIANO, 2015).

preciso criar um pânico urbano como inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. É o que Michel Foucault (2009, p. 87) chamou de “medo urbano”, angústia e pavor diante da cidade representada de diversas formas: oficinas e fábricas que estavam em processo de construção, o amontoamento da população numerosa demais, medo das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos, pânicos dos esgotos e do lixo que beiram as casas, das ruas que se alongam formando corredores sombrios. Esse mesmo fenômeno verifica-se na Paraíba na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

Por conseguinte, a medicina deveria refletir e atuar sobre todos esses componentes próprios da cidade que se revestia do discurso da modernidade em termos urbanos e institucionais. Era preciso manter o inimigo afastado. O perigo fez nascer a preocupação com a prevenção. Molda-se a forma de educação higiênica pautada no novo modelo urbano que se instala:

As grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna-se enfim, analista de instituições: transforma o hospital – antes órgão de assistência aos pobres – em máquinas de curar; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de curar; oferece um modelo de transformação à prisão e a escola (MACHADO, 1978; GONDRA, 2011, p. 525).

A cidade passa por um processo de higienização de seus espaços. Mas o combate estava realmente declarado? Como limpar a cidade? Como criar um modelo de educação higiênica que atingisse todos os segmentos da sociedade paraibana? Seria mesmo possível? São inquietações que provavelmente afligiam os médicos sanitaristas que criaram o *Serviço de Higiene*.

Observemos as narrativas sobre a higiene da cidade da Parahyba:

Quem conhece certas práticas usuais de grande parte da nossa população, inconsciente talvez dos perigos a que se expõe conservando por longas horas no interior das *casas* matérias fermentescíveis, como no lixo, e tendo no fundo dos quintais uma coisa asquerosa e nauseabunda, - contra as regras da mais rudimentar higiene, a que dão o nome de *latrina*; quem sabe que mesmo nas ruas principais desta cidade há casas, que nem essa coisa repugnante possuem, fazendo-se o despejo dessas matérias fecais nos

*espassos matagaes que ainda embellezam os fundos, apesar de quase toda a extensão das ruas*³³.

[...]

Ao lado das fezes, encontra-se o lixo composto de toda sorte de detritos orgânicos animaes e vegetaes em fermentação e armazenados em immundos caixões a um canto das casinhas (MAROJA, 1911, p. 436).

[...]

Pobres criancinhas que brincam pelas calçadas! São obrigadas a respirar o ar fétido e pelas condições de sua receptividade mórbida, vão muitas vezes se intoxicar, inconsciente da nocividade do elemento deletério que por longas horas ali permanece (MAROJA, 1911, p. 336).

O médico sanitarista Flávio Maroja faz as descrições das péssimas condições de higiene nas primeiras décadas do vigésimo século. A exposição acima não parece nada agradável, uma cena de horror. A podridão que exalava da imundície causaria hoje mal estar ao nosso olfato. Seria um centro proliferador de doenças que brotavam do lixo e bailavam no ar adentrando corpos e contaminando-os. Causavam estragos pelo ar, ou como diria Alain Corbin (1987, p. 19), por simples contato com a pele ou membrana pulmonar, por substituições através dos poros por ingestão direta ou indireta, uma vez que até os alimentos também contêm uma proporção de ar de que poderão se impregnar, de início, o quilo e, em seguida, o sangue. Portanto, as secreções da miséria “deveriam ser combatidas todos os dias, para abolir as exalações de todos os humores podres, e, só assim, liberar os odores individuais da respiração, reveladoras de identidade profunda do eu” (SOARES JUNIOR, 2011, p. 35). Repugnar os fortes odores do povo, dos retirantes, dos mendigos, dos sujos é, sem dúvida, tornar-se cada vez mais sensível à respiração dessas perturbadoras mensagens da intimidade dos corpos.

Os problemas de higiene eram incontáveis: no abastecimento de água, escoamento dos esgotos, remoção de lixo, insalubridade urbana e nenhuma educação higiênica. Foi nesse cenário que começaram a surgir as primeiras ações referentes à atuação do *Serviço de Hygiene Pública*. Esse Serviço, como mostra Lenilde Duarte Sá (1999), foi constituído a princípio pela *Inspectoria de Hygiene* (1895 – 1911), que, em se tratando de hierarquia, comandava o primeiro formato do *Serviço de Hygiene Pública* e o *Serviço de Hygiene Pública do Estado da Parahyba* (1911 – 1918), sendo criado logo em seguida o *Departamento de Profilaxia Rural*.

³³ A *União*, 03 set. 1911. Grifos meus.

A criação do *Serviço de Higiene* representou a apresentação de sua legislação voltada à “repressão dos abusos praticados contra a saúde pública e que viesse impedir, por meio de medidas profiláticas e aparelhos de desinfecção, a invasão de epidemias e o desenvolvimento de moléstias contagiosas no seio da população” (SÁ, 1999, p. 197). Assim como o primeiro projeto instituído no século XIX, o *Serviço de Higiene* apresentou em sua estrutura a existência de hierarquia a começar pela sua direção composto de um *Conselho de Saúde Pública*³⁴ e da *Inspetoria de Higiene* compostos de fiscais de quarteirões³⁵. Só em 1911 foi criado o cargo de *Delegado de Hygiene*, que deveria ser encaminhado para os municípios. Fato visível apenas em ataques epidêmicos: no ano seguinte da criação do órgão, a cidade de Campina Grande foi invadida por ratos e bactérias que semearam a peste bubônica nos corpos de homens e mulheres. Para lá, foram enviados médicos com o título de *Delegado de Hygiene*.

A atuação do *Serviço de Higiene* parecia estar fadada ao fracasso. Ora, para seu funcionamento era imprescindível a existência de recursos públicos para pagar funcionários, comprar equipamentos, realizar pesquisas etc., porém, não há registro de repasses consideráveis para realizar tal tarefa. Quase todo o dinheiro que sustentava a repartição vinha das poucas multas que os fiscais aplicavam. A única notícia de execução de pena para aqueles que desobedeciam as normas do *Serviço de Higiene*, encontrada durante a catalogação das fontes para esta pesquisa, foi a seguinte:

Bem feito!

O *carregador* Francisco Martins conduzindo uma barrica cheia de lixo, entendeu de despejar-a na rua do Portinho bem próximo a um chafariz ali existente. Alguém que presenciava o caso participou-o ao subdelegado do 1º districto que inicialmente mandou recolher a cadeia o *perigoso inimigo da limpeza publica*. Se acontecer o mesmo com todos deste fazer talvez que as ruas de nossa urbs, andariam mais asseadas³⁶.

³⁴ O Conselho tinha por função interpor pareceres acerca das questões de higiene, sobre as quais fosse consultado, e decidir sobre os recursos cobrados das multas impostas nos termos do regulamento (Cf. SÁ, 1999, p. 198).

³⁵ Sua função era fiscalizar todos os serviços sanitários terrestres. Fiscalizar as habitações públicas e particulares e desinfetá-las nos casos de moléstias transmissíveis; intimar e multar, quando devido, os proprietários de habitações coletivas em que se observasse superlotação. Tinha ainda a função de fiscalizar também hotéis, pensões, hospitais, enfermarias particulares, bem como os estabelecimentos produtores e revendedores de gêneros alimentícios, como vinho, licores e enlatados. Deveria ainda, averiguar os estábulos, cavalariços e outros estabelecimentos de animais (Cf. SÁ, 1999, p. 200).

³⁶ A *Notícia*, 11 nov. 1916. Grifo meu. O *carregador* era o funcionário responsável por coletar o lixo em carroças e levá-los ao local adequado.

O problema das parcas fiscalizações não se dá apenas no campo financeiro, mas em sua eficácia, pois comprometia assegurar a realização da higiene na cidade. Gabriela dos Reis Sampaio (2001, p. 112), ao estudar a atuação dos fiscais de quarteirão no estado de São Paulo, afirmou que, por mais rigorosa que fossem as prescrições dos agentes da higiene, elas eram frequentemente barradas por questões que escapavam ao seu controle, ligadas muitas vezes a hábitos e crenças bastante antigos de diferentes grupos sociais.

Em que consistia a diferença entre a *Inspetoria de Higiene* e o *Serviço de Higiene*? Acredito ser essa uma questão interessante. Afora o fato de que são instituídas em períodos distintos, em quase tudo se assemelham: existem na legislação, mas funcionam apenas em determinados momentos de perigo. Ambas tinham um caráter policialesco: averiguar e punir. Entretanto, parece que nenhuma pena era aplicada. Se as epidemias do oitocentos colocavam em prova a *Inspetoria de Higiene*, o mesmo aconteceu com o *Serviço de Higiene*, pois a peste bubônica (1912) e a gripe espanhola (1918) só confirmaram que o *Serviço* apresentava sérios problemas. Poderia, enfaticamente, afirmar que o projeto foi apenas repaginado para, logo em seguida, entrar em colapso pelos mesmos problemas. Todavia, identifiquei que nos primeiros anos do século XX ocorreu a incansável batalha do médico-sanitarista Flávio Maroja que via apenas ser possível mudar o quadro anti-higiênico por meio da criação de uma educação sanitária, aos moldes dos padrões europeus e norte-americano.

Mesmo respondendo por um projeto que ele mesmo denunciava por suas falhas e percebia o seu fracasso, buscou mesmo assim, outras formas de divulgar uma educação higiênica e a circulação de um saber médico que precisava ser difundido. Assim, utilizou-se do prestígio político que possuía para publicar quase que diariamente artigos que defendiam uma cidade limpa e corpos higienizados. Os jornais *A Imprensa* e *A União* se encarregaram de ser os porta-vozes de Flávio Maroja. Seus ditos tinham páginas certas: eram preenchidos com denúncias de insalubridades, discursos morais; versava sobre uma educação higiênica que almeja implantar, continha os cuidados com o corpo, incentivava a atividade física, especialmente a ginástica sueca, anunciava a higiene e a educação física como característica de uma sociedade evoluída que via na eugenia a melhor forma de regeneração física e moral.

Era o homem de maior contato com os médicos higienistas e/ou eugenistas da capital federal, dentre eles Renato Kehl e Belisário Pena. Trocava frequentemente cartas, notícias e artigos que rapidamente eram publicadas quase que de forma sagrada.

Suas anotações particulares versavam sobre educação higiênica. Em quase todas as publicações, vinha a seguinte anotação “Artigo enviado por Renato Kehl”; “Texto enviado por Monteiro Lobato”; “Direto da Capital Federal, por Belisário Pena”. O contato e amizade com esses sanitaristas pareciam ser tão fortes que em uma das cartas enviadas por Belisario Penna a Flávio Maroja ficam explícitos o respeito, o apreço pela imagem pessoal e a dedicação à cruzada higiênica:

Meu caro amigo, [Flávio] Maroja;
 Embora retardado, não é menos sincero e grato o meu agradecimento, por seu intermédio a esta boa e hospitaleira gente pelo carinho com que recebeu e tratou durante os poucos e rápidos dias que ahi passei. Nunca se me apagarão da memória, e gravadas ficarão indelevelmente no meu coração *a fidalga acolhida e os carinhos que recebi* na terra dos ascendentes maternos de meus filhos, graças, *em grande parte, ao generoso amigo, que, desde muito, cumula o meu nome de honroso qualificativo, e atribui à minha campanha saneadora a que já se vai realizando no sentido do saneamento do Brasil.*
Se já o estimava pelos primorosos dotes pessoais e o seu entusiasmo e esforço profícuo em prol da educação higiênica do nosso povo, essa estima se consolidou agora indestrutivelmente, após a convivência de poucos e rápidos dias com o querido amigo, quando pude apreciar devidamente a sua dedicação patriótica e abnegada à causa do saneamento.
 Estamos vencendo, meu caro Maroja; a *Campanha infiltrou em todos os espíritos, ganhando todas as camadas e vai afastando todos os tropeços que embargavam os seus passos*³⁷.

Ao que parece, tudo aquilo que tratava de higiene e saúde pública interessava ao sanitarista. Nesta mesma carta, Belisário Penna expõe a Flávio Maroja o sério problema das verminoses que rastejam pelas areias úmidas da Paraíba. Portanto, orienta o paraibano da inviabilidade de “expurgar toda gente de verme, duas vezes ao ano”, daí afirma que a melhor saída será sempre fortalecer o físico das crianças e esclarecer a população por meio da informação, que “compreenderá afinal, as vantagens da medida fundamental de prevenção – a fossa, que passará a ser construída e usada voluntariamente, por convicção de sua necessidade”³⁸. Era, na visão de Belisário Penna, preciso um forte incentivo à educação higiênica capaz de convencer a população de lutar contra a indolência e a fraqueza, de sua insignificante produção e deficiente alimentação. Para tanto, o sanitarista carioca defendia a implantação de uma educação higiênica escolar, defendida também por Flávio Maroja com bastante força a partir da década de 1920.

³⁷ Carta enviada por Belisario Penna a Flávio Maroja. 04 set. 1931.

³⁸ Idem.

Ainda sob o governo do *Serviço de Higiene*, Flávio Maroja tratou de incentivar as matérias de Higiene e Educação Física nas escolas, sendo inseridas no programa de ensino de algumas instituições privadas e/ou militar da capital a partir de 1913. Foi o caso do *Colégio Nossa Senhora das Neves*, do *Colégio Diocesano Pio X* e da *Escola de Artífices Marinheiros*, respectivamente. A defesa dessas matérias fazia parte do programa eugênico postulado pelo médico, que almejava “a existência de um povo, e o que tínhamos não era um povo, mas um estrume dum povo que ainda há de vir” (NEIVA & PENNA, 1918, p. 198).

Comungava com Renato Kehl, ao desejar que os corpos dos brasileiros fossem hígidos, limpos, como se fossem roupas sujas que a todo custo precisavam ser lavadas. Defendia que a nacionalidade brasileira só embranqueceria à custa de muito sabão e coco ariano. Os eugenistas deveriam agir com uma imagem de limpeza: esfregando, torcendo, branqueando os corpos de homens e mulheres. É válido ressaltar que a constatação, por parte dos europeus, da impossibilidade de progresso do Brasil em virtude da sua composição racial fez nascer, na intelectualidade brasileira, a necessidade de formar um conhecimento sobre o país.

Os ânimos estavam bastante acalorados com o alvorecer dos anos 1920. Sepultado em 1918, o *Serviço de Higiene*, deu lugar à *Comissão de Profilaxia Rural* que contou com o entusiasmo de vários médicos sanitaristas: Flávio Maroja, Acácio Pires, Seixas Maia, Octávio de Freitas, Oscar de Castro, dentre outros. Chegava a hora de corrigir os erros do passado. A proposta da Educação Higiênica defendida por Flávio Maroja não alcançou o objetivo desejado pelo fato de o sanitarista utilizar apenas jornais e revistas da época para divulgar um saber médico responsável por criar cidadãos conscientes dos cuidados com a saúde, com a higiene e com o corpo. Ora, era bastante alto o número de analfabetos no começo do século XX, além do mais, apenas uma pequenina parcela da população – uma elite letrada – tinha acesso aos jornais. Dessa forma, os textos atingiam um número pequeno para atender às necessidades do programa de educação higiênica proposto.

Vale ressaltar que as próprias publicações eram voltadas para um público de alto poder aquisitivo, pois, em se tratando de modelo escolar, só estavam sendo divulgadas as que ofereciam aulas de ginástica e gabinetes de higiene. Quando o assunto era o belo e o moderno, as melhores lojas e produtos franceses estavam à disposição daqueles que desejassem, bastavam dirigirem-se às boticas, farmácias, perfumarias e alfaiatarias

desenhadas pelos anúncios e comprar aquilo que estava em voga, que era sinônimo de limpeza e beleza.

Flávio Maroja passeou por todos os cuidados com o corpo. Nas páginas dos jornais, tratou de falar do cuidado com as unhas, o tipo de corte ideal para o modelo higiênico; o cuidado com os cabelos, olhos, ouvidos, nariz e boca. Apresentou as melhores loções e porções fenicadas para limpar determinadas partes do corpo. Falou dos pés, das mãos, do pescoço. Defendeu o cuidado com a higiene dos alimentos e da água. Ensinou técnicas de asseio da casa, das panelas, dos utensílios, dos quartos, salas e cozinhas. Nem as plantas escaparam: precisavam ser podadas e regadas. Tratou ainda de higienizar as amizades. Sempre alegava a existência de falsos amigos, que, por sua vez, deveriam ser eliminados de seu convívio, postos na lata de lixo.

Percebeu que para alcançar seu objetivo principal tinha que mudar de tática. Viu que não conseguiria lançar um modelo de educação higiênica publicando apenas nos jornais e revistas locais. Resolveu seguir o conselho de Belisário Pena e investir na escola. Mirou todo seu empenho para estas instituições que ensinavam as crianças a ler e a escrever. Era o lugar ideal para educar. Sua intenção passou a ser educar a infância por meio de um programa médico-pedagógico. Começava a defender que os corpos deveriam ser saudáveis, fortes e inteligentes. Lançou ainda um dever sobre as crianças: levar essa educação higiênica para suas casas; educar seus familiares, incentivar a prática de esportes e os cuidados com a higiene.

2.2 O saber médico-pedagógico e a construção da nova ordem

A medicina deveria cumprir um papel fundamentalmente preventivo. É assim que percebo os discursos médicos produzidos durante as primeiras décadas do século XX acerca da preocupação em formar cidadãos fortes e saudáveis, preocupados com a saúde e higiene do corpo. São textos de caráter educativo que se voltam para a escola. Um projeto que convidou médicos, enfermeiros e professores a dar as mãos. Textos que revelam uma intensa preocupação dos médicos com o futuro da educação escolar que se pretendia instalar como higiênica, capaz de desenvolver nas crianças a sensibilidade de

se perceberem enquanto cidadãos que possuíam uma missão social: combater as doenças e a falta de higiene tão divulgada nos periódicos locais.

A participação dos médicos na escola foi fruto do desenvolvimento da medicina social no país, e, que viu na higiene e no saneamento um imenso paciente: o Brasil. O discurso dos médicos sanitaristas, parecia possuir um sentido prático: civilizar, modernizar, regenerar, conceder a população educação e saúde. A proposta da prevenção só poderia ser alcançada, segundo o discurso médico da época, se voltassem toda a atenção para esse casamento. Nesse sentido, faz-se necessário definirmos os conceitos de educação e saúde.

Os historiadores da educação José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler (2008) entendem educação como uma prática cultural que assume formas variadas de acordo com os sujeitos, projetos, espaços e temporalidades envolvidas nessa ação. Portanto, formas “institucionalizadas ou não institucionalizadas, diferentes espaços públicos e privados, em tempos sociais e históricos diversos, com projetos variados implementados para e por uma heterogeneidade de sujeitos” (MARIANO, 2012, p. 2483), tem sido alvo do interesse dos historiadores da educação que cada vez mais intensificam suas pesquisas na dinâmica ação educativa.

No sentido primeiro da palavra, educar ganhou o sentido de conduzir, designar, comandar, formar, instruir. Assim sendo, o sentido de educar para o projeto médico-pedagógico do começo do século XX recebeu o sentido de formar, ou seja, ser levado a uma formação que se pretendia física, moral e intelectual. Nesse caso, não seria uma educação qualquer, “mas uma educação completa, uma educação integral e fundada nos conhecimentos científicos poderia dar conta de obra tão grandiosa que lhe estava reservada” (STEPHANOU, 2011, p. 145).

Era preciso cruzar as fronteiras daquilo que já estava estabelecido socialmente. Por natureza, as mães eram as primeiras educadoras, e, desde cedo davam rumo à vida de seus filhos, assegurando o caráter moral de educação. O discurso médico voltou-se primeiramente a criação das crianças pelas mães combatendo a orientação d’A *Imprensa*, ao afirmar que elas “sabiam em sua formação psicológica o melhor para seus filhos”. Segundo o discurso médico da época, a melhor forma das mães criarem seus filhos seria seguindo as instruções dos médicos. A primeira, e talvez mais importante delas: levá-los à escola. Lá eles teriam acompanhamento médico e pedagógico. Receberiam aquilo que Flávio Maroja chamou de “EDUCAÇÃO DE QUALIDADE”, assim mesmo, com letras consonantais!

Mas, antes mesmo de enviá-los à escola, a medicina já ditava normas educativas no trato das crianças desde a hora de seu nascimento, pois a

saúde da criança exige uma precaução indispensável: duas gotas de um *colírio de nitrato de prata* nos olhos, para prevenir a *oftalmia purulenta* [...] o banho com água fervida, o uso de óleo de amêndoas, ou o asseio com proteção, com álcool e gaze, as vestes frouxas e leves, o cuidado com a temperatura ambiente e sua permanência no berço ou na cama, deve-se ter cuidado na hora de tirar para o banho e para mamar nas horas certas. O banho e o leite do peito são de extrema importância para garantir a saúde de seus filhos (SÁ, 1944, p. 30-31)³⁹.

Ainda sobre o conceito de educação postulado pelos cientistas da época, o Dr. Afrânio Peixoto (1925, p. 17) afirmou ser aquilo que começa no berço, “com o regimen alimentar, em horas certas, o sono e a vigília regulados, com o que se disciplina o organismo infantil nos primeiros hábitos higiênicos”. Conquanto, a educação intelectual teria seu início no lar, nos primeiros anos, sem um programa específico, porém, seria continuado na “idade escolar depois dos seis anos, na escola, se não foi antes no jardim de infância” (PEIXOTO, 1925, p. 23).

Depois de seguir os cuidados destinados aos primeiros anos da criança, os médicos determinavam ser a escola o lugar por excelência de educação, pois orientariam os pequenos a seguir o destino correto, com uma visão de futuro calcada na obediência e na saúde. Nesse sentido, educar desde a infância, era o mesmo que buscar “seus modos de ser e fazer, a vida em todos os aspectos: o caráter, as condutas, a moral” (STEPHANOU, 2011, p. 146); bem como,

exigir a invenção de uma nova organização a ser instalada em obediência aos imperativos dessa nova sociedade que se queria fundar; para a qual a escola deveria concorrer favorecendo o estabelecimento de um processo de formação de longo prazo, durante o qual os indivíduos fossem educados pelas (e para) as práticas desse mundo fabricado pela razão ilustrada e que se constituísse em uma experiência útil a nova ordem (GONDRA, 2011, p. 527).

Noutro lado, para definir o conceito de saúde, o Dr. Carlos Sá, convida a leitura do trecho abaixo:

³⁹ As publicações impressas nos periódicos da época e nos manuais direcionados as mães, as famílias, as professoras, possuíam palavras que me parecem não pertencer ao vocabulário delas. Imagino que existia certa dificuldade para compreender expressões como “nitrato de prata” e “oftalmia purulenta”, até mesmo na capital do estado onde os médicos faziam palestras sobre educação da saúde.

Este se sente com saúde porque, depois de oito horas de sono contínuo e tranquilo, acordou bem disposto, tomou um banho frio de chuveiro, ingeriu um copo de leite, duas laranjas, pão com manteiga, café; e reiniciou facilmente o trabalho interrompido da véspera (SÁ, 1944, p. 19).

Segundo o médico, é mais fácil sentir que definir a saúde. É possível perceber a própria saúde, porque repousando minutos após uma hora de marcha, qualquer ser humano estaria em condições excelentes para caminhar outro tanto. Seria o mesmo que ter consciência do bom funcionamento de seu corpo, órgãos e aparelhos. Porém, acaba fazendo a opção pela definição enquanto “condição em que se encontra o organismo quando reage satisfatoriamente as exigências do meio, sendo assim possível evidenciar a saúde física ou mental” (SÁ, 1944, p. 20). Dessa forma, saúde seria a condição de bem estar consciente em que se encontra o indivíduo em plena atividade fisiológica ou psíquica reagindo ao seu meio físico ou social, sem dor, sem lesão, sem fadiga e sem tristeza.

Em seu estudo sobre higiene, o médico Afrânio Peixoto (1925, p. 16), definiu saúde como uma “manifestação das propriedades normais de cada ser, decorrentes de todas as possibilidades naturais”. Seria assim a “grande missão” dos médicos e professores acentuar nas escolas “o caráter de evolução que separa os anômalos ou aberrantes, dos normais, que afastam os degenerados, portadores de monstruosidades dos alunos saudáveis” (PEIXOTO, 1925, p. 16). No discurso desse médico, o conceito de saúde seria atravessado pela ação de retirar os “incapazes por degeneração” do meio daqueles considerados “normais”.

Para os médicos da época, a saúde era assegurada por características físicas, sinais anatômicos como:

firmeza e resistência nas pernas, peito saliente, ventre sem proeminência, ombros no mesmo nível, pés arqueados, corpo repousante igualmente sobre os dois membros inferiores, articulações bem conformadas e flexíveis, pele contínua, lisa, bem ligada ao tecido celular subcutâneo, músculos rijos, cabelos abundantes e naturalmente untuosos; olhos brilhantes; pálpebras lisas, sem olheiras; mucosas rosadas, dentes claros, íntegros, bem articulados, sem falhas; boca fechada, narinas igualmente permeáveis; sangue com ao menos setenta e cinco por cento de hemoglobina; corpo inteiro bem proporcionado; peso de acordo com a estatura e a idade, sendo este considerado o mais valioso sinal de saúde (SÁ, 1944, p. 20).

Só os portadores dessas qualidades possuíam capacidades saudáveis, fato que lhe dava a autorização médica para correr, pular, trepar, nadar, patinar, montar a cavalo, jogar bola, bater um prego, atravessar uma ponte, comer, dentre outros.

Fundar um discurso que unisse educação e saúde foi a principal tarefa dos médicos ao produzir e divulgar esse novo saber. Eram práticas educativas construídas através da medicina e voltadas para as crianças. Práticas que divulgavam saberes que versavam sobre saúde e higiene. Eram discursos médicos produzidos especialmente por

sanitaristas e higienistas que ficaram conhecidos como aqueles que detinham um saber ‘verdadeiro’ e, por isso, o direito de falar sobre os modos de cultivar uma vida saudável, a competência para compreender os fenômenos da vida e definir uma profilaxia e uma terapêutica, bem como a capacidade de investir o discurso acerca da saúde e higiene em decisões, instituições ou práticas (STEPHANOU, 2011, p. 147).

A proposta era acima de tudo criar o modelo de corpo sadio. Para isso, me parece coerente uma série de ações educativas que ia desde a exigência de atestado médico e comprovação do cartão de vacinação em dia para possuir o direito de realizar matrícula nas escolas, até mesmo a inspetoria médica nas escolas combatendo a preguiça e as torpezas do corpo. Tinha início o combate às enfermidades dos corpos, a degeneração, a rejeição social, aos vírus e bactérias, a falta de educação e de higiene. Assim, o saber médico exercia poder sobre a “cidade e sua população, intervindo na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas”⁴⁰ (GONDRA, 2011, p. 524).

A proposta médica propunha ensinar a “verdade” sobre seus corpos e o cuidado para com ele, retirando-os do estado de ignorância que a população se encontrava; fato que justificava a atuação sanitaria nos espaços públicos e privados. Noutras palavras, o saber médico assumia um caráter pedagógico normalizando os corpos de homens e mulheres desde a infância. Não parava por aí. Esse saber também era apresentado aos mais diversos espaços da escola, como mostra Flávio Maroja ao se referir acerca da atuação médico-pedagógica em meados de 1925.

Segundo a publicação referida anteriormente, a educação deveria ser concedida as crianças em idade escolar através de “planos e projectos dos edificios destinados as escolas; localização dos prédios, mobiliário, aparelhos de gymnastica; regras

⁴⁰ Vale ressaltar que essa exigência já existia no século XIX, porém se acentua de forma decisiva na Paraíba nos primeiros anos da República.

hygienicas, educação physica, desenvolvimento physico das creanças e determinação da quantidade de alimentos necessária ao equilíbrio das forças orgânicas”⁴¹. Clamava por urgência a adoção dessas medidas nas escolas, pois a cidade da Parahyba, em 1925, contava com “cerca de 4.000 anormaes, em idade escolar requerendo cuidados médicos e educação especial”⁴². O sanitarista, ainda defendia a distribuição individual de 200 gramas de leite diárias em condições de beneficiá-las como forma de manter o equilíbrio orgânico, combatendo a subnutrição e dando força para a realização de atividades nas escolas⁴³.

A escola apresentava assim o grande elixir da ordem, da disciplina, do dever, da educação. Ordem que depois de ensinada de forma consciente, seria exercida em todos os espaços da vida das crianças, seja “na classe, na fôrma, nos exercícios gymnásticos, no recreio, no trabalho, ou ao abandonar a escola, cream quase este insticto de dignidade que faz do menino o homem cidadão”⁴⁴. Assim, Flávio Maroja via na escola a única possibilidade de criar uma educação sanitária preocupada com vitalidade dos corpos que também deveriam obedecer a sua Pátria. A escola deveria ser o lugar de mudança de hábitos, principalmente no setor higiênico e alimentício, de incentivo de exercícios físicos e atividade mental, de controle emotivo, asseio de cuidados com o vestuário, de prevenção de doenças e acidentes. Destaca ainda, que a educação da saúde deve combater as

condições precárias de saúde, quer na coletividade, em geral, quer nas escolas, a necessidade de modificar essa situação partindo das creanças [...] é a oportunidade offerecida pela escola para a criação de hábitos sadios, que aí se alongam às casas dos alunos e a sociedade que os redeia⁴⁵.

Enfim, defendia ardentemente a escola como sendo o meio propício, por excelência, para a manutenção e o revigoramento do corpo e da saúde. Espaço onde a educação higiênica seria mais fecunda, o lugar “mais propício para promover a transformação [...] e para infundir uma consciência sanitária que será tanto mais

⁴¹ *A União*, 9 mai. 1925.

⁴² *Idem*.

⁴³ Flávio Maroja afirmava com convicção que em todas as escolas, em horários específicos, deveria ser distribuído entre os alunos, copos de leite. Ainda divagava: “como seria belo ver aquelas mezas de metal esmaltada com cerca de duzentos copos dispostos, contendo o precioso alimento; [...] o professore deveria dar a ordem e os alunos iam desfilando, por secções e individualmente retirando os copos que lhes cabia”. Esse seria um segredo capaz de impedir que os alunos perdessem a forma.

⁴⁴ *A União*, 9 mai. 1925.

⁴⁵ *A União*, 25 ago. 1927.

habitual, quanto mais cedo for movida, pois deve ser a escola um ambiente educativo por seus vários aspectos” (ESPÍRITO, 1934, p. 3).

O discurso médico se acentua de tal forma sobre a escola, que várias metáforas podem ser destacadas: “lugar de revolução dos costumes”, “templos da civilização”, “reformadora da ordem”, “elixir da nova era”, “a nova face do mundo”, “promotora do *status* de nação culta e desenvolvida”. Metáforas que incumbiam a escola da tarefa de educar e civilizar, lugar em que se aprendiam os bons hábitos, os costumes saudáveis, onde por meio da educação se assegurava a saúde. Todas essas metáforas falavam de um novo mundo. Remédio para curar as crianças da falta de educação. Templos onde repousavam cidadãos inteligentes, defensores da ordem. Revolução capaz de formar crianças limpas e conscientes. Uma nova era parecia ser a representação de corpos disciplinados pela higiene e lapidados pela educação física. Para isso, uma nova escola deveria ser erguida, com outros professores que adotariam novas práticas pedagógicas, responsáveis por realizar uma limpeza na sociedade que fedia, adoecia e padecia. Só assim, poderia nascer “o cidadão republicano: ordeiro, trabalhador, limpo, saudável e robusto, capaz de contribuir para o progresso que o Brasil almejava” (VAGO, 2007, p. 283). Essa nova escola não ensinaria apenas as operações de ler, escrever e contar, mas realizaria uma “educação intellectual, moral e physica” das crianças modificando seus hábitos, valores e comportamentos.

De acordo com Tarcísio Mauro Vago (2007, p. 284) o molde escolar que se afirmou a partir da década de 1910 encarnava a esperança de intervir o mais profundo possível na formação de crianças com o intuito de civiliza-las, arrancá-las do estado de indigência, impor-lhes uma transfiguração que faria delas potências construtoras da prosperidade do estado. A escola associada ao saber médico instituído visava regenerar a sociedade, fato que não seria tão simples, visto que os vícios de periculosidade estavam arraigados de longa data, especialmente quando se tratava de crianças pobres. Conseguir tal tarefa seria fortalecer o poder da escola e dar a vitória aos médicos. Porém, a execução do projeto não era tão simples. Promover mudanças de sensibilidade, de sentimentos, de comportamentos e linguagens a partir das diversas subjetividades seria uma missão bastante árdua, era ir de encontro às práticas sociais de toda uma vida e que agora passavam a ser condenadas. Extirpar do corpo gestos e comportamentos perigosos pode ser entendido como difusão de um “saber racionalizado, em detrimento do saber produzido nas experiências cotidianas, sendo a ela atribuída a função de mediadora entre os sujeitos sociais e a sociedade” (VAGO, 2007, p. 285).

Em palestra realizada em 3 de abril de 1927, nos aposentos do *Cinema Rio Branco*, no centro da capital paraibana, o Dr. Belisário Penna rasgou elogios ao amigo Flávio Maroja, ao falar sobre “sua peregrinação nas escolas, ensinando a infância os meios de defesa da saúde, que entre os bens da natureza, o mais excelente, o mais útil e o mais necessário é aquele sem o qual nenhum outro bem se póde gozar - a saúde”⁴⁶. Eram ardentes defensores da saúde do povo e da escola enquanto “exponente no aperfeiçoamento da raça, na sua capacidade de equilíbrio moral, o verdadeiro refúgio das crianças”⁴⁷. Contudo, seu desejo não podia ficar preso aos discursos sem uma real efetivação, para isso, médicos sanitaristas como Flávio Maroja, Acácio Pires, Octávio de Freitas, Seixas Maia e Oscar Oliveira de Castro passaram a produzir uma série de textos que eram proferidos em palestras mensais ao corpo docente das escolas da capital⁴⁸.

No início da tarde de 14 de abril de 1927, o salão de recepções da redação do jornal *A União* estava todo preparado para o início de uma dessas conferências. A mesa central, provavelmente, já se encontrava recoberta com uma toalha branca. Em cima dela um arranjo de flores e copos para que fosse servido água. Posso imaginar que do centro da mesa, podia ser visto longas fileiras de cadeiras que aos poucos foram sendo ocupadas por professores que vinham participar do debate e conhecer os novos saberes que deveriam ser aplicados nas escolas, e, conseqüentemente, voltados para os alunos. Com a chegada do “ilustre médico, os muitos docentes aplaudiram de forma fervorosa”. Era Flávio Maroja que adentrava o espaço para discursar sobre higiene e saúde. Era mais uma de suas conferências “científica, abordando o thema a falta de higiene do corpo e sua profilaxia”⁴⁹. Além dos professores, “assistiram a conferência os colaboradores deste jornal, os redatores e funcionários da administração d’*A União* e todos os operários que se encontravam em serviço”⁵⁰. Essas palestras, foram chamadas pelo próprio Flávio Maroja, de “formação médico-pedagógica” para professores.

Só no ano de 1927, observei que em cada mês o jornal *A União* fez a chamada/convite para a “formação” e no dia seguinte os comentários sobre a fala do médico e a participação dos profissionais que assistiam. Em 9 de março de 1927, o tema

⁴⁶ *A União*, 03 abr. 1927.

⁴⁷ *A União*, 26 mar. 1927.

⁴⁸ Assim como o *Cinema Rio Branco*, outros espaços localizados no centro da cidade, ou de fácil acesso aos docentes eram utilizados para a realização das palestras sobre higiene e saúde, a exemplo do Teatro Santa Roza, o auditório do jornal *A União*, auditórios de escolas, etc.

⁴⁹ *A União*, 14 abr. 1927.

⁵⁰ *Idem*.

abordado foi higiene e profilaxia de diversas moléstias, mais enfaticamente a da tuberculose. Nos meses de junho, julho e agosto as palestras aconteceram no Teatro Santa Roza que estava localizado no centro da cidade da Parahyba, facilitando o acesso, além de agrupar uma quantidade maior de pessoas. No dia 13 de outubro do mesmo ano, “Flávio Maroja realizou mais uma tarde de palestra científica de propaganda sanitária”, na sede da *Sociedade União Familiar Barreirense* no povoado de Barreiras⁵¹, onde discorreu sobre a higiene da infância e da escola. Nos meses de novembro e dezembro as conferências foram realizadas na cidade de Santa Rita, sendo uma delas voltadas para os trabalhadores da fábrica popular sobre educação sanitária no trabalho. Lá, o sanitarista “falou para mais de duzentos operários de ambos os sexos, machinistas, mecânicos, cigarreiras, amassadoras e desatadoras, afora os sócios da firma, presente”⁵².

Noutras vezes, as palestras e conferências aconteciam nas próprias escolas. Nos dias 22 e 23 de junho de 1926 foi a vez do *Grupo Escolar Thomaz Mindello* e do *Grupo Escolar Antônio Pessoa*; uma semana depois a da *Escola Municipal do Bairro de Tambaú*. O tema foi o mesmo: “Conselhos práticos de hygiene popular e meios combativos a doenças infecciosas”⁵³. O jornal fez questão de ressaltar que “em todos esses estabelecimentos estiveram presentes não só os professores como também todos os alunos”⁵⁴. No dia seguinte após a publicação do dia 2 de julho de 1926, Flávio Maroja adentrou os aposentos do *Seminário Episcopal* para falar sobre Educação Sanitária.

As conferências ganhavam sonoridade que ecoavam pela cidade. Os médicos eram vozes que defendiam ardentemente a medicalização da escola, para isso, seu projeto precisaria ganhar corpo e forma, normas e disciplinas, e acima de tudo execução. Expor o saber médico não significava a aplicação nas escolas, especialmente quando o programa escolar não havia inserido ainda determinadas cadeiras como Higiene e Educação Física. Foi pensando na escola enquanto “lugar que se consegue dos alunos um máximo de virtudes, um máximo de aproveitamento, um máximo de disciplina, garantindo-lhes um máximo de saúde” (GASPARINI, 1939, p. 62), foi que

⁵¹ Na época o povoado pertencia à cidade de Santa Rita, era conhecida por ser uma espécie de corredor ligando a capital à Santa Rita. Após sua emancipação política na década de 1940, o povoado passou a compor a cidade de Bayeux. O rio *Sanhauá* faz a divisa entre a cidade de Bayeux e a capital paraibana. Hoje é uma das cidades mais importantes do estado, onde se localiza o *Aeroporto Internacional Castro Pinto*, portanto, uma das portas de entrada do estado.

⁵² *A União*, 11 dez. 1927.

⁵³ *A Imprensa*, 2 jul. 1926.

⁵⁴ *Idem*.

Flávio Maroja apresentou um amplo programa médico-pedagógico⁵⁵ contendo normas, bem como, envolvendo boa parte dos funcionários das instituições escolares⁵⁶.

O primeiro ponto de que chamava a atenção para a *higiene geral da escola*, que deveria ser edificada em lugares que impedissem o aprisionamento das águas, ofertasse uma funcionalidade à escola, apresentassem “no mínimo segurança, beleza, higiene, conforto e silêncio” (GASPARINI, 1939, p. 62); estivesse sempre aberta a inspeção médico-sanitária, que sua localização oferecesse uma boa iluminação, deixasse o lugar sempre arejado, “ventilado, com área de recreação, limpeza nos seus espaços internos e externos, cuidado com a água e com os alimentos fornecidos as crianças, etc.” (STEPHANOU, 2011, p. 156-157). Que as escolas fossem instaladas em lugares de boa condição física possuidora de “condições topográficas, climáticas, sanitárias, e de proximidade ou não das aglomerações urbanas” (GONDRA, 2011, p. 528). O segundo ponto para a *profilaxia das doenças contagiosas*, ou seja, dever-se-ia indicar medidas enérgicas a desinfecção dos espaços, afastando as crianças adoentadas, pois estas representariam perigo para as demais. Bastava um aluno doente para facilmente adoecer outros tantos. No terceiro ponto estava disposto à *vigilância da saúde física das crianças*, que deveriam passar por constante análise dos médicos, aprender sobre prevenção para combater as doenças, realizar a vigilância do corpo e das roupas, cuidados com o que era ingerido diariamente, controlar o seu peso, observar os “resultados da educação física; propor medidas especiais com relação aos débeis e doentes; proceder à vacinação sistemática; atender a higiene dentária e bucal” (STEPHANOU, 2011, p. 157). Nesse aspecto, Flavio Maroja recomendava que a inspeção dos alunos fosse realizada à entrada da escola, na *visite de propreté* (verificação de asseio). A inspeção deveria ser feita pela própria professora, ou por uma inspetora⁵⁷ de alunos examinando

⁵⁵ Esse programa, parecia ser o mesmo enviado pelo Governo Federal para todos os estados e adaptados de acordo com a realidade de cada um. Afirmo isso, por encontrar um programa semelhante defendido pelo Dr. Oscar Clark no Rio Grande do Sul e discutido por Maria Stephanou (2011) no texto intitulado “Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira”.

⁵⁶ Ao me deparar com as normas propostas do Flávio Maroja, percebi que seu discurso se assemelhava a outros discursos proferidos em outros estados brasileiros conforme indica a historiografia consultada. Assim, acredito que a orientação para programas do tipo fosse a nível nacional, cada um adequando a sua realidade.

⁵⁷ A função dos inspetores era observar a ordem geral do estabelecimento no tocante à regularidade das aulas, à disciplina dos alunos, a organização do horário, ao asseio e condições materiais e higiênicas do prédio, ao estado de conservação da mobília e do material escolar. (Cf. VAGO, 2007, p. 289).

O asseio do rosto e das mãos, as unhas cortadas, os cabelos penteados, os dentes escovados, o hálito agradável, as roupas limpas, o uso do lenço individual, notando-se ainda os primeiros sintomas de doenças, tais os olhos mortiços ou brilhantes, o rosto congesto, o espirro, o catarro nasal, a tosse, a rouquidão, as erupções cutâneas, tremores e calafrios, má posição de pé, andando ou sentado, dificuldade de ouvir, tristeza, desalento, etc⁵⁸.

O item seguinte tratava da *vigilância da saúde intelectual*, “uma proteção conveniente da nossa atividade psíquica, comumente abalada por causas de ordem interna e externa” (GASPARINI, 1939, p. 58). Assim, fazia-se importante “intervi na fixação dos horários e na repartição do trabalho cerebral; indicar aos professores as crianças das quais, devido a sua saúde, não se deve exigir senão esforços restritos” (STEPHANOU, 2011, p. 157). Observar e regular os alunos considerados anormais, os encaminhando para tratamentos especiais, seguir as normas médicas restritas para os portadores dessas necessidades e avaliar suas capacidades individuais aplicando conhecimentos de higiene mental. O quinto segmento discorria sobre a *educação higiênica das crianças e professores*, o que exigia uma preparação para os professores sobre o ensino de higiene, fato, que segundo Flávio Maroja seria assegurado pelos médicos na formação médico-pedagógica, onde eram proferidas palestras e conferências sobre o tema. Nesse sentido, os cuidados com o corpo e com os espaços recaíam sobre todos os envolvidos no projeto de medicalização. Era também, o espaço de divulgação do saber médico em circulação, das teorias que chegavam do Rio de Janeiro, com suas novas técnicas de prevenção, propaganda sanitária, discursos eugênicos, entre outros. No discurso médico, só através da formação de hábitos higiênicos é que desenvolveria “práticas de saúde por toda parte da criança, antes que cheguem à idade em que possa compreender as razões científicas dessas práticas” (SÁ, 1944, p. 186), bem como, dos adultos que também seriam obrigados a inculcar os novos preceitos.

A *inspeção médica escolar* completa era o sexto ponto do programa. Presença constante do médico na escola para acompanhar as crianças, realizar exames clínicos. Na escola “que não possuir médico permanente a família deve buscar esse profissional competente para realizar a consulta e apresentar na admissão o atestado de saúde physica e mental”⁵⁹, além do cartão de vacinação em dia. Essas tarefas eram obrigatórias! Ou deveriam ser. No caso da visita médica, essa também deveria ser frequente, periódica, especialmente no acompanhamento às aulas de educação física,

⁵⁸ A *União*, 13 mai. 1928.

⁵⁹ A *União*, 8 jan. 1924.

acompanhado de “sua grande aliada: a balança e a toeza” (SÁ, 1944, p. 189), instrumentos obrigatórios às escolas. Nos casos de escolas afastadas ou mesmo na ausência de funcionários médicos, fazia-se necessário orientar enfermeiras para realizar determinadas tarefas que muito se pareciam com as da inspetora de higiene. Por fim, promover uma *educação sanitária da família*. Isto seria possível através da participação ativa dos pais na escola. A educação sanitária deveria atingir-lhes diretamente, especialmente numa época que era bastante divulgado que “a saúde física e mental dos pais produzirá a saúde física e mental dos filhos”⁶⁰. Nem sempre a regra se cumpria: não era condição hereditária o filho possuir os mesmos males. Para isso, caberia à escola proporcionar uma educação ou até mesmo uma reeducação dos pais. Médicos publicavam ser “desalentador saber que a criança nasceu physica e mentalmente sadia e por ignorância, imprudência ou descuido dos pais, vivendo em desharmonia, tornou-se fraca, doente e desgraçada”⁶¹. Portanto, as escolas precisavam estar preparadas para promover reuniões de pais e mestres, enviar recados escritos, convidar a família para frequentar a escola, ou até mesmo realizar visitas domiciliares. Seria uma ótima oportunidade para que os professores mostrassem aos pais a necessidade de “mudança dos seus hábitos, no lar, poderia evitar ou afastar sofrimentos profundos para os filhos, estou certo que fariam algum sacrifício neste sentido” (GASPARINI, 1939, p. 69), conforme também se verifica no Rio de Janeiro. Também seria o momento de apresentar aos pais o desenvolvimento dos alunos, o resultado dos testes individuais aplicados, suas notas, suas medidas físicas adquiridas nas aulas de educação física, a importância dos novos comportamentos, etc.

O programa visava à formação de novos comportamentos, onde a educação da saúde consistia em criar novos hábitos, determinar atitudes e ministrar conhecimentos necessários à saúde. O projeto deixava claro que a escola seria o melhor lugar para cuidar da saúde, atestado pelos médicos, que afirmam possuir condição privilegiada para vacinar e revacinar os jovens. Acima de tudo, serem acompanhados pelos médicos inspetores, descritos do José Gonçalves Gondra (2011, p. 533) como possuidores de qualidades detalhadas, tais como o “sentimento de dever, a simpatia pelas crianças, os conhecimentos técnicos variados, o poliglôtismo e a aptidão para o ensino, dentre outras, de modo a executar com sucesso tarefa tão necessária”. Assim, o projeto de

⁶⁰ A *União*, 30 jul. 1929.

⁶¹ A *União*, 27 nov. 1929.

medicalização assumia um caráter preventivo da medicina escolar, que por sua vez estava subordinada às autoridades sanitárias.

O saber médico defendido e divulgado na primeira metade do século XX buscou criar espaços de utilidade através da disciplina codificando um espaço que a arquitetura deixa geralmente livre e pronto para vários usos. Os colégios faziam parte desse modelo: com estruturas muradas e vigiadas. Uma forma de disciplina que “viu no espaço útil um ponto de vista médico” (FOUCAULT, 2008, p. 124). A escola tornou-se esse espaço de utilidade, mais enfaticamente valorizado, afirmavam, por exemplo, a escola primária, que reúne os menores nas salas de aula. Seria, portanto o campo mais propício à educação da saúde, porque aí se reúne a maior coletividade que pode ser submetida às influências educacionais, acreditavam eles. Dessa forma, os espaços foram utilizados como forma de disciplinar aproveitando todos os aspectos geográficos concorrendo para determinados modos de ver a saúde dos alunos:

Pela vida sadia, compreendendo a salubridade do meio, a *higiene da aprendizagem*⁶² e a racional organização escolar; pelo serviço de saúde, com exames médicos padronizados, correlação de defeitos, imunizações e ajustamento social; e pela instrução da saúde, com o ensino de princípios e fatos de vida sadia, que hão de integrar-se na personalidade do aluno para determinar os atos e, logo, os hábitos de saúde, com repercussão na escola, no lar, na sociedade (SÁ, 1944, p. 191).

Este modelo de disciplina estava contido no projeto de medicalização da escola proposto na Paraíba por Flávio Maroja. Repito: as instruções eram recebidas diretamente da capital federal e resignificadas de acordo com aquilo que o sanitarista paraibano acreditava ser correto e possível de aplicar nas escolas. Em um de seus discursos durante a *II Semana Médica* ocorrida em 1927, Flávio Maroja exaltou o exemplo do “Pelotão da saúde” instituído em 1924 na cidade de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro. Tratava-se de um bom modelo, segundo o sanitarista, de saber médico aplicado nas escolas primárias; e que visava à criação de novas atitudes físicas e mentais, de estímulos individuais e emulação coletiva. E anunciou: “é a escola primária o terreno mais próprio para a educação da saúde, pelo número de crianças que aí se reúnem, pela fase da vida em que mais facilmente se adquirem hábitos e atitudes” (CASTRO, 1927, p. 45).

⁶² Para Carlos Sá (1944, p. 191) a higiene da aprendizagem significa ser instruído sobre as normas da higiene. Aprender de forma saudável, em lugares limpos, higienicamente projetados, com profissionais antenados a educação da saúde.

Dessa forma, passou a ser um defensor ferrenho da obrigatoriedade da educação da saúde no programa escolar – que discutirei mais à frente –, não apenas nas disciplinas de higiene e educação física, mas integrada a todas as disciplinas, ao ensino de linguagem, matemática, história, educação cívica, ciências, desenho. Para isso, deveriam ser criadas diariamente situações no seio do cotidiano escolar com o objetivo de discutir o tema e inculcar os novos padrões. Um exemplo disso foi a formação do *Pelotão da saúde*, que serviu de inspiração ao médico paraibano, por adotar o modelo preventivo de saúde, orientado sobre as doenças, sua forma e transmissão, curas e os cuidados com o corpo, para tanto orientava-se a realizar o *exame médico-higiênico* coletando sempre “dados sôbre os antecedentes do aluno (familiares e individuais) e o meio de onde vêm, e com indicações sobre os defeitos a corrigir, as doenças a tratar, as imunizações a estabelecer, os hábitos a modificar, os ajustamentos a favorecer” (CASTRO, 1934, p. 37); a inspeção cotidiana, que deviria ser composta também por um questionário indagando se o aluno dormiu nove a onze horas em quarto de janela aberta, se tomou banho frio, se foi ao banheiro, se foi útil com os pais, se realizou boa refeição, além dos cuidados na sala de aula, no recreio e na saída da escola.

É notório que os objetivos defendidos pelo saber médico nesse projeto visaram impor uma disciplina que obrigava as professoras⁶³ a impor normas severas, aproveitando ou criando situações próprias para a execução dos princípios médico-escolar. A disciplina teria nesse sentido a função de organizar o espaço e assegurar o cumprimento do programa. Para a execução da disciplina, Michel Foucault (2008) ao estudar os comportamentos ordenados, discutiu a questão do controle da atividade composto pela regulação do *horário*, muito cedo encontrado nos colégios e que deveria ser cumprido com exatidão, sob a ameaça de punição aqueles que não os cumprissem; *a elaboração temporal do ato*, ou seja, do controle de comportamento, da forma de andar e falar, de gesticular, sempre com precisão “definindo a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão” (FOUCAULT, 2008, p. 129) são os “controles minuciosos de poder”; o lugar *donde o corpo e o gesto são postos em correlação*, pois o controle disciplinar não consiste apenas em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude

⁶³ Ao visualizar a lista de professores primários das escolas públicas da Paraíba, percebi que todas eram mulheres, daí, tratarei essas profissionais no feminino.

global do corpo, que é sua condição de eficácia e rapidez. Assim, um corpo bem disciplinado corresponde à boa utilização do gesto e do comportamento.

Os discursos defendidos pelos médicos deveriam ser executados pelas professoras. De acordo com Tarcísio Mauro Vago (2007, p. 287) a regra era fazer uma faxina nos corpos das crianças que “seriam resgatadas da indigência e transfiguradas em corpos limpos, sadios, belos e fortes”, realidade verificada pelo autor no estado de Minas Gerais e que se tornou presente nos discursos médico-pedagógicos da Paraíba. O novo programa médico-pedagógico de ensino parecia obcecado pela higiene e inspeção médica, com os rituais de observação e no trato com os alunos, nas atribuições de vigilância dedicada as diretoras⁶⁴, professoras e inspetoras nas tarefas educativas de imposição dos novos hábitos culturais.

A ordem era clara, ou melhor: pedagógica! A melhor forma, na fala do médico sanitaria Flávio Maroja, seriam as professoras adotarem o modelo de *Pelotão da saúde*. Reunir os alunos por grupos de aproximadamente dezoito a vinte crianças, com o mesmo desenvolvimento físico e mental. O primeiro pelotão a ser definido numa escola era aquele possuidor “de nível de saúde mais alto para que os resultados, mais facilmente obtidos, exerçam influência significativa sobre que se formarem depois”⁶⁵. Uma medida puramente eugênica, cujo modelo fôra apresentado à “sociedade como uma referência de civilização moderna, que já havia atingido bons níveis de desenvolvimento higiênico, portanto, deveria ser um modelo a seguir” (SOARES JUNIOR, 2011, p. 107). Sempre que necessário, o sanitaria fazia referência aos *Pelotões de saúde* criados no estado do Rio de Janeiro: os pelotões deveriam ter uma flâmula e um nome que não poderia ser em hipótese alguma o nome de pessoa viva, era preciso que fosse um grande nome da história ou até mesmo um forte episódio histórico.

Cada aluno recebia uma caderneta com todos os seus dados⁶⁶, da escola e da professora. Fazia-se importante realizar “anotações diárias, enumerando os deveres do soldado da saúde, atos de praticar durante três a quatro meses e reverificados depois,

⁶⁴ Segundo Tarcísio Mauro Vago (2007, p. 289) os diretores são a alma desses estabelecimentos de ensino, dependendo de sua boa vontade, de seus esforços, de sua competência, de seu patriotismo a divisão regular dos trabalhos escolares, a fiscalização permanente, a uniformidade na execução do programa, o estímulo aos professores e alunos, a ordem, a disciplina e a higiene, sem o que não realizam os grupos os intuitos de sua criação. Seriam juntos com os médicos os defensores da escola enquanto lugar de formação da medicalização da criança, bem como, lugar onde se evidencia a substituição da família no que diz respeito ao campo da educação – educação dos hábitos e comportamentos – em todos os tempos (na sala de aula, mas também no recreio) e, para além do seu lugar próprio, chegar à rua.

⁶⁵ *A União*, 6 mar. 1930.

⁶⁶ Era imprescindível conter anotações biomédicas: peso, altura, medidas do seu corpo, exame médico, anotações médicas e inscrição escolar no pelotão.

semanal ou quinzenalmente, para que os novos hábitos se estabeleçam e se fixem”⁶⁷. Nas páginas que se seguiam as anotações individuais, o médico informava sobre a importância de apresentar em boa caligrafia os mandamentos da saúde para um bom soldado:

- 1 – Hoje escovei os dentes;
- 2 – Hoje tomei banho;
- 3 – Hoje fui a latrina e depois lavei as mãos com sabão;
- 4 – Ontem me deitei cedo e dormi com as janelas abertas;
- 5 – De ontem para hoje já bebi mais de quatro copos de água;
- 6 – Ontem comi ervas ou frutas, e bebi leite;
- 7 – Ontem mastiguei devagar tudo quanto comi;
- 8 – Ontem andei sempre limpo;
- 9 – Ontem e hoje não tive medo;
- 10 – Ontem e hoje não menti”⁶⁸.

Eis os mandamentos para formar bons hábitos! Eis as leis que um bom soldado da saúde deveria seguir! Observo que esses mandamentos pareciam estar direcionados para um determinado público dono de algum poder aquisitivo, visto que nem todas as casas possuíam latrina. São medidas higiênicas e morais: o respeito, a postura nas refeições, a ausência de mentiras e de medo, etc. Porém, as medidas no decorrer das publicações vão ganhando atos adicionais como “não tomar banho na lagôa que mais parecia um pântano fétido, invadido por quistosomose”⁶⁹; “beber no mínimo meio litro de leite por dia”⁷⁰; “evitar escoriações na pele”⁷¹; “vacinar-se contra a varíola, a difiteria, as febres tíficas, a disenteria e o tétano ou a febre amarela”⁷². Uma das reivindicações acima já era notícia recorrente nas páginas amareladas d’*A União* desde a década de 1910: as benfeitorias do leite para a saúde do corpo. O leite “é o elemento básico na constituição e reconstituição dos organismos”⁷³ e ocupa “o primeiro lugar entre os alimentos destinados as crianças, aos doentes, aos adolescentes, devido ao seu alto valor alimentar devido a digestibilidade de primeira ordem”⁷⁴.

A realização das práticas consideradas higiênicas correspondia à normatização do cotidiano, regulando todos os passos dos educandos. Eram ações diárias com a

⁶⁷ *A União*, 6 mar. 1939.

⁶⁸ *A União*, 12 mar. 1928.

⁶⁹ *A União*, 20 mar. 1931.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ *A União*, 23 mar. 1939.

⁷² *Idem*.

⁷³ *A União*, 13 abr. 1914.

⁷⁴ *A União*, 26 abr. 1914.

finalidade de inculcar os novos preceitos nas crianças visando memorizar a *Cartilha da Saúde* contendo regras da vida sadia.

Quanto ao uso de cadernetas para fins médico-educativo, sua utilização não era de toda nova. As anotações biomédicas dos corpos dos alunos já eram anotadas pelas professoras de algumas escolas na Paraíba desde 1913. As escolas *Nossa Senhora da Neves*, de *Artífices Marinheiros* e o *Colégio Diocesano Pio X* já faziam esses registros nas cadernetas chamadas “médico-pedagógicas” guardando inclusive “todos os exercícios mensaes do *discipulo* durante todo o seu curso primário”⁷⁵. Nas primeiras páginas ficarão dispostas a “ficha escolar do aluno, o resumo do exame médico (medida do tórax, altura, sanidade, etc), os testes de memória, do orgam visual, etc., outras anotações diversas, e o retrato se for possível”⁷⁶. Nessas escolas os alunos eram tratados como “discípulos da higiene”, seguidores dos mestres da educação da saúde, pois só assim “todo bom mestre-escola faria nos seus discípulos um exame geral de acuidade de cada orgam e ao mesmo tempo insppcional-o nas diversas matérias do programa”⁷⁷. Era acima de tudo uma forma de acompanhar a formação da aprendizagem e da saúde dos alunos analisando o “proveito do menino que em cinco minutos a mais, terá o professor recapitulado o conteúdo de um ano inteiro!”⁷⁸. Essas cadernetas serviam para acompanhar a marcha do desenvolvimento físico e intelectual da criança. Nas palavras de Farias de Vasconcelos: “A caderneta escolar médica pedagógica é o cadastro physiológico e psichologico da creança que permite avaliar o que ella vale e o que valerá”⁷⁹. A proposta do médico era dar uma nova orientação ao ensino, determinando os cuidados com as medidas do corpo e seu desenvolvimento “fazendo-o distinguir os seus alumnos e separal-os não só quanto ao seu adiantamento intelectual, mas também quanto a seu estado de normalidade ou anormalidade”⁸⁰. Tornou-se bastante claro que a escola passou a ser pensada como um espaço de formação do corpo que deveria estar em perfeita harmonia com as faculdades físicas, intelectuais e morais no sentido de melhoramento da espécie. Tratava-se de uma prática eugênica onde “o controle sobre a população deveria ocorrer em todas as esferas da vida social e o

⁷⁵ *A União*, 11 nov.1913. É interessante destacar a presença do discurso cristão nas publicações sobre as tarefas as quais eram incumbidas as crianças. Da mesma forma que deveriam ser discípulos de Jesus Cristo, também deveriam ser a higiene!

⁷⁶ *A União*, 11 nov.1913.

⁷⁷ *A União*, 11 nov.1913.

⁷⁸ *A União*, 11 nov.1913.

⁷⁹ *Idem*.

⁸⁰ *A União*, 12 nov. 1913.

‘saneamento da educação’ estendia-se sobremaneira, a se considerar que o país vivia tempos de entusiasmo pela educação” (MARQUES, 1994, p. 101).

As professoras ainda assumiriam a missão de incentivar os alunos a realizar todas as tarefas como forma de se destacar dentro dos pelotões. Elas escolheriam os alunos numa ação contínua de observação dos hábitos sadios de vida física e mental, bem como, a simpatia e poder de capacidade na tarefa da educação da saúde. Ocorria a promoção do aluno dentro do pelotão pela escolha da professora⁸¹. Dentre os prêmios estavam objetos de uso como escovas de dente, pentes, copos e xícaras, lenços, bolas, raquetes, cordas de pular, luvas, elásticos, etc., enfim, materiais que poderiam/deveriam ser utilizados na higiene e/ou na prática de atividade física.

Ainda sobre as professoras, “única pessoa, no serviço público, a manter completo e contínuo contato com as crianças, daí sua indicação natural para a tarefa de proteger-lhes e aperfeiçoar-lhes a saúde” (SÁ, 1939, p. 204), foi defendido no final da década de 1930, a necessidade de instruí-las mais enfaticamente em assuntos de saúde, educação e higiene escolar. Preparava-se para o desempenho de uma vida sadia a partir da formação profissional. Nesse sentido, o “preparo da professora para a educação da saúde traça um quadro diferente, dizendo que ela precisa de uma base geral científica, de instrução técnica especializada e da prática do ensino de saúde nas várias situações escolares” (MAROJA, 1927, p. 17). Fato que estava de acordo com o projeto implementado na capital federal, alegando que

os professores primários devem ser preparados nos assuntos fundamentais das seguintes matérias, sem que isso constitua um curso completo de cada disciplina, mas indique apenas os pontos a selecionar: nutrição, saúde pública, higiene sexual, higiene mental, puericultura (da infância à adolescência), socorros de urgência, higiene do trabalhador, enfermagem domiciliar, higiene escolar, educação física e princípios gerais de educação e saúde, com a prática desse ensino em todas as situações escolares (SÁ, 1939, p. 206).

As escolas de formação de professores estavam, em seus cursos normais, obrigadas desde 19 de março de 1932 a incluir na formação profissional a instrução nos assuntos voltados a saúde. Anísio Teixeira, criador da norma, na cidade do Rio de

⁸¹ As promoções dentro dos pelotões deveriam acontecer quinzenalmente ou mensalmente, desde que o aluno atingisse setenta por cento das tarefas cumpridas na primeira promoção. Daí seguia sequencialmente a entrega dos prêmios ao atingir oitenta por cento, noventa e cem por cento, que significava o cumprimento integral dos deveres. Caso os alunos, em vez de aumentar seu compromisso com os mandamentos, diminuíssem, poderiam ser rebaixados a qualquer instante, podendo a professora exigir de volta o prêmio antes concebido. Os pelotões seguiam os moldes do exército.

Janeiro, defendeu fervorosamente ser “a professora de educação da saúde a própria professora primária, que em seu curso normal deve ter aprendido ativamente essa tarefa”⁸². Vale ressaltar, que mesmo instituindo nesse ano a inclusão obrigatória no programa de ensino dos cursos normalistas e superiores de educação da época, outras formas de educação da saúde já haviam se estabelecido: em 1925 existia em São Paulo o curso de educadoras sanitárias no *Instituto de Higiene de São Paulo*, com a finalidade de criar uma formação sanitária do povo, voltado exclusivamente para professores diplomados ou não; ou mesmo, cursos de aperfeiçoamento que se alastravam pelo Brasil desde o começo do século XX, a exemplo das formações realizadas por Flávio Maroja na capital da Paraíba.

Os discursos médicos voltados para as escolas e espalhados pelos periódicos locais passaram a ser executados nas escolas privadas e militares da Paraíba desde 1913, data que encontrei as primeiras notícias sobre o tema. Com o passar dos anos, o projeto foi ganhando corpo e intensificando sua defesa da escola enquanto veículo condutor da educação sanitária tão possível segundo os médicos, se investidas corretamente pelas professoras nas crianças. Eram falas de cunho higienista e eugenistas que precisavam ser levadas a cabo a qualquer custo. Necessitava adentrar às escolas públicas e sair do papel, ganhar corpo. A escola - pública e privada – deveriam tornar-se o centro irradiador da disciplina, da normatização de corpos e mentes, dos saberes eugênico e dos preceitos higiênicos. Regenerar pela educação era a voz médica que clamava nas páginas dos jornais e ecoava pelas palestras de Flávio Maroja. O problema era apenas um: “Não basta legislar, convém educar” (ALMEIDA JR, 1922). Para tanto, vejamos o que mudou na legislação escolar com o passar dos primeiros anos do século XX.

2.3 Ensino reformado, escola medicalizada: as *Semanas Pedagógicas e a Escola de Aperfeiçoamento de Professores*

Amanhecia o dia 3 de fevereiro de 1925 quando o jornaleiro entregava nas casas do centro comercial da cidade da Parahyba a edição diária do jornal *A União*. A segunda página escancarava um convite: “Para conhecimento dos interessados a partir de hoje a 15 do corrente acham-se abertas as matrículas em todos os estabelecimentos *Instrução*

⁸² *A União*, 12 dez. 1932.

Pública Primária do ensino diurno”⁸³. As exigências ainda eram as mesmas da década anterior: “Apresentar documentação que comprove ter idade superior a seis annos e inferior a quinze e não sofrer de moléstia infecto contagiosa”⁸⁴. Enquanto nos anos anteriores era imprescindível apresentar o cartão de vacinação em dia para realizar a matrícula nos estabelecimentos de ensino, a partir de 1925, houve uma maior flexibilidade para que os desregrados fossem normatizados. Necessitava apenas de um “atestado firmado por pessoas idôneas autorizando por escripto – paes, tutores ou responsáveis – para que seja o candidato vaccinado pelo inspector medico escolar”⁸⁵. O objetivo era atingir a maior quantidade de alunos possível a serem medicalizados, especialmente os filhos da pobreza.

As exigências acima descritas faziam parte das normas implementadas pelo governo estadual que, por sua vez, seguia a orientação da capital federal. Legislação de cunho médico pedagógico defendido no projeto já mencionado no texto dessa tese. Para entender as mudanças sofridas na legislação educacional, é preciso observar como os poderes públicos entendiam o programa escolar primário em dois momentos: no começo do século XX, historicamente conhecido por República Velha (1896-1930), e durante a chamada Era Vargas (1930-1945). Portanto, passo a discutir essas mudanças, visando acentuar aquilo que foi considerado à época de maior relevância para o ensino medicalizado.

Ao discutir o ensino público na Paraíba, o historiador da educação, Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (2002), faz de início referência ao governo do Marquês de Pombal, que criou, em 17 de abril de 1766, a cadeira de latim e, com isso, iniciou a “implantação de um modelo de organização escolar, que predominou nos períodos colonial e imperial, perdurou até as décadas da República Velha” (PINHEIRO, 2002, p. 15) e foi nomeado de *era das cadeiras isoladas*⁸⁶. Esse primeiro momento da Instrução Pública da Paraíba se estenderia até os anos de 1915. Ainda de acordo com esse autor, o período que vai de 1783 até 1849 deve ser considerado como uma fase em que a incipiente organização do modelo das cadeiras isoladas não estava consolidada como estrutura escolar pública, sendo, portanto, pouco disseminado no território paraibano.

⁸³ *A União*, 3 fev. 1925.

⁸⁴ *A União*, 3 fev. 1925.

⁸⁵ *A União*, 3 fev. 1925.

⁸⁶ A utilização do conceito de “era” foi baseada em Eric Hobsbawm considerando o que há de pertinente e inovador em um dado período histórico, com base em cuja identificação o pesquisador, em todo trabalho com perspectiva histórica, adota ou elabora determinada periodização – algo inerente ao próprio trabalho do historiador – da qual não podemos prescindir. Sem ela, o historiador não consegue delimitar o tempo, comparar, analisar e, principalmente, avaliar os diversos enfoques teórico-metodológicos.

Só em 1849 foi que surgiu o primeiro regulamento da Instrução Pública primária paraibana, adotando o modelo de cadeiras isoladas, ou seja, um modelo de organização escolar implantado com as aulas régias e mantido até meados da década de 1910.

Embora fosse o modelo regulamentado dentro do estado da Paraíba, parecia deficitário, pois atendia apenas a uma pequena parcela da população. De acordo com os dados levantados em 1904, o autor diagnosticou apenas a existência de “99 cadeiras isoladas, das quais 49 do sexo masculino, 47 do sexo feminino e três mistas” (PINHEIRO, 2002, p. 68). Esse número é preocupante em relação à população da época que já passava de 500 mil habitantes, especialmente quando se observam os valores destinados pelos cofres públicos para os custos com a educação estadual. Dados do período revelam que “somente 7,53% da população em idade escolar frequentaram as instituições oficiais de ensino primário”⁸⁷, o que confirma a precariedade do ensino nesse período.

Ainda sob a égide do modelo de instrução pública aplicado, foi proposto um novo regulamento em 26 de agosto de 1904 que vislumbrou:

o melhoramento da remuneração do professorado, procurando, também, segundo o presidente da província, ‘despertar no espírito do professorado verdadeiro estímulo e acurado devotamento á sua importante missão social por meio de melhoria de vencimentos, após alguns annos de exercício nesse humanitário sacerdócio (PINHEIRO, 2002, p. 68).

Tratava-se de um incentivo para aqueles que se dedicavam ao ofício de ensinar, o que não contribuiu para o prolongamento da vida desse modelo, fadado ao descrédito nas décadas seguintes. Outra forma de conduzir a escola estava sendo edificada: os *grupos escolares*⁸⁸. Nessa nova *era*, como assegura Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (2002), foi determinado pelas ações do governo estadual e municipal o ajuntamento das cadeiras isoladas em um único lugar. Na Paraíba, o nascimento dessa nova forma de conduzir a instrução pública ganhou corpo a partir de 1917 com a *reforma do ensino* estadual e perdurou até 1945, ano que marca o fim do Estado Novo.

⁸⁷ *Parahyba do Norte*, 1909, p. 27.

⁸⁸ Nesse momento que tem início em 1917, foram criados 14 grupos escolares no estado da Paraíba, dos quais cinco estavam localizados na capital e os demais, nas maiores cidades do interior – Umbuzeiro, Itabaiana, Guarabira, Campina Grande, Ingá, Princesa Isabel, Areia e Sousa – seguindo a norma inscrita na lei n. 360, de 14 de outubro de 1911, cujo artigo 9º estabelecia que os grupos escolares deveriam ser construídos, preferencialmente, nas sedes de municípios, especialmente aqueles em que as prefeituras se dispusessem a construir os prédios e a fornecer o material escolar (Cf.: ALMANACH DO ESTADO DA PARAÍBA, 1912, p. 645).

Embora os primeiros grupos escolares tenham sido erguidos só a partir da década de 1910 na Paraíba, já existiam reclamações anteriormente, como vemos na fala do Presidente do Estado da Paraíba enviada à Assembleia Legislativa alegando que se “adopte o mais depressa possível a recommendada e utilíssima instituição dos grupos escolares”⁸⁹. Até porque outros estados já haviam adotado o modelo – grupo escolar – desde o final do século XIX. O estado de São Paulo, pioneiro na construção de grupos escolares, divulgou para todo o país a necessidade da organização do ensino em escolas urbanas com boas condições físicas e de ensino para os alunos. Se observarmos o estado de São Paulo, Cardoso Almeida (1983) deixa claro que a implantação dos grupos escolares fez brotar bons frutos, sendo bastante conveniente sua adoção para outros estados, pois contava com:

edifícios apropriados, dotados de vastas salas, compartimentos acomodados aos diversos fins, *oficina para trabalhos manuais, campos para exercício de ginastica, móveis adequados*, professores capazes, disciplina rigorosa, metódica distribuição do ensino, *inspeção rigorosa*, direção inteligente, permitem contar entre os melhores serviços desses estabelecimentos à causa da instrução pública do estado (apud PINHEIRO, 2002, p. 125. Grifos meus).

O modelo paulista espalhou-se pelos estados da federação: Minas Gerais, em 1906; Rio Grande do Norte, em 1908; Espírito Santo, em 1908; e Santa Catarina, em 1911. O mais interessante é perceber que no discurso de Cardoso Almeida, que, por sua vez já, estava inserido na legislação daqueles que pensaram a instalação dos grupos escolares, a forte presença do discurso médico-higiênico. As escolas já deveriam ser construídas nos padrões estabelecidos pela ordem médica, atendendo a necessidade da disciplina e do controle dos corpos.

Apesar de os novos modelos de conduzir a instrução pública serem executados nas primeiras décadas do século passado, Otaíza de Oliveira Romanelli (1978, p. 131) salienta que não existia no Brasil uma estrutura de ensino organizado à base de um sistema educacional único. Cada estado da federação tinha seu próprio sistema, sem que este estivesse atrelado ao poder central. Por isso, sem ter uma política nacional de educação, o ensino primário e secundário era ministrado na maior parte do território nacional como curso preparatório de caráter propedêutico. Assim, a Paraíba, bem como todos os demais estados da Federação, tinha sua própria legislação, criada especificamente no ano de 1917, durante o governo de Camilo de Holanda, e constituída

⁸⁹ *Parahyba*, 1908, p. 13.

por leis cuja função era reorganizar a estrutura pedagógica das escolas públicas e privadas:

instituindo um discurso sobre a escola, incorporando concepções sobre a organização espacial, temporal, administrativa e didático-pedagógica [buscava-se] na formulação política uma nova escola primária para a formação do cidadão republicano” (SOUZA, 1999, s/p).

Nesse sentido, todos os aspectos da vida escolar passaram a ser regulamentados nos mínimos detalhes, determinando sua localização e provimento da escola, normas para a matrícula e frequência, programa de ensino, fiscalização médica escolar observando os aspectos físicos e higiênicos, estabelecendo as leis que normatizariam os alunos, bem como a distribuição de prêmios e/ou aplicação de punições. Eram determinados até mesmo o calendário escolar a ser cumprido e as atividades pedagógicas a serem realizadas.

Foi seguindo esse roteiro que Camilo de Holanda (1916-1920) fez publicar a *reforma do ensino* de 1917, preocupando-se com todos os aspectos acima, mas especificamente com o intuito de substituir as cadeiras isoladas pelos grupos escolares. Conforme Rosângela Chrystina Fontes de Lima (2010, p. 82), os grupos escolares deveriam ser construídos ou mesmo adaptados em prédios que obedecessem aos aspectos higiênicos, pedagógicos e arquitetônicos considerados mais modernos naquela época; bem como estipulava que o governo poderia agrupar em um único prédio, via decreto, as escolas isoladas, transformando-as em grupos escolares, conforme disposto no art. 40, da seção IV, da referida regulamentação geral da instrução pública: “A criação dos grupos escolares será feita por decreto do governo logo que na localidade exista prédio apropriado pertencente ao Estado”.

A reforma visava combater características comuns ao período anterior a 1917, o ensino necessitava de melhorias, os vencimentos pagos aos professores eram parcos, além de haver um bom número de professores sem qualificação profissional, especialmente no interior do estado. Somava-se ainda a “falta de mobiliário [como] mesmo confessou o Presidente [Álvaro Machado], quando pediu à assembleia a decretação de verbas destinadas a esse fim” (MELO, 1996, p. 78). No período marcado pela República Alvarista na Paraíba, as escolas primárias eram ainda:

em sua grande maioria institutos rudimentares, rotineiros [...] em todas elas, desde a capital até o interior acham-se instaladas em edifícios

inadequados, na sua maior parte tomados por aluguel, *falhos de condições higiênicas*. Nenhuma delas possui móveis apropriados, nem esta provida desses aparelhos e objetos que os progressos da ciência pedagógica têm inventado para tornar o processo de ensino mais fácil e proveitoso, mais intuitivo e racional (MELO, 1996, p. 79. Grifo meu).

As escolas pareciam verdadeiros pardieiros. Só com a construção dos grupos escolares surgiria aquilo que Luciano Mendes Faria Filho (2000) chamou de *palácios*. Na verdade deixariam de ser pardieiros para se erguerem os palácios. A *Reforma* de 1917 cuidou de criar medidas importantes ao avanço do ensino, a começar pela construção de prédios higiênicos para que melhor fossem instaladas as escolas.

Tão importante quanto qualquer outra matéria. Parecia ser essa a visão do Presidente da Paraíba acerca das matérias de Higiene e Educação Física⁹⁰. Ouçamos o que diz o Artigo 1º da Reforma do ensino:

Art. 1º. O ensino primário oficial é leigo e gratuito, e *tem por fim promover educação physica, intelectual e moral de ambos os sexos*.

§ -1º. A *educação physica será dada por meio de gymnastica escolar e exercícios espontâneos*.

§ -2º. A educação intelectual deverá ser rigorosamente intuitiva e pratica.

§ -3º. A educação moral será comunicada em fórmula experimental e simples, devendo ser deduzida dos bons exemplos dados pelos professores e demais individualidades da vida escolar⁹¹.

O primeiro artigo revela a primeira preocupação: o corpo. O cuidado físico era visto com muito importante para uma boa formação intelectual. Conduta moral, educação intelectual, corpo rígido e saudável apresentam-se enquanto lei para o professor que passaria aos alunos os novos saberes a partir de seu exemplo, de seu corpo e sua postura, “devendo ser deduzida dos bons exemplos dados pelos professores e demais individualidades da vida escolar”⁹². Não parava por aí. No artigo 2º o *Decreto* 873 estabelecia as matérias que deveriam ser cursadas no Ensino Primário, e tão necessária quanto o estudo da língua portuguesa e dos números, encontram-se os “elementos de sciencias physicas e naturaes e hygiene”. O mesmo tinha validade às escolas privadas que poderiam funcionar “livremente ministrado por particulares ou

⁹⁰ Voltarei a discutir a *Reforma do Ensino* de 1917 na segunda parte dessa tese, especialmente no momento que apresentarei como a matéria de Educação Física foi sendo instituída ao longo do recorte analisado nesse trabalho. O diálogo será estabelecido com as Reformas de 1935 e de 1942.

⁹¹ *Parahyba*. Regulamentação da Instrução Pública, 1917, p. 1. Grifos meus.

⁹² *Idem*

associações, ficando apenas sujeitos á fiscalização do govêrno no que concerne á hygiene, moralidade e estatística”⁹³.

Seja a escola pública ou privada, algumas exigências acerca da higiene do espaço físico eram atribuídas pela legislação em análise, indicando os funcionários que deveriam assegurá-las: o *diretor*, responsável por fazer cumprir o ofício dos demais funcionários do estabelecimento de ensino, bem como fiscalizar a execução das matérias, da limpeza e postura dos professores e alunos, da prestação de contas da higiene do espaço através de relatórios, boletins e mapas entregues mensalmente ao diretor geral da Instrução Pública, além de indicar os funcionários que deveriam ser contratados para cuidar da limpeza da escola; o *porteiro*, possuidor dos deveres de abrir diariamente as portas do edifício, antes da hora designada para o início dos trabalhos letivos e fechá-las após o encerramento, cumprir fielmente o que lhe for recomendado pelo diretor e “*responder pelo asseio do estabelecimento e pela guarda e conservação do mobiliário escolar*”⁹⁴; e o *servente*, que poderia ser homem ou mulher encarregado de “conservar o ediffício em completo asseio, atendendo ás ordens do director e porteiro e ás recomendações dos professores”⁹⁵.

As atribuições destinadas ao ofício dos professores determinavam formas de disciplinar a infância. Como explicou Michel Foucault (2006), acontece uma normalização disciplinar quando se tenta conformar as pessoas - em termos de seus gestos e ações - a um modelo geral previamente tido como a *norma*. Assim, é “dito normal aquele que é capaz de amoldar-se ao modelo e, inversamente, o anormal é aquele que não se enquadra ao modelo” (LOPES; VEIGA-NETO, 2011, p. 9). É preciso ressaltar ainda que, segundo Foucault (2006, p. 35-36), na empreitada de criar leis e fazer valer a legislação, envolve, conseqüentemente, a relação normatizadora com a normalizadora. A primeira entendida como “aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas”, as instituições e/ou poderes que criam as leis, enquanto que os “normalizadores [são] aqueles que buscam colocar (todos) sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade (já definida por essa norma)”, atividade dedicada aos professores e funcionários das escolas responsáveis por executar as exigências publicadas na lei.

⁹³ *Parahyba*. Regulamentação da Instrução Pública, 1917, p. 2.

⁹⁴ *Idem*, p. 7. Grifo meu.

⁹⁵ *Idem*.

A ação normatizadora pautada no discurso higienista foi defendida na legislação tão fortemente que obrigava os docentes e diretores escolares a excluírem do direito de frequentar os grupos educacionais aqueles alunos “que forem despedidos por incapacidade *physica* ou mental superveniente, verificada por inspecção medica”. Excluía-se do acesso à educação aqueles considerados anormais: fracos, débeis, portadores de moléstias, fracos do juízo, dentre outros.

A fiscalização sanitária, assegurada pela *Reforma* de 1917, não se restringiu apenas à conduta de professores e à observação do asseio dos alunos, realizada pelos funcionários das escolas, mas também por pessoas competentes – inspetor técnico - enviadas pela direção da instrução pública. Este funcionário buscava observar, na forma administrativa, a frequência do professor e dos alunos, a duração das secções escolares, o asseio escolar, o regime das disciplinas e o estado de conservação do mobiliário escolar. Essas visitas deveriam acontecer semanalmente e ser registradas em livros de atas, as condições gerais das escolas assinadas também pelo diretor escolar.

De um lado o *Artigo 246* da *Reforma* discorria sobre outros fatores que deveriam ser observados e anotados em relatório, especialmente quando se tratava de escolas localizadas fora dos limites da capital - “a) Os *methodos* e modos de ensino; b) O material pedagógico; c) A classificação pedológica dos alumnos; d) A *hygiene escolar*; e) Estatística; f) A assiduidade do professor”⁹⁶ –; do outro lado, o *Artigo 257* afirmava como deveria acontecer a *Inspeção Sanitária* das escolas da paraibanas, levando em consideração

- a) A *vigilância hygienica das escolas e do material*, principalmente sobre o *ponto de vista orthopedico*;
- b) A *inspecção medica dos alumnos e do pessoal*;
- c) A *prophylaxia das moléstias* transmissíveis e evitáveis;
- d) *Instruir nos preceitos elementares de hygiene dos alumnos*;
- e) A direcção e fiscalização da *educação physica* nas escolas⁹⁷.

Essa inspeção tinha a função de observar as principais características higiênicas das escolas, passando por professores e alunos, pelo prédio e mobiliário, espaços de recreação e das aulas. Eram realizadas por “um corpo de médicos de livre nomeação do Presidente do Estado”⁹⁸ que registravam suas anotações nas “cadernetas biológicas dos alumnos conforme o *typo* que fôr oficialmente adoptado e apresentar semestralmente

⁹⁶ *Parahyba*. Regulamentação da Instrução Pública, 1917, p. 32-33. Grifo meu.

⁹⁷ *Idem*, p. 33-34.

⁹⁸ *Idem*.

um relatório”⁹⁹. No caso de alunos acometidos de algum tipo de doença, era responsabilidade do médico escolar fazer a visita domiciliar, mas, quando o aluno doente dispusesse de meios para o próprio tratamento, “o medico escolar fica[ria] isento da obrigação de receitar, e sua visita ter[ia] por fim colher os necessários elementos para a caderneta bilogica”¹⁰⁰. Para os alunos pobres, que não possuíam condições financeiras de comprar o medicamento, o Estado deveria doar gratuitamente os remédios de que necessitavam os alunos pobres, com exceção das escolas que dispunham da *caixa escolar*¹⁰¹ e, por isso, deveriam comprar o medicamento com fundo próprio.

Uma frase publicada na edição d’A *União* de 13 de janeiro de 1925 traduziu uma forte preocupação: “Urge reformar o ensino, reformando, previamente o professor!”. Funcionário que antes mesmo de realizar seleção para lecionar nas escolas públicas da Paraíba, precisavam comprovar “não soffrer moléstia, infecto-contagiosa ou defeito physico que o incapacite para o exercício do magistério, mediante atestado médico”¹⁰², bem como nunca haver cumprido “pena de prisão em virtude de sentença condemnatoria passado em julgamento, em punição de crime contra a honra, a moral e os bons costumes”¹⁰³. Acerca dos deveres higiênicos dos professores, a legislação era bastante clara: deveriam apresentar na escola *decentemente vestido* antes da hora regulamentada, a fim de assistir à entrada dos alunos; manter a ordem e a disciplina na escola; inspirar nos alunos o amor aos estudos e lhes inculcar no ânimo, pela palavra, pelo exemplo, pelos sentimentos de honestidade, patriotismo, justiça e o amor da verdade; ser pontual e assíduo, não se retirando da escola senão depois de esgotadas as horas escolares, e *fiscalizar os alunos na ocasião da saída*; aconselhar os alunos para que procedam bem as vias públicas, evitando quaisquer atitudes que os denunciem má

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem, p. 35.

¹⁰¹ As caixas escolares são instituições destinadas a animar e a desenvolver a frequência nos estabelecimentos de ensino primário, facultando a infância desvalida de meios para a sua subsistência e instrução. O patrimônio das caixas escolares era constituído dos seguintes recursos: a) Joias e subvenções pagas pelos sócios; b) Produtos de subscrições e festas de iniciativas particulares; c) Donativos espontâneos e legados; d) Gratificações que os funcionários do ensino licenciados ou faltosos perderem; e) As multas em que incorrerem esses funcionários; f) As verbas votadas no orçamento do Estado ou das municipalidades; g) As demais rendas especificadas na legislação estadual vigente e futura. As despesas das caixas escolares eram minuciosamente calculadas e orçadas por ano letivo e tinham as seguintes aplicações: a) Fornecimento de alimentação aos alunos indigentes; b) Idem de vestuário e calçados dos mesmos; c) Assistência médica e fornecimento de papel, penas e livros aos referidos alunos; d) Aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos etc., para serem distribuídos como prêmios aos que forem mais assíduos e mais bem comportados dentre esses alunos. Cada caixa escolar possuía um estatuto que deveria ser formulado sobre os princípios estabelecidos na Reforma de 1917, além de ser registrado e assinado pelo Presidente de Estado. Cf.: *Parahyba*. Regulamentação da Instrução Pública, 1917.

¹⁰² *Parahyba*. Regulamentação da Instrução Pública, 1917, p. 7.

¹⁰³ Idem, p. 8.

educação; assistir aos recreios dos alunos, *zelando pela saúde e higiene deles e conservação do prédio escolar*; fazer a matrícula dos alunos e toda a *escrituração escolar, exatidão, regularidade e asseio*; verificar diariamente o *asseio dos alunos, fazendo observação e dando conselhos aos que não estiverem asseados*.

Tal aflição adentrou os anos 1930. Foi sob o comando dos interventores Antenor Navarro (1930-1932), Gratuliano de Brito (1932-1934) e Argemiro de Figueiredo (1935-1940) que medidas foram tomadas para melhorar o ensino, especialmente o cuidado com a formação dos professores. Para tanto, destaco três mecanismos criados para garantir ao professorado novos saberes: a *Revista do Ensino*, as *Semanas Pedagógicas* e a *Escola de Aperfeiçoamento de Professores*.

A *Revista do Ensino*¹⁰⁴ criada pelo decreto 287, de 8 de junho de 1932 pelo Departamento de Instrução, sob a orientação da Diretoria do Ensino, tinha o objetivo de fazer circular os novos saberes em voga especialmente aos professores do interior. Dentre os principais temas, estavam disciplina escolar, formação de professores, educação sanitária e programa de ensino. Temas que, segundo José Baptista de Melo (1996, p. 98), só “se processa nos centros adiantados em assuntos de educação”. Ainda de acordo com esse autor, a *Revista do Ensino* veio preencher sensível lacuna existente na Instrução Pública da Paraíba, levando ao conhecimento dos demais estados o que se fazia, além de transmitir ao magistério local planos de aula pedagógicos, estruturas escolares eficazes, desempenho de funções de grande força, novos padrões normativos em circulação. Tema de que tratarei mais adiante, visto que esse periódico fornece um panorama do que era estabelecido nas escolas da época.

Até mesmo como forma de discutir os saberes repassados na *Revista do Ensino*, é que foram pensadas as *Semanas Pedagógicas*. Não que fosse novidade reunir professores para formações, pois o próprio Flávio Maroja já o fazia desde os anos 1920. O que se diferencia a partir de 1933 é exatamente a reunião dos professores de diferentes grupos escolares, não apenas para discutir educação da saúde, mas também outros temas relacionados à escola. Reuniam-se inspetores técnicos, diretores de grupos escolares e professores de cadeiras elementares de todos os municípios, especialmente no início do ano letivo – para discutir as propostas pedagógicas a serem desenvolvidas no ano que se iniciava –, ou no fim do ano – para avaliar os resultados do ensino. Nesses encontros, eram apresentados os trabalhos desenvolvidos nas escolas, especialmente os

¹⁰⁴ Considero a *Revista do Ensino* um desses mecanismos de divulgação dos saberes médico-pedagógicos em voga na época, portanto tratarei com mais a fundo no *Capítulo V* dessa tese.

trabalhos manuais, prendas infantis, jogos, desenhos, dentre outros; realizavam-se palestras de caráter educativo que versavam sobre os mais diversos temas, nos quais o próprio sanitarista Flávio Maroja foi inserido, embora por pouco tempo; ministravam-se instruções sobre organização de classe, instituições escolares, levantamento de estatísticas educacionais, manuseio de material didático e, por fim, a grande importância da higiene na educação das crianças. Constantemente, eram convidados professores de outros estados para partilhar os moldes pedagógicos instalados nas suas escolas: “Pernambuco enviou-nos luzida embaixada de educadores que conosco cooperaram e tiveram de seus colegas paraibanos a mais franca e cordial acolhida”¹⁰⁵.

A terceira *Semana Pedagógica*, por exemplo, instalada entre os dias 8 e 15 de novembro de 1936 contou “com a colaboração e adesão das autoridades do ensino e do professorado publico e particular do Estado”. Os encontros tornaram-se, no decorrer dos anos 1930, grandes eventos que contavam com representantes de todos os seguimentos políticos do estado. A “Sessão de Instalação”, realizada na agitada noite do dia 8 de novembro, nas dependências do salão nobre da Escola Normal, contou com a presença do governador da Paraíba:

Governador da Paraíba que pronunciou o discurso inaugural do exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e dos exmos. Srs. Drs. Secretario do Interior e Segurança Pública e Mons. Director do Departamento de Educação o qual proferiu brilhante elocução relativa ao acto, convidando o exmo. Sr. Dr. Argemiro de Figueiredo para inaugurar a Exposição Pedagógica¹⁰⁶.

A *Semana Pedagógica* estava organizada por sessões: de instalação, de forma solene, com discursos políticos; as técnicas, nas quais se discutiam assuntos de máximo interesse para o ensino; as plenárias, compostas por conferências sobre temas que ligavam o ensino à pátria, ao civismo e ao nacionalismo; as exposições pedagógicas que:

apresentavam nossas atividades escolares [...] em forma de stand [com] jogos didáticos, applicados as diversas disciplinas e adaptados a todas as classes, desde os jardins de infância, aos últimos anos do curso primário, mapas geográficos, lições illustradas, mostruários de produtos regionais, etc¹⁰⁷.

¹⁰⁵ *A União*, 22 nov. 1933.

¹⁰⁶ *Revista do Ensino*, 1936, p. 83.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 86-87.

As *Excursões e Visitas*, compostas por passeios a espaços que deveriam ser conhecidos pelos docentes que dispunham de “omnibus especiaes a lugares abertos como plantações, criação do bicho da seda e os sistemas mais modernos de sua cultura entre nós”¹⁰⁸; Missa em Ação de Graças, geralmente realizada na Catedral Metropolitana e as Homenagens.

Mesmo após ser fundada a *Escola de Aperfeiçoamento de Professores*¹⁰⁹, as *Semanas Pedagógicas* continuaram a existir. Em 20 de janeiro de 1934, o jornal *A União* convidava os professores dos grupos escolares para participar de mais um encontro educacional que tinha por tema: “Organizar um programa de ensino para mães simples e prático com o fim de permiti-lhes realizar uma bôa educação na família”; “Como promover a Educação Física incluindo a administração desta na órbita de ação das diretorias de Instrução Pública ou dotando-as de órgãos especiais e autônomos?” e, por fim, “O ensino da higiene nas escolas primárias”. Esses temas, além de estarem de acordo com a proposta do Sexto Congresso Nacional de Educação, asseguravam a medicalização da escola no sentido de regeneração humana pela educação iniciando pelo ensino primário e extensivo às famílias. A proposta não era apenas responsabilizar as crianças por levar para casa os novos saberes médicos e higiênicos, mas trazer a família para escola e ensinar como efetivar uma educação moral pautada nos princípios da saúde.

Em uma fala exaltada, José Baptista de Melo (1996, p. 99) anunciava a segunda *Semana Pedagógica*, também realizada no salão nobre da Escola Normal como um “acontecimento memorável na história da Instrução Pública da Paraíba [...] onde se via inédita exposição de grandes quadros de estatística educacional [transformando] a *Semana Pedagógica* num verdadeiro congresso de educação”. Acredito que, mesmo sendo um espaço de construção e partilha do saber, não foi uma iniciativa inédita, como os chefes da Instrução Pública afirmavam. É preciso lembrar que ainda quando era chefe da higiene, e mais veementemente, quando se tornou Vice-Presidente da Paraíba (1920-1924), Flávio Maroja já anunciava: “É preciso reunir os professores em constante recorrência para repassal-os ensinamentos sobre educação sanitária e temas fundamentais a formação dos cidadãos”¹¹⁰. Foi preciso aguardar mais de uma década para que a ação se concretizasse.

¹⁰⁸ Idem, p. 88.

¹⁰⁹ Que voltarei a discutir no *Capítulo IV*.

¹¹⁰ *A União*, 17 mai. 1922.

Por fim, é preciso falar da *Escola de Aperfeiçoamento de Professores*. Criada por determinação na Capital Federal em 1932, só começou a funcionar ao Ensino Primário da Paraíba em 16 de abril de 1934. O *Decreto* de número 497 afirmou:

Art. 1 – É criada, nesta Capital, uma escola de Aperfeiçoamento de Professores;

Art. 2 – Esta Escola, enquanto não lhe for dada sede apropriada, funcionar a que se propunham ensinar no Grupo Escolar Dr. Tomás Mindelo e em outros estabelecimentos designados pelo governo;

Art. 3 – Serão ministradas, nessa Escola, aulas de: a) *Psicologia*; b) *Educação Sanitária*; c) *História da Pedagogia*; d) *Metodologia*; e) *Artes e Industrias Domésticas*; f) *Desenho e Trabalhos Manuais*; g) *Educação Física*; h) *Língua Portuguesa e Literatura Nacional*; i) *Matemática*; j) *Ciências Físicas e Naturais*; k) *Educação Artística*.

Art. IV – O corpo docente da Escola será constituído de elementos do magistério oficial e de pessoas outras que tenham conhecimentos especializados das matérias¹¹¹.

Dentre aqueles que preenchiam os requisitos de possuir conhecimentos especializados das matérias, estavam o médico Oscar Oliveira de Castro, lente de Psicologia; o professor Aluísio Xavier, responsável pela lente de Educação Física, e, Flávio Maroja, lente de Educação Sanitária. O grupo ainda contava com outros profissionais da saúde: o dentista Luiz Gonzaga Burity, o médico e chefe de laboratório Manuel Florentino da Silva e o também médico Octacílio de Albuquerque. Assim, constituído o corpo docente entre médicos e pedagogos, a *Escola de Aperfeiçoamento de Professores* visou criar profissionais capacitados para a educação da infância, conforme o modelo proposto que visava inculcar hábitos sadios pela higiene “simbiose perfeita da educação moral com a educação higiênica na medida em que reunir uma à outra é aproveitar ambas” (MARQUES, 1994, p. 107).

Os novos saberes educativos ganhavam fôlego especialmente pelos novos parâmetros propostos pelo *Manifesto dos Pioneiros pela Educação*, deflagrado por intelectuais que defendiam reformas educacionais nos estados do Brasil e estavam agrupados em torno do movimento conhecido por *Escola Nova*. Esse movimento desenvolveu uma proposta de criação de um sistema nacional de educação em todos os níveis e assegurado pelo Estado, de forma gratuita e obrigatória, fato assegurado pela Constituição de 1934. Claramente percebo um momento de forte efervescência no debate educacional produzindo profundas reformas nas escolas. A mudança fazia-se tão necessária que durante o Estado Novo, na Paraíba, foram construídas dezenas de grupos

¹¹¹ *Revista do Ensino*, 1934, p. 77. Grifos meus.

escolares distribuídos pelos municípios e responsáveis pela defesa das propostas educacionais elaboradas pela *Escola Nova* com a “ampliação da oferta de educação escolar primária, o combate ao analfabetismo, à criação de um sistema de educação nacional” (PINHEIRO, 2002, p.186).

Em mensagem enviada ao poder legislativo, o governador da Paraíba, Sr. Argemiro de Figueiredo, preocupado com a educação, anunciou:

*Todos sentem a necessidade de se fazer da escola um centro maravilhoso onde a criança aprenda a ler, escrever e contar, mas onde se prepare ao mesmo tempo para os misteres da vida, despertando-se-lhe o amor pelo trabalho, pelas artes, pelos ofícios, pelas atividades rurais. É doloroso ver-se como se avoluma cada dia a onda dos desocupados. Bem estudada as ações do fenômeno, concluiremos que elas residem, em grande parte nas falhas do nosso processo de ensino. São inúmeros os moços, energias magnificas, lançados a dispersão que poderiam produzir os melhores frutos, se a escola os radicasse ao campo de onde saíram ignorantes de que o labor quotidiano encerra a nobreza sem par de um edificante patriotismo*¹¹².

A culpa do grande número de desocupados e degenerados é atribuída pelo gestor da Paraíba à forma como se conduzia a educação; como ele mesmo afirmou “nas falhas do nosso processo de ensino”. Tornar os alunos alfabetizados, conhecedores do *bê-á-bá*, não era suficiente. Era preciso prepará-los para a vida, para o trabalho. Para tanto, uma boa educação pautada na moral e na saúde fazia-se necessária. É valido ressaltar que o discurso proferido é fruto da proposta do governo Vargas que almejava criar cidadãos fortes e saudáveis para o trabalho. Homens e mulheres apaixonados pela Pátria, defensores de sua bandeira e de sua honra. José Baptista de Melo (1996, p. 108) afirmou que a intenção do governador era criar uma “escola que promovesse mais tarde, a independência intelectual e econômica do povo, queria, antes de tudo, um professorado apto aos grandes empreendimentos quem vencem as dificuldades atuais do mundo”. Noutras palavras, deseja uma reforma no aparelho educacional que comungasse com a proposta nacional.

Assim, para estar em acordo com o debate realizado nas principais cidades do sudeste do país, o chefe do governo da Paraíba enviou no mês de abril de 1935 “o professor José Baptista de Melo, Diretor do Ensino Primário, desde 1931, ao Rio de Janeiro e a São Paulo a fim de, estudando *in-loco* o assunto, organizasse elementos para a reforma projetada” (MELO, 1996, p. 108). A proposta de garantir um novo rumo a

¹¹² *Parahyba*, 25 jan. 1935. Grifos meus.

Instrução da Paraíba culminou com um relatório que foi submetido à Câmara Estadual intitulado *Plano de Reforma da Instrução Pública da Paraíba* e aprovado logo em seguida.

O plano de uma escola renovada “demandava, porém, mudanças no comportamento pedagógico do professorado sobre a qual se assenta ‘a base de toda reforma que precisa levar a avante’” (PINHEIRO, 2002, p. 187). Os novos horizontes educacionais só poderiam ser erguidos pelos professores considerados “o centro de todas as questões escolares, o obreiro dessa tarefa grandiosa de formação social e que tanto precisa de estímulo e da indispensável cultura ao integral desempenho da função” (MELO, 1996, p. 109). Reformar a educação não significou apenas criar leis, mas determinar uma rigorosa fiscalização escolar, o desenvolvimento de uma educação sanitária, a obrigatoriedade da educação física, o aparelhamento dos estabelecimentos de ensino, a construção de novos grupos escolares, dentre outros. Para tanto, seguindo a exigência da Constituição Federal, foi criado o *Departamento de Educação* responsável por todos os aspectos do serviço de Instrução Pública.

A *Reforma* de 1935, de forma bastante incisiva, tratou de assegurar sua organização administrativa da seguinte forma:

- I – Secretaria;
- II – Inspeção Geral do Ensino e dos Serviços Estatísticos Educacionais;
- III – Biblioteca, Rádio, Cinema Educativo, Publicidade e Instituições Auxiliares do Ensino;
- IV – Serviços de Prédios, Mobiliários e Almoxarifado¹¹³.

É sobre a *Inspetoria Geral do Ensino* que registro meu objeto de interesse: A *Inspetoria Sanitária Escolar*. Esse setor possuía a responsabilidade de acompanhar a higiene dos espaços escolares, ministrar formações para os professores primários que lecionavam as matérias relacionadas, bem como aos assuntos que concernem à disciplina e à moralidade, tanto nas escolas públicas, quanto nas privadas. Esse órgão propôs ainda a criação de *Educadoras Sanitárias* com a finalidade de “amparar as crianças em idade pré-escolar” (MELO, 1996, p. 114). Para tanto, foi criado:

um corpo de educadoras sanitárias que, iniciando os seus trabalhos nesta capital, terão, mais tarde, o seu número acrescido de modo a poderem prestar serviços no interior do estado. Essas educadoras, que

¹¹³ *Parahyba*, 13 dez. 1935.

serão dirigidas pela Inspetoria Sanitária Escolar, terão um curso completo de puericultura¹¹⁴.

A *Inspetoria Sanitária Escolar* dialogava frequentemente com o *Serviço de Prédios, Mobiliário e Almoxarifado*, visto que tanto os edifícios quanto o mobiliário deveriam atender às exigências do saber médico em circulação: prédio em declive para não empoçar a água, espaço para recreação e atividade física, boa iluminação e ventilação; carteiras que deixassem o corpo ereto evitando problemas de coluna, material adequado para o uso dos gabinetes dentário e de higiene e os acessórios às aulas de educação física.

Embora toda essa legislação estivesse direcionada quase que exclusivamente às escolas públicas, boa parte de suas seções destinava-se às escolas privadas. Determinações que já não eram novidades em algumas escolas que desde as décadas de 1910 já asseguravam às famílias dos alunos o controle do corpo por meio da disciplina, do saber médico em voga e dos princípios pedagógicos atualizados. Em resposta à publicação da Reforma de 1935, o *Colégio Pio X* publicou na edição d'*A Imprensa* de 20 de março de 1935 sua nova “Organização do Curso Primário”, alegando dispor de “quatro professoras normalistas de comprovada idoneidade e reconhecida competência para se encarregarem do ensino primário no estabelecimento [...] professoras que representam a base de todos os conhecimentos futuros”, estavam “a par de conhecimentos técnicos indispensáveis ao ofício, [possuíam] uma dedicada devoção pedagógica e [dominavam] seriamente a disciplina e os preceitos de higiene [...] um tirocínio suficiente para garantir o êxito da missão”¹¹⁵.

O diretor do Colégio fazia questão de anunciar publicamente no periódico ser ele próprio o responsável pela fiscalização das aulas “estando sempre bem informado da situação pedagógica e higiênica de todos os alunos em geral e da de cada um em particular, comunicando-se frequentemente com os pais a tal respeito”¹¹⁶. Geralmente, essas reuniões aconteciam nos dias de sábado para não interromper o cotidiano escolar. Era o momento em que os pais dos alunos “receberão os boletins escolares de seus filhos com as notas de comportamento, dos hábitos higiênicos e das lições obtidas na semana, sendo os boletins devolvidos na segunda-feira devidamente rubricados,

¹¹⁴ *Parahyba*, 13 dez. 1935.

¹¹⁵ *A Imprensa*, 20 mar. 1935.

¹¹⁶ *A Imprensa*, 2 abr. 1935.

podendo juntar quaisquer reclamações que queiram fazer”¹¹⁷. Essas eram ações ligadas diretamente aos novos preceitos de higiene, conforme serão narradas a seguir.

¹¹⁷ Idem.

Capítulo III

“Medicar e educar a infância”: dispositivos para uma Hygiene do corpo

“Cada homem é um parque zoológico sendo que a cada região do corpo corresponde uma fauna especial. Não há cabeça onde não fervilhem os piolhos, corpo livre de ácaros, pés sem bichos, tripas sem vermes, sangue sem hematozoário, e, vísceras sem treponema. Pode-se afirmar que o homem é aqui pasto de sevandijas para cujo regalo vive”.

(Acácio Pires)



Certa manhã de um belo dia de sol, Tônico forte e corado, achava-se á porta da casa paterna a olhar para a gaiola dependurada na parede, dentro da qual saltitava um interessante pintassilgo. A mãe, lá dentro, num vaivém sem fim, arrumava os modestos móveis, limpando-os e espanando-os. Nuvens de pós espalhavam-se por todos os lados.

O Jeca a um canto, sentado no chão, pouco se incomodava com a poeira e, distraído, cortava pedacinhos de pau para construir uma arapuca.

A fada soube achar-se o Tônico completamente bom, e ter o médico permitido que outras crianças o visitassem. Convidou os seus amiguinhos e lá foram vê-lo. De longe o Tônico os avistou. Correndo vaio ao encontro da bondosa fada, que, cercada das crianças, caminhava lentamente. Estavam todos contentes em rever Tônico que, por sua imprudência, quase morrera. Falaram sobre as a travessura e a fada explicou-lhes mais uma vez o perigo que se corre em beber água, sem saber se é boa.

Entraram todos. A fada, de relance, notou que a dona da casa, ao varrê-la e espana-la e espana-la, levantava grande quantidade de poeira; observou que a cozinha dava para a salinha de jantar e a fumaça, vindo do fogão, a invadia fortemente; outras cousas percebeu, em desacordo com as exigências da higiene.

Era preciso tomar uma providência: - ensinar a mãe dos meninos a cuidar inteligentemente da casa. Para isso, porém, necessitava fazer uma série de rodeios, de maneira que não melindrasse a pobre senhora.

Depois de preparar o terreno, começou explicando que se não deve varrer a casa nem espanar os móveis, levantando pó, que contém germes perigosos á saúde. Ao invés de varrer o chão, seria melhor passar sobre ele um pano ligeiramente umedecido, assim como sobre os móveis.

Em relação aos quartos que permanecem fechados, disse serem anti-higiênicos; que é indispensável renovar sempre o ar e deixar o sol entrar, mantendo as janelas abertas durante o dia. A boa fada explicou que não devem dormir muitas pessoas num mesmo quarto porque viciam o ar, a não ser que as janelas permaneçam abertas a noite toda.

- A limpeza, o arranjo do quintal, o trato das plantas, dão grande encanto á habitação tornando-a simpática aos que nela vivem e aos olhos dos que passam suas proximidades. Alguns pés de roseira, cravos, dalias, quando floridos, alegram-na, tornando-a poética.

- Na hora da comida, lá estão os cães e gatos á roda da mesa, com os olhos pregados nas comidas e nos convivas, nos quais lhes atiram os restos. Eis aí porque os dois meninos são pálidos e fracos.

A mãe de Jeca e do Tônico impressionou-se com o que ouviu e se dispôs a melhorar as condições higiênicas da sua modesta casinha, para garantir a saúde do casal e dos filhos.

A fada Higia (KEHL, 1925, p. 35-40)

3.1 Lapidar os sentimentos, desinfetar o corpo

“As crianças deve-se começar a incutir cedo os hábitos higiênicos não só porque desta forma se vai fortalecendo, o seu organismo, mas ainda com o fim de as ir preparando para mais tarde receberem o ensino nacional da hygiene”.

(Dr. Ladisláo Piçarra)¹¹⁸.

Foi citando o médico Ladisláo Piçarra que Flávio Maroja chamou publicamente a atenção da população paraibana para com os cuidados com a higiene nas escolas. A princípio, tratava-se de uma voz que protestava sozinha no deserto. Um brado que retumbava solitário. Um grito de alerta que clamava por cuidados higiênicos nas escolas da cidade da Parahyba. Em carta aberta ao professor Abel da Silva, na época responsável pela Instrução Pública no estado, Flávio Maroja ressaltava a necessidade da adaptação da matéria de higiene nas escolas “como medida altamente salutar”. Publicada no jornal *O Norte*, a carta alegava que não bastava “o professor no exercício do seu nobre magistério saber que a hygiene escolar devia fazer o complemento do seu curso afim de que pudesse ensinal-a aos seus alumnos na forma de indefectível lição de cousas”¹¹⁹. Deixava claro ainda, que o professor de escolas públicas e privadas, deveria ser possuidor das boas noções de higiene “como uma garantia á conservação da saúde das creanças nas aglomerações infantis”¹²⁰. Só assim, seria possível combater as moléstias peculiares a infância que constantemente invadiam as escolas “degenerando em epidemias difíceis de ser conjuradas em uma medida propylática rigorosa”¹²¹.

O que estava em debate era o desejo de implantar nas escolas da Paraíba um projeto médico-pedagógico pautado nos princípios higienistas e eugenistas. Um assunto considerado de alta relevância pelos sanitaristas no começo do século XX, capaz de constituir “espíritos superiores”. Discursos, que deveriam ser não apenas dos médicos da higiene, mas também dos pediatras e professores “responsáveis pelo importante progresso que se pretende levar ao seio de todas as classes, nesta solidariedade humana que congrega todos os bons sentimentos e nos reúne no mesmo campo de ação”¹²².

¹¹⁸ *A União*, 21 nov. 1912.

¹¹⁹ *O Norte*, 13 set. 1912. O termo “lição de cousas” era utilizado para se referir ao conteúdo e as atividades utilizadas pelos professores nas aulas de Higiene.

¹²⁰ *O Norte*, 13 set. 1912.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *A União*, 21 nov. 1912.

Eram falas que defendiam fervorosamente a higiene escolar a partir da inspeção médico-sanitária, dos cuidados com a estrutura física das escolas e com o mobiliário.

Neste capítulo, busco entender os elementos presentes no projeto educacional criado pelos médicos e colocado em prática na Paraíba a partir do começo do século XX, especialmente, dos ditos acerca das matérias de higiene e educação física. Trata-se de refletir acerca do processo de medicalização voltado para as escolas a partir das mudanças promovidas na educação paraibana. O projeto médico-pedagógico postulado por Flávio Maroja estava em consonância aos princípios ditados pelos profissionais da medicina da capital federal. A princípio, enquanto chefe da higiene, Maroja chamou constantemente a atenção dos representantes do poder para o debate da presença médica na escola. Suas publicações nos jornais que circulavam pela Paraíba eram quase diárias. Seu sobrenome já parecia ser uma representação da higiene; e a partir da década de 1920, mais especificamente, higiene escolar. É para escola que ele mira todo o seu discurso. É sobre as crianças que se almejava construir seu projeto de saúde; de instituir uma educação higiênica capaz de assegurar o modelo de civilização desejado.

“Meteu o bedelho”, ou melhor, pousou um olhar médico sobre a escola como sinônimo de uma sociedade higienizada. Lançou sobre os corpos das crianças normas que limpavam, padrões que cheiravam bem, regras que disciplinavam. Atribuiu sentidos a educação fazendo dos corpos dos alunos “fortes, saudáveis, higiênicos, ativos ordeiros, racionais em contraposição aquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso” (VAGO, 2007, p. 286). Dessa forma, o projeto escolar higienista traçou determinações que deveriam ser seguidas em vários campos: da arquitetura das escolas, do mobiliário, do ensino de higiene e da função dos alunos.

Ao analisar o processo de higienização do corpo, na cidade da Paraíba entre as duas primeiras décadas do século XX, mostrei como a matéria de higiene foi incorporada na *Escola Nossa Senhora das Neves* e no *Colégio Pio X*. Ao expandir o recorte temático e fazer das matérias de higiene e educação física atreladas ao saber médico objeto de análise desta tese, a intenção foi a de perceber na legislação criada entre 1913 e 1945 o funcionamento das mesmas matérias nas escolas públicas. Porém, é preciso lembrar que, mesmo que as matérias de higiene e educação física, já fossem uma exigência na *Reforma de 1917*, nem sempre foi cumprido nas escolas públicas. De qualquer forma, entender a matéria de higiene sob o olhar dos médicos da época, me fez perceber que parte de um projeto que julgava os males do povo serem causados pela falta de uma instrução racional e educação sanitária. Uma educação, conforme defendia

Flávio Maroja, pautada nos conhecimentos da medicina e sua contribuição à aprendizagem, rompendo inclusive com os métodos de ensino metódicos configurados a partir da memorização de informações no cérebro que se não aprendidas se dispersavam com o passar dos dias.

Almejava-se formar uma educação pela saúde. A proposta de Afrânio Peixoto (1925, p. 355), defendida para o Rio de Janeiro e indicada para os demais estados do país, era “conduzir ao ideal, isto é, à representação distante, talvez inacessível, mas que nos aproximamos sempre mais, a nossa própria perfeição”. Fato possibilitado pela disciplina e, principalmente, pela boa instrução da higiene. Uma educação que consiste em moldar os hábitos: “deve vigiar para que os alunos sejam bons, honestos, limpos, com que se corrige uma natureza imperfeita, ou se dará esplendor a mais feliz” (PEIXOTO, 1925, p. 356). Para tanto, a escola tornava-se o meio mais adequado e eficaz para se alcançar a educação do povo. Lugar onde a pedagogia ensinava os preceitos de civilização, a higiene intervinha para proteger a saúde contra as imperfeições, os excessos e as eventualidades perigosas. A não adoção da higiene corresponderia à degeneração do homem, a mais poderosa arma contra a civilidade.

Higiene e civilidade pareciam andar juntinhas, numa união que correspondia ao bem estar físico, biológico e social. Assegurar a saúde por meio da escola era tomar ciência de que a higiene, segundo Carlos Sá¹²³ (1939, p. 18) dividia-se em três setores: individual, geral e social. A *higiene individual*, considerada a higiene propriamente dita, ocupava-se de condições individuais desde antes do nascimento; estudava, portanto, a hereditariedade, o crescimento, a nutrição, o trabalho muscular, as atividades nervosas e mentais, os cuidados corporais, a educação. Tudo aquilo que se encontra dentro do corpo era objeto da higiene individual, e que alguns outros médicos incluíam ainda o vestuário como uma segunda pele. A *higiene geral* ou do meio físico podia ser chamada ainda de saneamento, correspondendo à matéria da engenharia sanitária, cuidava das condições climáticas e do solo, das águas, dos campos e das cidades, do abastecimento de água e dos esgotos, do lixo e do fornecimento alimentar, da casa e sua orientação, iluminação, ventilação, asseio, dentre outros. Por último a *higiene social* ou da coletividade, ou ainda higiene pública, responsável por cuidar da massa de população,

¹²³ Sobre Carlos Sá, é importante ressaltar que seus escritos sofreram significativa influência dos padrões norte-americanos. Enquanto a maioria dos higienistas da época estava com os olhos voltados para a Europa, Carlos Sá se revestiu do discurso americano. Para tanto, tratou de fazer referência a Tomas Wood, Jesse Williamns e Clair Turner em seus textos publicados na Folha Médica, ou mesmo em livros a exemplo de *Higiene e educação da saúde* (1944).

dos fenômenos vitais que aí ocorrem, com seus valores numéricos das doenças que se transmite de uns aos outros, cuidava das medidas preventivas, da constituição de agrupamentos sociais com problemas sanitários particulares (higiene escolar, higiene do trabalho, etc.) e finalmente da organização, legislação e administração de serviços destinados a zelar pela saúde da coletividade.

O conceito de higiene parecia abranger todos os segmentos de uma vida saudável, desde as ações mais corriqueiras do cotidiano aos cuidados com as ruas, praças e casas. Um saber que agregava diversas áreas do conhecimento: medicina, pedagogia, engenharia, enfermagem, farmácia, arquitetura, etc.. Contudo, para discutir o papel da matéria de higiene nas escolas da Paraíba é preciso levantar alguns questionamentos: Quais as determinações higiênicas aplicadas ao espaço escolar? Como higienizar os corpos dos alunos seguindo os preceitos de civilidade? Seria possível levar essa educação higiênica para casa? Vamos às respostas!

3.2 Do sujo ao limpo: os prédios escolares

“O prédio escolar deveria achar-se situado em meio de um terreno, amplo, enxuto, arborizado, sem a possibilidade de se interromperem outros aos lados, ou defronte, que lhe diminuam a luz”. Essa foi mais uma informação enviada à Paraíba por Afrânio Peixoto no início da década de 1920 para orientar como e onde deveriam ser construídos os higiênicos prédios escolares. Embora essas informações cheguem com mais força nos primeiros anos do século XX, alguns prédios escolares construídos em fins do oitocentos já consideravam-se dentro dos padrões higiênicos: o *Colégio Pio X* e o *Colégio Nossa Senhora das Neves*. Porém, tratando-se de escolas públicas, só a partir de 1916, ano da inauguração do primeiro grupo escolar na Paraíba¹²⁴, que se percebe um novo modelo de organização escolar tanto em sua estrutura física, quanto a seu funcionamento.

Numa rápida observação das imagens dos grupos escolares¹²⁵, é possível diagnosticar a suntuosidade dos prédios construídos para abrigar os novos princípios médico-pedagógicos, além de assegurar a visibilidade ao lugar que seria responsável por

¹²⁴ Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello.

¹²⁵ Ver *Um roteiro histórico educacional na cidade...* (PINHEIRO, 2008).

instituir outros padrões de educação: os ensinamentos da *Escola Nova*. Especialmente, em um momento em que se pretendia que a educação dos corpos das crianças começasse a ser instituídos desde a arquitetura dos prédios escolares, donos de espaços educativos por excelência. Para tanto, fazia-se necessário “um planejamento arquitetônico minucioso, balizado por preceitos e teorias higienistas já consagradas na Europa, foi elaborado para orientar a construção de prédios específicos para as práticas educativas, que deveriam ser imponentes, majestosos, higiênicos e assépticos” (VAGO, 2007, p. 287).

Para construir os prédios escolares considerados saudáveis a educação, eram convocados engenheiros que cuidavam minuciosamente com a escolha dos lugares que se localizariam, ou seja, era observado “as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas” (GONDRA, 2011, p. 528). Deveriam acima de tudo estar de acordo com as características mínimas para atender as exigências higienistas da época:

localização na região central das cidades, certamente porque era considerada mais limpa e mais higiênica e na qual eles estariam em posição de melhor visibilidade pela população; distância de outras construções, notadamente hospitais e prisões, isolando-os de possíveis contatos; área total do prédio prevendo um mínimo de 8 m² por criança; instalações sanitárias; jardim; terreno para o recreio com pelo menos 5 m² por criança; áreas previstas e reservadas para os exercícios físicos e os trabalhos manuais (VAGO, 2007, p. 287).

Pareciam combinadas às falas dos médicos acerca das características da localização das escolas medicalizadas. A orientação de Carlos Sá (1939, p. 216) indicava que a

escola deve localizar-se em ponto central relativamente a população a que deve servir; em rua tranquila, transversal a avenidas de fácil acesso, mas não muito próximas de cruzamentos de trânsito muito intenso; em centro de terreno seco, permeável de pequenas elevações sobre o nível da rua e dela afastada no mínimo quinze metros; cercada de gramados, com algumas árvores copadas; sem vizinhanças barulhentas ou perigosas do ponto de vista da segurança física ou moral; com uma área mínima coberta de quinhentos metros quadrados.

Era recorrente entre os médicos o debate sobre a localização dos prédios escolares em todos os estados da federação. Em Curitiba, como afirma Marcus Taborda

de Oliveira e Lausane Corrêa Pykosz (2009, p. 146), os sanitaristas defendiam também que fossem em local central, alto, de fácil acesso, seguro e equipado com o serviço de limpeza pública, dando ênfase a sua ventilação, distribuição de água e condições higiênicas, e, ao mesmo tempo, distante de lixo, cemitérios ou quaisquer lugares que pudessem afetar a saúde dos alunos. Esses autores lembram ainda que as construções escolares do início do século XX buscavam manter um padrão higiênico incorporando pressupostos de uma pedagogia compreendida como moderna – a higiene – enfatizando a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequação sanitária, requisitos indispensáveis para o bom funcionamento dos grupos escolares.

O médico sanitarista Flávio Maroja publicou em 22 setembro de 1922 um artigo no jornal *A União*, intitulado *Cercanias da Escola*, no qual afirmava “ser mister, que o edifício escolar fique em centro de terreno amplo, que possa ser gramado, arborizado”¹²⁶. Anunciava que no entorno das escolas seria de grande valia um pequeno parque atendendo as necessidades do ensino, a salubridade e a decoração da escola. Defendia a existência de árvores de grande e médio porte, além de arbustos e canteiros repletos de flores. Pregava que toda escola deveria possuir uma horta, que além de ensinar os alunos a plantar e cultivar o alimento, fornecia verduras para a sopa. Esses espaços, segundo o sanitarista, receberiam as constantes visitas de pombos e pássaros que junto às flores embelezariam a escola e serviriam para as aulas de ensino da natureza e/ou qualquer projeto que viabilizasse a educação da saúde.

Na cidade da Parahyba, segundo orientação do Estado, as escolas deveriam ser construídas em lugares centrais, de fácil acesso, seguros e equipados com o serviço de higiene pública. Prezava-se por locais

altos devido à boa ventilação, à distribuição de água e às condições higiênicas, ou seja, distante dos monumentos de lixo que se formavam nos cantos dos muros, cemitérios, longe dos lugares governados pela imundície, evitando, assim, o contágio e proliferação das mais diversas doenças que poderiam invadir o corpo dos alunos (SOARES JUNIOR, 2011, p. 152).

Estes requisitos foram debatidos por diversos profissionais, dentre eles, médicos, engenheiros e pedagogos na intenção de colocar em prática as novas normas de higiene. Nesse sentido, o jornal *A Imprensa* publicava frequentemente o orgulhos dos padres que comandavam o *Colégio Nossa Senhora das Neves* por estar dentro das normas

¹²⁶ *A União*, 22 set. 1922.

estabelecidas de higiene. Noutro estudo, Soares Júnior (2011) analisei a estrutura física do referido colégio chamando atenção para os seguintes aspectos:

O edifício do Colégio Nossa Senhora das Neves fica situado na zona urbana sem vizinhança imediata; é limitado ao norte e ao sul *por ruas calçadas* e de pouco trânsito; a leste pela praça Dom Ulrico; ao oeste pela chácara do Colégio. Acha-se em *perfeita condição de salubridade*. É *bem ventilado* e sua fachada principal voltada para oeste. O colégio estando afastado não há RUIDO algum que venha perturbar a ATENÇÃO DAS ALUNAS. A linha de bonde passa a 100 metros de distância da praça D. Ulrico, logo *não há perigo para a entrada e saída das alunas*. Não sendo o lugar, ponto de diversão, *nenhuma influência pode desviar a atenção das alunas* (apud ALMEIDA, 1924)¹²⁷.

O documento faz questão de ressaltar o fato de o colégio estar dentro dos padrões higiênicos estabelecidos pela saúde pública: possuir uma “perfeita condição de salubridade”, estar localizado numa região alta, portanto “ventilada”, distante do barulho que pudesse, por ventura, atrapalhar o entendimento, bem como afastado das más influências – os pontos de diversão. Vale ressaltar que o terreno onde foi construída a escola é argiloso e com ligeiro declive, facilitando o escoamento das águas. A escola, conforme assegurava o *Instituto da Sagrada Família*, “possuía todas as condições recomendáveis pela pedagogia e pela hygiene” (ALMEIDA, 1924).

Entendo que o prédio escolar não possuía apenas uma função simbólica, mas também, estética, despertando na criança uma modelação dos sentidos. Foi nesse sentido, que, no relatório do diretor do *Departamento de Educação* apresentado ao governador do estado em 1936, afirmou incisivamente que os edifícios escolares deveriam ser erguidos com formatos “bellos e majestosos, destinados expressamente às instituições escolares”¹²⁸. Os estudiosos da época defendiam que os prédios escolares deveriam oferecer “um aspecto agradável, porque a própria estética do edificio influi sobre a moral das crianças, contribuindo para chamar a atenção e simpatia tornando a escola um ponto atrativo” (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009, p. 149). Os espaços de “divertimento”, livres ou cobertos, tornaram-se um convite para os alunos que viam nos jogos e na ginástica uma forma de recreação. O *Colégio de Nossa Senhora das Neves*, por exemplo, possuía 2890 m² livre e 712 m² de área coberta para esportes e brincadeiras.

¹²⁷ As palavras sublinhadas são grifos do autor, em itálico, os grifos são meus.

¹²⁸ *Revista do Ensino*, 1936, p. 36.

Nesses discursos médico-escolares, observo uma forte preocupação com os conhecimentos de higiene que deveriam ser passados pelas estruturas físicas das escolas. Nessas falas, “particularizavam a análise da materialidade das escolas, condenando os espaços insalubres, a localização do prédio escolar, os problemas de iluminação, ventilação, os espaços livres, a inadequação do mobiliário e dos equipamentos disponíveis” (STEPHANOU, 2011, p. 153). Os mínimos detalhes deveriam ser observados. Mesmo nas construções de edifícios térreos, preferidos em algumas cidades tanto pela sobra de espaço para recreação quanto pelo custo de orçamento, era fundamental que as estruturas fossem altas para projetar sombra aos espaços livres. A orientação de Afrânio Peixoto (1925, p. 357) era levantar o prédio ao menos a 80 centímetros do solo, isolado e impermeabilizado a concreto ou asfalto. A porta central deveria ser ampla e o corredor principal nunca poderia ser inferior a 2 metros; quanto às escadas, se existissem, deveriam ser construídas de pedra ou de cimento com formação de degraus baixos (13 a 15 cm) e largos (30 a 35 cm), o corrimão apenso à parede para auxiliar a subida e descida dos alunos. O médico faz uma ressalva interessante quanto ao corrimão: “não se deve existir a possibilidade de ser cavalgado pelo aluno”. Era importante que “os corredores e as escadas de acesso, permitissem a passagem de três a quatro alunos ombro a ombro” (SÁ, 1939, p. 217). Quanto às paredes, informava a necessidade de revesti-las de cerâmica até dois metros de altura, ou ao menos, utilizar pintura a óleo impermeável. As janelas precisavam ser rasgadas até o teto para facilitar o acesso à luz; o piso revestido de cerâmica, ladrilho ou madeira impermeável para assegurar o asseio constante e fácil.

Para o médico Almeida Júnior (1922, p. 49) as estruturas físicas chamariam a atenção por suas cores claras, seus espaços grandes e sua alegria, com janelas abertas para o ar e para o sol, sempre bastante limpa e ordenada. Só escolas com essas características poderiam ser consideradas higiênicas. O prédio deveria expor suntuosidade, beleza e limpeza desde o instante em que se pousassem os olhos sobre ele, já incentivando, por essas características os alunos a “antes de pisar-lhe o assoalho, onde não se vê vestígio de poeira, a criança trata instintivamente de raspar a sola dos sapatos” (ALMEIDA JÚNIOR, 1922, p. 49) para não sujar o chão. O mesmo se aplicaria aos móveis polidos e lustrosos; assim, antes de tocar-lhes, os alunos observariam primeiro a higiene de suas mãos. As janelas eram responsáveis pela inundação constante de oxigênio e luz nos ambientes educativos garantindo o bom humor e a disposição para os trabalhos. O médico ressaltava ainda que aprendendo tais

ensinamentos nas escolas e vivendo parte do seu dia nesses espaços, os alunos iriam querer viver em casa, um ambiente parecido. Mas, em caso do não cumprimento dessas orientações, Almeida Júnior (1922, p. 50) indicava

Que o professor as mostre! Que as analyse uma a uma confrontando-as com o erro. O contraste entre a escola e o lar, quando o lar é anti-higienico, virá insistentemente á memória do alumno, e assim, a instalação escolar, pela sua simples força de presença, irá repercutir nas condições sanitárias do domicílio.

Como salienta Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (2002, p. 125) a instituição dos novos grupos escolares, sob o ponto de vista médico, produziu ótimos resultados: edifícios apropriados, dotados de vastas salas, compartimentos acomodados aos diversos fins, oficinas para trabalhos manuais, campos para exercício de ginastica e móveis adequados. Dentre os padrões normativos estabelecidos na época, as novas escolas paraibanas pareciam se enquadrar quase que perfeitamente. O novo modelo de organização escolar imposto desde fins do século XIX passou a predominar na Paraíba na primeira metade do vigésimo século.

As salas de aula não escapavam das imposições higiênicas. Várias publicações dos médicos dedicavam páginas aos cuidados específicos com as salas de aula. Construídas proporcionalmente para trinta e seis alunos, com 5 m² para cada, segundo a recomendação de Afrânio Peixoto (1925, p. 358), as salas de aula necessitavam de no máximo oito metros de comprimento e seis metros de largura, para que os alunos dos bancos detrás pudessem ver distintamente as letras de quatro centímetros de altura escritas na pedra pelo professor, e para que a iluminação lateral atinja os alunos opostos. Esses últimos precisavam ver de seu banco um pedaço do céu numa extensão de trinta centímetros. Para Carlos Sá (1939, p. 217), as salas de aula que deveriam ser chamadas de “capital pedagógica” indicava que sua forma deveria ser retangular, com o eixo maior, podendo ter até dez metros e a largura de seis a sete metros, possuindo de uma a duas portas abrindo para o corredor facilitando as duas, a entrada e a saída dos alunos; as janelas deveriam muito mais que iluminar, ventilar. Sua abertura na parede exterior com o peitoril a um metro e trinta do piso. As janelas deverão sempre abrir de modo que os alunos recebam luz do lado esquerdo da sala. As cores das paredes e do teto deveriam ser claras em tom marfim, creme ou verde claro. Era preciso conter luzes espalhadas pelo teto. As salas de aula construídas suportariam no máximo quarenta

alunos, para os quais se espalhariam ordenadamente pela sala, as mesas e cadeiras em cinco filas afastadas cinquenta centímetros entre si e das paredes.

Tarcísio Mauro Vago (2007, p. 288) ao estudar as escolas construídas a partir do advento da República, no estado de Minas Gerais diagnosticou nos discursos médicos, a orientação para a construção de salas de aula com área de 48 m², sendo 1 m² para cada aluno, com suficiente iluminação e arejamento naturais. Assegurou, que segundo os sanitaristas daquele estado era de suma importância a observação de todos os detalhes na sala de aula, meticulosamente examinado e inteligentemente previsto: a altura das paredes e das janelas, das carteiras e mesas, a distribuição da luz e do vento, a qualidade da água, dentre outros. Conclui-se, portanto, que quase todos esses padrões foram seguidos a partir do início da construção dos grupos escolares; e que mesmo sendo uma exigência em vigor nos prédios escolares do Rio de Janeiro desde a segunda metade do oitocentos, as normas se aplicaram nos estados da federação em diferentes momentos.

É importante ressaltar que saberes médicos publicados sobre a escola no Brasil estavam conectados com as normas higiênicas disseminadas a partir da Europa e dos Estados Unidos, sendo recorrente em seus discursos referências a esses países. Exemplo disso é a fala de Carvalho Brito publicada em 1907: “Na América do Norte, ao divisar-se ao longe uma povoação, o prédio que mais se destaca é a escola”. Uma defesa dessa instituição enquanto lugar propício para o desenvolvimento de uma educação da saúde, que precisava ser vista como referência de higiene e saúde. Outra marca dessa afirmativa, foi à publicação lançada em 1882 pelo advogado Rui Barbosa (Cf. GONDRA, 2011) sobre a higiene escolar. Na abertura de sua fala, o ele citou e repetiu expressões do primeiro ministro inglês: “as questões de higiene sobreexcedem, pela sua importância, a todas outras e para um estadista realmente prático não as há superiores”. Apontando que a higiene escolar seria a salvadora da pátria, ou pelo menos das crianças que se tornariam civilizadas. Assim, a escola aparecia no discurso higienista como o melhor lugar para cuidar da saúde.

Ao falar sobre os prédios escolares, Vera Regina Beltrão Marques (1994, p. 106), afirmou que a instituição modelar tornava-se educativa já na sua concepção arquitetônica. Logo após a instituição da República os rituais de inauguração das escolas passariam a ser cerimônias em que o dar a ver, tornava-se o gesto marcante do grande espetáculo, na qual “evidenciavam-se os sinais da nova ordem: edifícios altos, amplos, iluminados, métodos pedagógicos modernos e mobiliário adequado” (MARQUES, 1994, p. 106).

O prédio escolar deveria reunir um conjunto de espaços que ia além da sala de aula e que guardava tamanha importância à educação da saúde: o vestuário, lavatório, mictório, latrina e recreio. Espaços que por sua nomenclatura já direcionam à limpeza ou à imundície. Desde cedo à criança deveria ser orientada a usar corretamente esses espaços tanto na escola quanto em casa. O *vestuário*, por exemplo, era o lugar de guardar de forma ordeira os chapéus e as roupas, os calçados impermeáveis ou de resistência, acessórios inúteis no interior das escolas. Nesses espaços, organizados na maioria das vezes pelo inspetor escolar, deveriam funcionar como uma espécie de estante com espaços reservados a cada criança; já o *lavatório*, o *mictório* e a *latrina*, isolados para cada sexo, exigiam cuidados dobrados. Eram espaços de vigilância constante, pois destinavam-se aos cuidados de asseio e às necessidades fisiológicas. Lugar de despejar a sujeira que escapa do corpo. Segundo Flávio Maroja deviam “ser instalados com o conforto higiênico normal, sem excessos dispendiosos, mas com asseio rigoroso [...] deve haver pelo menos um aparelho sanitário para cada 30 alunos”¹²⁹. Ainda de acordo com o médico, os professores se encarregariam de orientar as crianças no uso desses espaços, com hábitos de decência e de atividades higiênicas dos utensílios expostos. Eram costumes considerados fáceis de inculcar nos alunos desde cedo, e de grande valia, pois persistiam pelo resto da vida.

Muito cuidado também se deveria ter com a água que chegava às torneiras das escolas. Proveniente do abastecimento urbano, dependendo da escola, fazia-se uma espécie de “filtro após passar pela caixa ligada ao próprio encanamento e que mensalmente deverá se desaparafusar, escovar com água morna, enxaguar, por a secar [...] voltando depois a seu lugar”¹³⁰. Essa água que percorria os canos e saíam nos bebedouros para matar a sede, nos lavatórios para limpar objetos, chuveiros para limpar o corpo e nas latrinas para levar a porcaria defecada. Toda a imundície produzida dentro das escolas, especialmente de teor líquido eram coletadas em ralos e nas latrinas, que dependendo da localização do prédio, poderiam ser despejadas na rede de esgotos ou coletados pelo funcionário da limpeza e levado à local específico. Até os banheiros eram pensados pelos arquitetos enquanto espaços de higiene: o vaso sanitário de louça vidrada e mictórios de cerâmica. Quanto ao uso do papel higiênico, também existiam recomendações: “O uso obrigatório do papel higiênico, depositado, depois, no próprio vaso, suprimirá os caixotes e cestas que tanto emporcalham certos gabinetes

¹²⁹ A *União*, 22 set. 1922.

¹³⁰ A *União*, 22 set. 1922.

sanitários”¹³¹. Para depositar o lixo “haverá sempre recipientes de cimento, estanques, mantidos sempre fechados”¹³². Esses resíduos não poderiam demorar parados, precisavam ser jogados evitando a criação de mosquitos, larvas, tacurus, ratos e baratas.

O cuidado com a água para consumo requeria atenção, especialmente pela grande quantidade de doenças que se transmitia através dela. A edição de 9 de julho de 1927 d’A *União* chamou atenção sobre a “Água que bebemos” alertando que “devemos ter o máximo de cuidado com a água que bebemos, sobretudo aqui na Parahyba onde as febres de caráter typhico, segundo opinião competente são endêmicas, esse cuidado deve nos preocupar incessantemente”. Beber água de caráter duvidoso era sinônimo de imprudência, pois era por essa água que a doença e a morte entravam sem pedir licença, defendiam os médicos. Portanto, além de alertar os alunos para o cuidado com a água que se ingeria, as professoras e inspetores sanitários deveriam assegurar o cuidado com a água que alimenta a escola. A orientação era clara:

repetamos ainda o bom e seguro processo de esterilização que devem adoptar todos aquellos que tiverem alguma duvida sobre a quantidade de água potável. Basta que se ponha uma gota uma só gota d’água de Javel em um litro d’água destinada a mēsa. Observemos contudo que essa operação não produzirá seus felizes effeitos quinze ou vinte minutos depois. Nada há a receiar quanto ao gôsto, nem quanto ao odor d’água assim tratada e ficar-se-á seguro de tel-a esterilizada de um mode real e completo¹³³.

Para as escolas, o procedimento deveria ser o mesmo, levando em consideração sempre que as gotas de *Javel* tinham que ser proporcionais à quantidade de água colocada nos reservatórios. Mesmo deixando claro o chavão que “água é vida” os médicos alarmavam: “se não tratada, também pode ser morte”. Dessa forma, não só como conteúdo comum às matérias de ciências e higiene, a água era tema recorrente na consolidação de uma educação saudável, por isso, precisava ser vigiada constantemente.

O ambiente de *recreio* ocupado durante os intervalos das aulas deveria conter utensílios para realização dos exercícios livres e para a realização de jogos e brincadeiras. No caso de escolas que não dispusessem de galpões cobertos para proteger do sol e da chuva, orientava-se para realizar a recreação nos espaços mais arborizados, porém, “todos cumprindo as exigências sanitárias cabidas”¹³⁴.

¹³¹ A *União*, 17 abr. 1919.

¹³² Idem.

¹³³ A *União*, 9 jul. 1927.

¹³⁴ A *União*, 22 set. 1922.

Outra recorrente preocupação dos médicos, de cunho ortopédico, era com o mobiliário utilizado nas salas de aula, devendo ser “proporcionado á altura das crianças e bastante cômodo para não as obrigar a posições forçadas durante a leitura e a escrita” (PEIXOTO, 1925, p. 359). Os bancos utilizados pelos alunos para sentar e repousar as costas, a mesa em que apoia o livro ou o papel para escrever, devem possuir altura e distância convenientes. Durante muito tempo, o modelo adotado pelas escolas fora aquele de carteira e banco unidos e para dois alunos, distribuídos segundo a estatura dos alunos em pé. Fato de bastante relevância: essas carteiras precisavam ser adequadas ao tamanho dos alunos, senão

numa carteira baixa, terão de encurvar o dorso, propício a cifose (corcunda) e à miopia, pela aproximação dos olhos ao ponto de sua aplicação: muito alta ou afastada, será favorecer, senão produzir a escoliose (incurvação lateral, á direita ou esquerda) porque para a tingir a mesa terá o pequeno de levantar o braço e a espádua, alongando o corpo a custa de uma deformação deplorável (PEIXOTO, 1925, p. 360).

Com o passar dos anos, mais fortemente na década de 1930, após vários diagnósticos médicos de problemas causados aos alunos que não possuíam estatura aos “bancos padrões” enviada às escolas, os jornais passaram a publicar reivindicações preferindo bancos individuais adequados a variável entre o tronco e as pernas dos escolares.

Dentre as orientações higiênicas estavam as de preferir “em vez de carteiras, banco e mēsa conjugados, reclamam a independência das duas peças, sendo a cadeira móvel que ocupe menos espaço e dá a criança todas as possibilidades de movimento, sem vexame ou coação” (PEIXOTO, 1925, p. 363). Passou-se então “a escolher carteira e banco para um aluno só, ajustando-se as duas peças, unidas mas móveis, à respectiva estatura” (SÁ, 1939, p. 221). Conforme podemos observar nas ilustrações a seguir que foram utilizadas como referências para as escolas da época:

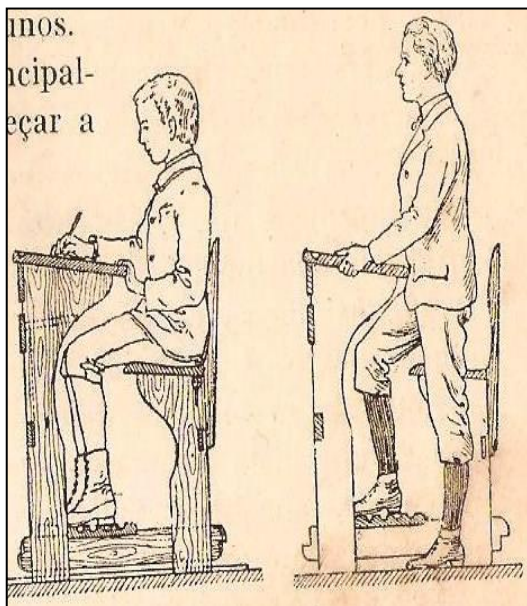


Imagem V – Modelo de carteira alemã.

francesas.

Fonte: (PEIXOTO, 1925, p. 363; 365)

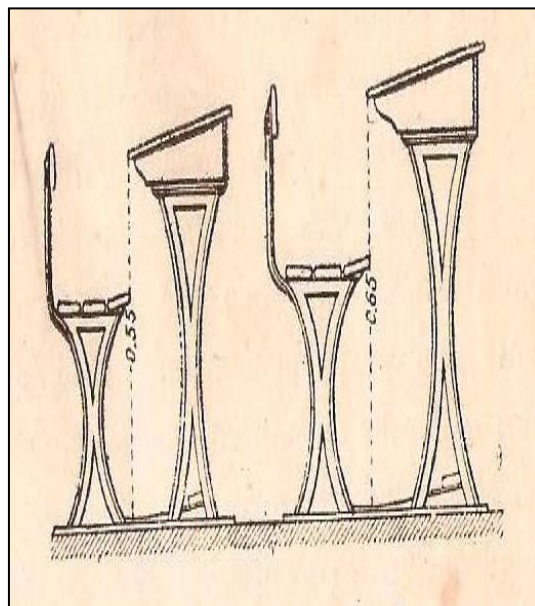


Imagem VI – Perfil das carteiras

O mobiliário era pensado a partir das noções higiênicas em voga, na qual a altura do banco, ou do assento deveria ser

Medida da planta do pé à dobra do joelho, $\frac{2}{7}$ da estatura (20 a 28 centímetros) para que os pés repousem sobre o pavimento e não fiquem suspensos e ocupada a criança em os embalar. A largura do assento será de $\frac{2}{3}$ do comprimento da coxa, $\frac{1}{5}$ da estatura (23 a 32 centímetros); o encosto ou respaldo não carece atingir as espáduas, mas apenas o meio das costas, variando de 20 a 28 centímetros. A mēsa, do comprimento de 60 a 65 centímetros, onde se dispõe tinteiro e escaninho para lápis e canetas, e outra oblíqua e decendente, num ângulo de 6° a 15° em que deve repousar o livro aberto para leitura, ou o papel para a escrita (PEIXOTO, 1925, p. 360-361).

As informações derivavam-se de estudos¹³⁵ realizados na “Europa para chegar a uma formula higiênica de construção do uso dos bancos escolares apresentando medidas, quadros, tabelas e resultados das investigações promovidas em nome da ordem médica” (GONDRA, 2011, p. 532). A sala de aula contava ainda com a mesa e cadeira do professor, colocada sempre ao canto da parede, e o quadro negro “de papelão comprido e enegrecido ou de ardósia negra, assim deve ser conservado para permitir sempre o contraste com as letras a giz branco ou de côr” (SÁ, 1944, p. 222).

¹³⁵ Vários modelos foram pensados e considerados higiênicos e ortopédicos, dentre eles a mesa com gaveta e cadeira de palhinha, separadas e individuais que possuíam as mesmas regras e medidas das cadeiras conjugadas, suprimindo apenas as inclinações sobre a horizontal, quer no tampo da mesa, quer no assento da cadeira. Quanto as cadeiras de braço, só era utilizada nas escolas de ensino secundário.

O uso de material higiênico rompia as paredes da sala de aula. Eram utilizados em todos os espaços da escola aparelhos diversos para o ensino comum, jogos e brinquedos, trabalhos manuais, urgências e acidentes, educação da saúde, etc. Os cuidados ditos higiênicos mencionavam tudo, desde os livros “impressos em papel espesso para não serem vistas as letras do verso, branco para melhor contraste, fosco para impedir os reflexos de luz e liso para a impressão mais nítida”¹³⁶ até os cadernos utilizados pelos alunos para escrever, sendo sempre “menos espessos, sempre liso e fosco, mas não unicamente branco, pois é perfeitamente aceitável quando ligeiramente amarelado ou azulado”¹³⁷.

Para utilização desse material didático, a educação da saúde, especialmente quando se tratava de objetos necessários à leitura e escrita, algumas recomendações eram citadas, a começar pela iluminação da escola. Conforme mencionei acima, a determinação era que na parede horizontal, além das janelas, tivessem bordos superiores à janela de no mínimo trinta centímetros para que os alunos, mesmo aqueles mais recuados ao fundo da sala pudessem ver um pedaço do céu. A escolha da parede lateral era justificada por penetrar profundamente nos aposentos “atingindo o pavimento num ângulo de 30 a 60°” (PEIXOTO, 1925, p. 373). Orientava-se ainda que a iluminação não deveria ser excessiva nem deficiente, mas bastante e distribuída regularmente para servir a leitura e a escrita. Não poderia causar incômodo em hipótese alguma! Por essa razão a iluminação

vem de lado, importa evitar sombras, que perturbam a visão e acabam por fatigar o aparelho visual, diminuindo a agudeza da vista e criando estados de correção difícil, se não irreparável. A luz deve atingir pois o aluno, não de frente, mas no sentido de sua atenção, de lado, do lado útil, que, para os dextros, é a iluminação lateral esquerda: a sombra da mão não se projetará assim sobre o papel em que o aluno escreve [...] Melhor seria a iluminação bilateral, suprimindo as sombras que permite distinguir bem os objetos em seu conjunto, embora com menor precisão nos detalhes (PEIXOTO, 1925, p. 374).

A boa iluminação impediria que os alunos fizessem força para ver aquilo que estava exposto no papel. Quando o professor entregasse aos escolares folhas mimeografadas, tudo deveria ser visto claramente com a ajuda da iluminação, mesmo impondo que as impressões fossem bem negras e nítidas com espaço duplo e margem de dois centímetros. O cuidado com o material escolar estava diretamente ligado aos

¹³⁶ *A União*, 10 fev. 1917.

¹³⁷ *Idem*.

pressupostos higiênicos postulados pela medicina e de acordo com a estrutura física da escola. Queria-se o corpo escolar em funcionamento externamente e internamente. Uma educação da saúde que contemplasse a estética: o belo em acordo com o saudável. Toda essa estrutura refletia sobre o corpo dos alunos, fato que tratarei mais adiante. A intenção era que o corpo do aluno funcionasse exatamente como a escola. Estrutura física suntuosa, bonita, limpa, educada e em bom funcionamento corresponderia ao aluno possuidor do corpo saudável, trabalhado, belo, higiênico, educado e com todos os órgãos em perfeita atividade.

Enquanto a escola necessitava da atenção do governo, principal responsável por sua manutenção, assegurando o contrato e pagamento do professorado e demais funcionários, reposição e permanência do mobiliário adequado, alimentação e material de limpeza, distribuição do material escolar adequado; a escola carecia da efetivação da educação higiênica, afirmada em sua maioria na relação professor x aluno. Na realidade, toda a conjuntura contribuía decisivamente para implantação de um novo aluno em consonância com a modernidade e os preceitos de civilidade. Balanças, esparadrapos, algodão, papel higiênico, água, pias e banheiros, cadernos e livros, carteiras e mesas, quadros e giz, álcool e desinfetante, luz e sombra, formavam o arsenal bélico liderado por médicos e professores na arte de higienizar os corpos e os espaços. Porém, a higiene enquanto disciplina, exigia muito mais que mudanças na estrutura física e boa utilização do material, permeava o discurso médico defensor da importância da higiene para a saúde, de sua adequação ao programa escolar e das formas de conduzir a disciplina. Temas que passarei a discutir!

3.3 A educação da saúde e o combate “a moleza de lesma”

“Apellando para o patriotismo do actual presidente animo-me a lembrar s. exc. que se torna preciso o ensino de hygiene nas escolas públicas do Estado e uma rigorosa inspecção sanitária das mesmas”. Assim alertava Flávio Maroja através dos escritos publicados pel’A *União* em 24 de novembro de 1913. A notícia chamava a atenção para a necessidade de implantar a matéria de Higiene nas escolas da Paraíba como forma de atingir bons níveis de civilidade. Fazia-se necessário “instituir entre nós o serviço

sanitário escolar em suas múltiplas modalidades”; especialmente, num momento em que a população paraibana passava por um considerável crescimento populacional. A principal preocupação dos médicos era com a proliferação de doenças contagiosas dentro das escolas, fazendo com que medidas de profilaxia fossem postas em prática determinando ser obrigação “de todo pessoal, qualquer que seja a função a que se destina, ao exame médico rigoroso antes de ser lavrado o acto de sua nomeação ou matriculado o alumno”¹³⁸. A proposta era exatamente proibir que os candidatos a funcionário público portador de quaisquer moléstias assumissem qualquer função dentro das instituições protetoras da infância; bem como, os alunos, que só podiam ser matriculados apresentando atestado de saúde física e mental.

Flávio Maroja, em fins de 1913, alerta para o perigo que a tuberculose poderia causar se adentrasse os muros das escolas:

É bem sabido, porque as estatísticas do mundo inteiro o demonstram que a tuberculose é hoje considerada um *mal universal*. O tuberculoso, enquanto a moléstia não está evidentemente declarada, vive entre nós numa promiscuidade familiar, espalhando seus germens pelo ambiente, por pessoas e cousas que o rodeiam, sem observar a educação hygienica que hoje se lhe recomenda porque nem todos tem della a mais ligeira noção; o tuberculoso por ignorância ou perversidade, não se importa de aproximar-se da criança, affagando-a, beijando-a, *comendo com ella no mesmo prato, bebendo no mesmo copo*¹³⁹.

Evitar esse tipo de problemas nas escolas seria possível, no discurso médico, exigindo as comprovações de saúde atestadas por funcionários médicos. Nos anos seguintes foi possível visualizar por meio das chamadas públicas para a matrícula, a necessidade de apresentar o atestado médico no ato da inscrição. Porém, não eram suficientes, os candidatos ainda precisavam passar pela inspeção médica da escola. O *Colégio Nossa Senhora das Neves* exigia claramente documentos comprovando “certidão de idade, atestado médico provando ter sido vacinada e não sofrer de moléstia infecto contagiosa”¹⁴⁰; o *Colégio Pio X*, alegando ter passado pela *reforma do ensino*, exigia para o ingresso ao curso primário atestado médico e a avaliação do médico escolar; já a *Escola Normal* publicou no dia 22 de janeiro de 1913, através da fala de seu secretário, José Eugênio Lins de Albuquerque, o convite para “quem possa interessar que a matricula para quem pretende cursar a mesma escola estará aberta de

¹³⁸ *A União*, 24 nov. 1913.

¹³⁹ Idem. Grifos do autor.

¹⁴⁰ *A Imprensa*, 29 jan. 1927.

primeiro a último dia de fevereiro vindouro”¹⁴¹. Um dos pré-requisitos para a investidura na escola era o “ettestado médico provando estar vacinado ou não ter sido affectado de varíola, e não sofrer de moléstia contagiosa ou incompatível com o magistério”¹⁴².

O atestado médico exigido nas escolas públicas para efetivação da matrícula deveria conter dados do aluno e a rubrica do médico responsável confirmando o fato da criança não possuir doença contagiosa e estar com a vacinação em dia. Vejamos um modelo:

DIRETORIA DE SAÚDE PÚBLICA E SANEAMENTO RURAL
DO ESTADO DA PARAHYBA
SERVIÇO DE VACINAÇÃO ANTI-VARIOLICA
Posto Campina Grande

O Sr. *Delfino Soares de Andrade* de 07 annos de idade côr branca, natural do *Rio Grande do Norte*, residente na *Rua Floresta*, nº 158 foi vacinado no dia *15 de fevereiro de 1932* com vaccinas no *braço esquerdo*, consta no livro de registros a página 10.

João Pessoa, 15 de fevereiro de 1932.

Dr. João Arlindo Corrêa
Chefe do Posto
Imp. Off. João Pessoa – 1931 – nº 135¹⁴³.

O referido atestado foi apresentado à secretaria do *Instituto Pedagógico*¹⁴⁴ localizado na cidade de Campina Grande. Essa escola que prestou “relevantes serviços à causa da instrução do interior do Estado é responsável por criar hábitos higiênicos àquella cidade”¹⁴⁵. Na publicação de Flávio Maroja, o *Instituto Pedagógico*, dirigido á época pelo tenente Alfredo Dantas, possuía a missão de não abandonar Campina Grande

¹⁴¹ *A União*, 22 jan. 1913.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ *Atestado médico*. Arquivo do Instituto Pedagógico. Campina Grande, 15 fev. 1932. Os espaços em itálico são para destacar os trechos escritos à mão pelo médico.

¹⁴⁴ Sobre o *Instituto Pedagógico* conferir a tese “Alfabetizando os ‘filhos da Rainha’ para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942)”. A autora apresenta essa escola como uma das instituições responsáveis por gerar na cidade uma sensibilidade moderna, educando e civilizando os sujeitos aos moldes de uma *urbe* em “progresso”. O Instituto Pedagógico, foi a primeira escola particular da cidade a ser referenciada com uma “modernidade pedagógica”, alfabetizando e profissionalizando os sujeitos. Teve como diretor o tenente Alfredo Dantas e funcionou em nível primário e secundário, mas também com a contribuição das Escolas Anexas (Escola Normal João Pessoa, Escola Militar General Pamplona e Escola de Comércio e Peritos Contadores) que tinham como princípio norteador educar os cidadãos para suprir as necessidades econômicas e comerciais que surgiam na cidade. Saneamento básico, luz elétrica, alfabetização, desenvolvimento do comércio, higiene e urbanização eram os princípios motivadores de um projeto de cidade moderna, que conduziu várias instituições e sujeitos sociais no Brasil a experienciar uma Pedagogia da Cidade (SILVA, 2014).

¹⁴⁵ *A União*, 28 ago. 1926.

à falta de educação e civilidade. Caso um dia a escola viesse a fechar suas portas “privaria aquella importante cidade, de um educandário que pela sua disciplina e aplicação as letras, vêm se impondo a admiração de todo o parahybano”¹⁴⁶. O sanitarista fazia questão de ressaltar que a escola era um modelo a ser seguido devido a seu compromisso com a educação da saúde, ressaltando ainda que a referida instituição estava preparada para receber a visita de políticos considerados ilustres, a exemplo da visita feita pelo senador Washington Luiz que “testemunhou a abnegação e a capacidade de trabalho do seu venerado director e o modelo de hygiene escolar adotado”¹⁴⁷.

Nesse sentido, essas escolas, só poderiam entrar para o *rol* daquelas consideradas higiênicas se no desenvolvimento pleno de sua organização compreendesse:

I - A inspecção médica dos collégios no ponto de vista: a) da profilaxia das moléstias infecto contagiosas; b) do exame e attestado de um limitado numero de alumnos ausentes da escola por motivo de moléstias; c) do exame de todas as crianças inaptas para os trabalhos escolares comuns ou para o exercício físico; da inspecção dos alumnos com moléstias da visão, audição, obtusos, defeituosos e epiléticos.

II – Exame médico dos professores das escolas e outros funcionários das escolas.

III – Fiscalização sanitária das escolas.

IV – Preparo instructivo dos professores em hygiene¹⁴⁸.

Reafirmo: os médicos consideravam o atestado médico ser o bilhete de entrada para escola, tanto para alunos quanto para professores e funcionários. Ao analisar a documentação do antigo *Instituto Pedagógico* deparei-me com o atestado médico de uma antiga funcionária. Vamos ouvi-lo: “Attesto que a Sra. Rachel Margarida da Silva Soares não soffre de moléstia infecto contagiosa, doenças da visão e já foi vacinada contra varíola. Campina Grande, 14 de novembro de 1939”¹⁴⁹. Era o que assegurava o Dr. Elpídio de Almeida, médico que divulgava os ensinamentos do famoso Oswaldo Cruz: “Só tem varíola quem quer!”. Assim, junto a seus atestados vinham os seguintes dizeres: “Toda pessoa deve ser vaccinada dentro do primeiro anno do nascimento e revaccinada de sete em sete annos”¹⁵⁰, como defendia a campanha liderada pela *Directoria de Saúde Pública do Estado*, conforme apresento nas imagens abaixo:

¹⁴⁶ *A União*, 28 ago. 1926.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ *A União*, 11 dez. 1918.

¹⁴⁹ *Atestado médico*. Arquivo do Instituto Pedagógico. Campina Grande, 14 nov. 1939.

¹⁵⁰ *A União*, 2 dez. 1939.

Directoria de Saúde Publica e Saneamento Rural no Estado da Parahyba

SERVIÇO DE VACCINAÇÃO ANTI-VARIOLICA

O sr. Yatê Nóbrega
 de 20 anos de idade, de cor branca natural de este Estado
 residente na rua Selma de Siqueira n.º 71 foi —vacinado
 no dia 20 de Fevereiro de 1932 com duas
 vacinas no braco esquerdo, consta no livro de registro á pagina
Campina Grande
Toda Pessoa, 20 de Fevereiro de 1932
D. Apuleia de Jesus

Imp. Off. -- João Pessoa -- 1931 -- N. 135

Imagem VII: Ficha de vacinação antivariólica (frente).

Fonte: Arquivo do Instituto Pedagógico Alfredo Dantas

DIRECTORIA DE SAÚDE PUBLICA E SANEAMENTO RURAL NO ESTADO DA PARAHYBA

SERVIÇO DE VACCINAÇÃO ANTI-VARIOLICA

*Toda pessoa deve ser vaccinada dentro do primeiro
 anno do nascimento e revaccinada de sete em sete annos.*

“SÓ TEM VARIOLA QUEM QUER”

OSWALDO CRUZ

Imagem VIII: Ficha de vacinação antivariólica (verso).

Fonte: Arquivo do Instituto Pedagógico Alfredo Dantas

Essa documentação deveria ser apresentada no ato da posse dos professores, bem como, a diretoria da escola para qual o professor fosse designado. É preciso ressaltar que devido à escassez de médicos para o atendimento público, as escolas precisavam possuir seu próprio funcionário da saúde. Em prestação de conta das despesas do *Ginásio Alfredo Dantas*¹⁵¹ em 20 de junho 1943, o diretor escolar alegou gastar mil e quinhentos cruzeiros mensais com o pessoal médico, na intenção de suprir a carência.

¹⁵¹ O antigo Instituto Pedagógico passa a se chamar na década de 1940 de Ginásio Alfredo Dantas.

A preocupação enfática com os atestados médicos representou uma forte precaução contra moléstias ou defeitos orgânicos da criança. De acordo com Tarcísio Mauro Vago (2007, p. 291), a escola buscava livrar-se dos considerados incapazes fisicamente, dos corpos portadores de enfermidades contagiosas, dos corpos indigentes, os corpos residentes fora do perímetro escolar, os corpos sem meios de comunicação. Noutras palavras, o projeto de educação da saúde, à medida que buscava criar corpos saudáveis, reafirmava que nem todos os corpos a interessavam. Não era dever da escola cuidar dos corpos adoecidos, esquecidos e tomados por males.

Para acolher corpos saudáveis, não bastava assegurar apenas o melhoramento do edifício escolar, era preciso selecionar as crianças que habitariam os novos espaços de formação saudável da educação. Dessa forma, a escola aparece “centralmente na educação dos corpos na escola e dos corpos de todos: do professorado às crianças, ninguém escapava ao controle, ao mesmo tempo em que se controlavam uns aos outros” (VAGO, 2007, p. 290).

Os cuidados com os corpos infantis pareciam ser dobrados. Pensava-se no corpo em todas as suas dimensões. Começava-se pelos cuidados com a higiene intelectual até chegar à higiene no corpo. Numa conferência realizada na *III Semana Médica*, em 1928, o Dr. Oscar Oliveira de Castro apresentou sua tese sobre os cuidados com a higiene intelectual, visto que trata-se de um “trabalho que produz um desgaste de energias e essa perda chega, às vezes, a exceder o quanto lícitamente salutar”¹⁵². Afirmava fervorosamente que as atividades mentais estão intimamente ligadas, não apenas ao fator individual, senão ao cósmico, as influências das estações, do clima, da luz e temperatura. Para tanto, os funcionários – professores, médicos e inspetores – deviam dar as devidas atenções à fadiga escolar, suas causas e efeitos, e, sobretudo a influência que ela exerce sobre o meio; especialmente num estado onde o calor é companhia diária.

O médico chamou a atenção para os cuidados com a higiene da infância¹⁵³, preocupação recorrente entre os médicos e sociólogos da época, pois a infância era vista como “como a phase da vida de maior fragilidade, é da mesma sorte aquella em que a

¹⁵² *A União*, 13 mar. 1928.

¹⁵³ Oscar de Castro defendia que a primeira infância carecia de todo o cuidado, especialmente no setor fisiopatológico do aparelho digestivo. Durante a segunda infância e na adolescência já absorvidas pela instrução primária e secundária, pela atenção dos médicos e professores, bem como do valor educativo do programa de ensino, aprenderiam o sentido da evolução do povo, dos cuidados higiênicos com o corpo e a mente respondendo às exigências culturais da época.

hygiene tem maior força conservadora”¹⁵⁴. Alegava ainda, que se a criança sofre dos males causados pela falta de higiene, a culpa deveria ser atribuída totalmente à família, assim sendo, as crianças seriam “vítimas irresponsáveis e que sofre logo as consequências dos menores desvios higiênicos, pela delicadeza e fragilidade do seu organismo em formação”¹⁵⁵. Reforçava a necessidade dos cuidados com os prédios escolares que deveriam ser “amplos, bem arejados, limpos, alternativas racionais de horas de trabalho e horas de descanso, jogos escolares, bôa educação da atenção, horário de refeições, etc.”. Os prédios considerados higiênicos contribuiriam para evitar o cansaço mental, bem como, impedir que os alunos de afastassem dos princípios “bôa hygiene”. A criança precisava ser colocada em boas condições propícias para fazer nascer o desejo de possuir um corpo saudável e higiênico através dos métodos, técnicas e atividades fisiológicas e patológicas. Um prédio que não assegurava os princípios da boa higiene significava o surgimento de malefícios como a fadiga cerebral e a saúde.

Oscar Oliveira de Castro, ainda afirmou que a fadiga era um poderoso inimigo da educação da saúde, pois embora seja uma característica comum aos corpos de homens e mulheres, “representa uma diminuição do poder funcional dos órgãos, provocado por um excesso de trabalho e acompanhado de uma sensação característica de mal estar; que tanto pode ser física (cansaço do corpo) como mental (aquella ocasionada pelo trabalho mental)”¹⁵⁶. Embora fosse uma característica natural aos alunos que passavam horas em plena atividade física e intelectual, a fadiga exigia cuidados, pois “produzia substâncias tóxicas que se disseminam pelo organismo” (PEIXOTO, 1925, p. 369). Dentre as causas mais recorrentes a fadiga dentro das escolas estava o excesso de matérias do ensino, horários de recreio, reparação do trabalho, leituras inadequadas, posturas físicas incorretas, prédios e mobília inadequada, a elevação da temperatura. Sobre este último item, o médico reservou boa parte de seu discurso. Bradou que o calor é capaz de produzir grandes modificações no organismo com certo grau de intensidade: “a ação constante e prolongada do calor há uma diminuição dos movimentos respiratórios; a digestão sofre efeito depressivo, há uma diminuição da função urinária e a nutrição é deprimida pelo calor excessivo”¹⁵⁷.

¹⁵⁴ *A União*, 13 mar. 1928.

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ *A União*, 28 mar. 1928.

¹⁵⁷ *Idem*.

Noutra reportagem, o jornalista Ruiz Amado afirmou que “a medida em que o calor aumenta a força muscular, diminui a actividade mental”¹⁵⁸; fato que levou o médico Oscar de Castro a ressaltar que em algumas épocas do ano, especialmente no verão, a atividade mental é pequena mediante ao esforço físico dos alunos nas escolas, chegando a ser “um verdadeiro suplício para as creanças supportar horas seguidas de trabalho psychico, quando o calor tem maior intensidade”¹⁵⁹. Portanto, o tempo em que as crianças passavam nas escolas, na maior parte do ano, era sob uma temperatura média de 34°, mesmo que essa temperatura fosse amenizada por brisas constantes que adentravam os grupos escolares pelas largas janelas. Em conversa com professores do ensino primário o médico enfatizou que “durante as primeiras horas do dia a creança assimila com muito maior facilidade, mesmo as que não têm receptividade mental desenvolvida”¹⁶⁰.

Não seria tarefa complexa para os professores diagnosticarem a fadiga mental e corporal nos alunos, bastava após o recreio perceber o retorno das crianças aos bancos escolares “sem entusiasmo, incapazes de adquirir noções incompatíveis com a sua pequena idade”¹⁶¹, apresentavam, portanto, “movimentos involuntários, bocejos [...] no caso de ligeiro cansaço cerebral há o cansaço muscular, pois sabemos que o recreio só tem effeito reparador em determinadas condições”¹⁶².

Vários médicos se dedicaram ao estudo dos efeitos da fadiga nas escolas. Ao citar Francis Galton, Afrânio Peixoto afirmou que a fadiga prova-se e mede-se por suas consequências sobre todas as funções do corpo: circulação, respiração, trocas nutritivas, força muscular, funções motoras, sensitivas, sensoriais do sistema nervoso, memória, dentre outros. Para tanto, recomendava também ser exercício do professor o reconhecimento dessas características nos discentes. E relutava:

É impossível um mestre não saber reconhecer os sinais da fadiga na sua classe [...] basta reunir na sua lista: agitação, ticos ou cacoetes, trejeitos, bocejos, desatenção, distração, perturbações de memória ou da elocução, gagueira, etc. até mesmo modificações de côr da pele ou alteração do olhar. Indico ainda o acréscimo na lista dos atos impulsivos, as impulsões, a vontade de brincar, o brinquedo nas aulas, que seria então não uma indisciplina, mas um sinal de fadiga (PEIXOTO, 1925, p. 370).

¹⁵⁸ *A Imprensa*, 17 fev. 1925.

¹⁵⁹ *A União*, 28 mar. 1928.

¹⁶⁰ *Idem*.

¹⁶¹ *A União*, 30 mar. 1928.

¹⁶² *A União*, 30 mar. 1928.

Os saberes médicos indicavam a defesa do ensino o mais cedo possível, “pois o turno da tarde por si só conduz a um grau de fadiga mais acentuado que o da manhã e não deve ser aplicado senão com extrema prudência”. Para o médico Farias de Vasconcelos “é nas primeiras horas do dia que o calor tem menos intensidade, que o indivíduo se sente mais apto para o trabalho, por múltiplas condições fisiológicas”¹⁶³. Foi pensando nessa proposta que o professor Abel da Silva, chefe da Instrução Pública no início da década de 1920, defendeu a abertura da escola às sete horas da manhã. Conforme o professor, essa ação representaria “prejuízo para a família, mas vantagens ao magistério”¹⁶⁴. Os pais deveriam acordar seus filhos às seis horas da manhã para as sete estarem prontos para o início das aulas. Nesse horário, de temperatura mais moderada ocorria a “ativação da circulação, facilita a respiração, enriquece o sangue e é, sobretudo favorável ao trabalho mental da infância”¹⁶⁵. Ruiz Amado em consonância com Abel da Silva postulou que “pela manhã, as creanças estão descansadas pelo somno da noite, que é o grande reparador da fadiga cerebral”¹⁶⁶. Ainda em defesa da execução das aulas no turno da manhã, o professor Abel da Silva escreveu: “nas horas da tarde o calor mais intensivo aliado ao trabalho intellectual produz maior depressão orgânica, dispõe a preguiça e ao somno, há um exgotamento de energia, falta de atenção, indolência, enfim á indisposição do pequeno ser”¹⁶⁷. Apesar das reclamações publicadas, durante as décadas seguintes o horário escolar permaneceu inalterado das nove horas da manhã às quatorze horas da tarde.

A defesa do ensino no turno da manhã enquanto uma postura higiênica era resguardada a ferro e fogo por um grupo de médicos, professores e jornalistas. O trabalho mental nesse período do dia fora considerado uma boa medida profilática contra o cansaço, a falta de atenção e a apatia escolar. Nas palavras de Oscar de Castro: “a verdadeira hygiene escolar é aquella que previne os efeitos do cansaço do primeiro grau e repara o segundo”¹⁶⁸. Só assim, seria possível “convergir todos os esforços da pedagogia e da hygiene para bôa formação da creança e aperfeiçoamento moral do homem futuro”¹⁶⁹. Quanto as informações acerca do repouso ao voltar para casa após um longo dia de aulas, de atividades físicas e mentais, os médicos receitavam “vida ao

¹⁶³ *A União*, 21 jun. 1926.

¹⁶⁴ *A União*, 5 mai. 1925.

¹⁶⁵ *Idem*.

¹⁶⁶ *A União*, 16 mai. 1925.

¹⁶⁷ *A União*, 5 mai. 1925.

¹⁶⁸ *A União*, 13 mar. 1928.

¹⁶⁹ *Idem*.

ar livre, os banhos, loções e duchas em temperatura francamente fria e o repouso a tarde”¹⁷⁰.

Ainda sobre a fadiga, tão comum aqueles que trabalham e estudam, alguns médicos defendiam que o melhor antídoto para sua cura é o sono. O sanitarista Flávio Maroja, numa reportagem enviada *A União* em 22 de março de 1925, garantiu a higiene do sono como medicação propícia ao cansaço. O bom sono

regenera nossa atividade e renova automaticamente a iniciativa de nossas energias [...] elle modifica também os estados pathológycos do sistema nervoso e sensorial; verdadeiro agente curativo, banho sedativo para a atividade mórbida, elle suscita uma espécie de trabalho latente, que se produz pouco a pouco no subconsciente¹⁷¹.

Dessa forma, a privação do sono passou a ser considerada atividade anti-higiênica. Privar a criança do bom sono seria na opinião do médico causar doença mental e o agravamento das dores físicas e morais. Portanto, prezar pela qualidade do sono deveria também ser bandeira levantada nas escolas através da matéria de higiene. O corpo repousado, após longas horas de sono, estava preparado para o bom rendimento da atividade intelectual. Todo cuidado era pouco diante da necessidade do repouso. Indicava-se evitar a noite “alimentos e bebidas abundantes ou até mesmo estimulantes como café, cola ou chocolate, trabalho intelectual noturno e reuniões mundanas”, todos considerados inimigos do sono higiênico.

Quando o tema era a educação da criança, o discurso médico enfatizava a necessidade da continuação da instrução saudável nas casas, a princípio pelos filhos que nos seus hábitos apresentariam novos sentidos a seus familiares, ao mesmo tempo em que os pais orientassem seus filhos para o respeito e uma boa educação. O bom aluno, além de limpo, precisava ser educado.

A tarefa de educar “requer um trabalho que dura vinte e quatro horas ao dia, durante cerca de vinte annos, sem descanso, nem férias”¹⁷². Essa receita orientava para a forte construção de um corpo saudável e educado, possível apenas por meio de uma “instrução de saúde, sentido da rotina e do tempo, uma compreensão ampla da natureza do menino e alguns conhecimentos relacionados com o seu conhecimento e desenvolvimento”¹⁷³. A ordem médica era enquadrar as crianças de acordo com os

¹⁷⁰ *A União*, 25 jan. 1925.

¹⁷¹ *A União*, 22 mar. 1925.

¹⁷² *A União*, 01 abr. 1943.

¹⁷³ *Idem*.

horários e programas que lhes assegurassem certa variedade de atividades, mas sempre no sentido educativo de moral e saúde. Todo o cuidado fazia-se necessário, pois da mesma forma “que pais e professores olham para os seus pequenos para corrigí-lo-s, as crianças os observam, admirando o modelo a seguir”¹⁷⁴.

A boa postura, ou melhor, uma boa educação construída em parceria entre a família e a escola deveria evitar cenas como a vivenciada pela professora Hilda Avellar na *Escola Mista de Cabedello*, e, publicado pela *A União* em 19 de setembro de 1931. Vejamos a publicação:

- Vamos, tire tudo isso daqui, imediatamente! Disse a professora a Carlito juntando com as mãos as casinhas que o garoto havia construído com seus blocos de madeira. Vinha meio zangada, com evidente mau-humor. Carlito e seus blocos de madeira fôram um ótimo motivo para a explosão. O garoto tinha apenas seis anos de idade e compreendeu perfeitamente o que acontecia. Sua raiva também teve uma explosão imediata. Gritou logo: - Não lhe quero mais bem. Nem um bocadinho! Queria que a Sra. não fôsse minha professora!.

Mesmo expressando mau humor, a ordem da professora em hipótese alguma deveria ser contestada, muito menos respondida de forma “desaforada”. O mesmo se aplicava em casa. Nesse sentido, respeito e organização se cruzavam na tarefa de formação da educação higiênica. O cuidado com o corpo e o respeito com os mais velhos precisavam ser ensinados como mandamentos de vida a serem seguidos, lição primeira, regra inquebrável. A narrativa acima apresentada mostra que a falta de respeito correspondia à falta de higiene, pois além de espalhar os objetos pela sala de aula deixando-a desarrumada e fora de ordem, fez com que a professora e o aluno ficassem encolerados, ruborizados de raiva. Assim, as noções de educação do comportamento e do corpo deveriam mais do que nunca ser edificadas a partir da cumplicidade entre ambas instituições. Flavio Maroja defendia que “a salubridade precisa ser o meio, em que o menino tem de crescer e fazer-se homem”¹⁷⁵, portanto, a casa paterna “é o meio que o menino nunca de todo se subtrai”¹⁷⁶. Noutras palavras, mesmo a escola conduzindo diretamente a criança ao seu aperfeiçoamento por meio da

¹⁷⁴ *A Imprensa*, 23 out. 1930.

¹⁷⁵ *A Imprensa*, 13 jul. 1927.

¹⁷⁶ *Idem*.

higiene, é preciso que o espaço que ela habite também seja higiênico, pois “o temperamento moral da creança dependerá, sem contestação do ar, que ahi respirar”¹⁷⁷.

O médico apropriou-se de metáforas para ensinar que a criança era fruto do meio que é criada: “Cada planta prospera no seu meio”¹⁷⁸; “A laranjeira produz fructos suculentos nas vizinhanças dos rios”¹⁷⁹. O mesmo acontece com o homem: “não está insecto dessa lei geral. Se vive numa atmospherá viciada, contrai o contagio; mas se se desenvolve numa atmosfera pura o seu organismo será forte e resistente”¹⁸⁰. Conforme os ensinamentos de Flávio Maroja, só a escola seria capaz de moldar os erros estruturais arquitetados em casa.

Nesse sentido, a família deveria ser orientada a seguir a cartilha da escola, especialmente no sentido de cumprir nos seus filhos as determinações higiênicas que recaiam sobre a casa, o corpo e a disciplina. Ensinamentos que poderiam andar de mãos dadas. Os pais precisavam observar para onde seus filhos iam, especialmente aqueles que já se direcionavam sozinhos as escolas, pois não era escasso o número de “alumnos que apresentavam falsos motivos para deixar de ir a escola dias e dias”¹⁸¹ ou até mesmo, “iludindo a vigilância paterna, vão perambular nas avenidas ou sentar-se nos bancos dos jardins, deixando desse modo que se passem as horas escolares para depois rumarem a residência”¹⁸². Ao tratar do tema, o chefe da Instrução Pública, Abel da Silva divulgava ser preciso “incutir no espírito deles que as privações soffridas actualmente por não estarem a vagar pelas ruas, em virtude de ser necessário a sua presença na sala de aula”. Só assim, se tornariam cidadãos educados, moralmente formados e donos de uma saúde invejável, momento em que poderiam gozar dos bens físicos adquiridos ao longo do ensino primário e secundário. Guiava ainda os pais na missão de frequentar as escolas e travar diálogos com os professores “indagando a assiduidade de seus filhos nos estabelecimentos de ensino onde estes aprendem para que possa colaborar com efficácia na educação daquelles que naturalmente se encontram sob seus cuidados”¹⁸³. E finalizava ditando o chefe da higiene, Flávio Maroja: “A família e a escola, juntas farão mais e em menos tempo do que esta somente”¹⁸⁴.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ *A Imprensa*, 16 jul. 1927.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ *A União*, 28 fev. 1926.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

O diálogo em questão buscou assegurar no começo do século XX, uma ação que priorizava a atenção da casa e da escola em torno das crianças. Ações como acordar cedo, tomar banho, escovar os dentes, vestir roupas limpas, ir à escola no horário certo deveriam ser asseguradas pelos pais; na escola a tarefa de aprender hábitos sadios, permanecer limpo, sentar e andar corretamente, realizar as atividades mentais e da ginástica era dever dos professores. Para isso, a escola buscou criar uma série de normas que iam desde a simples fiscalização da higiene do corpo até a consulta médico-sanitária.

Segundo as normas higiênicas em vigor é nas escolas, sobretudo que “os princípios de Hygiene mais rigorosos devem ser ali respeitados, tanto na educação physica, quanto na alimentação, no cuidado com as vestes, no domicílio e na distribuição geographica dos diversos departamentos da escola”¹⁸⁵. Normas que deveriam ser cumpridas a todo custo. Em hipótese alguma desrespeitadas. No caso de não cumprimento dos deveres higiênicos ou mesmo por “habito abusivo” ficou determinado em algumas escolas “para os infractores dos regulamentos disciplinares as penas moraes, que por menos barbaras, são mais condignas com a nossa civilização”¹⁸⁶.

Embora pareça simples, a matéria de Higiene tratou de lançar suas raízes por todos os ambientes da escola. “Metia o bedelho” sobre corpos e posturas, formas de ensinar e aprender, normas e disciplinas. Vigilância parecia ser uma forte companheira na tarefa de educar para a saúde. Como apresentei anteriormente, as crianças eram inspecionadas já na entrada da escola pelo inspetor, diretor ou até mesmo pela professora. Unhas e mãos, roupas e sapatos, cabelos e orelhas, olhos e boca; nada escapava à lente dos “soldados da saúde”. Na sala de aula não era diferente, as determinações aumentavam determinando inclusive a postura na hora de ler e escrever.

De acordo com Afrânio Peixoto (1925, p. 374) a leitura “deve ser feita com o tronco reto e encostado ao banco, levantada a cabeça, repousando o livro sobre a mēsa a uma distância de cinquenta centímetros em média”, quanto à escrita deve ser reta ou direita sobre o papel direito e o corpo ereto. A orientação seguia no sentido de repousar “egualmente sobre os dois insquions, sem curvatura do dorso, sem levantamento da espádua, apenas a mão e o ante-braço direitos se deslocarão no decorrer da escrita”¹⁸⁷. Nem o formato de escrita escapava ao julgamento da higiene. A caligrafia oblíqua, por

¹⁸⁵ *A União*, 18 fev. 1913.

¹⁸⁶ *A União*, 18 fev. 1913.

¹⁸⁷ *A União*, 26 jan. 1917.

exemplo, era considerada banida dos ensinamentos pedagógicos por “apresentar graves inconvenientes, pois está provado que ella concorre para o desvio da columna vertebral, causa myopia e estrabismo, a cifose e a escoliose”¹⁸⁸. A escrita inclinada passou a ser condenada especialmente porque forçavam os alunos a uma posição má, “obrigando-o a descansar sobre o lado esquerdo do corpo, de sorte que o ombro direito fica num plando inferior, resultando dahi numa inflexão da columna vertebral”¹⁸⁹. Por outro lado, a caligrafia vertical foi considerada a mais higiênica pelos médicos por remover os inconvenientes da falta de postura. Uma comissão médica instaurada no Rio de Janeiro, dentre eles, alguns oculistas, foram encarregados de verificar a causa da miopia dentre os escolares e o seu remédio. O resultado foi a condenação da escrita oblíqua e a exaltação a caligrafia vertical, considerada “a mais hygienica de todas para a vista”¹⁹⁰.

Dentre as benfeitorias elencadas pelos médicos estava o fato da escrita vertical permitir que o aluno sentasse naturalmente no banco escolar, defronte da carteira; possibilitava que os olhos se exercitassem igualmente ficando assim resguardada das lesões da vista; a mão ficaria livre das contrações violentas da escrita inclinada, a letra se apresentaria mais legível; suas características de escrita seriam melhor conservadas; a aprendizagem ocorreria com mais facilidade; garantia economia de espaço no papel em relação à escrita oblíqua; a execução da escrita acontecia com mais rapidez e menos fadiga, conseqüentemente, gastava-se menos material e tornava-se mais barata; por fim, afastava a desordem em sala de aula, pois a posição do aluno não lhe favorecia deitar de forma inconveniente sobre a carteira e empurrá-la.

O professor Mendes Viana, ao defender a caligrafia vertical, na edição do jornal *A União* em 30 novembro de 1917, afirmou que ela viabiliza três conveniências: na uniformidade, pois há uma “única posição vertical, enquanto que os oblíquas, compatíveis com a escripta, são muito numerosas”¹⁹¹; na clareza, ao observar que as “letras inclinadas, sobretudo as de haste tendem a ficar umas sobre as outras”¹⁹², e, na facilidade, pois tudo ficaria “repostado a uma direção mais constatável a – perpendicular a pata”¹⁹³. Apesar de a escrita vertical ser considerada mais apropriada nos termos da higiene, alguns pedagogos levaram o debate adiante, afirmando que por possuir formato uniforme a todas as pessoas, a escrita vertical retiraria a personalidade

¹⁸⁸ *A União*, 21 nov. 1917.

¹⁸⁹ *Idem*.

¹⁹⁰ *A União*, 24 nov. 1917.

¹⁹¹ *A União*, 30 nov. 1917.

¹⁹² *Idem*.

¹⁹³ *Idem*.

de quem escreve. Apesar das alegações, a orientação aos professores foi mesmo a de optar pela caligrafia vertical, até porque “todos os alumnos imitam de tal forma a letra de seu professor que se não chega muitas vezes a diferenciar a letra de um e de outro”¹⁹⁴. A escrita reta era tão bem recomendada que “os hygienistas reunidos para julgar os trabalhos manuaes nas inspeções médicas escolares aprovaram calorosamente a idéia afirmando que o physico da creança tinha muito a ganhar com essa medida”¹⁹⁵. Portanto, ao comentar a publicação d’*A União*, Flávio Maroja fez questão de ressaltar que o “ideal até hoje ambicionado pelos pedagogistas é uma escrita intellegível que affaste o perigo da myopia e da escoliose [...] papel direito, escripta direita, corpo direito é o voto hygiênico de um médico escolar”¹⁹⁶.

Enquanto na entrada dos alunos, nos corredores e no recreio a fiscalização higiênica acontecia por vários funcionários, em sala de aula apenas o professor “deve vigiar sobre todos esses meios e hábitos escolares”¹⁹⁷, só assim seria possível “completar a sua ação tutelar e pedagógica com todos os conselhos e advertências suasórias para corrigir más tendências e dar boa direção a espontaneidade infantil” (PEIXOTO, 1925, p. 375). Porém, sempre de acordo com os ensinamentos médicos, que também fiscalizava. Todos os olhos estavam voltados para os corpos. Vigiam se estavam limpos e puniam os sujos. Daí a necessidade constante da inspeção médica nas escolas, de forma individual nos alunos, nos professores principalmente para a prevenção de doenças transmissíveis.

O *Grupo Escolar Thomaz Mindêlo*, localizado no centro da capital paraibana, gabava-se do fato de que “todos os indivíduos destinados ao curso primário devem ser inicialmente examinados pelo médico escolar, não só para o conhecimento de suas condições pessoais, como para prevenção de perigos possíveis para a coletividade escolar”¹⁹⁸. O mesmo anúncio era comum a outras tantas escolas espalhadas pela Paraíba. Porém, o que mais chama atenção, daqueles que se debruçam sobre esses documentos, são as anotações médicas sobre o exame antropológico, ou melhor, exame físico, utilizado para “conhecer o grau de desenvolvimento físico relativo á idade, [...] para conhecer a agudeza visual e auditiva necessária à prática escolar e para conhecer a

¹⁹⁴ Mendes Viana ainda defendia que só na vida adulta, quando homens e mulheres já haviam concluído seus estudos é que seria possível escrever da forma que bem entendesse. Vejamos: “É mais tarde, quando cada um de nós tem o seu caráter próprio, que se modifica a letra, adaptando-a a uma caligrafia toda particular” (*A União*, 30 nov. 1917).

¹⁹⁵ *A União*, 31 nov. 1917.

¹⁹⁶ *A União*, 24 nov. 1917.

¹⁹⁷ *A União*, 26 jan. 1917.

¹⁹⁸ *A União*, 12 jan. 1924.

regularidade de disposição de órgãos e exercícios das funções ósseas e muscular” (PEIXOTO, 1925, p. 376). Para tanto, todos os dados eram recolhidos na observação pessoal e anotados na ficha ou caderneta sanitária destinada a cada aluno. A primeira escola na Paraíba a adotar esse modelo de caderneta foi a *Escola de Aprendizes Marinho*, que reunia em um único lugar “todos os exercícios mensaes do discípulo durante todo o seu curso primário”. As primeiras páginas dessas cadernetas “são reservadas para observações feitas pelo professor no aluno; conterão a ficha escolar já instituída, o resumo do exame médico (medida do tórax, altura, sanidade, etc.), os testos de memória, do orgam visual, e outras anotações diversas”¹⁹⁹.

Desde 1913 circulava nas páginas dos periódicos em curso na Paraíba a indicação do uso de cadernetas para fins médico-pedagógicos. Farias de Vasconcelos em suas *Lições de pedologia e pedagogia experimental* (1913), postulou ser indispensável aos professores as *Cadernetas escolares, medicas e pedagógicas*. Com as anotações pessoais realizadas nessas cadernetas seria possível ao educador acompanhar o desenvolvimento, ou melhor, “a marcha do crescimento physico e do crescimento mental da creança afim de por uma attenta e cuidada hygiene physio-psychica assegurar a evolução normal do corpo e do espírito”²⁰⁰. Era a voz de um médico escolar clamando a atenção dos poderes públicos para a obrigatoriedade da instituição de cadernetas escolares em que pudessem ser anotadas com regularidade e esmero as observações médicas, físicas, biológicas, psicológicas, incidentes ocorridos, variações e crises no crescimento da criança. Essas cadernetas eram uma “espécie de cadastro physiologico e psicologico da criança que permitia avaliar o que ella vale e que ella valerá”²⁰¹. Essas anotações se tornariam bastante interessantes no processo de avaliação do aluno refletindo sobre sua condição sanitária, além de

obrigar o professor a respeitar as phases perigosas da infância, da adolescência ou da juventude, fazendo-o distinguir os seus alumnos e separal-os não só quanto ao seu adiantamento intellectual, mas também quanto aos seus estados de normalidade ou anormalidade, e dará a cada um a sua pedagogia conveniente²⁰².

A comparação dos dados anotados no início do curso e no seu término mostrará a validade e importância da matéria de higiene, onde o aluno evoluiu ou regrediu; os

¹⁹⁹ *A União*, 02 mar. 1914.

²⁰⁰ *A União*, 11 nov. 1913.

²⁰¹ *Idem*.

²⁰² *A União*, 12 nov. 1913.

hábitos incutidos, os princípios aprendidos, as medidas físicas adquiridas. As cadernetas estavam sendo divulgadas como o livro dos segredos responsável por guardar os cuidados especiais da higiene e que, quando necessário deveriam ser apresentadas à família. Para isso, elas deveriam estar organizadas em três dimensões: 1) As observações pedológicas, para conhecer o crescimento físico, constantes do crescimento em peso, em estatura, medida torácica, medida biacromial, teste, etc., observações estas repetidas intermitentemente; 2) As observações pedagógicas, para conhecer o desenvolvimento mental, o aproveitamento em classe durante horas de aula, influencia da pressão biométrica, quociente do aproveitamento, melhores métodos, etc.; 3) O julgamento, para calcular qual a higiene fisio-psíquica ambicionada, ou seja, o paralelo entre as duas observações. Portanto, o debate entre médicos e professores se fazia necessário.

Afrânio Peixoto (1925, p. 377) defendeu essa união na perspectiva de observar corpo a corpo, aluno por aluno, a melhor forma de conduzir a higiene. Assim, a questão “pedagógica, tanto como higienista é da competência do médico escolar, sem desinteressar a professora”. Esses profissionais verificariam a capacidade mental dos alunos, o reconhecimento dos anormais, a distinção dos atrasados pedagogicamente, e dos “supernormais”, apontariam os predispostos, os tarados, onânicos, enfermiços, os incompatíveis com a proposta da escola que por sua vez deveriam ser extirpados. O médico e o professor deviam saber atestar as condições híginas ou normais de inteligência, e, sobretudo, distingue-los dos estados mórbidos, de idiotas, imbecilidade, debilidade mental, ou seja, todos aqueles considerados anormais.

Embora a atividade de diagnosticar as características fosse atribuída a professores e médicos, apenas este último poderia dar o veredito. Farias de Vasconcelos fez questão de advertir “há muitos casos em que pela sua preparação técnica que demandam, pelos instrumentos que requerem, o professor não poderá realizar; mas todas aquelas que o professor possa fazer, e o seu número é grande, deve fazê-las”²⁰³, anotando-as nas cadernetas médico-pedagógicas ou mesmo nas fichas sanitárias. Porém, quando se tratava de documentos oficiais apresentados aos pais, a assinatura e responsabilidade era toda do médico.

Embora o número de publicações sobre formas de conduzir o ensino e os cuidados com a higiene nas escolas fosse crescente nos periódicos estaduais, nem sempre eram postos em prática. Algumas escolas, na década de 1920, pareciam

²⁰³ A *União*, 12 nov. 1913.

“pardieiros”, lugares onde “porcos e ratos desfilavam garbosamente”. Focos de denúncias constantes que o porta voz do Estado – o jornal *A União* – acabava por desmentir. Em 1919, uma senhora de nome oculto denunciou a falta de higiene do *Grupo Escolar Dr. Epitácio Pessoa*, informando “ao público que não funcionavam bem os aparelhos sanitários desse estabelecimento de ensino primário”²⁰⁴. Em resposta, o Sr. José Coelho e Eduardo Medeiros, respectivamente Inspetor Geral do Ensino e Inspetor do Ensino Primário, afirmaram que “não há razão numa varia publicada por um dos diários desta capital sobre a falta de hygiene no Grupo Escolar Epitácio Pessoa”. Pediram para tranquilizar “as famílias, pois o referido Grupo Escolar está perfeitamente higienizado, não offerecendo o menor perigo a saúde das creanças que o frequentam”. Fizeram ainda, questão de divulgar que foram pessoalmente visitar a escola, onde encontraram os aparelhos em bom estado de funcionamento.

As denúncias passaram a ser recorrentes nos anos seguintes. Apesar do forte discurso médico, o investimento do governo estadual parecia ser bastante lento. Em 20 de março de 1927, foi publicado a denúncia de que “apesar dos esforços empregados, ainda continuamos sem a consignação de verba para a instalação da secção de hygiene infantil nas escolas, que, este estado aguarda a resolução humanitária”²⁰⁵. No mesmo mês, o Presidente do Estado da Paraíba, encaminhou a Assembleia Legislativa um ofício fazendo o seguinte apelo:

Aproveitando a oportunidade, lembro a v. exc. o serviço de hygiene infantil, fazendo-se mister, para a sua instalação methodica e regular, um additamento ao contracto existente com o Departamento Nacional de Saúde Pública, em que conste, conforme já foi combinado com a Directoria Geral de Saneamento Rural, uma contribuição a mais, de 50 contos de réis, dividida em partes eguais pelo Estado e pela União. [...] Mas a excashez de recursos com que tenho luctado, presentemente aggravada e sem modificação provável, impõe que adiemos ainda essa despesa, pois mesmo para o constructo assignado, não tem o tesouro contribuído com a regularidade do que depende em grande parte a efficiencia da repartição e dos trabalhos que a destina²⁰⁶.

Fica claro na justificativa do Presidente do Estado ao prestar contas à bancada de deputados os motivos de não investir no *Serviço de Hygiene Infantil*. O repasse do governo federal não estava sendo feito. Assim, como medida preventiva, o presidente solicitou a aprovação de uma verba para o investimento na hygiene infantil, que apesar

²⁰⁴ *A Imprensa*, 2 set. 1919.

²⁰⁵ *A União*, 20 mar. 1927.

²⁰⁶ *Parahyba*, 10 set. 1927.

“de sua boa vontade”, não era possível dispor dos minguados valores destinados a educação. Para isso, foi sugerido que se retirasse o valor de 50 contos de réis dedicados ao *Serviço de Saneamento Rural* para investir nos cuidados à infância. Os valores seriam aplicados na compra de instrumentos e mobília para as escolas que careciam de aparelhos higiênicos, na reforma de espaços ainda considerados insalubres e na aplicação em outras instituições protetoras da infância, a exemplo dos hospitais.

Corriam para cima e para baixo, cartas que denunciavam a necessidade de uma rápida educação higiênica nas escolas em todos os municípios do estado, que segundo Acácio Pires estava recheado de *Jecas* vivendo em palhoças feitas com palhas de coqueiro, sob a total ausência de fossa e higiene. A única forma encontrada pelo médico foi alertar o *Chefe do Saneamento* em nível federal, Belisário Penna, alegando em sua carta que a educação sanitária “é a única coisa de que ainda não pudemos cuidar a despeito de considerá-la da maior relevância [assim] a educação sanitária nas escolas, subsistindo, parece-me de grande utilidade”²⁰⁷. Falou ainda da dificuldade de educar os *jecas* que “por falta de ciência se atocham de preconceito, que são a tiranice que não deixa lugar para a boa semente medrar”²⁰⁸. Na tarefa de medicar os adultos e educar as crianças a propaganda sanitária tinha uma grande relevância, para tanto, suplicava-se o pedido de que “o senhor [Belisário Penna] nos mande quadros muraes, filmes, folhetos, etc., que representem elementos da convicção de mais alto valor”²⁰⁹.

Noutra carta enviada a Belisário Penna em 4 de setembro de 1931, Aprígio Gonzaga afirmou que não se poderia fazer “escolas de fachadas, inúteis socialmente falando, e deixar analfabeto o matuto, o caiçara, o caipira, o mané chique-chique adorando um boi, como nas terras do Padre Cícero se fazia”²¹⁰. Era dever dos médicos pregar e infundir os preceitos de higiene, dar “as mãos ao que divulga a cartilha e espalha escolas primárias”²¹¹. Dessa forma “a moleza de lesma”²¹² do povo deveria ser combatida com nos ensinamentos higiênicos postulados na escola.

Em 26 de junho de 1934, o jornal *A Imprensa*, estampou em suas páginas a denúncia de que as inspeções médico-escolar estavam entregues às enfermeiras, especialmente nos municípios do interior do estado. Logo em seguida, *A União*

²⁰⁷ Carta enviada por Acácio Pires a Belisário Penna. 15 set. 1921.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Carta enviada por Aprígio Gonzaga a Belisário Penna. 04 set. 1931.

²¹¹ Idem.

²¹² O médico Acácio Pires afirmou em carta enviada a Belisário Penna em 9 de maio de 1921 que “o povo é de uma moleza de lesma”, no sentido de que parecia não haver pressa para se inculcar os novos preceitos normativos de higiene.

respondeu a denúncia afirmando que o fato procedia devido à ausência de profissionais médicos para atender a todos as cidades, ao rápido crescimento da população que prendia por mais tempo os médicos nos consultórios e hospitais e que era preciso combater a mortandade de crianças de forma incansável. Destacou ainda que “tudo isso será resolvido logo que as condições financeiras do erário público permitam que se possam assumir, convenientemente, responsabilidades dessa ordem”²¹³; e que investiria pesado em formação higiênica para melhor orientar os cidadãos no trato com as crianças desde os primeiros meses de sua existência, passando por toda infância e adolescência e chegando a vida adulta. Dessa forma, a melhor forma de combater a falta de higiene, as doenças e as torpezas seria investir cada vez mais na educação da saúde efetivada nas escolas e na matéria de higiene. Era preciso, portanto, estar atento para o conteúdo ensinado nessa cadeira. Assunto que passo a discutir!

3.4 Para o cultivo da saúde: o *Programa de Higiene*

Imaginemos um início de manhã ensolarada. Professores e professoras agitados finalizavam os preparativos para exposição dos trabalhos a serem apresentados durante a *III Semana Pedagógica*, realizada no ano de 1936. Nessa ocasião foram exibidos diversos jogos educativos criados pelos professores dos diversos estabelecimentos de ensino da Paraíba. Jogos desenvolvidos para as matérias e apresentados enquanto formas de educar e modelar os sentidos da criança no ensino primário. A iniciativa promovida pelo *Departamento de Educação* do estado da Paraíba visava partilhar os saberes produzidos na tarefa de educar, bem como, tomar ciência das atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Os trabalhos apresentados versavam sobre Linguagem e Aritmética, História do Brasil e da Paraíba, Ciências e Higiene. Durante a arrumação, cada escola recebeu um espaço físico para expor os seus trabalhos seguindo a seguinte ordem: a *Escola de Aplicação*, apresentando os trabalhos desenvolvidos pela professora Azeneth Carvalho Toledo, Beatriz Correia, Laura Campello e Severina Barreto; O *Grupo Escolar Antônio Pessoa* com as professoras Guiomar Leal Soares, Elvira Pereira Assunção, Eunice

²¹³ A *União*, 28 jun. 1934.

Lyra e Laura de Sousa Cantalice; o *Grupo Escolar Epitácio Pessoa* representado Maria Camerina Bezerra Cavalcanti; o *Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello* com Severina Carvalho, Avany Fonseca e Severina Carvalho, e os *Grupos Escolares Pedro II, Isabel Maria das Neves e Santo Antônio*, as *Escolas Ruy Barbosa e Almeida Barreto*, além da *Escola Parochial Nossa Senhora de Lourdes*.

Apesar das apresentações contemplarem as diversas matérias, tratarei aqui de discutir apenas os jogos construídos para a cadeira de higiene. Dentre as escolas que participaram do evento, apenas o *Grupo Escolar Antônio Pessoa* e o *Grupo Escolar Isabel Maria das Neves* expuseram jogos na temática em análise. O primeiro intitulou seus jogos de “Geometria e Higiene” e “Higiene e português”. Nesses jogos tanto as formas geométricas quanto as letras do alfabeto eram associados diretamente à saúde. Em “Geometria e Higiene”, o jogo tinha o formato de um quebra cabeça, onde as peças em tamanhos “desinguaes eram empregados para a percepção das formas e do corpo, attinando para hygiene do corpo”²¹⁴. A união de três peças do quebra cabeça equivalia a uma parte do corpo com sua respectiva forma de limpar. Já em “Higiene e Português”, as professoras apresentaram o alfabeto da saúde, onde todas as letras seguindo a sequência do alfabeto correspondiam a uma norma higiênica aprendida na escola e executada em casa. A professora Maria Camerina Bezerra Cavalcanti, alegou que seguir a ordem do alfabeto da saúde era o princípio básico para as normas de higiene diária, portanto, segundo ela, a regra da letra A deveria ser a primeira tarefa do dia, seguido pela B, C, D... Segundo a professora, a ordem não deveria ser alterada.

O *Grupo Escolar Isabel Maria das Neves* cuidou de apresentar “Sete jogos para educação dos sentidos”, na qual o sétimo, intitulado “Educação do sentido básico” versava sobre os preceitos de higiene. Em formato de dominó, a imagem do corpo deveria ser associada à prática de saúde correta. A professora Marluce Barros, responsável pela apresentação do jogo aplicado na matéria de Higiene do primeiro ano do Ensino Primário, alegou que “quanto maior e mais côr possuir as peças do dominó mais o aluno entenderá”²¹⁵, e consequentemente, tornar-se-á mais hígido. Os jogos apresentados buscavam dar um ar de pedagógico e, ao mesmo tempo, mais atrativo à criança, chamando sua atenção, e, por sua vez, disciplinando para a educação da saúde.

Essas ações faziam parte da proposta pedagógica exigida pelo programa de ensino criado para as escolas durante a década de 1930, além de estar em acordo com a

²¹⁴ *Revista do Ensino*, 1936, p. 94.

²¹⁵ *Idem*, p. 103.

reorganização do Ensino Primário da Paraíba ocorrida em 1935, que priorizava dentre outros pontos importantes a “multiplicação das escolas e a difusão do ensino pelo interior do estado, a construção de edifícios escolares higiênicos nas cidades, villas e povoações [...] e o novo plano da hygiene, educação physica e esthetica”²¹⁶. Noutro documento, publicado em 1942, foi decretado a instauração obrigatória do *Programa de Educação de Saúde* definindo-o como a “soma de experiências, na escola ou em qualquer lugar, influenciando favoravelmente hábitos, atitudes e conhecimentos relativos á saúde do indivíduo, da coletividade e da raça”²¹⁷. Assim, o dever do professor seria velar pelo desenvolvimento natural da criança sob os pontos de vista da saúde física, mental, social e moral. Ao narrar sua finalidade, o decreto afirmava “assegurar ás crianças uma vida tão sadia quanto for humanamente possível, inculcar-lhes hábitos e orientá-las na aquisição dos conhecimentos práticos e das informações essenciais ao cultivo da saúde”²¹⁸. Apenas assim, com o término do curso primário, fosse possível formar nas crianças “uma consciência bem viva de saúde” capazes por “cooperar inteligentemente no cultivo de sua própria saúde e na defesa da saúde da coletividade”²¹⁹.

Alguns anos antes, um programa de rádio chamado “Higiene na Rádio Tupi” reivindicava a necessidade do bom ensino de higiene nas escolas do interior da Paraíba, pois a principal alegação era de que essa educação dos sentidos estava restrita apenas a capital e algumas poucas cidades consideradas importantes economicamente para a Paraíba, como Campina Grande, Cajazeiras, Guarabira, Areia e Sousa. A palestra intitulada “A cadeira de higiene” defendia a ausência da matéria nessas escolas como uma atitude arbitrária, da mais “completa ignorância das noções fundamentais de Higiene, quer às destinadas a defender o indivíduo, quer a destinada à preservação da sociedade contra inúmeras doenças” (GASPARINI, 1939, p. 49). Criticava o fato da reforma no ensino de 1935 por ter fixado “grande número de horas para o estudo fastigioso de línguas defuntas, como o grego e o latim, em prejuízo as noções rudimentares das ciências físicas e naturais, entre as quais figuravam, embora escassamente, algumas lições de higiene” (GASPARINI, 1939, p. 50). Defendia ainda que as noções de higiene deveriam ser recorrência nos níveis primário e secundário para

²¹⁶ *Revista do Ensino*, 1936, p. 20.

²¹⁷ *Revista do Ensino*, 1942, p. 37.

²¹⁸ *Idem*.

²¹⁹ *Idem*.

que a ciência da saúde fosse mais bem “compreendida no seu mais elevado e útil objetivo de protetora da saúde individual e coletiva”²²⁰.

Noutra palestra ecoada pelas ondas sonoras da Rádio Tupí, a defesa dos saberes médicos sobre a higiene na escola se justificava pelo fato de vivermos num país em que

o número de doenças evitáveis e curáveis ainda é tão avultado, onde é preciso dar a maior divulgação aos preceitos higiênicos, as regras de profilaxia geral e específica das doenças, responsáveis em parte, pelo seu lento progresso, é simplesmente um crime desprezar tão importante matéria. A juventude brasileira deve conhecer de perto os magnos problemas sanitários de cuja solução depende a grandeza da nação (GASPARINI, 1939, p. 50).

Em sua fala de abertura na formação higiênica de professores, Flávio Maroja, alegou que é “na escola que se acende no coração dos moços, os santos entusiasmos pelas nobres campanhas em prol da saúde do povo”²²¹, especialmente como forma de evitar os perigos de meio ambiente, propício ao desenvolvimento de germes de doenças, quando não há saneamento, além de prezar pelo conhecimento da higiene individual, habituando desde a infância a zelar constantemente pela própria saúde, fonte de força e alegria. Dessa forma, os professores ao repassar os ensinamentos para os alunos, também os dava a responsabilidade do cuidado com seu corpo, considerado “um centro de irradiação de ensinamentos e modificador da mentalidade retrógrada de seus pais e familiares” (GASPARINI, 1939, p. 50).

Dentre os temas elencados para discussão em sala de aula estavam os problemas causados pela

Tuberculose, o da lepra, o das doenças venéreas, o do câncer, o das intoxicações eufóricas. O problema da higiene do trabalho, o do saneamento de numerosas regiões empobrecidas pela malária e pelas verminoses, redutoras da energia do homem dos campos. O problema sempre grave da febre amarela, tornado ameaçador com a rapidez das comunicações aéreas, capazes de transportar mosquitos infectados de um continente para outro em horas. O palpitante problema da alimentação racional do povo todos os povos cultos. Os assuntos da Eugenia. O problema angustioso da defesa da criança, cuja mortalidade é alarmante, em nosso país, sendo um dos meios de combatê-la, a educação higiênica das mães e das futuras mães com as noções de puericultura²²².

²²⁰ *A União*, 7 mai. 1937.

²²¹ *A União*, 12 jul. 1935.

²²² *Revista do Ensino*, 1936, p. 37-38.

A determinação do *Departamento de Educação* era executar os temas acima relacionados a partir de sua introdução no programa escolar, tornando possível a prática de hábitos sadios. Tudo deveria conspirar a favor: o prédio e suas dependências, o mobiliário o material o aparelhamento escolares precisam satisfazer os requisitos de higiene; perfeitos deveriam ser o fornecimento de água e as instalações sanitárias, os lavatórios e banheiros aparelhados e funcionando convenientemente sem falta e sem desperdício de água, com toalhas individuais ou sem toalhas, com papel higiênico sempre jogado dentro da latrina, balança e craveira. O regulamento presava pela organização do trabalho educativo visando em primeiro lugar a saúde das crianças, lembrando sempre que “um programa não poderá ser considerado higiênico si exigir mais trabalho do que deverem as crianças fazer, sobrecarregando-as física ou mentalmente”²²³. Todo trabalho pedagógico e higiênico deveria ser dosado entre os trabalhos a recreação e o repouso; observando ainda os cuidados na sala de aula com as “atitudes corretas sem esforço do corpo, á visão, á audição [...] é importante que o trabalho seja convenientemente escolhido e dosado de modo a adaptar-se á capacidade da criança, a seu desenvolvimento físico quanto mental, a sua saúde e a suas forças”²²⁴.

O *Programa de Educação de Saúde* instituído na Paraíba indicava a sempre necessária influência dos professores e funcionários, como requisito básico do programa escolar, atuando sadiamente sobre a personalidade da criança, principalmente pelo seu exemplo de hábitos sadios. Na reportagem d’*A União* de 9 de junho de 1935, o médico Flávio Maroja, exigia que assim como os alunos, “o professor deve também subter-se anualmente, a um exame médico para verificação de sua higidez normal e á vacinação anti-tífica e disenterica – apenas quando as condições locais a isso obrigarem”, além de apresentar perfeita dentadura: forte e branca. O *Programa* ressaltava que as práticas saudáveis fossem exigidas desde os funcionários mais subalternos até mesmo a colaboração do lar e da comunidade.

Ao observar o programa escolar da matéria de Higiene, aviso que as que mais se destacam repetidas vezes, são aqueles que inferem sobre cuidados com o corpo e com a casa, sobre nutrição e puericultura. Ao traçar um plano de ação a ser desenvolvido nas escolas da Paraíba e inseridos no programa de ensino, o *Departamento de Educação* determinou execução dos seguintes termos:

²²³ *Revista do Ensino*, 1942, p. 38.

²²⁴ *Idem*, p. 38.

a) *formar nas crianças hábitos físicos e mentais* essenciais á saúde; b) orientá-las na *aquisição dos conhecimentos práticos*, especialmente de biologia e higiene, necessários á racionalização dos hábitos sadios e indispensáveis ao cultivo da saúde; c) desenvolver nas crianças os *ideais e as atitudes mentais convenientes* ao cultivo da saúde individual e á beleza da saúde coletiva; d) criar e *estimular o interesse da família e da comunidade* pelo trabalho que a escola faz em prol da saúde das crianças²²⁵.

O programa escolar priorizava a base de toda a educação da saúde pautada na proliferação dos hábitos pessoais higiênicos do bem-viver, dos cuidados com a alimentação que se ingeria, da limpeza do vestuário, do bom sono, da realização de exercícios físicos, da conduta mental, emotiva e social e da própria segurança pessoal. A *Revista do Ensino* publicada no primeiro semestre de 1942, ditou as novas normas para o ensino primário de higiene que deveriam ser adquiridas pelas crianças como princípio de saúde: “a) Higiene corporal, alimentar e do vestuário nas diferentes idades; b) Saneamento ou problemas de saúde locais; c) Biologia; d) Modo de procurar e utilizar o Serviço de Saúde e o conselho médico; e) Cuidado as crianças e aos doentes”.

A professora do primeiro ano do ensino primário do *Colégio Nossa Senhora das Neves* registrou em 15 de maio de 1940, no espaço reservado às anotações de aula da caderneta anual, que durante a aula de Higiene o tema debatido fora o “asseio da pele”. A mesma, valeu-se dos ensinamentos do médico Carlos Sá para explicar que a “função da pele é proteger o corpo, lugar de máxima sensibilidade, de excreção do suor e de contato com o meio externo”²²⁶. Portanto, é um órgão que exige bastante cuidado, a começar pelo seu asseio “que elimina o sujo, que se compõe de células epiteliais descamadas, do desgaste do vestuário, das poeiras domiciliares urbanas e de micróbios” (SÁ, 1939, p. 120). O asseio deveria ser feito sempre com água corrente, ou com “loções alcoólicas e crêmes ligeiramente oleosos, que, pela ação dissolvente de suas substâncias constitutivas, servem a limpeza do rosto, das mãos, da cabeça e do corpo”²²⁷. O mesmo valia para os banhos, utilizando sempre “água, lavagens a abluções”. Eram citados como espécie de “imersão, gastando-se para elles, nas banheiras usuas, cerca de duzentos litros de água, ou de aspersão, de chuveiro, que exige apenas de trinta a cinquenta litros”²²⁸. O banho poderia ser realizado com água fria, morna ou quente, mas sempre com duração de no máximo cinco minutos.

²²⁵ *Revista do Ensino*, 1942, p. 40. Grifos do autor.

²²⁶ *A União*, 22 abr. 1938.

²²⁷ *Idem*.

²²⁸ *Idem*.

A orientação do médico para a professora foi chamar a atenção para a temperatura, pois o

banho frio rouba calor, pelo que, os vasos sanguíneos periféricos se contraem, a pele empalidece e se arrepia, muda a reação orgânica; [já] os banhos mornos facilmente se estabelece o equilíbrio térmico entre a água e o corpo, fazendo com que a criança passe mais tempo no banho, fazendo-se melhor o asseio. Nos banhos quentes, a primeira reação do corpo é para aumentar a perda de calor, agravada pela temperatura da água, ocorre o aquecimento da pele podendo causar graves danos a saúde (SÁ, 1939, p. 121).

No caso da higiene de partes do corpo, recomendavam-se as abluções ou banhos parciais, especialmente para o rosto, as mãos e os pés. O mesmo se aplicava aos cabelos que deveriam ser lavados com *shampoo* ou sabonete de coco, conforme a produção de glândulas sebáceas e no combate a caspa. No caso de cabelos gordurosos indicavam-se as loções oleosas com ou sem quina, óleo de rícino. O cabelo deveria ser cortado, no caso dos meninos a cada três semanas, e para as meninas aparavam-se as pontas.

Quanto ao rosto aconselhava lavar com água fria especialmente ao acordar, deitar ou voltar ao trabalho utilizando sabonete de glicerina; para as mãos “cujo corte de unhas se fará uma a duas vezes na semana, devem ser lavadas com sabonetes várias vezes por dia: de manhã, antes de qualquer refeição, depois de ir ao w.c., ao voltar para casa, ao deitar-se” (SÁ, 1939, p. 122). Flávio Maroja alegava desde 1920 o cuidado com as mãos, “recomendando a supressão do aperto de mãos, pois o cumprimento das mãos seria um forte meio de transmissão de doenças, como gripe, febres, etc.” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 98). A transpiração das mãos era uma exigência do corpo de uma constante higienização dessas partes, pois “estes suores constituem um inconveniente que pode advir no verão de uma verdadeira enfermidade”²²⁹. Mãos suadas causavam nas pessoas uma impressão desagradável, e, se não realizada a limpeza, passam a exalar um odor azedo.

“A mão é o gesto, o gesto é a palavra visível, a palavra visível é a alma, a alma é o homem... e a alma do homem está nas mãos”. Assim abria a palestra intitulada “As mãos e a higiene” publicada no jornal *A União* em 22 de fevereiro de 1938. O médico paraibano Flávio Maroja em um de seus discursos que, a meu ver apresentava um tom moralista sobre o beijo, em suas palavras, considerado maldito, também dedicou sua atenção aos cuidados com as mãos, alegando que essa parte do corpo “bem merecem

²²⁹ Idem.

um capítulo especial em Higiene, dada sua importância, como instrumentos de progresso da humanidade”²³⁰. Por serem as mãos instrumento tão necessário ao homem, requeria, toda a atenção possível, pois da mesma forma que a mão alimenta, afaga, acena, aplaude, também traz o contágio de doenças ao corpo, entra primeiro em contato com o sujo. Portanto, convém “saber que elas, por ignorância ou descuido, podem ser propagadoras de graves moléstias” (GASPARINI, 1939, p. 83). Urgiam sérios cuidados com as mãos. Os “chavões” da época faziam questão de ressaltar que a maioria das doenças costumavam chamar de “doença de mãos sujas”, portadora ainda das “unhas de luto” tão repugnantes e perigosas.

As unhas dos pés precisavam também ser aparadas semanalmente, exigindo cuidados dobrados de asseio com água e sabão, não apenas no banho, mas também antes de deitar-se, especialmente as crianças. O asseio dos pés tinha a função de combater micoses, vermes, frieiras, suores nos pés e chulé, portanto a ordem era: lavar bem e enxugar bastante!

Nos livros utilizados pelas professoras na matéria de higiene – que trataremos no último capítulo desta tese – vinham acompanhados de orientações para os cuidados com partes específicas do corpo: cuidados com as axilas evitando mau cheiro, a higiene das orelhas para não criar sulcos repugnantes, utilizando sempre “água morna no pavilhão das orelhas e carbonato de sódio para dissolver o cerúmen”²³¹; destacava a limpeza da boca não admitindo para as crianças o uso de batons que “poderiam causar irritações desagradáveis de difíceis tratamento”²³²; da língua realizando “bochechos com água fria, uso de dentifrícios alcalinos e saponáceos, líquidos ou em pasta”²³³ evitando o acúmulo de bactérias, e, o trato com os dentes que exigiam cuidados especiais, por “sua importância na digestão e pela sua vulnerabilidade a lesões e infecções” (SÁ, 1939, p. 124), lembrava ainda da necessidade de ingerir alimentos ricos em cálcio, como leite e queijo para prevenir ou diminuir as cáries. A higienização dos dentes deveria ocorrer “duas a três vezes por dia com escova pequena e pelo não muito duro, fricção circular da raiz para corôa, dentifrício pastoso e alcalino, e a noite, fio encerado, seguido de bochecho de água fria ou morna”²³⁴; cuidados no trato com a pele do rosto, especialmente quando começa a aparecer erupções do rosto, espinhas e cravos, ou até

²³⁰ *A União*, 13 ago. 1921.

²³¹ *A União*, 28 jul. 1927.

²³² *A União*, 31 jul. 1927.

²³³ *A União*, 31 jul. 1927.

²³⁴ *A União*, 27 ago. 1931.

mesmo sardas e doenças da pelo, sendo necessário a apresentação do aluno ao médico escolar, responsável por realizar exame criterioso. As normas ainda contemplavam os cuidados com o olfato onde nas fossas nasais, o asseio se “fará com água morna, simples, salgada ou boricada, a proteção contra poeiras exige às vezes óleos ligeiramente antissépticos, além de evitar o arranchamento de pêlos, o traumatismo de espinhas que podem provocar congestões intensas ou infecções graves” (SÁ, 1939, p. 124). A água fria também era indicada para lavar bem os olhos retirando as secreções que escorrem por eles.

Após a concretização desses procedimentos higiênicos, o asseio do corpo deveria ser assegurado por meio de água corrente e em abundância. A pele limpa “acentua os perfis, matiza os comentários, às vezes estendendo-se até mesmo as atitudes e aos comportamentos” (VIGARELLO, 1996, p. 89). A higienização se ampliou para todas as partes do corpo, não só rosto e mãos, mas pés, axilas, órgãos sexuais, cabelos, orelhas, pernas, etc., os vários pontos focalizados do corpo se correspondem. Se não são cuidados, disseminam maus odores. Por isso, a lavagem da pele é imprescindível e “muitas pessoas esfregam-na com as mãos, esse processo nada vale a não ser para chamar o sangue, mas não limpa o redor dos poros, daí ser de toda conveniência o emprego de uma esponja ou toalha com felpos finos”²³⁵.

As normas de higiene versavam ainda sobre a segunda pele, assunto tão recorrente no programa escolar. O vestuário foi apresentado pela formação médica como portadora da função de proteção e de regulação térmica, exigindo asseio. Segundo Carlos Sá (1939, p. 128) o vestuário protege contra agentes mecânicos, por meio de sapatos e capacetes; agentes físicos, pelo uso de cores claras no verão e escuras no inverno; químicos com luvas e máscaras; e biológicos as luvas contra os micróbios, as botas contra as serpentes, os sapatos na prevenção da ancilostomose.

Seja como for, o que estava em pauta eram as formas de higienizar os corpos das crianças. Hábitos que deveriam ser ensinados e defendidos a todo custo em sala de aula. Esses documentos publicados nos jornais e distribuídos aos professores são em meu entendimento manuais de civilidade, espaços de divulgação de normas disciplinares, regras higiênicas que visavam moldar os corpos, transformá-los em símbolos de saúde, e, representação daquilo que era considerado moderno.

²³⁵ “As esponjas são constituídas por um agregado de animais da classe dos polypeiros e colhidas em certas regiões do Mediterrâneo, e principalmente nas praias das ilhas do archipelago grego. Ellas chegam ao mercado cheios de areias e de mariscos que são retirados a machlohydrico a fim de as desembaraçar das impurezas que nellas se acumulam” (*Era Nova*, 25 dez. 1921).

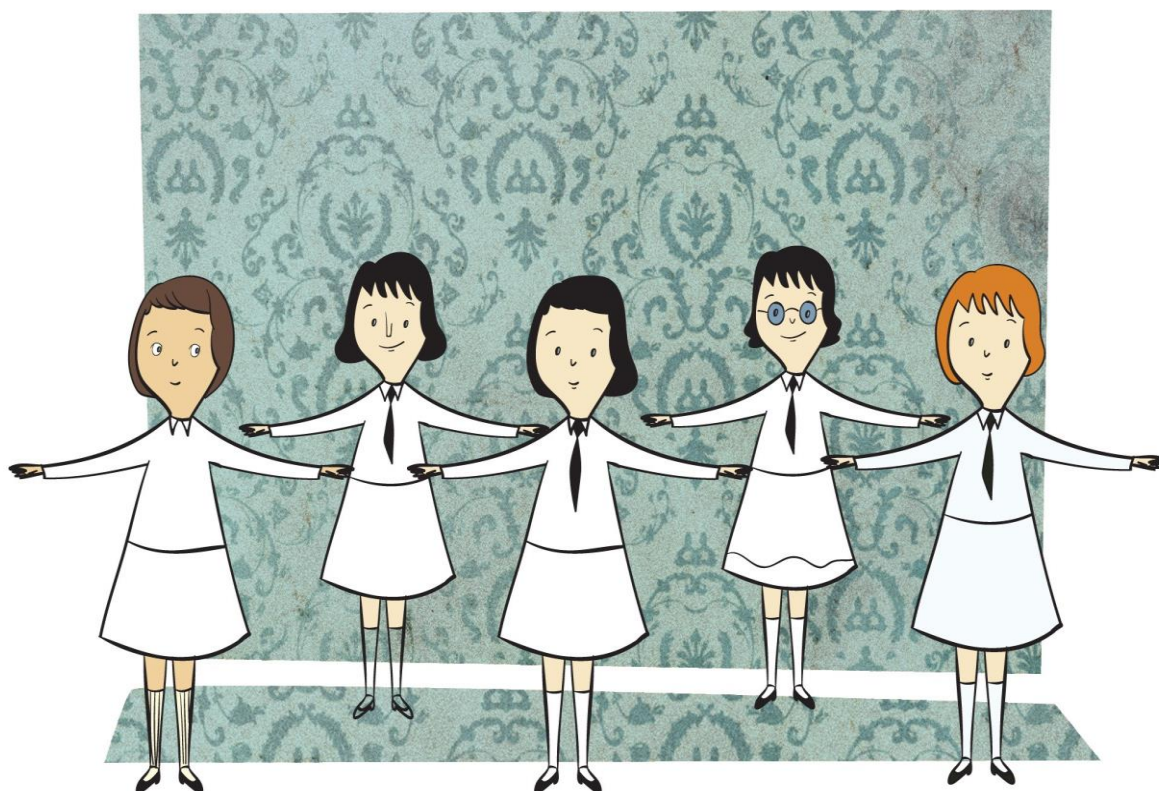
A higiene era assunto da ordem do dia. A publicação da *Constituição de 1937* reafirmou a obrigatoriedade do ensino de Higiene em todo o país, não apenas no Ensino Primário, mas também no Secundário e nos Ginásios. De acordo com Savino Gasparini (1939, p. 53) a criação da cadeira de Higiene responsável por disciplinar o Brasil teve como consequência imediata a publicação em larga escala, de obras didáticas que foram espalhadas em todo o território nacional, além da realização de conferências, palestras e exposições de higiene. Essas realizações asseguradas por lei foram divulgadas como o “maior serviço prestado à propaganda e educação sanitária, destinada a mostrar a todo cidadão o valor da saúde, base da felicidade individual e coletiva e condição precípua de progresso da Pátria” (GASPARINI, 1939, p. 53). Eram trabalhos produzidos por médicos de renome como Belisário Penna e Renato Kehl. Livros didáticos que deveriam ser lidos, relidos e analisados em sala de aula, objeto de discussão do quarto capítulo desta tese.

Grande parte dessa produção também versava sobre a filha da higiene: a educação física. Modelar o corpo não significava apenas limpá-lo, mas torná-lo forte, resistente, capaz de trabalhar incansavelmente. O corpo forte fisicamente era considerado sinônimo de saúde, fonte de vida. As atividades de ginástica, embora realizadas na matéria de Educação Física, surgiram inicialmente atreladas aos preceitos de cuidados com o corpo, portanto da higiene. Dessa forma, a introdução da matéria de Educação Física nas escolas da Paraíba foi fruto da divulgação dos princípios higiênicos. Para a ordem médica em voga, higienizar também era construir um corpo forte, rijo e belo. Portanto, tema discutido nas narrativas do capítulo seguinte.

Capítulo IV

Corpos fortes e vigorosos: a educação física conquista as escolas

“Merece aplaudido o movimento existente agora na Paraíba em favor da educação physica [...] em se tratando da mocidade a nossa pena está sempre em ação para pelejar ao lado desses que são as esperanças da Pátria nossa mui amada, ao lado dos moços que desejam ser vigorosa physicamente pela inteligência e pela robustez”.
(A Imprensa)



Corria o mês de dezembro. Os dias clareavam muito cedo, convidando a gente a saltar da cama. Era uma delícia apreciar tão belas manhãs, sair de casa a passeio, recebendo a ação estimulante do sol, respirando o ar puro que tanto bem traz à saúde.

Não há quem não tenha vontade de dar passeios vagarosos, a pé, pelas estradas, pelas campinas e, sobretudo, pelas matas. Notava-se que todas as pessoas se sentiam alegres, dispostas, contentes de viver, nessas belas manhãs de verão.

Numa delas a fada resolveu visitar seus amiguinhos. Para isso, dirigiu-se, primeiro à casa do Jeca e do Tônico, recomendando-lhes que fossem prevenir as outras crianças da sua presença naquele lugar.

A fada ficou conversando com a mãe dos meninos enquanto eles desempenhavam esta incumbência. Notou, então, a grande transformação por que passara a modesta casa. Tudo estava em ordem, asseado; as janelas abertas para entrar luz, e até o terreiro, em volta, apresentava-se bem tratado e florido. Não demorou muito que voltassem os meninos com seus companheiros. Foi uma alegria o encontro.

Sentaram-se todos sob uma frondosa mangueira e começaram a palestrar.

- O Jeca e o Tônico estão agora bem mais fortes e corados, comem bem, não fazem extravagâncias, não andam á cata de gulodices nem comem fora de hora, o que faz tanto mal ao estômago.

- Estou preparando comidas simples e pouco temperadas, graças aos seus conselhos, e tenho tomado cuidado para que não comam frutas podres, verdes ou com casca.

A fada Higia recomendou, então, que evitasse o uso de verduras crúas, de procedência duvidosa, muitas vezes regadas com águas impuras e por isso causa frequentemente febre tifoide, disenterias e das verminoses. Ensinou-lhes o perigo que representam as balas e os doces de taboleiro, expostos á poeira e ás moscas, e de procedência desconhecida, muitas vezes feitos por gente doente ou suja.

Insistiu na necessidade de se comer devagar, mastigando bem os alimentos e fazendo as refeições na hora certa.

Tudo isso foi dito de maneira clara afim de que as crianças, que já se haviam aproximado, percebessem bem a necessidade de observar os conselhos sobre alimentação. Lembrou-se a fada que o dia de Natal estava próximo. Convidou, então, seus amiguinhos para irem nesse dia ao palácio, jantar em sua companhia, onde lhes ofereceria uma bela árvore cheia de lindos brinquedos.

O amável convite foi, naturalmente, recebido com grande alegria por todas as crianças, que tinham a certeza de ouvir, nessa ocasião, mais alguns conselhos da bela fada Higia.

A fada Higia (KEHL, 1925, p. 41-44)

4.1 “Vibrante exhortação aos moços”: a cultura física

“A saúde do corpo acarreta a do espírito e a robustez *physica*”²³⁶. Assim chama atenção a fala do médico sanitarista Flávio Maroja em mais um de seus artigos para o jornal *A União*. Noutras palavras, o trecho pretendia representar a segurança da saúde, a promoção de um bem estar para consigo, o despertar do interesse do outro e a exposição da beleza do seu corpo. Revelava acima de tudo, um discurso médico comprometido com a “educação completa”, ou seja, uma educação pautada nos conhecimentos científicos, capaz de moldar toda uma população e gerar bons frutos: os corpos perfeitos. As primeiras décadas do vigésimo século foram responsáveis por aprofundar dentre os médicos brasileiros, as metas vinculadas à saúde do corpo enquanto objeto de ensino, para tanto, encostaram seus estetoscópios nos muros das escolas e propuseram procedimentos pedagógicos de ensino e avaliação nas matérias de higiene e educação física.

Na primeira parte desse trabalho, apresentamos os domínios da Higiene. Matéria criada e introduzida no programa escolar e responsável por severas mudanças nas escolas: em sua estrutura física, medida dos degraus, largura dos corrimões, altura das cadeiras, iluminação e ventilação das salas, cumprimento dos corredores, espaços para permanência ao ar livre, peso dos livros, posturas do corpo, cuidados com o asseio, a higiene da pele, das orelhas, do nariz, da boca e dos dentes, dos pés e das unhas, a forma como pentear o cabelo, a limpeza e os cuidados cabíveis aos órgãos genitais, as vestimentas engomadas, as refeições, os alimentos, o cumprimento de horários, e, claro, a realização de exercício físico. Esse último ponto, torna-se tão evidente que reservamos a segunda parte desse estudo para as atividades físicas como norma de civilidade, princípio de educação incutido nas escolas e fora delas. Afirimo: a Educação Física é filha legítima da Higiene.

A defesa de um corpo saudável rompia os limites dos ensinamentos de asseio divulgados por periódicos e ensinados pelos professores. Ela invadiu a legislação escolar, fez nascer clubes esportivos, despertou o interesse de homes e mulheres e traçou um novo modelo de corpo capaz de ensinar modos de olhar e de preferir. A educação física ganhou espaço privilegiado nas escolas, passou a ser um discurso de poder, um importante modelo de educação corporal. Mais uma vez, a circulação de

²³⁶ *A União*, 09 ago. 1925.

saberes produzidos pelos médicos invadiram os espaços escolares e os corpos e seus alunos como afirmou Maria Stephanou (2011, p. 147-148)

As metáforas médicas contaminaram práticas discursivas de diferentes grupos sociais, destacadamente os educadores, uma vez que os médicos, diretamente, buscaram ser reconhecidos como educadores, para o que formularam um discurso que pudesse atestar sua competência para tratar do pedagógico e do escolar, discurso este assetado em uma constante crítica aos processos pedagógicos e à organização escolar, aludindo a inconsistência e arcaísmo daqueles que até então haviam se dedicado às tarefas educativas.

A escola que se aspirava deveria combater a degeneração do corpo, prevenir as enfermidades e assegurar a saúde. Só ganhava o título de escola civilizada aquelas que cumprissem as exigências médicas, cujo principal objetivo foi o de educar pedagogicamente utilizando os recursos da medicina. Da mesma forma que o saber médico voltava-se para a escola, a educação deveria vestir a indumentária da saúde. Ela tornou-se o lugar mais fecundo dos ensinamentos médicos e higiênicos, *locus* educativo por excelência, espaço em que a educação sanitária ganharia força e de lá seria irradiada para as casas, ruas e praças.

Foi a partir dos primeiros anos do século XX que passamos a perceber nos documentos escolares essa interferência médica nas escolas, bem como, a apropriação da escola dos princípios higiênicos: A *Escola Normal*, na fala de seu secretário José Eugênio Lins de Albuquerque exigia no ato da matrícula atestado médico dando garantia de saúde; as escolas católicas *Colégio Pio X* e o *Colégio Nossa Senhora das Neves* trataram de contratar um médico para no ato do teste de admissão realizar a consulta e emitir o parecer sobre a saúde dos futuros alunos; a *Escola de Aprendizes Marinho* além dos atestados médicos realizavam prova física acompanhada por um funcionário médico; o *Lyceu Parahybano* em seu *Regimento Interno* publicou a necessidade de apresentar “atestado médico de ser vacinado e não soffrer moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa”²³⁷; a mesma exigência fazia o *Collegio Padre Rolim* em Cajazeiras e o *Instituto Pedagógico* na cidade de Campina Grande. Esse último fazia a cobrança de documentos separados: primeiro o atestado médico feito a próprio punho pelo médico, bem como, um segundo contendo as afirmativas sobre o cumprimento das vacinas obrigatórias, conforme reproduzo abaixo:

²³⁷ LYCEU PARAYBANO. Regimento interno. 1922, p. 10.

DR. ELPIDIO DE ALMEIDA
MÉDICO

Consultório: Praça Eptácio Pessoa, 15.

Attesto que Euclides Donato Pedrosa está livre de doença infecto-contagiosa. Foi por mim consultado, goza de bôa saúde e está apto para as atividades phisicas.

Campina Grande, 11 de fevereiro de 1939²³⁸.

DIRETORIA GERAL DA SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DA
PARAÍBA

SERVIÇO DE VACCINAÇÃO ANTI-VARIOLICA

O Sr. Euclides Donato Pedrosa de 17 de idade, de cor branca, natural de Campina Grande, residente na Rua Basílio/Bodoncogó, nº S/N foi revaciando no dia 11 de fevereiro de 1939 com duas vaccinas no braço, como consta em registro na página 27.

Campina Grande, 11 de fevereiro de 1939²³⁹.

A novidade nos documentos não está apenas no fato de certificar a boa saúde, mas na participação dos médicos nas escolas e, principalmente, por legitimar a realização de atividades físicas. Dessa forma, consolidavam a escola enquanto o lugar mais propício para promover as transformações do corpo e dos hábitos. O ensino não contemplaria apenas o conhecimento das letras e das ciências, mas também os benefícios do saber médico para a saúde do corpo. Lugar de vulgarização da consciência sanitária, das alterações nas práticas cotidianas de higiene, na realização de tarefas que disciplinassem o corpo formando-o enquanto membro rijo, vigoroso, forte. Para isso não faltavam publicações! Elas gritavam nas páginas dos jornais em circulação em dias comuns ou de festa. Os discursos, ao que parece, pretendiam levar a cabo as orientações médicas que vislumbravam a atividade física como parte integrante da educação escolar. Todos os momentos dentro ou fora da escola foram aproveitados para disseminar os saberes médicos sobre a cultura física, como aconteceu no aniversário do *Clube Cabo Branco*.

Espalhados pela cidade comemorava-se a festa do Cabo Branco²⁴⁰. Desfiles e jogos animavam os festejos. No início do mês de outubro de 1921, o intelectual

²³⁸ ATESTADO MÉDICO. Arquivo do Instituto Pedagógico Alfredo Dantas. Campina Grande, 1939.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ A referida festa comemorava o aniversário do *Clube Cabo Branco*, sociedade esportiva criada no começo do século XX e que tornou-se uma das mais importantes da capital paraibana. O clube recebeu o nome da região mais oriental da cidade. Segundo Coriolando de Medeiros (1921) “Altaneiro pedaço da

Coriolando de Medeiros resolvera juntar-se ao grupo daqueles que defendiam a educação física enquanto sinônimo de modernidade e civilidade. Preparou as palavras de “exhortação aos moços”, que apelavam à necessidade de “aperfeiçoamento moral e intelectual” e manifestava o seu “amor a educação physica”. Suas palavras seriam lidas em alto e bom som a partir do palco do *Teatro Santa Rosa* e tinham por destino aqueles expectadores que eram considerados pelo palestrante como moderno. Buscava incutir naquele grupo os princípios de higiene e os benefícios da ginástica²⁴¹.

Sua fala inicial soou como uma exaltação à educação física. Tornava-se arauto da ginastica. Afirmou que resistiu aos encantamentos dos novos princípios ao expor que “por uma fatalidade dos acontecimentos, tenho sido por muitas vezes o recurso de última hora, vencido pelas circunstâncias, rendido as solicitações amigas”²⁴². Em seguida postulou que suas palavras mereciam ser mumificadas, ouvidas todos os dias, até que a população paraibana se esforçasse ao máximo para querer as manifestações esportivas, para que desejem ardentemente a realização de atividades físicas, e que a ginástica se tornasse uma realidade em todas as escolas, que a cultura física triunfasse!

O discurso sobre os benefícios da educação física e a luta para sua implementação nas escolas paraibanas ganhou fôlego nas primeiras décadas do século XX, porém o debate nacional já circulava desde a primeira metade do século XIX. Ora, conforme os escritos de Vitor Andrade de Melo e Fábio de Farias Peres (2014, p. 77), os exercícios ginásticos foram introduzidos no programa de ensino do *Colégio Pedro II* em 1841, momento em que o Dr. Rego César defendia a *ginástica sueca* como sendo rica em detalhes de ações fisiológicas, enumerando doenças que poderiam ser combatidas com a atividade física, a exemplo da paralisia, apoplexia, problemas na coluna vertebral, catarro nos pulmões, tísica tuberculosa, asma, hiperemia abdominal, constipação, hemorróidas, ingurgitamento do fígado, gota, reumatismo, escrófula, moléstia nos genitais e na bexiga, dentre tanto outros. Ou mesmo no relatório emitido pela *Junta Central de Higiene* no ano de 1885 ao defender a necessidade de “dar impulso às faculdades intelectuais sem desprezar um exercício razoável dos órgãos corpóreos”; ou

Pátria, que há séculos, há milênios, joga um *foot-ball* singular com as ondas do Atlântico que raiva na cinta branca de espumas por não poder estendel-o no sendal de suas conquistas”.

²⁴¹ A *Revista Era Nova* reservou duas páginas de sua edição do mês de outubro de 1921, para narrar os acontecimentos vivenciados no aniversário do Clube Cabo Branco, ressaltando que além da conferência intitulada “Cultura Physica” do Sr. Coriolando de Medeiros que historiou o desenvolvimento dos *sports* em todos os povos desde a antiguidade até a quadra atual, ocorreu a palestra do acadêmico Arsenio Lins sobre a vida desportiva do Palmeiras; a saudação aos clubes realizada por Adherbal Pyragibe e por fim o embalo da banda marcial da força policial que animou os festejos.

²⁴² A *União*, 09 out. 1921.

ainda no posicionamento da *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* sobre o assunto: elegeu um de seus membros, Luiz Vicente De-Simoni, para após longo estudo afirmar que a ginástica poderia exercer uma grande influência sobre o caráter, a glória e prosperidade de uma nação, e que é capaz de beneficiar sob os atentos olhares da higiene o contexto social e político. Numa expressão popular, “mataria dois coelhos com uma única paulada”: a ginástica traria os benefícios físicos como força muscular, aumento da flexibilidade, da agilidade, da energia, redução do sedentarismo; e também os benefícios morais descritos como coragem, confiança, amor à nação, incremento do brio.

Os debates médicos ganhavam um caráter pedagógico. Não se tratava apenas de discutir por vias legais da medicina os benefícios que a educação física faria ao corpo humano, mas como essa atividade se tornaria uma ação cotidiana. Para tanto, explodiram nos relatórios, jornais e revistas publicações em defesa da ginástica. Primeiro porque ela simbolizava um conjunto de técnicas corporais capaz de combater as mais diversas moléstias de diferentes naturezas, assim a ginástica “seria um dos mais poderosos recursos da higiene e da terapêutica” (MELO, 2014, p. 77), segundo pelo caráter atribuído a “obediência, tornando-se útil à defesa da pátria” (PERES, 2014, p. 78) e por fim, por incluir o corpo no campo do belo, “nos padrões normativos da perfeição, em sua performance por meio da elaboração racional de gestos e técnicas” (VIGARELLO, 2003).

Para que a educação física ganhasse definitivamente as escolas foi preciso passar pela defesa e aprovação médica, fato ocorrido no momento em que a legitimação do saber médico se consolidava em nível nacional. Os esculápios pareciam falar a mesma língua quando o assunto era a atividade física. Precisavam da aprovação do Estado e da sociedade civil, para tanto, iniciaram forte divulgação desse saber. Defender a arte de exercer o corpo para fortificá-lo foi antes de tudo uma atividade médica. Esses profissionais foram pioneiros na propagação de jogos de ação de caráter educativo capaz de desenvolver a força e a agilidade do corpo. A defesa da influência da medicina na educação passou a ser representada não apenas pelos médicos, mas pelo lugar social que ocupavam: os clubes, sociedades, academias. A *Academia Imperial de Medicina*, conforme fala Vitor Andrade de Melo (2011, p. 76) pronunciou-se oficialmente a favor da necessidade do ensino de ginástica nas escolas de instrução primária. A defesa fazia parte do processo de medicalização do cotidiano escolar que contava com os preceitos de higiene e a consolidação da educação física.

Na Paraíba, a defesa do ensino de educação física seguiu o mesmo curso, porém repousado na temporalidade do século XX²⁴³. Os médicos foram nesse território os primeiros defensores do saber físico atribuído ao corpo colocado em circulação, à disposição da sociedade. Flávio Maroja e seus discípulos²⁴⁴ defenderam veementemente a introdução das matérias de higiene e, mais à frente, de educação física nas escolas da Paraíba. Para isso, publicavam fortes convites para que a preguiça, a moleza e a imundície arrumassem as malas e partissem para longe. No projeto de formação de um paraibano limpo, forte, saudável e bonito, não faltou tinta para publicar os benefícios ao corpo. A exaltação da cultura física ganhava as páginas dos impressos.

Tornava-se recorrente nos textos da época o termo “cultura física”. Desde as primeiras publicações vindas da França e expostas nos jornais locais, o termo fazia referência à realização de atividades físicas, exercícios diversos: ginastica, atletismo, corridas, jogos, brincadeiras, lutas, dentre outros. Para esse trabalho, busquei alargar o conceito de cultura física como sendo as diversas formas de transmitir o conhecimento e inculcar na população a prática de atividades físicas, tornando uma prática comum dentre grupos sociais que podem variar de acordo com o lugar e a época. Podemos pensar a cultura física a partir das formas psicológica e prática. Primeiro se divulga um saber, um conhecimento, faz despertar em homens e mulheres o desejo, aquilo que Georges Vigarello (2009, p. 212) articulou como sendo meticulosidade e decisão nos efeitos de comportamento, transformando a “vontade” em trabalho, sugerindo o aumento, cultivando o sucesso: a força e a saúde; em seguida a prática responsável por fazer a atitude adquirida se impor, dar importância ao corpo, exercitá-lo, estimular os músculos, fazer o corpo render, tecnicizá-lo, trabalhar o corpo da cabeça aos pés. Assim, a cultura física se instala não apenas pela realização das tarefas corporais que visam o corpo fortalecido, mas na forma como as pessoas vão entender tais saberes e se apropriar deles. Cultura difundida nos jornais e revistas, nos clubes esportivos, em palestras e conferências, no discurso médico e fortemente pelo professorado nas escolas.

Entendo ainda que a “cultura física” faz parte do amplo conceito de “cultura escolar” defendido inicialmente por Dominique Julia (2001, p. 10-11). Segundo o autor a cultura escolar é definida como um conjunto de normas que definem conhecimentos a

²⁴³ Não encontrei nenhum indício da prática de atividade física nas escolas paraibanas do século XIX como parte integrante da matéria ou do programa escolar, até o momento.

²⁴⁴ Chamo de seus discípulos um grupo de jornalistas, professores, médicos, autodidatas e políticos que estavam diretamente ligados aos espaços geridos por Flávio Maroja, ou mesmo que possuía influência (o Instituto Vacinogênico, a Santa Casa de Misericórdia, o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, o jornal *A União*, dentre outros).

ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas à finalidade que podem variar segundo as épocas. Um conceito que pode ser pensado para além dos muros da escola, pode-se buscar a identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. Dessa forma, dentro da escola, mais fortemente a cultura física pode ser mais uma dentre tantas possibilidades ofertadas pela cultura escolar.

Para Coriolando de Medeiros a cultura física poderia ser vista entre todos os povos, até mesmo aqueles considerados mais atrasados, os mais rudes e grosseiros. Fez observações sobre os pescadores: “quase sem exceção são bons nadadores e corredores inigualáveis na resistência e na velocidade possuindo braços vigorosos que distendes, brincando a corda de um arco cuja resistência desafia o pulso do civilizado²⁴⁵”. Exemplos como esses deveriam ser “valorizados e disseminados dentre os alunos, nossos civilizados²⁴⁶”. Nas escolas da Paraíba, seja qual for o curso, a “educação physica é hygienica e gymnastica, se não é a combinação de ambas²⁴⁷”. O importante era defender uma educação que definisse músculos e tornasse corpos belos e saudáveis.

Boa parte dos textos que defendiam a prática de atividades físicas, faziam apologias aos corpos de gregos e romanos da antiguidade. Um modelo de educação que deveria ser reestabelecido, que fazia da cultura física um preceito sagrado. Espartanos e atenienses foram constantemente evocados por terem sido “os mais perfeitos cultores da arte esplendida do aperfeiçoamento physico [...] eram belos, robustos” (KEHL, 1923, p. 322), o gregos sabiam “formar homens vigorosos, aptos para a lucta; por meio de exercícios constantes blindava-o, incutia-lhes preceitos que proporcionavam resistência vital²⁴⁸”. Embora a exaltação aos corpos gregos fosse constantemente presente nos discursos médicos, aquele povo não poderia ser considerado um modelo a ser seguido por inteiro, não servia de padrão eugênico, assim fazia Renato Kehl (1923, p. 325) a ressalva. Só a partir da transição do século XIX para o século XX que se vive no Brasil o nascimento do culto ao corpo, graças à intensa propaganda feita em prol dos exercícios físicos, momento em que se defende fortemente “que a saúde, a robustez e a

²⁴⁵ *A União*, 09 out. 1921.

²⁴⁶ *Idem*.

²⁴⁷ *Idem*.

²⁴⁸ *Idem*.

belleza não só se herdam, como se conservam e se adquirem pelo esforço e pela vontade” (KEHL, 1923, p. 325).

Com a chegada dos discursos eugênicos e higiênicos no Brasil, instala-se uma nova forma de ver o corpo e cuidar da saúde:

A perspicua verdade de que as doenças se evitam, de que os indivíduos robustos lhes são adversos; a verdade de que a saúde é conservada pela obediência aos preceitos de hygiene, que a robustez e a beleza physica se adquirem vivendo ao ar livre e na prática dos esportes penetrou na consciência geral dos indivíduos que, com entusiasmo, correm ás praias de banhos, aos campos de jogos, ao remo, ou se entregam aos exercícios corporaes nas agremiações desportivas ou no próprio lar (KEHL, 1923, p. 325).

“Ou progredimos ou desaparecemos”, clamava Flávio Maroja ao citar Sandoval de Azevedo em sua fala no Congresso Brasileiro de Hygiene. Defendia a necessidade de retirar as crianças das enfermidades que atingiam o corpo e a alma, combatendo a moleza e as decrepitudes físicas e entregando à escola o dever de incutir nos jovens a vontade e a prática esportiva, ou aquilo que Vera Regina Beltrão Marques (1994, p. 99) chamou de educação nacional em seu tríplice aspecto – físico, intelectual e moral – reservando-se a educação física por meio da higiene, função essencial na formação eugênica da raça. Assim, a escola passou a ser considerada pelos sanitaristas, lugar por excelência de formação harmônica do corpo e do espírito, capaz de aperfeiçoar o físico, melhorar a espécie. Os médicos criaram a legislação, os preceitos médicos, as normas eugênicas; a escola deveria educar seguindo esse princípio.

A cultura física ganhava força por todos os lados: nas prescrições médicas, na legislação educacional, no discurso dos intelectuais, em jornais e revistas, livros e congressos, nos ensinamentos os professores, na disciplina dos inspetores, nos regimentos que governavam a vida escolar... Era fato, a cultura física, ou melhor, as diversas formas de incentivar a prática de atividades físicas começava a se materializar, ganhava fôlego, saía do discurso e ganhava os corpos!

4.2 De corpos grossos a refinados: a *gymnastica sueca*

“O exercício é o movimento activo dos músculos do corpo. Elle activa a nutrição, aumenta o apetite, restaura as forças, renova os tecidos e tonifica todo o organismo. Para ser efficaz deve ser feito ao ar livre”. Assim chamou a atenção Carneiro Leão na edição d’*A União* de 21 de fevereiro de 1926. Tratava-se de mais um artigo escrito em parceria com o sanitarista Flávio Maroja e que versava sobre as boas venturas da ginástica nas escolas da Paraíba. Sabe-se que a primeira forma metódica de realização de atividades físicas dentro das escolas, ficou a cargo da ginástica, ou melhor, da “gymnastica”. Ela foi considerada responsável por dar elasticidade e vigor ao corpo, permitia infundir a confiança em si próprio e traçava os bons ensinamentos para triunfar diante dos obstáculos. A prática da ginástica nas escolas possibilitava a realização de movimentos, definidas por Afrânio Peixoto (1925, p. 380) como função elementar da vida, desde os primeiros momentos da existência humana a coordenação deles para uma finalidade útil até torná-los automáticos, ou seja, hábito cotidiano de homens e mulheres. A realização dos movimentos através da ginástica é defendida como “a manifestação mais aparente da vida”.

A ginástica ganhou força a partir das publicações e incentivos dos médicos. São textos que timbraram nas páginas de livros, jornais e revistas a forte defesa da protagonização da ginástica e seus bons efeitos para o corpo. Ela permitia ao corpo tomar o lugar de espetáculo, despertador de desejos, corpo ambicionado, trabalhado, suado, musculoso, forte e belo. Para Renato Kehl (1923, p. 325) foram raros os jovens que não cultivavam uma atividade física, ou que não se preocupavam em desenvolver a capacidade física, sua energia muscular e sua resistência. Portanto, em todos os lugares abertos, oxigenados, donos de puro ar poderiam ser utilizados para realizar os exercícios.

É nesse contexto que a instituição escolar abre suas portas para a ginástica. Na escola, defende Carmem Soares (2006, p. 115), o discurso pedagógico que vai predominar é aquele que toma por base os preceitos científicos sobre a ginástica, é o seu caráter higiênico e moral alargado que contribui para a formação de outra estética. Ocorre uma mudança na forma de olhar a condução da educação higiênica, da qual, a cultura física faz parte: os médicos miram o poder de seus discursos para a escola. Ela seria responsável não apenas por constituir um corpo limpo, asseado, mas também dono de músculos vigorosos, corpos torneados, quase talhados à mão. É na escola que a ginástica ganha força. Nos pavilhões ou em pátios abertos das escolas é que o corpo se contorcia, se gesticulava, subia e descia, bailava no ar, equilibrava-se.

A escola passou a ser formadora do corpo perfeito: belo e saudável. Os escritos de Tarcísio Mauro Vago (2004, p. 78) alertam que um dos alvos centrais desse molde escolar foi o corpo das crianças. Que desde a infância deveria cultivar nelas o ideal de um corpo belo, forte, saudável, higiênico, ordeiro, ativo, racional, em contraposição a aquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso. Essa tonalidade foi atribuída à ginástica, como primeira forma de educação física realizada nas escolas. O templo da civilização, como chamou Luciano Mendes Faria Filho (1998, p. 96) tornava-se o também o templo do corpo; responsável por disciplina-lo a partir das prescrições médicas e, portanto, capaz de produzir os cidadãos republicanos desejados. Dessa forma, a escola tornou-se o espaço de execução de “um programa racional de educação e cultivo de corpos de crianças [capazes] de endireitar, corrigir, construir e embelezar corpos: esse primado orientador da ‘gymnastica’ como ortopedia fez corrigir corpos em pouco tempo” (VAGO, 2004, p. 79). “Vivas a Gymnastica”, publicou *A Imprensa*²⁴⁹.

Talvez o caráter militar da ginástica, constituído na Europa do século XIX, tenha contribuído para se fazer tão presente no discurso de médicos, sanitaristas e intelectuais; pensadores que vislumbravam sua aplicação nas escolas. Ela possuía um poderoso potencial educativo, disciplinador. A ideia, portanto, era a partir da infância se servir “do exercício e da educação physica como um dos melhores agentes de cura das moléstias: favorece a combustão do assucar, combate a obesidade, a reabsorção da gordura; na gota e na gravella a eliminação da uréa e do acido úrico”²⁵⁰. A ginástica, defendia Flávio Maroja, representava o desejo da “regeneração physica, pela melhoria das condições de vida, de hábitos, de costumes, de preceitos sociaes e hygiênicos”²⁵¹. O discurso médico prometia um corpo mais flexível, mais harmonioso, mais belo. Para isso, a partir da década de 1910 a *ginástica sueca*, que segundo Georges Vigarello (2009, p. 199) era feita de movimentos tão rígidos quanto vigorosos, ganhava o coração, ou melhor, os discursos médicos, o corpo dos atletas e dos alunos, e os ensinamentos dos professores.

Em um momento em que se discutia o processo de modernização das cidades paraibanas e de todos os seus espaços, chegava às mãos de seu mais renomado médico, o Sr. Flávio Maroja os escritos de Renato Kehl. Tratava-se de uma mensagem que

²⁴⁹ *A Imprensa*, 25 ago. 1920.

²⁵⁰ *A União*, 21 fev. 1926.

²⁵¹ *A União*, 13 mai. 1929.

ressaltava a importância da educação física na grande infância, ou seja, no período vivido a partir dos oito anos de idade. Para tanto, afirmou:

Estabelecer a gymnastica methodica, antes dessas edades, é absolutamente comndenavel, dada a coneniencia de respeitar o desenvolvimento natural do corpo e a consolidação regular dos órgãos, principalmente do coração e do pulmão, sem que sejam mal influenciados por esforços impróprios.

Chamou a atenção para a necessidade de só a partir dessa idade consolidar a realização do ensino da ginástica, com seus movimentos lentos, ritmados, com e sem intervalos, propostos exclusivamente pela ginástica sueca. Apesar de alguns acreditarem que aos oito anos de idade seria um castigo a obrigação de fazer durante uma hora os mesmos e repetidos movimentos, Pehr Henik Ling²⁵² defende ser a idade certa, pois “essa idade é ainda das expansões autonômicas dos braços e das pernas, a sede de locomoção e exercício corporal, symptoma inffalível da saúde, exigência do organismo que se desenvolve”²⁵³.

A proposta da *Gymnastica Sueca*, assim conhecida mundialmente, ganhou fôlego após a experiência vivenciada por Ling na cidade de Estocolmo em 1814, onde fundou o *Instituto Nacional de Gymnastica Educativa*²⁵⁴. Amplamente divulgada, a ginastica sueca ganhou força no Brasil, e, foi a primeira forma de educação física adotada nas escolas privadas e militares da Paraíba, como lembra a edição d’*A Imprensa* de 03 de abril de 1916, ao anunciar que o *Colégio Diocesano Pio X* “mantém o ensino de gymnastica sueca para os seus alunos – facto, aliás, que não é novidade, pois esse curso não é de agora”. Os mesmos elogios foram proclamados na voz do presidente da Paraíba o Sr. João Pereira de Castro Pinto (1912-1915) ao dirigir-se ao poder legislativo

²⁵² Formou-se em 1792, aos dezesseis anos, na escola de Växjö. Estudou teologia na Universidade de Lund de onde transferiu-se, no mesmo ano de entrada, para a Universidade de Uppsala, pela qual graduou-se em 1797. Sucessivamente, partiu em uma viagem de sete anos, na qual conheceu um chinês chamado Ming, que o ensinou as práticas das artes marciais e do *Tui Na*, uma terapia manual utilizada para a cura do corpo, bastante praticada na China. De volta a Suécia, Ling aprofundou-se nas técnicas aprendidas, incluídas as da medicina tradicional, para elaborar um sistema gímico dividido em quatro partes: pedagógico, médico, militar e estético, que incorporavam os ensinamentos do *Tui Na*. Ling faleceu em 1838, aos 62 anos de idade.

²⁵³ *A Imprensa*, 20 fev. 1921.

²⁵⁴ Dentro dessa instituição Ling publicou o livro “Princípios Geraes da Gymnastica”, composto de seis partes: a primeira tratando das Leis do organismo humano, a segunda contendo os princípios de ginastica pedagógica, a terceira parte sobre os princípios de ginastica militar, a quarta parte que versa sobre os princípios da ginástica médica, a quinta sobre os princípios da ginástica estética e por fim a sexta e última contendo a prática da ginastica para a cultura estética do povo escandinavo.

no dia primeiro de setembro de 1914 informando que nesse estado apenas duas²⁵⁵ instituições de ensino adotaram em seu programa de ensino a Educação Física com cursos obrigatórios de “Gymnastica sueca” para seus alunos: o *Colégio Diocesano Pio X* e a *Escola de Aprendizes Marinheiros*. Informou a seus pares a necessidade de implementação da matéria em todas as escolas da Paraíba como sinal de modernidade:

A par da cultura cívica, moral e intelectual, o Collégio Diocesano Pio X fomenta e ensina a cultura physica, mantendo além de exercícios regulares da gymnastica sueca, a cargo do competente profissional snr. Honorato de Olveira, outros desportes athléticos, que os alunos praticam com real utilidade para a sua saúde – na objetivação do mens sana in corpore sano²⁵⁶.

Fica exposto nas entrelinhas que possuir um corpo atlético, malhado na base da ginástica sueca, é cooperar para o desenvolvimento de uma “cultura cívica, moral e intelectual”. O interesse ultrapassa o ideal de saúde e aspira a elevação de homens e mulheres a uma condição de superioridade, próprio do discurso eugênico. Porém, na Paraíba a tarefa não seria tão fácil. Adotar nas escolas públicas os novos preceitos de saúde teria que esperar os vindouros anos do Estado Novo. Mesmo assim, o discurso da primeira metade do vigésimo século fazia apologia à ginástica sueca não apenas pela realização de exercícios, mas pela forma como os exercícios eram conduzidos: “A gymnastica de Ling é quase toda sem aparelhos, feita com as mãos livres, não é exigindo movimentos fortes nem bruscos” (KEHL, 1923, p. 329). O destino dos exercícios era localizado e centrado no sujeito individual²⁵⁷.

Tratava-se de um método considerado científico com caráter pedagógico e ortopédico – com a utilidade de corrigir defeitos de conformação – e, barato, pois não exigia a utilização de instrumentos. “Aprendia-se brincando!”. Chamou a atenção André Roma em sua publicação sobre a *Cultura Physica* n’*A Imprensa* de 23 de fevereiro de 1921. Segundo o colunista a ginástica sueca tinha o papel de educar brincando “como se

²⁵⁵ É importante lembrar que além das duas escolas citadas no discurso do então presidente da Paraíba, o Sr. Castro Pinto, outra escola já havia adotado em seu programa de ensino a matéria de Educação Física, é o caso do *Colégio Nossa Senhora das Neves*, como afirmei anteriormente.

²⁵⁶ *A Imprensa*, 03 abr. 1916.

²⁵⁷ Ao falar sobre a *gymnastica sueca* na cidade de Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, Tarcísio Mauro Vago (2004, p. 79) afirma que os resultados dessa modalidade física era rapidamente percebidas nos corpos das crianças: alunos que a princípio apresentavam posição incorreta e andar desgraçado, corrigiram-se em curto espaço de tempo. Assim, a ortopedia que a ginástica realizava nesses corpos empenados seria conseguida por meio de exercícios incluídos no programa: marchas militares, exercícios calistênicos e séries de exercícios baseadas no método sueco. Não havia naquela cidade prescrições de práticas que envolvessem coletivamente as crianças. Depois de executar as séries de exercícios, as crianças podiam brincar livremente pelo pátio sob a supervisão de um instrutor.

o principal fosse expandir-se, enrijar os tecidos, aumentar a capacidade thoracica, treinar os sentidos com a vantagem a mais de uma atenção supperiosizada em golpes de vista e atitudes correctas, flexibilidade, presteza em tudo que se prende a motilidade”. Assim, buscava-se construir um corpo que se aproximasse o máximo possível daqueles que desfilavam garbosamente pelas cidades europeias.

O corpo eugênico tornava-se possível. O método sueco de ginástica – com exercícios físicos individualizados, sistematizados, lineares, regulados, repetitivos, segmentados para cada parte do corpo -, narrou Tarcísio Mauro Vago (2004, p. 79) fortalecia

o caráter da ortopedia atribuído a ginástica. Os torpes e tristes corpos infantis precisavam ser restaurados, regenerados, modificados, lapidados, endireitados, higienizados e robustecidos, inscrevendo-se neles os atributos que podiam fazê-los belos, fortes e saudáveis, exigência do novo tempo, da nova civilização. Operar a transmutação de corpos grotescos em corpos era a contribuição esperada da ginástica.

A ginástica passou a ser considerada como um antídoto contra as torpezas do corpo, suas fragilidades e molezas. Para Flávio Maroja, no momento em que ocupou o cargo de vice-presidente do Estado da Paraíba (1920-1924), a ginástica sueca deveria funcionar, pois seu fracasso representaria a

maior decepção do mundo, a de acabar a curva da civilização voltando às edades primitivas em que os nossos antepassados, heroes da ignorância e da braveza tremiam ao ouvir o trovão e exorcismavam a arvore em que a alma do parente se escondia para continuar depois de morto a malevolência innata²⁵⁸.

Incentivar a prática dos movimentos nas escolas era para o discurso médico da época desenvolver e aperfeiçoar a consciência moral e o poder da vontade “concorrendo a boa saúde e o vigor physico como base anatomo-physiologica, como a rocha onde penetram as raízes do ser moral”²⁵⁹. Apesar do culto ao corpo ter sido responsável pela criação de um santuário dos músculos²⁶⁰, onde a ginástica sueca foi a principal forma de devoção, os veículos midiáticos faziam questão de fazer uma ressalva: “Não

²⁵⁸ *A União*, 19 out. 1922.

²⁵⁹ *A Imprensa*, 20 fev. 1921.

²⁶⁰ Chamo de santuário dos músculos todos os espaços dedicados à realização da ginástica sueca nas primeiras décadas do século XX: as escolas, os campos, os galpões, os centros esportivos, dentre outros.

esqueçamos, porém, o espírito que não é tudo, mas é o principal”²⁶¹. Dessa forma, exercitar os músculos também era sinônimo de disciplina dos sentimentos a luz da razão, uma forma de adotar para a vida não apenas os princípios saudáveis, mas aquilo que exigia a religião, a moral, o respeito. Pensava-se num cidadão benéfico e pronto para servir seu Estado, como sugeriu André Roma: “Homens fortes, treinados para a luta pela vida e para a reprodução das espécies nas melhores condições de uma pátria forte e próspera, de cidadãos instruídos e moralizados, capazes de si governar por si próprios dentro da ordem e do progresso”²⁶². Um discurso puramente eugênico.

Quase todas as publicações dos jornais em circulação na Paraíba dos primeiros anos do século passado faziam referência a consolidação dos movimentos metódicos da ginástica sueca “tão recommendada pelos melhores médicos do mundo, para o desenvolvimento regular e progressivo dos músculos e o bom funcionamento do aparelho respiratório”²⁶³. Portanto, para tornar a mocidade “physicamente vigorosa para a lucta e vencer pela intelligencia e robustez”²⁶⁴ era preciso seguir os ensinamentos propostos para a realização da ginástica sueca nas escolas. Os saberes foram enviados da Capital Federal para serem disseminados nas escolas da Paraíba. Apresentava-se a proposta de Ling ressignificada a realidade brasileira, mas que obrigavam todos os músculos do corpo a se movimentarem.

Os ensinamentos valorizavam o movimento do corpo sem a utilização de nenhum instrumento, apenas o corpo. Esses exercícios faziam o corpo se mexer por inteiro: braços na tomada de distância para a lateral direita e esquerda, disposição após tomada de distância, posição de sentido, sobe e desce, se estica para todos os lados. O corpo passou a ser trabalhado parte a parte sem motivo de vergonha ou restrição; ele foi “esquadrinhado e desvendado pela ciência [...] sendo submetido a uma ordem disciplinar: na mesma medida em que fica mais exposto, também se torna mais sujeito às novas normas de comportamento, enquadrados pelos ditames relacionados à saúde e ao bem-estar” (MELO, 2011, p. 509). Para tanto, se sobressaem algumas tarefas da ginástica sueca próprias a educação física escolar e defendidas no Brasil pelo eugenista Renato Kehl. Vejamos:

²⁶¹ *A Imprensa*, 20 fev. 1921.

²⁶² *Idem*.

²⁶³ *A Imprensa*, 21 set. 1916.

²⁶⁴ *Idem*.

A cabeça erguida, as espáduas afastadas para trás ventre recolhido, calcanhares unidos e pontas dos pés abertos, braços cahindo naturalmente. Em pé, em posição natural de quem se prepara para executar os movimentos. Posição de sentido. A posição serve de ponto de partida para numerosos movimentos de flexão, extensão, de lateralidade e de circumducção dos braços e pernas, da cabeça e do tronco, movimentos lentos e seguidos de uma pausa para iniciar o movimento seguinte.

Embora o médico sanitarista orientasse seguindo uma visão de grupos de crianças realizando a ginástica, ela poderia ser executada individualmente, despertando assim o interesse das crianças que poderiam realizar até mesmo em casa sem o auxílio de monitores ou de colegas e no tempo que acharem pertinente²⁶⁵. Os movimento asseguravam que o corpo seria trabalhado por inteiro, nada escaparia da “gymnástica da qual todas as funções orgânicas tiram proveito”²⁶⁶. Dentre os principais motivos para justificar a presença da *ginástica sueca* no programa escolar estava à realização da “contratação e relaxação dos músculos feitas de formas alternada”²⁶⁷, a “impulsão de sangue nas veias e uma aspiração de sangue nas artérias, que se generalizam por todo o organismo [...] facilita o trabalho do coração”²⁶⁸, ela ainda “regulariza as funções do aparelho digestivo, e evitam as moléstias que podem assaltar”²⁶⁹, as “funções nervosas são também beneficemente influenciadas por ela”²⁷⁰. A ginástica, conforme Flávio Maroja ainda “torna mais rápida a excitabilidade, o sentido muscular mais perfeito, a coordenação motora e apropriação do movimento mais precisa e prompta”²⁷¹, e claro o “bom humor, o optimismo, a felicidade do indivíduo”²⁷². Percebo no discurso da época que essa modalidade de atividade física tinha como certo o melhoramento da raça e o aperfeiçoamento da espécie. O objetivo central era edificar homens conscientes dos princípios eugênicos e donos de corpos metricamente definidos: “É pois um dever

²⁶⁵ Para Renato Kehl (1923, p. 331) o tempo de duração dos exercícios ginásticos variam com a própria natureza desses exercícios, com a idade, resistência e treinamento do indivíduo; de forma bastante geral, para as crianças orienta-se o prazo de dez a quinze minutos, todos os dias e pela manhã, ao ar livre. Aos poucos, a medida que se adquire resistência, poder-se-á ampliar esse prazo, tendo sempre em vista que os exercícios não deveriam ser exaustivos e para isso convém intercala-los de pequeninas pausas de repouso, cada vez que passar de um movimento a outro.

²⁶⁶ *A União*, 05 jun. 1919.

²⁶⁷ *A União*, 07 jun. 1919.

²⁶⁸ *A União*, 05 jun. 1919.

²⁶⁹ *Idem*.

²⁷⁰ *A União*, 07 jun. 1919.

²⁷¹ *Idem*.

²⁷² *Idem*.

de todo homem, pela prática da gymnastica concorrer para objectivamento desse almejado ideal de perfeição; assim torna-se collaborador da Natureza”²⁷³.

Dentre as principais recomendações uma me chamou a atenção: “só poderia ser executada estando o indivíduo em bom estado de saúde e de acordo com sua idade sexo”; isso porque na puberdade – que para as meninas iria dos treze aos quinze anos e nos rapazes iria dos quinze aos dezoito anos – ocorre uma completa revolução no organismo, dentre elas o crescimento do coração e do pulmão e seu acréscimo de trabalho, e o organismo passava a ser abalado por novas funções exigindo abundância de energia vital, chamou atenção o médico sanitarista. Flávio Maroja. Enfatizou ainda que nas escolas os alunos deveriam ser observados de forma “individuaes, e só o médico poderá suspender ou não os exercícios da gymnastica nesta época”²⁷⁴.

Após passar pelo crivo médico, Maroja ainda postulou que a realização da ginástica deveria ser realizada duas vezes ao dia: pela manhã antes do banho, sendo a essa a hora mais apropriada e depois na escola. No debate instaurado sobre a introdução dessa modalidade física nas escolas gerou uma intensa discussão, especialmente no que se referia ao mais adequado horário a ser realizado nas escolas, se antes ou depois das lições²⁷⁵. Assim, defende Flávio Maroja:

Sabe-se que o trabalho physico produz fadiga. Logo, a gymnastica sendo um trabalho physico a produzirá. Entretanto a antiga pedagogia, por um erro quase inexplicável, considerava a gymnastica e os esforços physicos em geral antes e depois de um trabalho intelectual como uma distração, um repouso recomendável. Experiências pedológicos des fizeram esse engano²⁷⁶.

Mesmo assim, o impasse estava instaurado. O debate sobre o horário da realização da ginastica nas escolas foi recorrente nas páginas d’*A União* durante os dias

²⁷³ *A União*, 05 jun. 1919.

²⁷⁴ *A União*, 22 jul. 1919.

²⁷⁵ Segundo Tarcísio Mauro Vago (1999, p. 10) em Minas Gerais, no ano de 1906 foram reservados 25 minutos diários (inclusive aos sábados) para a realização dos “Exercícios Physicos”, sempre das 11h50 às 12h15 (o horário de funcionamento dos grupos escolares era, naquele momento, das 10 às 14 horas). Deveriam ser realizadas, portanto, seis lições semanais, que totalizariam 150 minutos, nos quatro anos do ensino primário, tempo menor apenas que o de Aritmética, igual ao destinado à Leitura e maior que o de todas as demais cadeiras, se tomadas isoladamente (inclusive Língua Pátria e Escrita), o que sugere que a legislação autorizou a inclusão dessa cadeira nas práticas dos grupos escolares de maneira não-secundária. Ao contrário, sua posição cuidadosamente intercalada às demais cadeiras, ao longo de toda a semana, é reveladora da pretensão de que os “Exercícios Physicos” assumissem um caráter de recurso higiênico para combater a fadiga intelectual das crianças e o tédio das práticas escolares vigentes. Com efeito, a preocupação com a sobrecarga de trabalho intelectual era permanente entre os agentes escolares, copiando-se aqui os princípios de higiene aplicados ao ambiente escolar prescritos nos países considerados civilizados, especialmente os europeus, com destaque para a França.

²⁷⁶ *A União*, 05 jun. 1919.

dos meses de junho e julho de 1919. Alguns “pedagogistas” afirmavam que se a “gymnastica se faz no começo da aula prejudica o ensino que se seguir, se a lição da gymnastica se dá depois das aulas os exercícios intellectuais que precederam não permitem que o alumno tire o proveito necessário”²⁷⁷. Outro grupo liderado pelo intelectual Coriolando de Medeiros, fez referência ao francês Claparede, propondo que a série de “exercícios palestricos seja dividido em duas partes: uma educativa outra hygienica [...] a primeira visa desenvolver a atenção e a promptidão dos movimentos, deve ser feita antes da aula; a segunda, composta de exercícios próprios para descongestionar o cérebro e corrigir as attitudes depois das lições”²⁷⁸. Percebendo que o impasse estava instaurado e o debate ainda renderia muitas publicações, o sanitarista Flávio Maroja acabou de encontrar uma saída “à francesa” dizendo:

Desde o princípio do século passado os povos da Europa voltaram-se para a cultura physica da gymnastica. Hoje ella faz parte do programa de ensino de todos os povos cultos constituindo uma verdadeira paixão nos Estados Unidos da América do Norte, onde a Pedagogia attingiu a maior perfeição, levando vantagens á própria Alemanha. Aqui na Paraíba precisamos realizar a gymnastica como modalidade da Educação Physica, salientando a importância da Hygiene seja qual for o horário, antes ou depois da lição²⁷⁹.

O que estava na ordem do dia não era o horário dos exercícios físicos, mas sua realização. Atitude que para Tarcísio Mauro Vago (2004, p. 5) estava ancorada em pressupostos de uma decantada racionalidade científica, destacando-se sua sintonia com teorias racistas e higienistas que circulavam no País. Dessa forma, a escola em seu novo molde, foi projetada como instituição capaz de introduzir nas crianças maneiras julgadas superiores, orientando-as para assumir condutas inteiramente distintas daquelas que possuíam. Nesse sentido, os corpos infantis “tornaram-se alvo do investimento da escola, sendo colocado no centro das práticas educativas: constituí-lo, ou reconstituí-lo, racionalmente, tornou-se atribuição da escola” (VAGO, 2004, p. 05). Os discursos em voga fomentavam o combate aos maus costumes do corpo, a moleza, a preguiça e a doença e fizeram emergir um novo olhar sobre o corpo que se aspirava: aquele esteticamente perfeito.

O modelo de perfeição corporal que vai predominar no discurso médico voltado para a escola até meados da década de 1920 é o da *ginástica sueca*, dona de “vantagens

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ *A União*, 03 jul. 1919.

²⁷⁹ *A União*, 22 jul. 1919.

utilíssimas, que se alcançam com a cultura *physica*, que não é senão o esteio básico do cultivo moral e intelectual”. Graças à ginástica sueca, informou Carlos Delgado Fernandes na edição do jornal *A União* de 15 de agosto de 1917, já se “encontram aqui no Brazil rapazes de uma tal fortaleza de construcção, que se mostram aptos a competir com os mais formosos *spacemens* das raças superiores e fortes”. Exercitar o corpo tornava-se lei nas escolas. Não aderir a cultura física significava entregar seu “corpo a uma vida atrophiada pelo rachitismo ou pela doença, não ter o mesmo vigor physiologico, mesma pujança intellectual e moral dos sãos e robustos”²⁸⁰.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por mudanças no âmbito escolar estabelecendo novas culturas, dentre elas, a cultura física. É possível perceber que na Paraíba, embora tenha ocorrido uma forte exaltação a *ginástica sueca* nos quatro cantos do estado, essa ficou restrita a algumas poucas escolas privadas e uma pública como mencionamos ao longo do texto. O discurso médico impresso nos periódicos desde a década de 1910 já fazia referência à educação física como recurso ortopédico capaz de corrigir os corpos das crianças e evitar o surgimento de meninos e meninas débeis, raquíticos e frágeis, porém, apenas aos poucos a educação física ganhou o corpo e coração dos alunos. É preciso ressaltar também, que apesar dos saberes médicos desse período recaírem quase que exclusivamente sobre a ginástica – presa aos muros das escolas –, nas ruas duas atividades físicas seduziam a população, o *escoteirismo* e aquela que se tornou na História do Brasil a paixão nacional, o *futebol*, assuntos que trataremos adiante.

4.3 Crianças *escouths*: a preleção aos corpos fortes e sadios

Chovia. O vento frio e forte que vinha do mar do Cabo Branco castigava a pele dos rapazes que com lenço amarrado no pescoço partiam para um estudo geológico. Eles haviam abandonado o conforto e o aconchego do lar para meter-se durante uma semana dentro das barracas de escoteiro, tudo para comemorar o dia de São Jorge. O estudo realizado nessa ocasião havia sido encomendado pelo Sr. Olindino Macedo ao chefe do grupo, o professor Sizenando Costa. Naquela época, as praias e os arredores da cidade eram utilizados pelos educadores como lugares para pernoitar em pequenas

²⁸⁰ *A União*, 15 ago. 1917.

barracas depois de longas caminhadas a pé. Era ainda o local escolhido para realizar o *Fogo do Conselho*, em que o

chefe e lobo vermelho, fizeram uma sùmula dos acontecimentos do dia, tendo exaltado as vitórias de cada patrulha pelas boas ações e inteligência dos seus homens, pelo auxílio levado aos fracos, pela iniciativa de ter construído uma ponte em determinado rio pela precisão e destreza com que galgaram a paço de onça certo obstáculo, seguindo a pista pelos sinais de estrada deixados pela patrulha do chefe que ia na vanguarda fazendo os reconhecimentos²⁸¹.

Reunidos com a finalidade de realizar estudos sobre a natureza, o escotismo serviu na Paraíba como forma de “aperfeiçoamento moral da criança e para seu desenvolvimento físico, integrando-lhe numa vida o mais possível compatível com a natureza”²⁸², para tanto, essa instituição assumiu um ar de “cavalheiresco e muito se aproxima, no seu ritual na vida simples e sadia do homem da selva”²⁸³. Conforme o professor Sizenando Costa (1933, p. 35), o escotismo na capital do estado visou afastar a criança dos meios urbanos e incute-lhe uma adoração profunda pela natureza; também protegia os fracos e condenava a mentira. Sua indumentária e aparelhamento possuía um alto fim utilitário e prático, muito ao sabor das preferências da criança. O lenço amarrado ao pescoço, vez em quando nas madrugadas úmidas da selva, tinha a função de fazer lembrar aos escoteiros o compromisso jurado de praticar todos os dias uma boa ação. Noutras palavras uma forma de lapidar seu caráter, de fazer lembrar que é fazendo o bem que se atingia certo grau de educação e civilidade.

O educador Sizenando Costa ainda ressaltou que a cor do lenço servia para lembrar o mundo das preocupações dos escoteiros, a sua patrulha que trabalhava com afinco, procurando adquirir eficiência no dormir, no comer, no estudar, dentre outros. Dentre as orientações que regiam o escotismo na Paraíba estava a de todos os jovens deveriam se abraçar num largo abraço eliminando todas as diferenças de castas, cor ou sexo. Deveriam viver como irmãos, de forma fraterna! O escoteirismo estava à disposição do ensino na Paraíba como forma de melhorar o aprendizado, subsidiar a formação moral da criança e acentuar a importância da força física para o corpo. Mente forte representava a moral, corpo vigoroso, a saúde.

²⁸¹ *Revista do Ensino*, 1933, p. 37.

²⁸² *Idem*, p. 35.

²⁸³ *Idem*, p. 36.

Não é certo que o escotismo fosse à década de 1930 uma atividade consolidada e vivenciada a ponto de possuir grupos em todas as escolas públicas, mas é certo que algumas delas, já haviam aderido a mais essa forma de controlar o corpo. Nasceu na Paraíba nos domínios da Rainha da Borborema²⁸⁴. A primeira tentativa de implantar o escoteirismo na Paraíba ficou a cargo do professor Otávio de Barros, na época diretor do Instituto Spencer. O grupo teve vida curta. Em seguida, foi a vez do professor defensor da matéria de educação física, Mário Gomes em difundir na cidade Campina Grande a instituição do escoteirismo. Nesta cidade “foi fundada uma brigada de escoteiros e uma bandeira para o elemento feminino, essas duas entidades muito floresceram na bela cidade serrana” (COSTA, 1933, p. 36). As duas entidades ganharam fôlego: sob a orientação de Mario Gomes “creou e manteve um serviço de assistência dentária, uma escola de enfermeiros e uma biblioteca infantil”²⁸⁵.

O modelo de escoteirismo adotado em Campina Grande seguia a orientação das principais associações de escoteiros do Rio de Janeiro, para tanto, o professor Mário Gomes visitou diversas associações não apenas na Capital Federal, mas também em São Paulo e no Uruguai. Logo tratou de filiar sua tropa a *Federação de Escoteiros do Brasil*. Durante os anos que esteve no cargo em que exercia na cidade de Campina Grande fez difundir as vantagens dessa instituição para o corpo e para a mente. Porém, sua atuação foi interrompida com sua demissão. O movimento criado na década de 1920, serviu de inspiração para os educadores da capital do estado que logo “correram para implantar o escoteirismo junto as nossas escolas”²⁸⁶.

Em publicação da *Revista do Ensino* (1933, p. 35), Sizenando Costa afirmou que o governo João Suassuna (1924-1928) incumbiu Francisco Pedro Rodrigues da Silva, então comandante da *Escola de Aprendizes Marinheiro*, para dar os primeiros passos para a fundação da associação de escoteiros da capital. Assim, “os nossos educadores, como sempre, num serviço altamente relevante não pouparam esforços para tornar a ideia vencedora e objetivada”²⁸⁷. De acordo com a publicação, raros eram os domingos em que “se não ouvisse o tamborilar e o tropel de um grupo de lobinhos e escoteiros que sadios, alegremente a cantar se dirigia para os arredores da cidade para acordar as aves da floresta e, se tornando fortes para preparar o futuro do Brasil”²⁸⁸.

²⁸⁴ Campina Grande.

²⁸⁵ *Revista do Ensino*, 1933, p. 35).

²⁸⁶ Idem, p. 36.

²⁸⁷ *Revista do Ensino*, 1933, p. 37.

²⁸⁸ Idem.

A publicação d'A *União* de 10 de abril de 1928 informava a população paraibana que o professor Sizenando Costa que “sem prejuízo de suas funções no grupo que dirige, está commicionado para dirigir o escoterismo nessa capital, vem cabalmente dando conta de sua missão”. Uma de suas primeiras medidas foi a de criar uma escola de monitores onde, além do escoteirismo propriamente dito, ministrava conhecimentos de português e aritmética. Ainda no ano de 1928, Sizenando Costa conseguiu “filiar a associação daqui a Associação Brasileira de Escoteiros, ficando assim os escoteiros parahybanos pertencendo á Federação de Escoteiros do Brasil”²⁸⁹.

Outra medida considerada pelo jornal *A União*, importante, foi o retorno das atividades de campo dos escoteiros na capital, suspensas por aproximadamente um ano devido ao fato de as barracas estarem na cidade de Campina Grande por ocasião da festa do centenário do Ensino Primário. Bradava o jornal: “Agora, porém, que já chegaram as referidas barracas, continuarão com regularidade as instrucções em bivaques e acampamentos”²⁹⁰.

No dia 05 de abril de 1928, o Grupo Escolar Epitácio Pessoa organizou e realizou um animado bivaque em que tomaram parte duas patrulhas de escoteiros da escola de monitores. Nessa ocasião, foram realizadas provas escoteiras, dentre elas o de uma criança simular ter fraturado um braço. Os escoteiros Luiz de Miranda Sá e Antônio Moura, encarregados no momento, do serviço de socorros urgentes, prepararam com dois bastões e duas camisas, uma cômoda e confortável maca onde transportaram para a barraca-hospital o suposto doente. “Alli, depois de reanimal-o praticaram a estalagem do braço”²⁹¹. O referido acampamento “foi visitado por diversas pessoas e correu na maior ordem”²⁹².

Situações em que deveriam demonstrar segurança, força e lealdade dentre os escoteiros passaram a ser publicadas pelos periódicos em circulação da época. Foi assim na descrição feita por Sizenando Costa na *Revista do Ensino*. Certa vez, deixou a tropa de escoteiros por alguns instantes enquanto foi realizar um dever civil: felicitar uma amiga de magistério pela passagem de seu aniversário; “precisei levar-lhe os meus cumprimentos pela passagem naquele dia de sua data natalícia”²⁹³. Devido a insistência da aniversariante, o professor estendeu sua estadia por aproximadamente uma hora,

²⁸⁹ *A União*, 10 abr. 1928.

²⁹⁰ *Idem*.

²⁹¹ *A União*, 07 abr. 1928.

²⁹² *A União*, 07 abr. 1928.

²⁹³ *Revista do Ensino*, 1933, p. 39.

descumprindo sua palavra para com o grupo. Durante a festa, ao longe se ouviu um silvo característico dos escoteiros da *Patrulha do Corvo*²⁹⁴. Ao sair à rua, o professor Sizenando Costa se deparou com um dos rapazes mais velhos do grupo, monitor da mencionada patrulha que comunicava o descontentamento da tropa pela demora de seu retorno. Ao encontrar a caravana, o professor teve que pedir desculpas por ter quebrado o código de conduta que os regia. A partir de seu retorno, tornaram a trabalhar com “a batea como os garimpos que em suas bandeiras levaram os nossos domínios muito e muito para o Oeste”²⁹⁵.

As publicações sobre o escoteirismo na Paraíba deixam clara a existência de uma liderança em nível estadual, com um profissional pago pelo Estado e que era responsável por formar os monitores e chefes das tropas de escoteiros. Para além dessa formação, vale ressaltar, que boa parte das tropas existentes era formada dentro das escolas, e diretamente ligada ao ensino. Não foi possível identificar no recorte analisado quantas e quais escolas possuíam tropas de escoteiros, mas é possível inferir que o objetivo desses grupos ia além do fato de realizar estudos sobre a natureza: almejavam disciplinar corpos e mentes. Impunha-lhes regras. Realizavam exercícios físicos: subiam e desciam ladeiras, corriam, saltavam, pegavam peso, nadavam, quebravam pedras, caçavam lenha.

É possível afirmar que o escoteirismo, assim como a ginástica sueca, galgava formar corpos disciplinados e fisicamente vigorosos. Para isso, trataram de realizar inúmeras tarefas físicas, algumas delas orientadas pela própria ginástica sueca. Estavam amparados pelos domínios da higiene! A ideia era criar “crianças perfeitamente sadias e fortes, praticando com vantagem os efeitos da higiene, em parceria com o ensino nas escolas”²⁹⁶.

4.4 A paixão nacional: o *foot-ball*

“A prática do *foot-ball* é excelente para preparar a criança para a vida, preparal-a contra a inveja, mostrar-lhes os benefícios da solidariedade; elas se habituem a aceitar

²⁹⁴ Nome do grupo de escoteiros liderado por Sizenando Costa.

²⁹⁵ *Revista do Ensino*, 1933, p. 39.

²⁹⁶ *Revista do Ensino*, 1933, p. 30.

sem mau humor o triumpho dos seus companheiros mais fortes”. São escritos de Claude d’Haboville publicados na edição d’*A União* de 27 de novembro de 1925. O texto escrito especialmente para o jornal oficial do estado havia sido enviado de Paris, e falava sobre a importância da prática esportiva, da utilidade dos jogos e mais especificamente do futebol. O jornalista esportivo que reproduziu o artigo, de codinome R.M., afirmou os benefícios dos jogos para as crianças deixando clara a necessidade de realizar a atividade lúdica desde cedo: “A criança deve jogar. O filho do povo deve também e mais ainda que os meninos das outras classes. O jogo não é um luxo, não somente uma utilidade, mas uma necessidade”²⁹⁷. Não parou por aí. Defendeu ainda a necessidade do jogo durante os intervalos escolares como cura, regeneração, saneamento e fortificação do corpo. Enquanto forma de *sport*, o *foot-ball* deveria tornar-se dentro das escolas uma necessidade para os meninos que deveriam ser incentivados pelos professores e familiares. O jogo de *foot-ball* não poderia ser considerado uma mera distração, como uma recompensa a conceder a criança, mas “como uma necessidade, como um meio de educação e de cultura tão importante quanto qualquer outro”.

Em publicação que circulou n’*A União* em 02 de dezembro de 1925, pode ser lido o imperativo: “o *foot-ball* é o *sport* recommendavel”. Era considerado o mais atrativo no gosto das crianças, se jogava por equipes, é o melhor no ponto de vista da educação moral, porque desenvolve o espírito de equipe e competição, ensinava a ser solidário, a ter disciplina e a possuir responsabilidade, escreveu Carlos Maia. Defendido como modalidade de educação física dentro das escolas, o *foot-ball* fez o caminho inverso da gymnastica, ganhou primeiro os clubes, os corações, e depois espaço nas aulas de educação física. Contarei um pouco dessa história!

Os anos que sucederam a primeira década do século XX foram marcados pela cultivo do futebol no cotidiano dos paraibanos. Realidade comum a algumas capitais brasileiro desde a segunda metade do século XIX. Trazido pelos ingleses²⁹⁸, nos apresentou Fábio Franzini (2009, p. 109), que o futebol chegou como um esporte de equipe e não exigia de seus jogadores nenhum atributo físico especial, ou seja, qualquer

²⁹⁷ *A União*, 27 nov. 1925.

²⁹⁸ A prática do futebol foi normatizada pelos ingleses durante o século XIX, graças a sua velha prática da disputas por um objeto redondo, as vezes ovalado, disputas essas cujas raízes remontavam a idade média e, àquela altura eram muito difundidas em suas escolas e universidades. Foi no século XIX que começaram a transformar o que era jogo em esporte, submetido tanto a regras universais e bem definidas quanto a uma estrutura organizacional responsável por zelar pelo seu cumprimento a administrar as competições entre as equipes. (Cf.: FRANZINI, *A futura paixão nacional...*, 2009, p. 107).

pessoa, em quaisquer condições poderia ser jogador. Admitia o acaso, o imponderável; era bastante acessível, compreensível e emocionante. A bola ganhava o coração, ou melhor, os pés dos competidores. A tarefa de driblar o adversário e chutar rumo ao gol contribuiu decisivamente para o surgimento de uma identidade nacional. Ao citar Eduardo Galeano (1995, p. 31), Eduardo Franzini concordou que a bola e o desejo competidor atravessava fronteiras, seja de navio ou de trem, o futebol tratou de deixar o mundo mais redondo. O futebol “se transformou [...] em um produto de exportação tão tipicamente britânico como os tecidos do Manchester, as estradas de ferro, os empréstimos do banco Barings ou a doutrina do livre comércio” (GALEANO, 1995, apud FRANZINI, 2009, p. 111).

Se “surgiu” na Inglaterra e de lá se alastrou pelo mundo, foi no pé dos ingleses que chegaram ao Brasil e que se desenvolveu o gosto pelos chutes e dribles. Os registros levantados por Fábio Franzini (2010, p. 55) mostram que antes de adentrar o território brasileiro, os vizinhos do sul – Argentina e Uruguai – abriram primeiro suas portas ao futebol. Por lá, já se praticava tal atividade desde 1882. No Brasil, os primeiros chutes “foram vistos pelos pés dos marinheiros britânicos, frequentadores habituais da costa do país, de Belém do Pará ao Rio Grande, no Rio Grande do Sul” (FRANZINI, 2009, p. 112). Na cidade de São Paulo, o primeiro ensaio futebolístico “ocorreu em 1895 numa reunião de britânicos da *Companhia de Gás London Bank e São Paulo Railway*” (MILLER, 1996, p. 38), a partir daí as pessoas foram tomando gosto pelo jogo até começarem a se organizar em clubes de futebol²⁹⁹.

As experiências de jogos de futebol se espalharam por todo o território nacional. Chegaram primeiro por meio do divertimento, adentraram os clubes, surgiram os campeonatos e por fim ganharam as escolas. O interesse pelo futebol nas escolas tornou-se tão forte que após o término do período escolar, era comum encontrar ex-alunos ingressando nos clubes para continuar jogando. Parecia estar no sangue brasileiro. Antídoto da felicidade. O futebol, nas palavras de Maurício Drumond (2009, p. 213-2014) foi elevado a símbolo do que era ser brasileiro; tornava-se aquilo que era uma das maiores paixões não apenas das camadas populares. Agradava a gregos e troianos. Se o futebol fazia parte da identidade do brasileiro, é possível pensar como parte integrante da paraibanidade.

²⁹⁹ Em 1886 nasceu o Clube do SPAC, em 1898 surge a Associação Atlética Mackenzie College, em 1900 o Clube Atlético Paulistano, e, em 1901 a Liga Paulista de *Foot-ball* e em 1902 o Campeonato Paulista. (Cf.: FRANZINI, *Esporte, cidade e modernidade...*, 2010, p. 56).

Walfredo Marques (1975, p. 13), Serioja Mariano (2010, p. 42) e João Paulo Ribeiro de Souza (2014, p. 78) concordam com a afirmativa de que o futebol chegou em terras paraibanas no ano de 1908. Fora trazida diretamente do Rio de Janeiro pelo estudante José Eugênio Soares. De volta a capital paraibana, trouxe um grupo de amigos para passar férias, e em sua bagagem uma bola, elemento fundamental para execução do jogo. A empolgação foi tanta, que resolveram naquele ano fundar o *Club de Fool-Ball Parahyba*. O primeiro jogo realizado pelo clube trouxe entusiasmo aos expectadores. Foram formados dois times intitulados Norte e Sul, que mandaram ver nos dribles. Famílias inteiras e as camadas mais populares correram para o Sítio do Coronel Manoel Deodato³⁰⁰ para assistir à partida. Vale lembrar, que embora o primeiro jogo conhecido, anunciado e fruto do surgimento de um clube na Paraíba tenha ocorrido com a chegada de José Eugênio Soares, já residia na capital paraibana ingleses que trabalhavam na *Great Western*, a exemplo de Frederico Voldkes que tratou de ditar as regras das partidas de futebol.

Apesar de já nascer agradando os corações dos paraibanos, o *foot-ball* não terá uma boa recepção no discurso daqueles que defendiam a educação física nas escolas. Caro leitor, é importante lembrar que o *foot-ball* chega a Paraíba no momento em que a ginástica sueca é soberana, considerada único modelo da saúde, exercício propício ao desenvolvimento do corpo. Não foi um embate fácil. Em defesa da ginástica sueca, era possível deparar com publicações como a que circulou na edição de 19 de outubro de 1916 do jornal *A Notícia*. O artigo intitulava-se “O foot-ball” e apresentava aos leitores os motivos para não se praticar essa modalidade esportiva na Paraíba. Era considerado “extravagante num clima como o nosso”. A mesma acusação fez o jornal *A União*: “Pena é que até agora, entre os diversos jogos athleticos, somente o *foot-ball* esteja sendo praticado em nosso meio – a despeito mesmo dessa soalheira da estação quente que quase nos asfixia, durante os seis meses de verão que padecemos nós do nordeste brasileiro”³⁰¹. E, que se houvesse de fato necessidade nessa prática que se fizesse durante os meses de temperatura mais amenas. Vejamos o documento:

É admirável como os nossos rapazes correm pressurosos a constituir sociedades de foot ballers neste tempo quente excessivamente quente, de um calor asfixiante, sem levarem em linha de conta as desvantagens, inconveniências e perigos oriundos de tão esfalfante divertimento! Que se divirtam nesse jogo durante os meses de

³⁰⁰ Local que hoje corresponde a Praça da Independência.

³⁰¹ *A União*, 21 set. 1926.

temperatura agradável, os meses relativamente frios, admite-se, mas, no forte do verão, quando o sol é inclemente, a poeira quente insuportável a irritar as fossas nasais, não podemos compreender, a não ser por um excesso de entusiasmo³⁰².

O jornalista era incisivo, e seguiu afirmando que em cidades de climas frios, onde existia a necessidade de exercícios que determinavam a produção de calor, que “ativavam as funções do organismo, entorpecidas pela ação do frio, bem seja permitido o *foot-ball*; mas em um clima como o nosso, se nos afigura um esporte perigoso, extenuante”³⁰³. A exposição dos corpos ao sol escaldante da capital paraibana poderia causar “cara equimosa”, “pernas ulceradas ou contundidas”, “meninos de braços fraturados”, “pés tortos e ferimentos”; o causador? O “desastroso jogo de *foot-ball*”. A intenção parecia proibir a prática do futebol:

Não podemos descobrir vantagens sobre o desenvolvimento físico dos meninos e dos rapazes que se entregam a um tão fatigante esporte; muito pelo contrário, vemos que nos climas quentes, especialmente na época calma e de soalheiras, os divertimentos exagerados, fatigantes, só poderão trazer à mocidade o entibamento, a frouxidão dos tecidos e, sobretudo dos aparelhos, merecendo especial menção o circulatório, a excitação do sistema nervoso e o relaxamento do estado geral. Não lobrigamos no que pese aos seus ardorosos adeptos, vantagem alguma no jogo do *foot-ball*³⁰⁴.

Para os clubes e escolas que já praticavam o *foot-ball* como modalidade nas aulas de educação física, o jornal *A Notícia* indicava ao menos os cuidados com a hora de realizar essa atividade: “pelo menos escolham as horas mais frescas do dia, - a manhã – para os divertimentos, mas não à tarde como fazem atualmente, sob os raios de um sol fortíssimo e de uma poeira intolerável”. Para finalizar o discurso d’*A Notícia*, estampou a acusação de o *foot-ball* ser um esporte violento, lugar onde a prudência não era vista, não se poupava os companheiros; o tempo de duração do jogo era amargurado por pancadas, chutes inoportunos, encontrões propositais, empurrões malditos, diziam.

Apesar dos esforços presentes nos discursos jornalísticos, o futebol tornou-se a modalidade esportiva mais desejada pela população paraibana, seja nas escolas, nos clubes, nas ruas ou praças. As pessoas pareciam não estar muito interessadas em qual hora poderiam ter a bola em seus pés, queria apenas jogá-la. Embora a ginástica sueca

³⁰² *A Notícia*, 19 out. 1916.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Idem.

fosse o modelo de cultura física eleita soberana, o *foot-ball* foi aos poucos adentrando o ambiente escolar. Ainda na segunda década do vigésimo século foi possível encontrar documentos que mostravam as competições de futebol entre o *Colégio Pio X* e o *Lyceu Paraibano*, abrindo o caminho para a *Escola de Aprendizizes Marinheiro* que logo aderiu ao esporte. Vale então ressaltar que na contramão dos discursos médicos o *foot-ball* ganhou significativo espaço nas aulas de educação física, em um tempo onde as orientações curriculares privilegiavam a ginástica sueca. Nesse caso, o discurso médico foi sobreposto por um gosto, forte o suficiente para reivindicar seu espaço.

Embora essas escolas tenham montado times de futebol, não encontrei registros de que a modalidade estava presente nas aulas de educação física. João Paulo Ribeiro de Souza (2014, p. 107) afirma que o “Colégio Pio X contava com aulas de ginástica sueca desde 1914 [e que] os exercícios eram destinados a melhorar a condição respiratória dos garotos para condicioná-los a suportarem os esforços da educação física”, porém, o *foot-ball* era

disparado a atividade física preferida dos jovens num período de raras oportunidades de lazer, mesmo que inicialmente ele não fosse considerado uma recreação. Este esporte foi concebido como um exercício que auxiliava no desenvolvimento do corpo, contudo não demorou a se tornar a principal diversão dos garotos.

Sabemos que o futebol rapidamente caiu no gosto popular. Chutar a bola em direção ao gol fazia parte dos sinais da modernidade que adentravam as cidades paraibanas naquele momento. O que deve ser levado em consideração, é que não há registros de que a educação física tenha adotado mesmo que nas escolas privadas, o futebol enquanto parte de seu programa. A defesa, os elogios, os discursos médicos, toda a atenção estava voltada nas duas primeiras décadas para a ginástica sueca. Outro fator que deve ser lembrado, é que o futebol já nasce voltado para um público masculino. As primeiras partidas realizadas foram feitas por homens e para homens³⁰⁵.

Contrariando as informações defendidas por João Paulo Ribeiro de Souza (2014), me deparei com as informações contidas na *Revista do Pio X*, que afirma que embora a modalidade de esporte, o futebol, existisse na escola desde 1910, só após a escola passar

³⁰⁵ Em setembro de 1916 foi realizado a primeira partida de futebol entre o Colégio Pio X e o Lyceu Paraibano no campo do Rogger as sete e meia da manhã. Dentre os competidores, estavam: Time Pio X (Tônico, Gomes II, Aparício, Leal, Rique, Braz, Baracuh, Paulo, Vieira, Gomes I e Coelho); Time Lyceu Paraibano (Polary, Aderaldo, Anchises, Mário, Viana, Balthazar, Manfredo, Paulino, Aluizio, Arsênio e Américo). O time do Colégio Pio X saiu vencedor. (Cf.: *A Notícia*, 09 set. 1916).

para a ordem Marista³⁰⁶, em 1927, é que o futebol se torna modalidade da Educação Física. Só no ano de 1932 é que o *Colégio Marista Pio X* reservou uma parte de seu terreno para a construção do campo de futebol onde seriam realizados os treinos e os jogos. Tratava-se de um campo sem muito investimento: chão batido, uma trave de gols em cada lado, cercado por estacas e arame farpado, o mato parecia servir de grama. Como revela a fotografia abaixo:



Imagem X: Fotografia do campo de *foot-ball* do Colégio Pio X
Fonte: Revista do Pio X, Dezembro de 1932.

Com o passar dos anos, o *foot-ball* foi sendo desejado. O discurso começou a sofrer mudanças. O que antes era prejudicial ao corpo, tornava-se fonte de energia. As competições de *foot-ball*, faziam parte das comemorações cívicas, prova disso foi a competição realizada no centenário da Independência do Brasil em 1922, ou mesmo nas festividades durante o Estado Novo. Assim, atendendo ao discurso do Estado Vargasista, o futebol acabou sendo legitimado enquanto parte da identidade nacional. Sua divulgação, especialmente após a participação nas copas do mundo durante a década de 1930, fez surgir estrelas do *foot-ball*, homens que passaram a ser modelos de força e

³⁰⁶ A informação foi publicada na edição do jornal católico *A Imprensa* do dia 01 de junho de 1927, em que o arcebispo metropolitano “tendo em vista o maior bem da instrução dos nossos jovens resolveu passar a direção e administração do *Collegio Diocesano Pio X* para a *Congregação dos Irmãos Maristas* que desde dezembro passado se acham de posse desse prédio”. Os irmãos maristas foram considerados pelo arcebispo aqueles que verdadeiramente se dedicam a instrução da juventude.

amor à Pátria. Corpos que eram desejados e cultuados. Na Paraíba, também foi lento o processo que culminou com a adesão das escolas ao *foot-ball*. Após a experiência do *Colégio Pio X* e do *Lyceu Paraibano* foi que outros estabelecimentos de ensino foram se abrindo para o esporte: a *Escola Normal* montou seu primeiro time em fins de 1916; e em 1917 foi a vez da *Escola de Aprendizes Marinheiro*.

A *Escola Normal* montou um time de *foot-ball*? A primeira leitura da publicação me causou estranhamento, especialmente por correr no senso comum a ideia de que a referida escola matriculava apenas meninas. O jornal *A Notícia* na edição de 12 de setembro de 1916 afirmou que a *Escola Normal*, inaugurada na Paraíba em 1884 como escola mista³⁰⁷, montou seu time para disputar partidas contra “o Diocesano e o Lyceu”³⁰⁸. Para tanto, dentre os rapazes da *Escola Normal*, onze foram escolhidos: “Cruz, Garcez, Mello, Vinagre, Lourival, Soares, Terêncio, Costa, Rubens, Soldadinho e Leite”³⁰⁹.

A maior parte das publicações acerca do futebol nos periódicos paraibanos se restringem quase que exclusivamente aos clubes esportivos. Era noticiado a divulgação de um campeonato, ou a vitória de determinado time. Médicos e professores silenciaram quando o assunto foi *foot-ball*. No programa de ensino instituído na década de 1930 para todas as matérias não é sequer mencionado o *foot-ball*, mesmo que em caráter recreativo. Mesmo assim, é considerável o número de escolas que se abriram a essa modalidade. Apenas no início da década de 1940, foi que tornou-se possível encontrar uma outra experiência sobre o referido esporte: sua associação aos produtos de higiene. O *foot-ball*, ou melhor, os jogadores de *foot-ball* tornavam-se modelos desses produtos. A higiene e a beleza estavam agora ligados a paixão nacional. Vamos conferir!

³⁰⁷ Cf.: *A Escola Normal na Parahyba do Norte...* (ARAÚJO, 2010).

³⁰⁸ *A Notícia*, 12 set. 1916.

³⁰⁹ Idem.

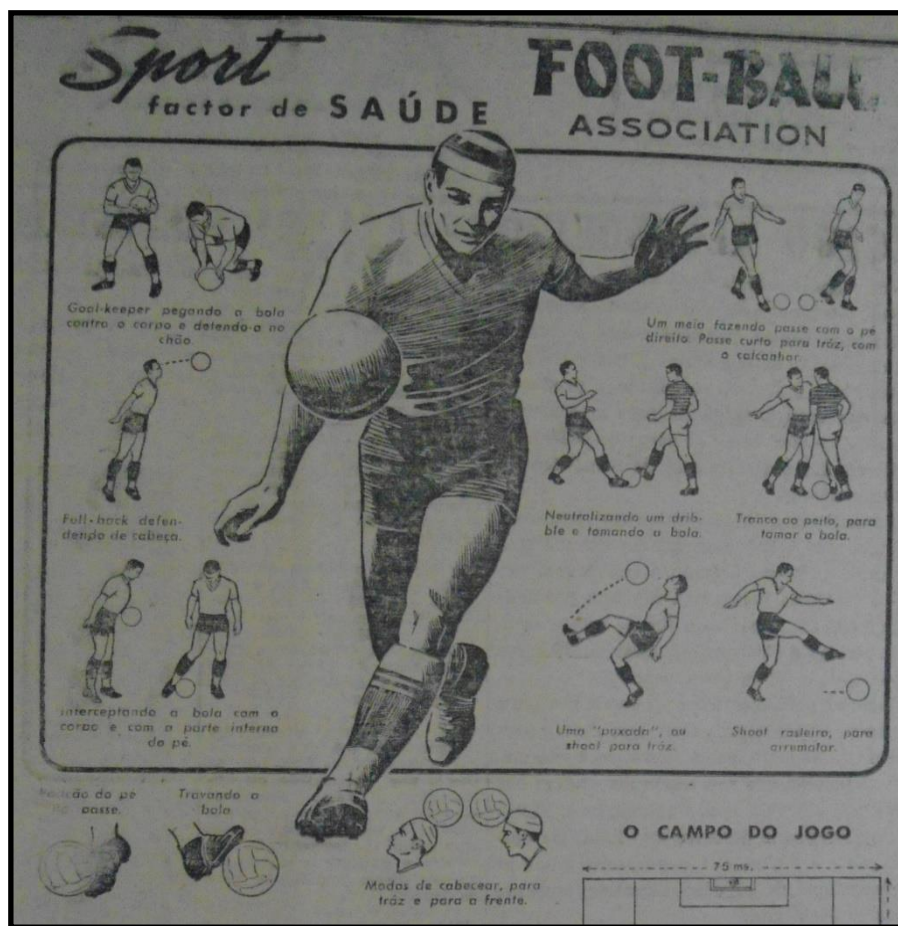


Imagem XI: Propaganda da Gilete

Fonte: A União, 1942.

A compra da *Gilete* vinha acompanhada de dicas de como jogar bem. Dribles, cabeçadas, chutes, neutralizações eram detalhadas na propaganda. O corpo dos atletas era apresentados de forma bastante definida, os músculos talhados, corpos fortes, vigorosos, metricamente definidos. Dos pés à cabeça: eis a promessa do corpo perfeito. Ledo engano! Os jornais publicavam aquilo que as empresas achavam que surtiria efeito, portanto, associar o produto à paixão nacional poderia ser pensado enquanto certeza de consumo.

Vez ou outra ainda era possível se deparar com publicações direcionadas a formação de bons esportistas, ou melhor, bons jogadores de *foot-ball*. Atleta que deveria acima de tudo ter boa índole. A notícia é do jornal *A União*, intitulada “O verdadeiro esportista”, e publicada na edição de 05 de janeiro de 1936. Com a intenção de formar o jogador paraibano dentro dos princípios da justiça, o jornal elencou as seguintes tarefas a serem cumpridas: “Jogar honestamente”; “obedecer as ordens e ardor até o final da partida”; “manter seu sangue frio”; “jogar pelo prazer do jogo e pelo êxito do seu

quadro”; “ser um bom cooperador”; “observar escrúpulos somente as regras do treinador”; “obedecer as ordens de seu mestre, treinador ou capitão”; “animar o seu quadro honestamente”; “aplaudir os adversários quando sejam merecedores”; “respeitar os juízes e demais autoridades e aceitar as decisões sem protesto ou demonstração de desgosto”; “esperar que os juízes apliquem as regras”; “quando perder, deve felicitar o vencedor, reconhecer os seus méritos e aprender a corrigir suas falhas técnicas”; “quando vencer deve ser generoso e modesto”; “não deve dizer palavras obscenas”; “não deve jogar por dinheiro nem por nenhum outro tipo de recompensa”; “não deve ser ator teatral jogando apenas para ser aplaudido”; “não deve abusar de sua construção física”; e, por fim, “não deve fazer coisa alguma que seja indigna de um cavalheiro e de um verdadeiro cidadão”.

Mesmo sem a contribuição do discurso médico, o *foot-ball* galgou espaços que se tornaram fundamentais a formação da identidade nacional. Adentrou as escolas por outras portas, me parece que sem autorização dos esculápios. A documentação oficial não fez afirmativa alguma sobre o tema do *foot-ball*. O silêncio imperou.

Por outro lado, o discurso sobre a prática esportiva chegou a Paraíba através dos súditos da Eugenia. Batizada como “preventiva”, a eugenia visou criar através da propaganda sanitária um modelo de educação em que a higiene tivesse a mesma importância da instrução. Fosse o veículo capaz de sair em defesa do corpo vigoroso. Vejamos!

4.5 Rainha do desporto: a Eugenia Preventiva proposta por Renato Kehl

O ano de 1927 parecia ser da eugenia na Paraíba. Foi um dos temas mais discutidos, talvez pela relevância que ganhou com a realização da *Semana Médica* nos primeiros meses desse ano, evento que reuniu uma “comunhão de crentes, confundidos pelo mesmo ideal, que se reúnem para atuar sobre o sentimento e a imaginação do seu povo [...] como índice de uma formosa evolução espiritual” (CASTRO, 1934, p. 223). O aperfeiçoamento da raça estava na ordem do dia, portanto as diversas formas de promover a saúde de seu povo. Tarefa nada simples, visto que não era “fácil incutir no

espírito de nossa gente, arraigada a uns tantos hábitos condenáveis, que vêm de longe, que se originaram no berço, a idéia da ‘consciência sanitária’” (MAROJA, 1927, p. 7).

Educação sanitária! Eis um tema incisivamente debatido dentre os discursos eugênico que ganharam força dos discursos médicos. Para Renato Kehl, por exemplo, os serviços de educação e propaganda higiênica foram assumidos enquanto tarefa educativa pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em prol do saneamento e da profilaxia rural. Conforme Vanderlei Sebastião de Souza (2006, p. 59) o DNSP realizou diversas campanhas através da imprensa; se incumbiu de organizar conferências públicas, elaborar boletins, folhetos e cartazes educativos que orientassem a população quanto aos preceitos da higiene e do saneamento. Parece-me que Flávio Maroja seguiu a orientação do seu colega Renato Kehl: o sanitarista paraibano considerou os folhetos, conferências e demais propagandas como excelentes meios de divulgação dessas novas medidas higienistas indicando ser um modelo a seguir. Vejamos o trecho abaixo:

Educação e propaganda sanitária têm conseguido o que legislação e a administração não lograriam conquistar. Isto é fácil compreender porque é sabido que em toda a parte, disposições legislativas e providências administrativas são quase sempre, recebidas com desagrado e não raro com resistência, enquanto que folhetos de propagandas conferências e demonstrações práticas sobre o valor de médicos que tenham por fim o bem estar e a saúde do povo, não sofrem objeções e são acolhidas com todo interesse e atenção (MAROJA, 1927, p. 8).

O modelo de educação sanitária indicado por Renato Kehl foi defendido na Paraíba por Flávio Maroja adequando a realidade local. Dentre seus discursos se fez presente a defesa de que eram os médicos, os profissionais responsáveis pelos estudos da higiene, conhecendo seus principais problemas e os focos primordiais na atuação da educação sanitária, especialmente numa sociedade composta por “profunda e lamentável ignorância, sobretudo, nas baixas classes em matéria de hygiene pública, doméstica e individual” (MAROJA, 1927, p. 9). Consideravam-se tais classes como um grupo social que desconhecia completamente o perigo da água poluída que bebia, dos alimentos deteriorados que ingeria, do solo contaminado que, com pés descalços, pisava, da falta de limpeza corporal, seja pelas poucas quantidades de banho ou, mesmo, pela ausência de produtos de higiene individual, bem como desconhecia “inteiramente o perigo do beijo, o perigo da convivência com os portadores de moléstias infecto

contagiosas, e só com muito esforço chegariam a se convencer de que a tuberculose se transmite por fontes seguras de contato” (MAROJA, 1927, p. 8).

Para tanto, precisava-se deixar claro para seus pares o modelo científico de eugenia que deveriam seguir, bem como, os padrões de propaganda sanitária que deveriam ser estabelecidos na Paraíba. Assim, circulou através da imprensa e de impressos aquilo que entendiam da ciência criada pelo inglês Francis Galton. A eugenia ganhou formas, normas, espaços. Em cada lugar se adequou aos interesses de um determinado grupo. No Brasil não foi diferente. Defendida enquanto uma “ciência biológica e ao mesmo tempo social [...] uma ciência vasta que compreende problemas dos mais importantes, biológicos, políticos, higiênicos e médicos” (KEHL, 1921), não muito divergiu do conceito postulado por Nancy Stepan (2005, p. 9-11) ao afirmar ser a eugenia um movimento científico, definido enquanto conhecimento sobre os fundamentos da genética humana, mas também como um movimento social, uma vez que visava introduzir ideias sociais e políticas que definiam formas de pensamento, tradições, práticas institucionais e projetos políticos. Assim, é possível concordar com Vanderlei Souza (2006, p. 41) ao afirmar que a eugenia foi um movimento de ideias que promoveu uma ampla discussão sobre projetos de reforma social e que mobilizou vários setores da sociedade, especialmente os intelectuais e políticos ligados ao discurso médico.

“Uma ciência que abrange problemas sociais dos mais importantes, e acompanha de perto a hygiene sua precursora no aperfeiçoamento da humanidade”, como afirmou Belisário Penna, provocou certo embaraço graças à proximidade dos conceitos entre Eugenia, Higiene e Saneamento. Suas barreiras, nos primeiros anos do vigésimo século pareciam ter rompido as barreiras daquilo que era próprio a um ou a outro. A linha que os separava era muito tênue, afirmou André Luiz dos Santos Silva (2008, p. 64). Confusão presente até mesmo nas obras dos médicos da época: “O exército e o saneamento”, de Belisário Penna, “Eugenia e medicina social” de Renato Kehl; ou mesmo em afirmativas como a de Olegário Moura: “eugenizar é sanear, instruir é eugenizar”.

É certo que no Brasil a eugenia que vigorou foi a dita “preventiva”, postulada por Renato Kehl. Noutras palavras, “a hygiene prophylatica da raça” (KEHL, 1923, p. 31), combatendo os fatores hostis ao homem, aquela que “consiste na hygiene prophylatica do corpo e também na hygiene prophylatica da alma” (KEHL, 1923, p. 32), combatendo através a propaganda sanitária o alcoolismo, a tuberculose, a sífilis; e

orientando aos cuidados com a higiene doméstica e a realização de atividades físicas. A Eugenia Preventiva assumiu a tarefa de realizar campanhas de profilaxia com o objetivo de fazer a população conhecer as ideias higiênicas, o combate a doenças, o controle do corpo e o combate aos vícios sociais. Como afirmou Vanderlei Souza (2006, p. 61):

Além do combate à sífilis, ao alcoolismo e das doenças como a lepra, a tuberculose e a ancilostomíase, Renato Kehl compreendia que a educação higiênica e a instrução pública seriam meios eficientes para melhorar a saúde racial da população [...] seria aquela que pudesse conduzir o seu povo a regeneração física, intelectual, moral, isto é, será a política sanitária, nela compreendida a do combate ao analfabetismo, seguida depois da política eugênica.

Neste sentido, a educação sanitária visou instruir e eugenizar a população. Tarefas que deveriam ser divulgadas e executadas em todos os lugares, especialmente nas escolas. Um discurso que fortemente debatido dentre os médicos, capaz de publicar afirmativas como a de que “o grau de civilização de um povo mede-se pelo grau de saúde e da instrução popular” (KEHL, 1923, p. 716) podia ser facilmente encontrada nos jornais em circulação da época.

Se Renato Kehl entendia que

a identidade do homem brasileiro, sua saúde racial e seu grau de civilidade dependeria da associação entre ideias eugênicas, as práticas educacionais e as reformas sanitárias sobretudo das populações do interior. [Que] o nível de instrução da população nacional caracterizava-se, de acordo com o modelo de eugenia defendido por ele no início dos anos 1920, como uma ferramenta política essencial não apenas para elevar o grau de civilização de um povo, mas também para aprimorar a saúde e “extinguir as doenças” do meio social, colaborando de maneira valiosa aos esforços médicos (SOUZA, 2006, p. 61).

Flávio Maroja postulava de forma veemente o desenvolvimento da Educação Sanitária nos espaços coletivos, a começar pelas escolas, pois nesses ambientes seriam realizadas palestras, conferências, aulas explicativas, todas de caráter sanitário e preventivo. Das escolas, poderia se esperar produzir os frutos dessa campanha. O médico sanitarista Amarílio de Vasconcelos (1924, p. 01), em seu pronunciamento sobre a conscientização da higiene nas escolas em 1927, afirmou que a escola e não a fábrica é o lugar próprio para fazer a educação higiênica, “ali é possível ensinar com proveito, no momento oportuno, como se evitam as moléstias, que a grandeza de uma

nação não se baseia apenas na sua riqueza e no progresso material, mas principalmente na saúde e força dos seus filhos, etc”.

Noutras palavras, é possível afirmar que Flávio Maroja, médico sanitarista que liderou o processo de medicalização das escolas na Paraíba, fez parte de um projeto nacional que visou implementar um modelo eugênico – nesse caso, o de prevenção –, dentre as vivências da cultura escolar. Para tanto, viabilizou diversos mecanismos de divulgação dos saberes médicos em defesa de uma sociedade saudável, higiênica, eugenizada. Um exemplo disso foram as *Semanas Médicas* que trataram de discutir a problemática da profilaxia das doenças – tuberculose, febres, varíola, verminoses, etc. -; dos vícios sociais – alcoolismos e jogos -; e os cuidados com o corpo – higiene e educação física.

Em trabalho sobre higiene e eugenia na Paraíba, Soares Júnior (2011, p. 8) postulou que os médicos já haviam entendido a dificuldade que seria incutir na população os saberes saudáveis – higiene e educação física – numa população que não tinha acesso as letras. Para tanto, os clínicos trataram de propor na *Semana Médica* a ideia da *Educação Sanitária* nos espaços coletivos, a começar pelas escolas, pois nesses ambientes “opinam a maioria dos propagandistas, que sejam realizadas as palestras, ou conferências sanitárias, ou melhor, palestra de prevenção” (MAROJA, 1927, p. 10). Das escolas, poderia se esperar produzir os frutos dessa campanha.

A eugenia ganhava assim um novo molde ressignificado à realidade paraibana. Para ser considerado eugênico não precisava possuir pigmentação ariana, mas ser higiênico, limpo, forte e saudável. Essa tarefa, por mais simples que parecesse, significava toda uma reorganização na educação: fazer com que a população saísse do estado de “imundície”, que tomasse cuidado com o asseio do corpo e fizesse da educação física uma prática cotidiana como a de se alimentar. Soberana, e tida como única responsável pela promoção de tal saber, a eugenia foi eleita a “RAINHA DOS DESPORTOS”, assim mesmo, em letras consonantais.

O artigo era de Carlos Dias Fernandes. Apresentava a ciência do aperfeiçoamento plástico do homem: a eugenia. Único antídoto para curar a população paraibana e capaz de “confirmar o prestígio dos bons e ágeis guerreiros, que não podem ser velhos nem feios, dentro das linhas de suas raças; das mulheres mais preferidas e destinadas á procriação que não podem ser idosas, nem mal formadas e

indesejáveis”³¹⁰. O discurso do intelectual visou legitimar a eugenia enquanto ciência reinante capaz de educar a sociedade brasileira. Ela representava a legalidade do discurso médico, pois era praticada nos países de primeiro mundo como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e no Brasil, agora com as bênçãos da Igreja Católica. Apropriando-se do tema, tratou de esclarecer que a Igreja já estava consciente dos benefícios da eugenia, por isso, “o santo padre já mandou incluir os exercícios *physicos* nos educandários de sua jurisdição, cômico de como está de que ainda melhor se pode servir a Deus, quando se tem um sadio corpo em conformidade com uma robusta alma”³¹¹.

Sendo rainha coroada pela Igreja, a eugenia agiria como padroeira. Aclamada fervorosamente, abençoaria a juventude concedendo-lhe a esperança de um país garboso, saudável, esperançoso. Costurado nas linhas da eugenia, os corpos de homens e mulheres seriam reflexo do civismo desejado pelo Estado na década de 1930. Ao baixar seu olhar para os brasileiros a padroeira veria suas criaturas: marinheiros, soldados, aviadores, intelectuais, homens de negócios, estadistas. Tipos eugênicos considerados verdadeiros súditos da realeza.

Súditos suados, esquadrinhados, malhados, definidos. Donos de força capazes de despertar inveja, ou mesmo, provocar em Dalila o desejo de roubar-lhes seu poder cortando suas madeixas. Belos. Causadores de pânico aos modelos de Narciso que vagavam pelas ruas. Estranhos. Ou mesmo anormais já que destoavam da maioria da população que era flácida, torpe, molenga. Saudáveis. Pois não precisavam fazer pacto com uma pintura que recebiam as marcas do tempo como o fez Dorian Gray. Eis o corpo perfeito. Eis a plástica que a soberana eugenia quis operar.

Cirurgia realizada com o bisturi da educação física. Esta, nas palavras de Carlos Dias Fernandes, abona e tranquiliza os médicos, pois viam “florescer da nossa cultura *physica* verdadeiro padrão da nossa capacidade coletiva, do nosso senso de associação, do nosso poder de iniciativa”³¹². O discurso exagerado do intelectual, mais parecia jogos de confetes em oferenda a rainha: “bons auspícios”, “falange defensora da Pátria”, “alfobre dos seus heróis”, “porfia de zelos”, “Rainha do desporto”, “Padroeira dos brasileiros”, “harmonia somática”, “cultura da *intelligenica*”, “resplendor moral”, “a

³¹⁰ *A União*, 05 fev. 1927.

³¹¹ *A Imprensa*, 05 fev. 1927.

³¹² *Idem*.

sabedoria, a nubilidade, a fecundidade”, “Vênus brasileira”, “deusa propícia do amor”, “futuro da juventude”, “princesa condigna”.

Por mais que o discurso atribuisse adjetivações a eugenia e por sua vez a educação física, as palavras pareciam ser lançadas ao vento. Nada de concreto quando o assunto era ginástica nas escolas públicas. Em certos dias os médicos e intelectuais a exaltavam, noutros a denunciavam. As exclamações de indignação ganhavam frequência nas páginas dos diários. Carneiro Leão, Flávio Maroja, Seixas Maia, Acácio Pires, Carlos Dias Fernandes, todos faziam severas críticas ao descaso para com a educação física por parte do governo estadual. Com convicção, afirmava-se que “nada de racional ainda existia sobre a educação physica”³¹³, pois nas crianças, homens e mulheres ainda permanecem “o velho systema de absoluta inacção, de ojeriza ingênita ao ar livre e ao sol ou entremeiam este sedentarismo com desportos imethodicos e até excessivos”³¹⁴.

Carneiro Leão denunciava que as poucas escolas que praticavam atividades físicas como recreação escolhiam o *foot-ball* como principal jogo, sem que houvesse uma orientação especializada. Para esse professor, o *foot-ball* era ametódico, pois se tratava de um esporte próprio para lugares como a “Inglaterra e a América do Norte, países frigidíssimos, só sendo usado no inverno [enquanto] nós praticamos como processo de aperfeiçoamento physico da infância numa zona equatorial”³¹⁵. Alertava ainda para o fato de ser um esporte tipicamente masculino deixando de lado assim o público feminino “lamentavelmente descurada e crimosamente abandonada a um regimen de reclusão e imobilidade”³¹⁶, para tanto reivindicava uma atividade física que atendesse a necessidade dos gêneros. Os direitos, assim como a ginástica deveriam corresponder com o período em que se vivia:

A educação moderna deve ser preparar o homem para a vida moderna e, nesta, o homem luta com ele, logo, ella como ele, devem ser feita na mesma escola e no mesmo methodo. É necessário que a preparação physica como as demais, seja commum aos dois sexos que seja racional e não immethodica e talvez contraproducente como se executa, em grande parte, por ahi além³¹⁷.

³¹³ *A União*, 10 jul. 1919.

³¹⁴ *Idem*.

³¹⁵ *A União*, 11 jul. 1919.

³¹⁶ *A União*, 21 out. 1915.

³¹⁷ *Idem*.

“Como se executa em grande parte por ahi”. Muito chama atenção o último imperativo do discurso do professor Carneiro Leão. Se as escolas públicas da Paraíba não realizavam a ginástica onde eram executados tais exercícios? Provavelmente o autor se refere aos clubes esportivos, ou mesmo, a determinadas instituições de auxílio às crianças. Se executada, que fosse de forma correta; que contemplasse a todos os envolvidos. É certo que as denúncias revelavam uma cultura distante de ser uma realidade; para tanto, os cuidados com exercícios próprios aos sexos encontravam-se um pouco mais longe. Sei que brados eram impressos diariamente. Tornaram-se pontos de exclamação: “Não há país civilizado no mundo que descuide tanto da educação physica de seu povo quanto o nosso [...] o fato é de lamentar”³¹⁸. E lamentos não faltavam.

A década de 1920 simbolizou o clamor dos médicos. Momento em que o moderno parecia ser membro natural do corpo urbano. As cidades passavam por um processo de modernização nas quais estavam incluídas a abertura de ruas, largos, praças, a construção de grupos escolares, de prédios públicos, jardins, fontes, hospitais e monumentos. Crescia consideravelmente o número de associações e clubes científicos interessados em discutir a temática da modernidade nas suas diversas faces. As cidades se repaginavam. Waldeci Ferreira das Chagas (1996, p. 8-9) apresentou uma cidade em metamorfose, em que os prédios públicos, casas, igrejas e sobrados foram demolidos e cederam lugar a arrojadas construções; várias residências foram construídas, principalmente nos bairros do Tambiá e Trincheiras, fato que se deu em função da cidade estar saindo de uma ordem social religiosa para uma ordem laica, devido ao recém-nascido Estado Republicano. O mesmo aconteceu com as edificações escolares, intensificadas nesse período, e, “atendendo aos preceitos da higyene” conforme defendia o jornal *A União*. As mudanças não paravam na arquitetura dos prédios. Com o falecimento da década de 1920, surgiu outro posicionamento político no país capaz de reconfigurar a vida escolar e o discurso médico atendendo as necessidades do Estado³¹⁹.

³¹⁸ *A União*, 21 set. 1917.

³¹⁹ Os últimos anos da década de 1920 foram marcados por forte instabilidade política na Paraíba. Com uma postura dita moderna, o então presidente do Estado da Paraíba, o Sr. João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, implementou uma série de mudanças políticas e administrativas que desagradou seus correligionários. Dentre essas medidas estavam a renovação dos poderes executivo e legislativo impedido que antigos políticos permanecessem no cargo por longos anos, além da cobrança de impostos alegando a necessidade de construir estradas ligando o sertão paraibano a capital, facilitando assim o escoamento dos produtos e mantendo a renda dentro do estado. É nesse cenário de insatisfação, que João Pessoa rompe com a *Política dos Governadores*, e, aliando-se aos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul lançam a *Aliança Liberal*, encabeçada por Getúlio Vargas e tendo por vice João Pessoa e que fazia oposição à candidatura de Júlio Prestes, paulista indicado pelo presidente do país da época, Washington Luiz. Na Paraíba, o clima ficou mais tenso com a eclosão da *Revolta de Princesa* liderada pelo coronel José Pereira

Com o alvorecer da terceira década do século passado, e a implementação da obrigatoriedade da matéria de educação física escolar, ainda foi possível folhear os jornais da época e encontrar queixas sobre a falta de interesse dos poderes públicos no incentivo a ginástica. Dessa vez, os problemas eram outros! Não mais reclamava a necessidade de realizar o exercício, mas em que condições esses eram realizados. Os periódicos faziam críticas bastante sutis, ou mesmo silenciavam na hora de publicar críticas ao governo dos interventores. O jornal *A União*, por exemplo, era o porta voz do Estado, portanto, expressava aquilo que era de seu interesse, quanto aos demais periódicos, deveriam seguir a mesma orientação ou fechavam suas portas³²⁰. As poucas críticas encontradas ficavam no campo das metáforas.

Em “A educação física de nossos jovens”, artigo publicado na edição de 26 de setembro de 1936, o jornalista assinando por nome “B”, lançou aos leitores da época a seguinte denúncia:

Infelizmente o problema da educação física da mocidade paraibana ainda não mereceu de nossos homens de governo, o estudo necessário a sua alta finalidade. O pouco que aí temos é trabalho de iniciativa particular feito com ardor e boa vontade, porém, sem alcançar os fins colimados devido a precariedade dos meios empregados tornando-se assim uma obra incompleta pela ausência dos necessários recursos.

E prossegue afirmando que “para se objetivar tão importante assunto *mister* se faz a cooperação dos poderes públicos ou melhor dizer, deve partir desta toda iniciativa que possa concorrer para o desenvolvimento racial de nossa juventude”. Discurso que dá visibilidade a eugenia como sendo uma prática intrínseca ao governo brasileiro, mas que na Paraíba é legada ao descaso. A publicação de Durwal Carreira acentua ainda mais a crítica a interventoria paraibana ao afirmar que a educação física tornou-se apenas um conjunto de leis e regulamentos, ou mesmo, uma prática esquecida. O jornal *A Imprensa*, em momento de forte oposição à ditadura instaurada, assegurou em suas páginas que a “infância, a juventude e a madureza desconhecem na Paraíba o uso da

de Lima – principal inimigo político de João Pessoa na Paraíba –, e que contou com o apoio do governo federal. A situação tomou outras proporções após o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930, vítima de um crime passional, mas que foi potencializado e viabilizou a chamada “Revolução de 1930” levando os tenentes a tomarem o poder coroando Getúlio Vargas como presidente do Brasil. Tinha início a Era Vargas. Cf. *Signos em Confronto?* (MARIANO, 2010); *Política e parentela na Paraíba* (LEWIN, 1993).

³²⁰ O jornal católico *A Imprensa* foi um dos periódicos perseguidos durante o governo na década de 1930. Por questões políticas, o interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal e depois de dois dias mandou reabri-lo, porém sua reabertura só se deu em 1946, período em que passou a funcionar em pequenos intervalos até 1968. Seu acervo encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Conferir em: *História de A Imprensa* (VELOSO, 2003).

ginástica”³²¹, pois quando oferecidas à população ficava a cargo dos clubes esportistas “que as oferece num círculo muito restrito, dentro do interesse mercantil em que gravitam”³²². Embora, não mais proferido apenas por médicos, os discursos sobre a educação física traziam fortemente a eugenia como marca de um tema em voga mundialmente no contexto do auge dos regimes totalitários e da segunda guerra mundial. É importante ressaltar, que durante o Estado Novo na Paraíba, os médicos que defendiam fortemente a medicalização escolar com a introdução das matérias de Higiene e Educação Física no programa de ensino, bem como, a participação desses profissionais nas escolas já não tinham o mesmo espaço de outrora. O grupo liderado pelo sanitarista Flávio Maroja perdeu o prestígio político com a queda da oligarquia da família Pessoa. Nomes como Acácio Pires, Teixeira de Vasconcelos, Seixas Maia, Oscar de Castro, dentre tantos outros passaram a ser saudosas lembranças especialmente no noticiário do fim de suas vidas.

O discurso, que antes era médico proferido por médicos, agora continua sendo médico, porém proferido pelo Estado. Esses profissionais passaram a ocupar os espaços antes reivindicados: as escolas. Sua tarefa não era mais orientar o governo no sentido de instalar nas escolas essa ou aquela modalidade, mas sim medicalizar, educar através da saúde, inculcar hábitos sadios nas crianças. A atividade médica, deixava de ser meramente discursiva e passava para o campo da prática. Quanto às denúncias? Essas ficavam a cargo dos jornalistas e da oposição ao governo. E não faltavam!

“B”³²³ achava que a Paraíba encontrava-se em estado de atraso em relação aos demais estados brasileiros “onde tão magno problema vem tendo real desenvolvimento por parte dos nossos jovens com apoio dos governos e associações, como índice de uma nova era de racionalização”³²⁴; Durwal Carreira implicava escrevendo que o que não acontecia na Paraíba era aparecer “alguém resolvido a enfrentar o assunto tão palpitante”, e, que quando “um dia aparecer devemos apoiá-lo e incentivá-lo”³²⁵. Carlos Pinto pediu obediência à expansão dos novos métodos pedagógicos, colocando “sem delongas o nosso Estado na posição educativa a que ela faz jus pela grandeza de seus filhos, dando a estes todos os meios necessários a desenvoltura do seu próprio organismo”. “E. Almeida” falava em se “tornar uma força respeitável e conscientes de

³²¹ *A Imprensa*, 20 abr. 1940.

³²² *Idem*.

³²³ Assim assinou o autor da reportagem: “B”.

³²⁴ *A Imprensa*, 26 set 1936.

³²⁵ *A Imprensa*, 20 abr. 1940.

suas possibilidades para vencer as dificuldades da própria vida de forma saudável e pedagógica”³²⁶. Em outras publicações do periódico católico sem assinatura pude ler que a “educação física na Paraíba tem sido uma amarga decepção”³²⁷ e que apesar da falta de esforços por parte do governo local “os nossos jovens apesar de não terem uma educação moldada nos traços gerais dos métodos orientadores da educação física, todavia se interessavam com ardor e inteligência em torno da dextresa e desenvoltura da própria raça”³²⁸. Assim, para alcançar um Estado educado e saudável as urbes da Paraíba, conforme os escritos d’*A Imprensa* precisava construir “estádios devidamente aparelhados, pavilhões para a realização da educação física nas escolas [para assim] termo concorrido para elevar o nosso nível social-esportivo dotando nossas cidades de centros positivamente instrutivos sobre vários aspectos”³²⁹. Apenas assim, seria possível, em tempos de silêncio dos médicos a existência de “ardorosos *sportmens* capazes de se tornarem úteis a si e a própria sociedade pela desenvoltura do seu físico-intelectual”³³⁰. As críticas continham uma severidade bastante acentuada, portavam possíveis “crimes” contra a perfeição física tão sonhada:

O problema da educação física que até ontem só interessava ao sulista, deve ser olhado também pelo nortista, porque dela dependerá o desenvolvimento da nossa raça [...] só quando a educação física for uma realidade nas escolas da Paraíba e o esporte desenvolvido nas suas puras modalidades é que conseguiremos o desenvolvimento racial do nosso povo³³¹.

Acreditar no que afirma a edição de 15 de julho de 1934 do jornal *A Imprensa* não seria de todo verdadeiro. Já é sabido que nesse período algumas escolas públicas já possuíam a educação física em seu programa de ensino. As denúncias de que a ginástica “não funcionava”, é preciso ser relativizada. Ela já era uma realidade assegurada na lei, executada em algumas escolas. O que estava em questão era como e por quem essas atividades físicas eram realizadas. Vale ressaltar também que o Estado disponibilizava periódicos, a exemplo da *Revista do Ensino* e dos *Boletins da Educação*, publicações sobre a temática oferecidas para o aprimoramento do professorado.

³²⁶ *A Imprensa*, 13 mai. 1941.

³²⁷ *A Imprensa*, 21 jul 1939.

³²⁸ *A Imprensa*, 15 jul. 1934.

³²⁹ *A Imprensa*, 23 out. 1935.

³³⁰ *A Imprensa*, 30 mar. 1938.

³³¹ *A Imprensa*, 15 jul. 1934.

Ainda sobre a temática da eugenia, a *Revista do Ensino*, tratou de divulgar a existência dos “Concursos de Eugenia”. A princípio, os professores deveriam saber diferenciar o “nível mental” dos alunos separando-os em classes de *supernormais*, *normais* e *anormais*. De acordo com a publicação da edição do ano de 1933 da *Revista do Ensino*, os *supernormais* seriam os futuros super-homens. Aqueles que representavam a “força viva da Pátria, esperança radiosa dos dias futuros do nosso país, constituirão classe de elite intelectual”³³². Nesses grupos as professoras podiam “acelerar o ensino graças a facilidade de percepção e a vivacidade natural dos alunos”³³³. Os *normais* “encontrarão no material escolar interessantíssimo e atraente meio rápido e seguro de aprender sem esforço e sem fadiga”³³⁴; já os *anormais* eram submetidos a processos diferenciados de ensino. Para os alunos enquadrados nesse grupo a orientação da Diretoria do Jardim de Infância era que as professoras suavizassem na voz para “guiá-los em modulações harmoniosas”. De acordo com a publicação, os anormais “são pobres seres não são destituídos de sentimentos afetivos e não poderão resistir á atração da voz encantadora que os chama, encoraja, ajuda, educando-os alfin”³³⁵. Eram consideradas inteligentes apenas as crianças sans, portanto não era possível a “professora agir sem o auxílio do médico, do eugenista, que só elle poderá dar mão forte na realização de tão importante atividade”³³⁶.

Essas foram as ideias que gestaram a realização do *Concurso de eugenia*. Foram convidados pela Direção do Jardim de Infância do Estado da Paraíba os médicos pediatras João Medeiros, Severino Patrício e João Soares. Os alunos que se submeteram aos concurso receberam o nome de *pacientes*. Teve a duração de trinta dias a análise dos discentes pelos médicos, que concluíram os trabalhos no dia 11 de junho com a culminância da atividade. Foram submetidas sessenta crianças que estavam entre os três e os seis anos de idade. Vejamos no quadro abaixo resultado do *Concurso de Eugenia*:

³³² *Revista do Ensino*, 1933, p. 28.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

³³⁵ *Revista do Ensino*, 1933, p. 28.

³³⁶ Idem.

Quadro III:
Resultado do Concurso de Eugenia

1º Turma (Meninos de três annos) 1º Lugar: Joaquim Francisco Lins de Araújo Mário Glauco Di Lascio Brites de Avila Lins 2º Lugar: Dinalva Nóbrega 3º Lugar Maria de Lourdes Vieira Primola	2º Turma (Meninos de quatro annos) 1º Lugar: Irmânia da Silva Xavier 2º Lugar: Gislaine Santiago 3º Lugar: Ieda Marinho Moura
3º Turma (Meninos de cinco annos) 1º Lugar: Carlos Alverga Neto 2º Lugar Umberto Coutinho Lucena 3º Lugar Maria Vanda da Costa Oliveira	4º Turma (Meninos de seis annos) 1º Lugar Diana Campos Magalhães 2º Lugar Vera de Moraes Targino 3º Lugar Solon Coutinho de Lucena

Fonte: Quadro elaborado pelo autor dessa tese a partir dos dados disponíveis na *Revista do Ensino* (1933).

Não foi possível, por meio da documentação consultada, saber quantos eram as meninas e os meninos dentre os sessenta, mas, pelo quadro de vitoriosos por turma, é possível inferir que as meninas submetidas ao concurso eram fisicamente mais vigorosas que os meninos, e, que com o passar dos anos, elas ocupavam em maior número o pódio de corpos e mentes eugênicas. É o que pode ser percebido na fotografia abaixo:



Imagem XII: Crianças classificadas do Concurso de Eugenia.

Fonte: Revista do Ensino, 1933.

Alice de Azevedo Monteiro (1933, p. 31) afirmou que dos noventa alunos matriculados em sua escola, sessenta estavam classificados dentre *supernormais* e *normais*. Destes, eis acima aqueles que compreendiam todas as características médicas necessárias para o pódio do *Concurso de eugenia*: belas, robustas, saudáveis, higiênicas, resistentes, inteligentes e educadas. Ações como essas passaram a ser publicadas com frequência nesses periódicos divulgando como talhar dentro da escola o corpo perfeito com as armas da eugenia.

Vale ressaltar ainda que a divulgação desse material nos periódicos, a criação dos cursos complementares de aperfeiçoamento de professores, de monitores de educação física, dentre outros, podem ser considerados marcas de uma eugenia preventiva, aquela defendida pelo Renato Kehl e pelo Flávio Maroja. A adoção de cartilhas de higiene como *A fada Higia*, nas escolas da Paraíba, também faz parte desse processo. Dessa forma, pode-se inferir que a defesa de uma educação sanitária se alargou na Paraíba seguindo a orientação nacional que viu nas escolas o melhor lugar para normalizar, que encontrou na higiene os passos para a civilidade, e, percebeu que a educação física possuía o melhor antídoto para combater as doenças. Em comum acordo com a higiene, a eugenia almejou criar na Paraíba corpos “*physicamente vigorosos*”.

Vigorosos no discurso médico que almejou instituir a educação física no programa de ensino. Em algum momento houve interesse por parte dos médicos sobre o

futebol nas escolas? Será apenas a ginástica sueca a filha predileta? Quais outras modalidades foram contempladas? Tento responder repousando minha análise sobre os pronunciamentos médicos reivindicando a cultura física enquanto prática cotidiana, parte integrante da cultura escolar.

4.6 Sob a hábil pena do discurso médico: a *Educação Physica*

“Gymnastica ad sanitatem periculosa est”. A afirmativa de Galeno foi publicada na edição d’*A União* de 12 de fevereiro de 1912, momento de alvoroço para os preparativos do ano letivo nas escolas públicas e privadas da Paraíba. Na realidade, o artigo falava dos inconvenientes dos exercícios físicos feitos em demasia. Chamou atenção para que tudo aquilo que era feito em excesso prejudicava a saúde, até mesmo, os exercícios físicos que ganhavam o posto de salvador do corpo. O que mais chama atenção é o recado que deve ser lido pelos professores de ginástica! Façamos a leitura da narrativa: Chamava-se Cléoméde. Contam que na Roma antiga era um dos homens mais fortes que existia. Tão famoso que lhes foi atribuído um ditado popular: “da forte Roma lutador robusto, apenas isto infundo horror e susto”³³⁷. Sua força era conhecida por todo o reino, seus feitos corriam mundo afora, seu corpo despertava desejo. Dentre as façanhas que afirmavam fazer podia ser contemplada “a derrubada de uma sólida coluna que era o firme apoio de uma escola e que na sua queda matou sessenta crianças”³³⁸ ou ainda o fato de que “comia um boi em um único dia” e tantos outros fatos famosos narrados pela notícia e que “atestam o vigor do corpo mas não demonstram o espírito forte”³³⁹.

A narrativa faz o leitor arregalar os olhos imaginando tamanha força e indignar-se na mesma proporção com bárbara estupidez. A força conquistada pelos exercícios físicos mais serviam para a violência que para a saúde. As preocupações encontravam-se na ordem do dia. Por um lado, reivindicava-se a obrigatoriedade da matéria de educação física no programa escolar, do outro alertava para seu papel fundamental: possuir um corpo robusto, forte, saudável e responsável com a pátria, consciente do bem

³³⁷ *A União*, 12 fev. 1912.

³³⁸ *Idem*.

³³⁹ *Idem*.

que poderia fazê-la, servi-la. A notícia chamou a atenção para a responsabilidade que possuíam os exercícios físicos, sempre de caráter “moderado, recreativo e com boa direção médica e pedagógica [...] são precisos para formar uma geração sólida e capaz de engrandecer e oferecer força oportuna na defesa da pátria”³⁴⁰. E continuava a bradar: “a robustez não pode estar apenas no extraordinário desenvolvimento do systema muscular”. E a consciência de um cidadão responsável pelo crescimento de sua gente, de sua terra, da saúde coletiva? Iniciavam-se no segundo mês de 1912 não apenas os preparativos para o começo das aulas, mas a luta pela introdução obrigatória da matéria de educação física no programa escolar das escolas públicas e privadas na Paraíba.

Sabemos que o processo ocorreu de forma lenta, gradual. Primeiro foram lançados às bases do programa que legitimou a Higiene enquanto componente curricular. Sua filha, a ginástica, precisou esperar um pouco para ganhar força, espaço, corpos e mentes. Vale ressaltar que os esforços realizados pelos médicos paraibanos em defesa da educação física foi fortalecido pelo pioneirismo das escolas privadas e católicas que deram o primeiro passo, ou melhor, os primeiros movimentos adotando-os o modelo de ginástica sueca em seu programa de ensino. O pontapé inicial fora válido, porém estava restrito a um seleto grupo que frequentavam essas escolas: os filhos da elite. O restante da população parecia padecer no sedentarismo!

Afirmei anteriormente que os esforços médicos foram fundamentais em defesa da educação física. Reconheço a importância dos discursos proferidos por esses profissionais reivindicando a intensificação da medicalização do espaço escolar. Porém, um fator deve ser levado em consideração: a defesa dessas matérias na Paraíba coincide com o processo de institucionalização do saber médico produzido pelos médicos. Conforme Soares Júnior (2011) esses profissionais eram pouco numerosos no estado da Paraíba e dividiam espaço com os conhecidos charlatões, curandeiros, parteiras, benzedeiras e boticários. Assim, o crescimento de publicações, bem como, os diversos lugares ocupados pelos esculápios servia como legitimação de seu saber. Se os charlatões tinham a confiança das pessoas, os médicos precisavam seguir outro caminho que os fizessem (re)conhecidos: a imprensa, as escolas, os clubes, as instituições, a política³⁴¹. Seria nesse sentido que ganham fôlego os diversos discursos ditos científicos sobre a educação física publicada nos jornais que chegavam às portas dos paraibanos. Portanto, apresento ao leitor as duas faces desse processo: a defesa do saber científico

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Sobre o tema ver também: *Entre a ciência e a saúde pública...* (QUIRINO 2015).

colocado em circulação pela imprensa local, bem como, a legislação que pretendeu inserir tal saber dentro dos muros da escola; e o saber pedagógico proposto para a ginástica.

Muitas foram às publicações destinadas a informar ao leitor os benefícios e malefícios da ginástica ao corpo dos brasileiros. Numerosas também foram as denúncias sobre a falta de interesse por parte do governo para com a educação física escolar. Na mesma proporção estavam os escritos médicos que prometiam (ou não) salvar o país da ignorância que se abatia sobre seus filhos apáticos, moles, lentos, preguiçosos. Bastava abrir os diários jornalísticos para se deparar com notícias como a escrita por Carneiro Leão na edição do jornal *A União* de 10 de julho de 1919. Na ocasião, o intelectual afirmava que devemos praticar a educação física como processo de

aperfeiçoamento physico da infância, numa zona equatorial indifferentemente em todas as estações, excessivos porque levamos a meninada de uma inércia muscular quase completa a um dispêndio formidável de energia, depois mesmo de fadigadas pelas longas horas de vigília intelectual.

O melhoramento do corpo e da mente dependia, nas palavras do intelectual, da realização de atividades físicas seja para meninos ou para meninas. Defendia que a realização da ginástica deveria ser efetivada como um ato de educar, de “fazer elaborar, tornar apto para a vida!”³⁴²; que quanto mais “agradável for ella de executar e fazer e tanto mais evidentes e promptos forem os resultados, por isso os ingleses e americanos ao prazer actual do exercício, ao meio procuram juntar uma satisfação futura, um fim qualquer”³⁴³. Orientou para a instrução primária atividades físicas como a jardinagem, o plantio e a colheita de beterrabas, batatas e várias outras culturas. Informou que os alunos em companhia de seus professores dariam utilidade aos movimentos musculares, carreando, colhendo ou plantando, cavando, arando a terra, sempre exposto ao ar, ao sol. Para Carneiro Leão juntava-se assim “o prazer de um resultado prático e immediato e o conhecimento objectivo de botânica e polycultura”.

A ginástica na escola representava uma série de “utilidades para esta meninada reclusa e amarelledecida pelo sedentarismo dos collegios se os mestres cuidando religiosamente dos seus discípulos, quisessem, no final do anno lectivo, levantar-lhes a

³⁴² *A União*, 10 jul 1919.

³⁴³ Idem.

força vital”³⁴⁴. Para isso, fazia-se necessário comprometer por “largos mezes de labores intellectuaes, já sobrecarregada com a preocupação dos exames e os dispêndios excessivos de energia gasto para as conquistas de boas notas!”³⁴⁵. Flávio Maroja assegurou que para obter bons resultados para a saúde do corpo bastaria que todo estabelecimento de ensino, situado nas cidades marinhas (por que os outros terão o ar puro dos campos e os recursos vários da vida campestre) nos “meses finais do anno mandasse os seus alumnos pelas mãos dos professores, nadar e se revigorar para a conquista fácil do seu triumpho”³⁴⁶. Nadar sob a supervisão dos professores, por mais compensador e nobre que parecesse, especialmente graças aos benefícios do ar, do sol, de hidroterapia, e dos efeitos físicos e químicos da água do mar tidos pelos médicos como “inequaláveis para a ressurreição do vigor vital”, parecia ser uma tarefa quase impossível para a realidade da capital paraibana, em um momento em que a população ainda não havia descoberto o mar³⁴⁷. Porém, o que mais chama a atenção nessas publicações é a insistência na prática da “gymnastica, dos exercícios nas escolas por toda parte que dentro em pouco transformaremos por inteiro as possibilidades de nossa nação”³⁴⁸.

O discurso acerca dos benefícios da educação física estava presente nas linhas escritas por Seixas Maia: “todos os pedagogistas, hygienistas e philosophos que se preocupam com os problemas sociaes proclamam-na (a educação physica) como útil e indispensável como o cultivo intelectual”³⁴⁹. Nas palavras dos profissionais médicos, a educação física deveria atingir o posto de aperfeiçoamento da função muscular conquistada por meio de exercícios físicos, naturais, trabalhos manuais, brinquedos e jogos, dramatizações, ginásticas sem e com aparelhos, com massagens manuais e mecânicas. Nas recomendações de Carlos Sá (1944, p. 101) os exercícios deveriam ser uma prática cotidiana desde a puerícia até a maturidade. Dentre as principais atividades elencadas pelo médico estavam a marcha, a corrida, o salto, a escalada e a natação; ele, postulou essas tarefas como fundamentais para o adestramento dos músculos. A principal exigência diz respeito ao lugar de realização dessas tarefas: nas escolas, nos

³⁴⁴ *A União*, 14 jul. 1919.

³⁴⁵ *A União*, 21 abr. 1921.

³⁴⁶ *A União*, 24. Ago. 1920.

³⁴⁷ Utilizo a expressão “não conhecer o mar” para afirmar que o centro da capital e os espaços habitados nos primeiros anos do século XX estavam distantes do mar e não havia fluxo contínuo para esse lado da cidade. Cf.: *Roteiro sentimental de uma cidade* (RODRIGUEZ, 1994); *Prática política e transformações no cotidiano dos trabalhadores em João Pessoa na década de 1930* (CHAGAS, 1996).

³⁴⁸ *A União*, 10 jul. 1919.

³⁴⁹ *A União*, 21 abr. 1921.

jardins de infância. Lugares em que a educação física servia para uma educação e a conquista de força, destreza, resistência e velocidade, favorecendo assim o melhor desempenho não apenas físico – pois servia para a correção de deficiências musculares –, mas morais e intelectuais. Assim, a atividade física deveria ser “iniciada na escola primária, acentuando-se nos colégios secundários e alongando-se pela idade adulta [...] ela é aconselhada na maturidade, sobretudo para diminuir os males da vida sedentária” (SÁ, 1944, p. 102).

Na mesma direção, estavam os imperativos de Teixeira de Vasconcelos e Flávio Maroja. Para ambos, o exercício era considerado o movimento ativo dos músculos do corpo capaz de ativar o apetite e a nutrição, restaurar forças e renovar os tecidos que tonificam todo o organismo. Consideravam a movimentação do corpo como o grande trunfo da medicina contemporânea. Para tanto, revestidos da indumentária da modernidade, escreveram um artigo para o jornal *A União* intitulado “O exercício e a medicina contemporânea” e que circulou na edição de 21 de fevereiro de 1926. Por todos os lados foram atribuídos elogios a educação física. Seus prodígios eram quase sem fim: “elastece e revigora o corpo”, “infunde ao homem a confiança de si mesmo”, “ensina a arte de vencer os obstáculos”, viabiliza o “desenvolvimento harmônico do systema muscular e a perfeição das funções vitais”, o “desenvolvimento da caixa torácica”, “ampliação da função respiratória”, diminuição “das taras orgânicas, aceleram o movimento do coração e regulariza a circulação”, serve como um “dos melhores agentes físicos de cura das moléstias”, além de “desenvolver os músculos e os ligamentos, diminuir a gordura”, e, de produzir “força, robustez, agilidade e coragem como consequência constante da cultura física”.

Tudo isso poderia ser adquirido sob a égide de um ponto de vista: o civismo. Os médicos trataram de divulgar a educação física como “um factor de exaltação de forças de um paiz”³⁵⁰. Tal afirmativa, proposta pelos médicos, revelava sua aproximação direta ao poder político, e até mesmo, como forma de assegurar que seu discurso fosse à fala oficial do Estado. Para tanto, propunham a efetivação de marchas, corridas, natação, jogos diversos, ciclismo, dança, salto, equitação, patinação e quaisquer outros exercícios ao som de hinos nacionais. Formava-se assim um cidadão forte, saudável e apaixonado pela pátria.

³⁵⁰ *A União*, 21 fev. 1926.

Todo esse investimento precisava de um bom acompanhamento. Já mencionei anteriormente que o processo de medicalização da escola no qual estavam inseridos os discursos em defesa da educação agrupou diversos profissionais de diferentes áreas – médicos, professores, engenheiros, jornalistas, dentre outros. Nessa chuva de discursos em defesa da educação física é certo que as falas dos esculápios eram mais numerosas que de quaisquer outros profissionais. Na maioria das vezes os discursos publicados na imprensa pareciam comungar do mesmo ideal, embora seja possível encontrar alguns artigos que criticavam fortemente a educação física ou o não interesse do Estado para com a matéria - que tratarei mais adiante. Ao me debruçar sobre tais pronunciamentos, ficou evidente a colocação de que a escola era por excelência o melhor local para incutir o hábito da cultura física. Porém, um pequeno detalhe incomodava o autor que vos escreve: Quem ministrava essas aulas? Qual sua formação? Baseados em quais princípios? Foram poucas as informações sobre encontradas sobre esses professores. No máximo, orientações que precisavam seguir. Perfis que deveriam conter. Nada mais. É certo ainda que falo de um momento em que a matéria de educação física não era obrigatória nas escolas públicas – seja pela falta de profissionais capacitados, seja pelo desinteresse do governo estadual. As três primeiras décadas do vigésimo século não se interessaram, apesar dos esforços médicos e da publicação da *Reforma do Ensino* do governo Camilo de Holanda em 1917 que instituiu uma pretensa aula de ginástica, em tornar a cultura física uma realidade. De fato foi somente nos anos da ditadura Vargas que se efetivou a matéria como parte integrante e obrigatória do programa de ensino estadual.

Apesar da não formação do professor de educação física, me deparei com orientações que traçavam o perfil dos professores que deveriam realizar a tarefa de educar através da cultura física. Em número um especial publicado no jornal *A União* de 12 de janeiro de 1926, pude ler a seguinte afirmativa: “Um educador physico é um educador”. Assim, é possível perceber que foi atribuído ao professor mais uma tarefa para além do educar: assegurar uma educação pautada pela cultura física. Antes de ser um educador físico, o/a professor/a é um educador, assim sua formação é pedagógica. Esses professores deveriam “conhecer a instrução que dirige a educação physica e seu methodo bem a fundo, ter uma cultura geral mais ou menos sólida, deve ser um mestre, um treinador no bom sentido da palavra e dedicar a sua obra toda su'alma”³⁵¹. Outra

³⁵¹ *A União*, 12 jan. 1926.

orientação estampada nas páginas d'*A União* é a organização de cursos de formação de instrutores que formariam, por conseguinte, seus monitores³⁵². Instruiu a criação de terrenos apropriados para o treinamento de um grande número de professores não ensinando-os apenas a disputa de provas esportivas, mas para “a completa educação physica capaz de formar um bom orientador dos jovens e também para as jovens pelo methodo natural e não deixá-los entregar-se atabalhoadamente á prática dos exercícios”³⁵³. Tal curso se justificava devido a necessidade em organizar a educação física em todas as escolas assegurando assim um rápido resultado que valorizasse a saúde de homens e mulheres reduzindo a mortalidade, o número de enfermos e aproveitando-os em trabalho. O risco parecia iminente: até que ponto esses professores tinham consciência das formas corretas e movimento propício ao corpo?

O jornal que alertava a necessidade de “ter instrutores sérios como primeiro passo a ser dado e não convém dal-o em falso”³⁵⁴ é o mesmo jornal que publicou na edição de 14 de janeiro de 1926, um método de educação física a ser adotado pelos professores das escolas públicas com a finalidade de registrar rápidos e bons resultados. A notícia se apropriava nos ensinamentos do professor parisiense Hebert que utilizava medidas de força nas aulas de educação física. O texto era direcionado aos professores que poderiam seguir a “força physica e com effeito estimar o valor dos resultados”³⁵⁵. A ideia parecia ser “bastante simples” calculando apenas a força física de um indivíduo antes dos resultados de suas experimentações. Os cálculos poderiam ser realizados para tarefas como corrida de 100 metros, 500 metros e 1500 metros; salto de altura e largura com ou sem impulso; em arremessos de pesos que variam de sete a vinte quilos; e, em trepar em cordas bambas sem o auxílio das pernas. Os riscos de deixar algum aluno deficiente? Para o jornal não seria possível! Ao contrário. Com esse tipo de atividades seria possível “medir o peso, o talhe, a ampliação thoraxica (diferença entre os dous primeiros), a capacidade pulmonar (por meio do espirometro), a tensão arterial e tantas outras indicações fáceis de notar e seguir”³⁵⁶.

Para aqueles que não acreditavam no método do professor Hebert o jornal *A União* exclamou: “Esse tipo de educação physica pode dar a saúde, a força, a beleza, a

³⁵² Embora exista toda uma campanha para a formação desses instrutores, o curso só se torna realidade na década de 1940. Tratarei da temática mais adiante. Cf. Aperfeiçoamento e qualificação do professorado... (SILVA, 2013).

³⁵³ *A União*, 12 jan. 1926.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ *A União*, 14 jan. 1926.

³⁵⁶ Idem.

virilidade. Mas verdadeiramente, dirão alguns, isso não vale a pena! Para que ser um bello, forte e viril? Para que bello? Para isso: para se aproveitarem as riquezas latentes que todos temos em nós mesmos”³⁵⁷. Talvez por isso o governo não tenha seguido a orientação da publicação.

Um mês depois veio a resposta do sanitarista Flávio Maroja ao método do professor Hebert. Afirmou quase que como num brado retumbante que esse tipo de prática não é o que se chama educação da saúde e educação física. Convidou o leitor a entender o sentido da palavra educação explicando:

Educação é o conjunto de cuidados tomados na idade tenra ou mesmo na idade mais avançada para desenvolver as qualidades physicas, moraes e intellectuais, mas é de uso corrente não applicar esta definição senão unicamente aos predicados moraes e *pode-se assim aos olhos do mundo ter uma educação perfeita com órgãos defficientes e músculos atrophados*. Que fique claro! Não pensamos assim, porque, a educação physica, afinal é um ramo da educação geral³⁵⁸.

É notória a defesa que o médico faz da educação física comprometida com a educação e a responsabilidade. Negá-la, corresponde a negligenciar a educação, porém, convém fazê-la de forma correta, responsável. O perigo, para o sanitarista, está na forma como as pessoas interpretam e aplicam a atividade física nos alunos. O erro teria início desde sua definição. Maroja postulou que fora do discurso médico a ginástica perdia o caráter científico que deveria por regra possuir. Popularmente afirmava-se que tratava-se unicamente do cuidado com a saúde, ou a aquisição de uma musculatura definida, harmonia para com o corpo. O que deveria ser entendido, conforme seu discurso, era o fato de a educação física ser encarada como cultivo de um hábito de formação, de desenvolvimento progressivo, de melhorar “todas as partes do nosso organismo segundo sua importância fisiológica afim de manter o equilíbrio que nos garantirá uma boa saúde devendo esta constituir uma base sólida para um trabalho útil e duradouro”³⁵⁹. Noutras palavras, era preciso haver um equilíbrio entre os exercícios e sua função social, contemplando assim a orientação médica da época. Dessa forma, considerar apenas o intellecto seria formar homens e mulheres preguiçosos, ágeis como uma lesma; da mesma forma que contemplar apenas os músculos corria-se o risco de formar brutos apáticos às questões socais.

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ *A União*, 20 fev. 1926. Grifos meus.

³⁵⁹ Idem.

Nas palavras do médico sanitarista Flávio Maroja se pode definir a educação física em consonância com a proposta científica quando se considera “o desenvolvimento harmonioso das formas e o equilíbrio das funções do ser humano nas suas condições normaes de existência apoiando-se o máximo possível no que recomendam os médicos”.

Assim, nos primeiros anos dos novecentos, os leitores encontraram nos jornais boas referências sobre a educação física. O periódico católico *A Imprensa* afirmou na edição de 21 de setembro de 1916 que merecia aplausos os momentos realizados pelos médicos da Paraíba em favor da Educação Física. O jornal afirmava que a ginástica era considerada o que havia de mais moderno tratando-se de qualidade de vida e promoção da saúde. Nesse sentido, *A Imprensa* fazia questão de se assemelhar na mesma medida: “É de nosso programma jornalístico incentivar todas as idéas nobres e alevantadas, quaisquer que ellas sejam – contanto que venham trazer algo de benefício a causa comum”³⁶⁰. Revestir-se do discurso da modernidade simbolizava para o periódico defender aquilo que era comum a juventude:

Em se tratando da mocidade, então, a nossa pena está sempre em acção para pelejar ao lado desses que são as esperanças da Pátria muito amada, ao lado dos moços que desejam ser fortes e bons, cidadãos dignos e homens a altura das necessidades e do futuro de sua grandiosa e afflicta nacionalidade.

Na mesma edição é possível encontrar as recomendações de Acácio Pires sobre a prática de exercícios físicos, considerados higiênicos, realizados ao ar livre como passeios pela manhã, a famosa “gymnastica sueca tão recommendada pelos melhores médicos do mundo”, a natação como um dos mais completos esportes, a corrida a pé e de obstáculos além de diversos outros exercícios imprescindíveis ao bom funcionamento do organismo humano.

“Physicamente vigorosos”. Juventude com força e vigor. Essa parecia ser o lema dos discursos proferidos pelos médicos. A metáfora acerca da educação física estava diretamente ligada ao corpo que, vigoroso, portaria força e beleza. Vitalidade, rigidez, controle de si, robustez estariam diretamente ligados à proposta higiênica. Vejamos, embora já existisse uma preocupação com a beleza, os médicos afirmavam ser tônica central de seus desejos a educação física pautada nos princípios da higiene, do cuidado

³⁶⁰ *A Imprensa*, 21 set. 1916.

do corpo e no combate as doenças. Ghiraldelli Júnior (1991, p. 16) fala da existência de cinco tendências vividas no século XX pela Educação Física³⁶¹.

Como afirmei ao longo desse trabalho, é possível verificar que a educação física na Paraíba segue no mesmo compasso proposto pelo autor em nível nacional, tomando as devidas proporções: **primeiro** foi vivenciada uma forte defesa da ginástica marcada pelo discurso científico dos médicos estampados na imprensa local entre as décadas de 1910 e 1920; esse tipo de afirmativa seguia os princípios da higiene colocando a saúde em primeiro lugar, assim, a tônica central desse discurso era “a formação de homens e mulheres sadios e fortes [...] os cuidados começavam ainda durante os primeiros anos de vida das crianças a princípio pelas mães e em seguida pelas professoras” (SANTOS, 2014, p. 18); A preocupação não era essencialmente individual, mas coletiva como chamou atenção Ghiraldelli Júnior (1991, p. 17), representando assim um discurso científico mais geral, capaz de abarcar toda a população escolar. Apesar dos esforços médicos de alcançar esse público, a divulgação desse saber teve uma particularidade que contribuiu decisivamente para o momento seguinte, pois consolidavam o exercício da matéria de educação física nas escolas privadas e chamavam a atenção do governo para um assunto que seria tão discutido durante a Era Vargas; o **segundo**, dono de caráter militarista via na disciplina a essência da formação do cidadão, seus corpos deveriam estar sempre aptos para a luta, para a defesa da nação. Características como “coragem, vitalidade, heroísmo, disciplina exacerbada compunham a plataforma básica da educação física militarista” (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p. 18). Ocorre uma redução considerável do número de publicações nos periódicos em defesa da educação física, porém, cresce vertiginosamente sua aparição na legislação educacional, no programa escolar, na fala dos professores, nos encontros pedagógicos e nas práticas esportivas, graças à obrigatoriedade da matéria nas escolas públicas.

Assim, a produção de corpos fortes e saudáveis se tornou efetivamente uma realidade quando os médicos já não possuíam tanto espaço na imprensa para escrever seus ensinamentos ditos científicos. Enquanto puderam se munir dessa arma discursiva saíram atirando para todos os lados informações que deixavam o leitor ciente de tudo que havia de novo para ser possuidor de corpos fisicamente vigorosos. Trataram,

³⁶¹ Educação Física Higienista (até 1930); Educação Física Militar (1930 a 1945); Educação Física Pedagógica (1945-1964); Educação Física Competitivista (1964 a 1990); e, a Educação Física Popular (pós-1990). Apresentei os dois primeiros períodos, pois são os que abarcam a temporalidade discutida nessa tese.

portanto, de falar sobre temas diretamente ligados à prática da educação física: o descaso para com a cura da torpeza, da moleza de lesma e da fealdade.

De fato, a educação física ainda não era uma realidade a todas as escolas da Paraíba, mas é certo que ela já fazia parte do programa escolar obrigatório. A legislação escolar alterada ao longo das reformas realizadas no ensino na primeira metade do vigésimo século, mostram como o discurso médico foi conquistando espaço dentro das normas que disciplinavam a vida das escolas paraibanas. Para tanto, faz-se necessário entender como essas reformas atenderam as reivindicações médicas e cederam paulatinamente espaço aos encantos da medicalização escolar. Lanço um olhar sobre essas mudanças na tentativa de perceber – ou não – sua efetivação na educação das crianças.

4.7 A legislação escolar em defesa do *mens sana incorpore sano*

O *Almanach do Estado da Paraíba* do ano de 1917 apresentou aos leitores um passeio pelas instituições e serviços oferecidos pelo governo ao povo paraibano. Dentre eles estava a *Escola de Aprendizes Marinheiro*, que excepcionalmente nesse ano estava “aquartelada em um prédio pertencente ao Governo ao Estado, cedido gratuitamente, até que fique concluído o novo prédio em construção á avenida Dr. João Machado”. A escola contava com o número de vinte aprendizes matriculados que eram regidos pelo Capitão-Tenente Antônio Vieira Lima. Numa tarde qualquer de 1917, esse mesmo militar empossava a equipe médico-pedagógica da escola composta pelo Dr. Walfredo Guedes Pereira, médico responsável pela inspeção da saúde, por Manoel Júlio Seccadio, enfermeiro e auxiliar direto do médico e pelo “mestre de gymnastica”, o professor Honorato Pereira de Oliveira. A esse último, cabia a tarefa de realizar com os aprendizes a educação física com a finalidade de disciplinar o corpo dos alunos, torná-los fortes, aproveitáveis e cheios de saúde.

O mestre de ginástica, Honorato Oliveira cedia seus préstimos também ao *Colégio Pio X* e ao *Colégio Nossa Senhora das Neves*. Foi um defensor fervoroso da prática de exercícios físicos, especialmente da ginástica sueca, alegando que a “cultura physica objetivava o *mens sana incorpore sano*”, ou seja, “gymnastica sueca e outros

desportes atléticos para que os alunos pratiquem com real utilidade a sua saúde”³⁶². Em texto de apresentação de suas aulas de ginástica, Honorato declarou que o modelo de atividade física melhor aproveitado nessas escolas – a gymnastica sueca – fora aplicado com a função de “salvar a Pátria nossa mui amada, ao lado dos moços que desejam ser fortes e bons, cidadãos dignos e homem a altura das necessidades e do futuro de sua grandiosa e afflictiva nacionalidade”³⁶³.

O discurso apresentado revelou a presença da educação física no contexto escolar das instituições católicas e militares. Para essa narrativa, busquei problematizar em que momento a educação física ganhou raízes permanentes na escola pública da Paraíba. Assim, faz-se necessário esticar a lupa sobre as reformas do ensino publicadas dentro do recorte que delimita essa tese³⁶⁴.

Lembrando que o recorte temporal dessa tese perpassa três momentos da política brasileira: a *República dos Governadores*, a *Era Vargas* e o *Estado Novo*. Analisar os programas de ensino criados ao longo desse recorte exige um entendimento político da Paraíba nesses períodos, especialmente por se tratar de discursos revestidos da ordem. Dessa forma, a introdução das matérias de higiene e educação física nos programas de ensino criados nesses governos foi defendida como parte de um projeto modernizador, ordeiro, civilizado. Não se trata de fazer uma exaustiva discussão político-partidária, mas situar o leitor nesses três momentos que trataram de publicar a *Reforma de Ensino de 1917*, a *Reforma do Ensino de 1935* e a *Reforma do Ensino de 1942*, respectivamente.

Quadro IV: Governantes da Paraíba entre 1912 e 1942

Governante	Período	Partido Político
João Pereira de Castro Pinto	1912-1915	PRCP
Antônio da Silva Pessoa	1915-1916	PRCP
Solón Barbosa de Lucena	1916	PRCP
Francisco Camilo de Holanda	1916-1920	PRCP
Solón Barbosa de Lucena	1920-1924	PRCP

³⁶² *A Imprensa*, 16 abr. 1916.

³⁶³ *A Imprensa*, 21 set. 1916.

³⁶⁴ Dentro do recorte temporal dessa tese foram publicadas três reformas do ensino, uma em 1917 durante o governo Camillo de Holanda, outra no contexto da Era Vargas em 1935 e a última em 1942 regida pelos princípios da ditadura do Estado Novo. É importante lembrar, que durante os intervalos existentes entre uma reforma e outra, me deparei com a publicação de novas leis que alteravam, invalidavam, acrescentavam ou mesmo criavam novas ações referentes às matérias de Higiene e Educação Física.

João Suassuna	1924-1928	PRCP
João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque	1928-1930	PRCP
José Américo de Almeida	1930	PPP
Antenor de França Navarro	1930-1932	PPP
Gratuliano da Costa Brito	1932-1934	PPP
Argemiro de Figueiredo	1935-1940	PPP
Ruy Carneiro ³⁶⁵	1940-1945	Interventor

Legenda: PRCP: Partido Republicano e Conservador da Paraíba

PPP: Partido Progressista da Paraíba

Fonte: Quadro elaborado pelo autor dessa tese.

A “anarquia de Álvaro Machado” saía de cena para a chegada da “ordem de Eptácio Pessoa”. Assim descreveu Linda Lewin (1993, p. 271), ao falar do período de transição de uma oligarquia a outra na Paraíba entre os anos de 1912 e 1915. Conforme essa autora, Eptácio Pessoa assegurou o controle incontroverso da oligarquia estadual através de vitórias eleitorais que deram a sua facção o controle da delegação ao Congresso e da Assembleia, reduzindo a representação política de sua oposição ao mínimo legal.

O período que vai de 1912 a 1930 foram marcados pelo *Epicismo*, oligarquia de sobrenome Pessoa, que tratou de dar as cartas do jogo político na Paraíba. Para isso, o líder dessa oligarquia tratou de realizar mudanças dentro do *Partido Republicano e Conservador da Paraíba* que asseguravam o controle sobre a política estadual, dentre elas, impedir que os membros do partido se lançassem como candidatos avulsos contra a chapa oficial do PRCP, dessa forma, qualquer chefe local que desejasse concorrer a uma eleição contra um candidato oficial teria que enfrentar a expulsão do partido; ou mesmo através da instituição da *Lei Eleitoral Rosa e Silva* que garantia a oposição apenas a quantia de 20% dos cargos no legislativo, reduzindo consideravelmente o número de opositores no poder.

No que diz respeito às indicações políticas realizadas por Eptácio Pessoa, percebe-se que elas “refletiam sua forte preferência por candidatos leais e de trato fácil [...] davam-lhe a segurança de poder contar com governadores confiáveis que executariam lealmente as suas políticas como fieis procuradores” (LEWIN, 1993, p.276). Assim foi com seus parentes Antônio Pessoa e Solón de Lucena. Em 1919,

³⁶⁵ Não é possível associar o interventor Ruy Carneiro a qualquer partido político. Foi escolhido pelo presidente da República para o cargo de interventor do estado da Paraíba num momento em que os partidos políticos haviam sido extintos.

Epitácio Pessoa foi eleito para o mais alto cargo político brasileiro: presidente da nação³⁶⁶. Tinha início uma “nova era na política nacional” (LEWIN, 1993, p. 280). O discursos de ordem empreendido por Epitácio Pessoa estava vestido com as indumentárias do moderno, das conotações heroicas, nacionalistas, características que visavam assegurar o processo de modernização da capital paraibana. O progresso presente nos discursos dos membros dessa oligarquia era representado pelas fábricas, portos, trilhos, praças, avenidas, grupos escolares e hospitais. Foi a sombra desses discursos que o Serviço de Higiene era defendido como “instituição capaz assegurar ações de polícia sanitária e campanhismo significativo” (SÁ, 1999, p. 124). No mesmo rumo, a legislação escolar tomava ares de modernidade assinalados pela presença das matérias de higiene e educação física, mesmo que no discurso!

O governo João Pessoa (1928-1930) sepultou a oligarquia Epitacista, que “não teve mais condições de reerguer-se [...] a influência de Epitácio Pessoa foi rapidamente substituída pela de José Américo de Almeida, cujo prestígio junto ao poder central ampliou-se consideravelmente durante sua atuação enquanto ministro da Viação e Obras Públicas” (GURJÃO, 1994, p. 105). Antenor Navarro, que assumiu a interventoria da Paraíba após a saída de José Américo de Almeida, pautou-se no modelo anti-coronelista implementado desde o governo João Pessoa³⁶⁷. Os primeiros governos, conforme Martinho Guedes dos Santos Neto (2012, p. 85), procuraram desqualificar o sistema coronelista, sendo acusada de atraso político, econômico e administrativo; em contrapartida visaram estabelecer outros códigos para a representatividade republicana e outros símbolos para o novo momento que, desde os primeiros instantes, almejou construir uma leitura comum do passado projetada para um futuro próspero que, em tese, desconsideraria o exercício do poder e a fórmula política das primeiras décadas republicana.

³⁶⁶ Epitácio Pessoa foi indicado pelo senador Raul Soares, em nome do Estado de Minas Gerais. A eleição foi assegurada pelo apoio que recebeu dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os políticos desses estados viram em Epitácio um atraente candidato de compromisso, num momento em que o seu idoso oponente, o indomável Rui Barbosa – que concorria pela segunda vez – estava em fim de carreira. Epitácio Pessoa teve 249.342 votos, contra 118.303 votos de Rui Barbosa. Cf: *Política e parentela na Paraíba...* (LEWIN, 1993, p. 280).

³⁶⁷ Dentre as principais medidas da interventoria de Antenor Navarro estava a de colocar nas prefeituras dos municípios pessoas estranhas ao meio, civis ou oficiais da Polícia Militar, frequentemente remanescentes da Aliança Liberal, instruídas para marginalizar e até hostilizar os chefes perrepistas; aboliu algumas insenções fiscais, suprimiu uma mesa de rendas, criou vários postos e estações fiscais, extinguiu alguns cargos, tornou efetiva a proibição de acumulações remuneradas e baixou decretos reorganizando o quadro geral dos funcionários públicos, segundo os critérios de capacitação Cf: *Morte e vida das oligarquias...* (GURJÃO, 1994, p. 108-109).

Nos anos que se seguiram, o governo estadual foi partilhado entre Gratuliano de Brito e Argemiro de Figueiredo. O primeiro deu prioridade ao “programa de amparo ao ensino, e logo que melhoraram as condições financeiras do Estado, foram reiniciadas as construções dos grupos escolares³⁶⁸, começadas por Antenor Navarro em diversos municípios” (MELO, 1996, p. 97); a *Revista do Ensino* criada pelo decreto 287 de 8 de junho de 1932 e as *Semanas Pedagógicas* são marcas do investimento dessa interventoria no campo da educação. O segundo – Argemiro de Figueiredo –, foi eleito pelo voto indireto em 1934 e continuou como interventor, após o golpe do Estado Novo. Seu governo foi marcado pela divulgação dos interesses do governo central. Realizou a *Reforma do Ensino* no ano de 1935, criou o *Departamento de Educação* e dentro deste, o órgão responsável pela higiene e educação física enquanto matéria obrigatória.

Já o governo Ruy Carneiro³⁶⁹ (1940-1945), segundo Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2012, p. 172) marcou o início de um novo modo de atuação na política paraibana, voltado para as massas e para a assistência social, mas, nem por isso, descompromissado com as oligarquias e dissociado de práticas repressivas e autoritárias. Nomeado por Getúlio Vargas, Ruy Carneiro liderou um “governo liberal, democrático e pluralista, caracterizado pela preocupação com os menos desfavorecidos [instaurando] um clima de paz, harmonia e de límpida tolerância com os adversários do governo” (CARVALHO, 1993). Preocupado com a assistência social, realizou diversas campanhas para instituições filantrópicas a exemplo do *Orfanato D. Ulrico* e o *Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha*; instituiu nos grupos escolares da Paraíba a merenda escolar, para isso, mandou construir cozinhas nesses espaços, fato que teria aumentado consideravelmente a frequência das crianças nas escolas. Tratou ainda de alargar a oferta de cursos – monitores de educação física, educadoras sanitárias e cuidados com as crianças –, através da *Escola de aperfeiçoamento de professores* para melhor atender as crianças.

³⁶⁸ Foram concluídos e mobiliados em 1933 o Grupo Escolar Rio Branco em Patos, o Grupo Escolar 24 de Janeiro em São João do Cariri; o Grupo Escolar Antenor Navarro em Guarabira; o Grupo Escolar Targino Pereira em Araruna; o Grupo Escolar Mons. João Milanez em Cajazeiras; o Grupo Escolar João da Mata em Pombal, o Grupo Escolar Coelho Lisboa em Santa Luzia; e o prédio escolar em Juazeirinho, na época, município de Soledade. No ano seguinte inaugurou o Grupo Escolar Xavier Júnior em Bananeiras, o Grupo Escolar Afonso Campos em Pocinhos, na época, município de Campina Grande.

³⁶⁹ Ruy Carneiro foi nomeado por Getúlio Vargas interventor da Paraíba em 16 de agosto de 1940. Até essa data, Ruy Carneiro havia tido uma discreta participação na “Revolução de 1930” e uma vida política de pouca projeção, mas que lhe permitiu criar uma ampla rede de relações, tornando-se inclusive, muito próximo de Getúlio Vargas e da cúpula de seu governo. Foi oficial de gabinete do Ministério da Viação e Obras Públicas, deputado federal e secretário da presidência do Banco do Brasil. Cf. *O salvador, o realizador, o democrata...* (SILVA, 2012).

Feito a ressalva, afirmo que o intuito desse tópico é perceber exatamente as aproximações e distanciamentos entre o que diz a legislação e a sua efetivação. Nesse sentido, busco e comungo com a proposta de Luciano Mendes Faria Filho (1998, p. 106) ao entender a legislação enquanto prática social. O historiador da educação chama atenção para uma distinção necessária entre dois momentos fundamentais: o momento da *produção* - imprescindível para perceber o tipo específico de legislação de que se trata, os sujeitos envolvidos na produção da legislação e seus interesses em produzi-la -, e o de momento de *realização* da lei – que viabiliza relacionar a legislação com a produção de novas práticas. Perceber a produção da legislação que governou a educação física e o surgimento de novas práticas a partir de sua execução se configura no desafio desse tópico.

As reformas do ensino promulgadas e/ou outorgadas nos primeiros anos do século XX tinham a função de repercutir e ampliar um movimento de afirmação social da escola, constituindo um modelo de instrução capaz de atender as massas. Um modelo de educação que conforme Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (2002) rompeu aquele praticado pelas escolas isoladas, com um único professor remunerado ou não pelo Estado e funcionando em casas, igrejas, salas ou em qualquer outro lugar. O molde de educação a que se propunha a legislação oficial desse período visou construir uma cultura escolar que atendesse os interesses próprios de um Estado que se aspirava forte: uma educação intelectual, moral e física do povo. O que se galgava nesse momento é o que Tarcísio Mauro Vago (1999, p. 31) chamou de um

novo modelo escolar que deveria então ser implantado, com o qual se pretendia muito mais que apenas instruir as crianças: era preciso educa-las nas boas maneiras e dar-lhes uma profissão [...] a escola agora caberia a missão de operar ‘uma verdadeira revolução dos costumes sob o ponto de vista moral, atingindo os benefícios dela a própria vida econômica. Desejava-se um operariado alfabetizado e que oferecesse garantias de economia e incremento à indústria que se tentava organizar no país. A escola provocaria então uma mudança de sensibilidade, de linguagem, de comportamento e mesmo de perspectivas pessoais.

No contexto dessas novas sensibilidades, posiciono a educação física e todas as novas práticas impostas pela educação da saúde. É possível perceber o modelo de cidadão que se aspirava: ordeiro, limpo, forte, vigoroso, economicamente aproveitável, intelectualmente viável. Não que a promulgação da legislação representasse sua efetivação, mas foi possível entendê-la enquanto um passo na direção à elaboração

desse “novo aluno”. Era a resposta à expectativa dos médicos em formar aqueles que seriam os cidadãos paraibanos esculpidos nos princípios da higiene e da eugenia: educados, civilizados, disciplinados, normatizados, obedientes, dóceis, sadios, curados, hígidos, trabalhadores, laboriosos, resistentes, ordeiros, plácidos, responsáveis por edificar o progresso da Paraíba e do Brasil. Nesse sentido, os discursos foram vitoriosos!

Foi engajado nesses princípios que o jornal *A União* publicou em suas páginas o *Decreto 873* de 21 de dezembro de 1917 que regulamentava a instrução pública. Esse documento apresentava as normas que deveriam ser seguidas no ensino primário, nas escolas privadas, nas escolas rudimentares, nas escolas isoladas, nas escolas reunidas e nos grupos escolares. Apresentava ainda o provimento das escolas, o corpo docente com seus direitos e deveres, bem como, o do corpo discente e os predicados desejados a esse grupo. Aulas, exames, avaliações, punições, competências, materiais escolares, direção, escola normal, ensino noturno, inspeção técnica e sanitária. As prescrições normativas estavam postas a população leitora. Embora o Decreto versasse sobre todo esse arsenal de temas e setores, vamos no deter aquilo que diz respeito à educação da saúde: higiene e educação física.

O primeiro capítulo intitulado “Do curso primário” traz em seu artigo primeiro o imperativo:

Art. 1º. O ensino primário oficial é leigo e gratuito, e tem por fim promover educação physica, intelectual e moral de ambos os sexos.

§ -1º. A educação physica será dada por meio de gymnastica escolar e exercícios espontâneos.

§ -2º. A educação intelectual deverá ser rigorosamente intuitiva e pratica.

§ -3º. A educação moral será comunicada em fórmula experimental e simples, devendo ser deduzida dos bons exemplos dados pelos professores e demais individualidades da vida escolar³⁷⁰.

Oferecida a todos? Se fizermos a interpretação fria da lei, a resposta seria positiva. A legislação escolar da época afirmava em letras bem visíveis que em meados da década de 1910 a educação física era uma realidade assegurada por lei ao menos no Ensino Primário. Em nenhum momento, o documento faz referência à prática da ginástica nos demais segmentos ou outros estabelecimentos de ensino para além do curso primário. Embora “obrigatória” as atividades físicas deveriam ser realizadas na escola e por meio de “exercícios espontâneos”; fato que revelava no processo de

³⁷⁰ *Decreto 873*, 21 dez. 1917. Grifos meus.

implementação das orientações médicas para a escola, uma falta de critérios que a colocasse sob a orientação dos discursos médicos da época. A educação física, de acordo com o Decreto, estaria presa a malha asfixiante do lúdico, do brincar, do correr, pular. Tornava-se recreação. O que é bastante contraditório. Ao observar a disposição da ordem dos deveres do ensino primário me deparei com a sequência: “1º educação *physica*”, “2º educação *intellectual*” e “3º educação *moral*”. Numa sociedade em que convencionou-se colocar em primeiro lugar aquilo que é mais importante, poderei afirmar que a educação física se fazia mais importante que os demais tipos de educação? Não seria contraditório, pensando no lugar por excelência de promoção da educação intelectual, apresentar a educação física como primogênita? Não seria mais contraditório, na mesma seção do documento, elencar as matérias do programa escolar do ensino primário – leitura e escrita, língua materna, aritmética, pesos e medidas, noções de geografia e de história do Brasil e da Paraíba, ciências físicas e naturais, higiene, desenho, música, prendas domésticas, instrução moral e cívica e noções de direito – e não colocar a ginástica como matéria escolar? A educação física estava fadada ao entretenimento, a diversão.

Por outro lado, a matéria de Higiene já era fato duplamente consolidado: primeiro pelos cuidados de asseio que as escolas eram obrigadas a assegurar e segundo pela disciplina que ensinava os cuidados com o corpo, a casa, as ruas, a alimentação, o combate às doenças, o banho. Se consideradas anti-higiênicas, o Decreto gritava:

Art. 13º. Serão fechados os estabelecimentos:

- a) Anti-hygienicos;
- b) Prejudiciais á ordem publica e aos bons costumes;
- c) Que tiverem sofrido pena de suspensão e reincidirem na infração dos dispositivos regulamentares³⁷¹.

O mesmo valia para os alunos. Para os alunos sujos, punição!³⁷² Dentre elas a expulsão das escolas. Para tanto, cabia aos professores “assistir aos recreios dos alumnos, zelar pela saúde e hygiene deles e conservação do prédio escolar”³⁷³ e “verificar diariamente o asseio dos alumnos, fazendo observação e dando conselhos aos

³⁷¹ Decreto 873, 21 dez. 1917. Grifos meus.

³⁷² Para aqueles alunos que costumavam frequentar a escola sem o asseio exigido, o Decreto 873 previa punições que iam desde a “privação de logares de distinção e em geral tudo que produza vexame sem abater o brio [...], privação de recreio sem tarefa escolar, comunicação das faltas commettidas e das penas que houverem soffrido aos paes, tutores e preectores, exclusão temporária até 30 dias” até a “exclusão definitiva”.

³⁷³ Idem.

que não estiverem asseados”³⁷⁴. O mesmo se aplicava aos professores, funcionários e ao prédio escolar. Foi no intuito de fiscalizar o ensino que o *Decreto 873* instituiu a “Inspeção Technica” e a “Inspeção Sanitária”. Efetivada por um corpo de inspetores regionais e dirigido pelo diretor geral do ensino, a “Inspeção Technica” tinha a função de visitar os estabelecimentos de ensino público ou privado observando os métodos utilizados na instrução, requerer a frequência dos professores e demais funcionários, propagar as informações do Estado no campo da educação, analisar o material pedagógico, a classificação pedológica dos alunos, a higiene escolar e a estatística, além de emitir relatórios anuais contendo as referidas informações sobre as escolas. Já a “Inspeção Sanitária”, dita escolar possuía a finalidade de observar

a) A vigilância hygienica das escolas e do material, principalmente sobre o ponto de vista orthopedico; b) A inspecção medica dos alumnos e do pessoal; c) A prophylaxia das moléstias transmissíveis e evitáveis; d) Instruir nos preceitos elementares de hygiene dos alumnos; e) A direcção e fiscalização da educação physica nas escolas³⁷⁵.

O serviço dessa inspetoria me fez levantar diversas questões! Como foi possível fiscalizar a educação física se ela estava no campo da ludicidade? Os médicos se dispunham a assistir os recreios para observar a realização daquilo que o governo paraibano entendia por ginástica? Pouco provável. Nas despesas apresentadas no jornal *A União* em fins de dezembro de 1917 não consta a contratação e/ou pagamento desse funcionário para realizar a fiscalização nas escolas. A legislação defendia a presença do médico como peça fundamental na arte de medicalizar a infância. Estabelecia por meio do Artigo 258º do *Decreto 873* que a “inspeção será feita por um corpo de medico de livre nomeação do Presidente do Estado” e que esses esculápios “escolares ficarão obrigados a organizar as cadernetas biológicas dos alumnos conforme o typo que fôr oficialmente adoptado e apresentar semestralmente um relatório”. A intenção da lei parecia boa! Aos médicos escolares não se atribuiu apenas as orientações sobre higiene, ortopedia, inspeção sanitária, combate as doenças e a segurança de uma ginástica pautada nos princípios da ciência. Estava prescrito no Artigo 260º que os “médicos escolares são obrigados a visitar e receitar no domicilio o alumno que se acharem doentes”, com a ressalva de que “quando o alumno doente dispuser de meios para o próprio tratamento, o médico escolar fica isento da obrigação de receitar, e sua visita

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ *Decreto 873*, 21 dez. 1917. Grifos meus.

terá por fim colher os necessários elementos para a caderneta biológica”. Caberia ainda à escola, enviar o medicamento receitado pelos médicos escolares aos alunos pobres. Esse medicamento deveria ser enviado às escolas “gratuitamente pelo Estado, ou pela caixa escolar quando já tiver funcionando na respectiva escola”.

Não encontrei as cadernetas biológicas. Nenhuma das escolas pesquisadas continha referência a esse documento. Também não encontrei registros de despesas da caixa escolar com medicamentos passados por médicos, muito menos registros de visitas dos médicos aos domicílios dos alunos. As rubricas dos esculápios, só podiam ser vistas até terceira década do século vinte, nos atestados de vacinação obrigatoriamente exigido no ato da matrícula escolar. No mais, posso inferir que parte da legislação dita obrigatória não era efetivada. Por outro lado, essa legislação representou um avanço, uma vitória para os médicos sanitaristas. Suas lutas agora estavam na base legal, embora muito ainda houvesse para alcançar tal posto, mas sim, pela efetivação da medicalização escolar, pela segurança de uma higiene responsável, ela legitimação do combate às doenças e pelo trabalho do corpo através da educação física.

Conforme Luciano Mendes Faria Filho (1998, p. 118) a legislação foi historicamente utilizada pelas autoridades ligadas ao executivo em suas várias instancias, na tentativa de, a partir delas, atribuir a alguns profissionais a realização de cobranças baseadas na lei. O caso da Paraíba, cobrar dos professores o cumprimento da lei também no que diz respeito aos cuidados ao asseio e higiene, a realização da ginástica recreativa; e, dos médicos o atento cuidado aos cartões de vacinação, o exame de aptidão física, a observação sobre o prédio escolar, professores e alunos, o atendimento aos enfermos e a medicalização. Na mesma intensidade, leis como o *Decreto 873* legitima o discurso dos médicos e faz suscitar denúncias, ou mesmo novas reivindicações. Noutras palavras, clamores que afirmam serem os políticos pródigos e modernos na hora de criar as leis, porém desonestos e ilegais na hora de executá-las. Isso se aplica perfeitamente a Educação física nas três primeiras décadas do vigésimo século.

A chegada dos anos 1930, nas palavras de José Baptista de Melo (1996, p. 90) não constituiu novidades para a Paraíba. Para esse professor a revolução educacional no território paraibano já havia ocorrido há tempos. O que se promoveu aqui fora apenas a correção de abusos e a legitimação de uma prática já existente “a todo vapor”. Ledo engano!

Se o professor Baptista Melo se refere a instituição dos grupos escolares e a adoção da Escola Nova enquanto modelo a ser seguido, a afirmativa pode ser considerada verdadeira. Já se tratando da matéria de educação física na legislação escolar, é preciso ter cautela. Após a publicação do decreto que regeu a instrução pública na Paraíba em 1917, só foi aprovada outra no contexto da Era Vargas, em 1935. Assinada pelo interventor Argemiro de Figueiredo, a Reforma de 1935 criou o Departamento de Educação responsável por “estudar cuidadosamente a organização escolar, abrir novos horizontes a educação paraibana; oferecer ensino de letras, ensino técnico profissional, formação social” (MELO, 1996, p. 108-109). Na apresentação do jornal *A União* ao Departamento de Educação pode ser lido:

Um serviço rigoroso de fiscalização escolar, o desenvolvimento da educação sanitária, a obrigatoriedade da educação física, o aparelhamento dos nossos atuais estabelecimentos, o acabamento das obras iniciadas, as edificações de novas casas de ensino, ampliação de alguma das existentes e a instalação de instituições pré-escolares, dentro de uma organização modesta, mas eficiente, darão necessariamente novos rumos ao ensino da Paraíba³⁷⁶.

O que antes tinha um caráter recreativo, parecia agora se sustentar em outras bases. A obrigatoriedade da educação física se fazia tão necessária quanto o desenvolvimento de uma educação sanitária. A estrutura da reforma aprofundava algumas questões e criava outras. Contemplava o ensino primário, normal, particular, rural, noturno, profissional, clubes, museus, oficinas, pré-escola, etc., também mantinha na Inspetoria Geral do Ensino a fiscalização sanitária.

Visando atender os interesses do governo, os professores que regiam a educação paraibana trataram de realizar em 30 de agosto de 1935 o *VII Congresso de Educação* com o tema da “Educação Physica”. O intuito do evento era discutir a importância da inserção da ginástica dos diversos segmentos do ensino, para isso, foram proferidas teses intituladas “A Educação Physica Elementar”, “A Educação Physica na Escola na Escola Secundaria”, “A Educação Physica nas Escolas Normaes” e “As Bases Scientificas da Educação Physica”.

Professor da lente de Educação Física da *Escola de Aperfeiçoamento de Professores*, Aluizio Xavier postulou ser a ginástica “um problema nacional de grande relevancia promover a educação physica da população escolar, em todos os gráus, e, especialmente, a feminina, que tem sido a menos cuidada”, indicou que a “orientação

³⁷⁶ *A União*, 21 dez. 1935. Grifos meus.

médica, sempre que possível, deve ser dada por profissionais especializados, conhecedores dos princípios fundamentais de educação”, defendeu que o “professor de educação física deve ser um educador, no sentido amplo da palavra, para poder apreciar sempre a criança no seu aspecto global” além do fato de ser na “escola primária adotada a educação física sob uma forma recreativa que concorra para o completo desenvolvimento orgânico”; que as “escolas normais e de professores devem incluir no seu curriculum um programma de noções de teoria e pratica de educação física, que habilite o professor primário a ministrar a mesma na escola elementar”, a prática da “educação física nas escolas secundárias e normais deve ter um caracter accentuadamente recreativo e attender as condições bio-psicológicas do adolescente, exigir de “accôrdo com exame médico, em todos os níveis escolares, impõe-se, nos casos de desequilíbrio funcional, um programma de actividades correctivas, ministrado por technicos especializados”. Falou ainda sobre as vantagens da homogeneização das escolas para a educação física; que o simples critério de grupamentos dos escolares por idade cronológica ou escolar não bastava: deveria ser estabelecida dentro do “critério caracteriológico, no seu tríplice aspecto – morphologico, temperamental e psicologico”, e por fim que a “biotypologia, a endocrinologia e as noções de temperamento são factores que a educação física moderna não pode desconhecer nem delles prescindir”, assim como não pode descuidar dos conhecimentos, ainda que rudimentares, de “psicologia, imprescindíveis na organização e na applicação de methodos modernos”³⁷⁷.

Na orientação repassada pelo governo federal para os estados brasileiros acerca da educação física estava a organização do serviço administrativo da ginástica, criando dentro do Departamento de Educação um órgão com a função de solucionar o problema da educação física e difundi-la pelas cidades. A esse mesmo órgão, caberia o papel de criar “um aparelho idêntico e estabelecerem cursos para a formação de professores especializados”, no caso específico da Paraíba podemos elencar o curso de *Aperfeiçoamento de Professores*, o curso de *Educadoras Sanitárias* e o curso *Normal*. O discurso da importância da ginástica presente na legislação reivindicava outros espaços para além do ensino primário, para tanto defendia-se a introdução da “prática da educação física em todos os graus da educação publica, sendo para isto conveniente ir construindo estádios para universidades e campos de educação física ligados às escolas ou em praças publicas”. A legislação da Era Vargas já vislumbrava a adoção

³⁷⁷ A *União*, 30 ago. 1935.

obrigatória dessa prática nos demais níveis da educação, o que é possível ser visto na atuação do *Centro Estudantal Campinense*³⁷⁸, criado pelas normalistas do *Instituto Pedagógico* e que mantinha diálogo direto com o ensino superior. Dentre os princípios que norteavam a entidade e encontra-se, conforme Josué Sylvestre (1982, p. 345), no seu estatuto “proteger estudantes pobres que fizeram parte do Centro, combater o analfabetismo, desenvolver a cultura física dos seus associados e prestar ajuda moral e material a sociedade juvenil”. Os discursos que antes eram puramente médicos, ganharam fôlego nos escritos dos educadores, na legislação educacional e mesmo nas entidades criadas na década de trinta. A cultura física era constantemente aclamada nos discursos promovidos pela legislação da época.

Por fim, a legislação nacional tratou de encaminhar aos departamentos responsáveis à educação nos estados brasileiros a real importância do cuidado com aqueles que ministrariam as aulas de educação física nas escolas. Tendo consciência da falta de professores formados em Educação Física, a lei indicava que “para a organização primeira do corpo docente o processo a ser adoptado será o de contrato de technicos de notoria competência”, até que cada estado criasse os cursos de “professores de Educação Physica”, o curso de médicos especializados em educação physica” e os “Cursos Superiores de Investigações e Aperfeiçoamentos para professores já especializados”.

No período em que os interventores estiveram à frente do governo paraibano, os cursos responsáveis por formar pedagogicamente os professores habilitados a desenvolver junto a seus alunos foram a *Escola de Aperfeiçoamento de Professores* e o *Curso de Educadoras Sanitárias*. Não há indícios das demais formações e/ou cursos até o ano de 1945. Reafirmo, embora o discurso médico postulado veementemente nas primeiras décadas do século XX já obtivesse algumas vitórias, muito ainda estava por vir. A própria Reforma do Ensino de 1935 que fala da “obrigatoriedade” da atividade física não afirma com todas as letras esse caráter. Só em 11 de fevereiro de 1938, sob a rubrica de Argemiro de Figueiredo, então interventor do estado e sob a égide da ditadura do Estado Novo é que a Educação Física torna-se matéria obrigatória assegurada pelo *Decreto 961*. O artigo primeiro escancara: “Fica instituída

³⁷⁸ O Centro Estudantal Campinense, ou melhor “O Centro” como era popularmente chamado foi fundado no dia 04 de setembro de 1935. A iniciativa de sua organização partiu de um grupo de alunas do Ginásio Alfredo Dantas no regresso a Campina Grande de uma visita a cidade de Fortaleza. Foi inspirado no Centro Estudantal Cearense, no dinamismo e na atuação agregadora da classe. Cf.: *Lutas de vida e de morte...* (SYLVESTRE, 1982).

obrigatoriamente a educação physica em todas as escolas primárias e secundárias do estado”. A realização dessas aulas deveria ser ministrada sob a orientação de um superintendente dispondo de auxiliares e monitores necessários a atender a demanda de alunos por escola.

O *Decreto 961*, além de instituir a obrigatoriedade da matéria no programa de ensino da época, alargou a responsabilidade de sua efetivação. O Artigo 2º decretou que a educação física junto às escolas seria também por elementos de corporações militares que se encarregavam dos exercícios de marchas, paradas e acantonamentos. Assim, constantemente os regimentos militares foram convidados para realizar exercícios físicos na frente das escolas, ou mesmo dentro dos pavilhões de educação física. No ano de 1939, por exemplo, o jornal *A União* falou da apresentação da força policial dos bombeiros apresentando novos aparelhos e exercícios para os alunos da rede pública. A apresentação foi realizada “as 13 horas em frente ao quartel do estado maior daquela corporação com a assistência de várias autoridades do Estado”³⁷⁹. A educação física arregimentava forças, acentuava o caráter físico-militar e cívico. O referido decreto ainda estabelecia o uso de fardamento obrigatório na realização da ginástica. Os uniformes seriam distribuídos pelo Departamento de Educação estadual de forma gratuita para todos os alunos de acordo com o modelo escolhido pelo Estado e com ligeiros distintivos dos estabelecimentos a que pertencem.

É importante ressaltar que a legislação educacional da década de 1930 faz referência ao curso de Educadora Sanitária e atribui a essa formação um caráter de legitimação ao ofício de condutor da higiene e da educação física. Evelynne Cavalcanti Silva (2013, p. 43) defendeu que esse curso havia sido pensado, organizado e articulado no ano de 1942, ocasião em que se apresentava um panorama geral da higiene escolar na Paraíba. De fato, nesse ano é intensificada a atuação do curso, porém afirmar que havia sido “pensado, organizado e articulado em 1942”, não seria de todo verdadeiro. O Decreto de 1935 já instituía o curso de Educadoras Sanitárias, que nas palavras de José Batptista de Melo (1996, p. 114) era instituída devido à necessidade de amparar as crianças em idade pré-escolar e do ensino primário. Assim, o corpo de educadoras sanitárias deveriam realizar a princípio seus trabalhos na capital e com o decorrer do tempo ir adentrando o interior do estado. Para a Reforma do Ensino de 1935, os principais componentes curriculares desse curso eram a “puericultura, a higiene e a

³⁷⁹ *A União*, 19 jul. 1939.

educação física”.

É certo que só no ano de 1942 acontece o alargamento do curso de formação de educadoras sanitárias e a colaboração direta da Inspetoria de Higiene Pública dirigida por Janduhy Carneiro. O *Decreto 264* de 04 de agosto de 1942 decretou após longo debate sobre higiene entre os departamentos de educação e saúde a utilização do fardamento escolar que servisse para as aulas normais e de ginástica: para os meninos blusão branco de mangas compridas, gola branca tipo marinheiro, gravata azul-marinho com listas horizontais brancas correspondentes ao ano escolar que o aluno estivesse frequentando. As calças eram curtas, de cor azul marinho e sapatos pretos com meias escuras. Os blusões dos alunos, no lado esquerdo, á altura do peito, deveria ter um bolso, e, por fora deste, as iniciais do Grupo Escolar a que os mesmos pertencessem; as meninas, o uniforme também consistia em um blusão branco, de mangas compridas, gola branca tipo marinheiro, gravata azul marinho com listras horizontais brancas correspondentes ao ano escolar que o aluno estivesse frequentando. Saia azul marinho, gravata idêntica as do fardamento masculino, sapatos pretos e meias escuras. O bolso dos blusões deveria seguir o mesmo padrão do masculino.

As educadoras sanitárias, estavam, após o curso aptas a “trabalhar nos postos de saúde ou que trabalhassem com outros profissionais nas instituições escolares, fazendo portanto, parte não apenas da educação sanitária, mas, sobretudo, auxiliando no processo de higienização e civilização da escola” (SILVA, 2011, 49-50). Assim, a primeira metade da década de 1940 foi de forte efervescência no que diz respeito a formação de profissionais aptos a medicalizar a infância. Tanto no curso de formação a monitores de educação física, quanto na formação de educadoras sanitárias contava com professores da área da saúde e da educação. A edição de 04 de junho de 1944 do jornal *A União* anunciava o início do curso de Educadoras Sanitárias às dez horas e trinta minutos da manhã nas dependências da *Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba*. O programa do curso apresentado pelo *Decreto 264* continha os programas de Higiene Geral; Higiene Escolar e Pré-Escolar; Higiene Pré-Natal; Anatomia e Fisiologia, Patologia Geral, Higiene Infantil, Parasitologia e Bacterologia, Oftalmologia, e, Otorino-laringologia³⁸⁰.

O curso foi aberto com o pronunciamento do chefe da saúde na Paraíba, o Sr. Janduhy Carneiro expondo as finalidades e as vantagens da educação sanitária para a

³⁸⁰ Dentre o corpo docente estavam os médicos Oscar de Castro, Seixas Maia, Lourival Moura, João Soares, Manuel Florentino, Higino Brito e José Wandregiselo e a professora Neuza Andrade.

educação e para a saúde pública. Apresentou ainda a metodologia do curso dividindo-o em aulas teóricas e práticas. No que diz respeito à parte “técnica de enfermagem de saúde ficará a cargo da enfermeira Rosa de Paula, e a dietética infantil será orientado pela enfermeira Doralice Pinheiro”³⁸¹. Fez em alto e bom som, a leitura do nome das trinta professoras inscritas no curso, todas “professoras diplomadas portadoras de certificado de curso fundamental, de todos os pontos do Estado”³⁸².

Um mês antes da publicação do decreto que reafirmou a necessidade do curso de educadora sanitária, o jornal *A União* fazia o anúncio de abertura do *Curso de Emergência para Formação de Monitor de Educação Física*. O comunicado de número 15 da interventoria visava à melhoria do ensino de educação física, portanto vem “ao encontro das necessidades de organização escolar do Estado e das aspirações de um grupo de esforçados que, ha anos, luta, entre nós, pela formação especializada de professores de educação física”³⁸³. A medida havia sido tomada devido ao crescente número de alunos matriculados nas escolas públicas do estado, e o pequeno número de professores que haviam passado pelo Curso de Aperfeiçoamento de Professores. Assim, a quantidade de professores habilitados a ministrar as aulas de ginástica era bastante limitado. Assim, a Superintendência de Educação Física do Departamento de Educação, almejava com esse curso preparar pessoal “suficientemente habilitado para ministrar as aulas daquela importante matéria, hoje considerada fundamental nos currículos escolares”³⁸⁴, a matéria “carecia de um sentido de organização que somente poderia ser conseguido mediante a instituição de um curso intensivo”³⁸⁵.

A formação do curso de monitores de educação física assegurado pela legislação estadual se justificava devido ao fato de não ser possível à criação de uma escola de formação de professores de educação física na Paraíba, pois “são enórmes as exigências necessárias á instalação e funcionamento da referida instituição, que estaria além das possibilidades financeiras do Estado”³⁸⁶. Diante do exposto, o Departamento de Educação achou mais viável criar um “Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física até que, em época oportuna, se pòssa constituir uma escola de especialização”³⁸⁷. A base curricular e as normas que disciplinariam o curso

³⁸¹ *A União*, 04 jun. 1942.

³⁸² Idem.

³⁸³ *A União*, 16 jul. 1942.

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Idem.

³⁸⁶ *A União*, 17 jul. 1942.

³⁸⁷ Idem.

ficaram sob a responsabilidade do capitão Roberto Pessoa.

O *Decreto 291*, datado de 14 de julho de 1942 oficializou a criação do curso de formação de monitores de educação física. No Artigo 1º ordenou a criação no Departamento de Educação, um curso de emergência para a formação de monitores de educação física. Cinco dias após a publicação do *Decreto 291*, foi divulgado o perfil dos candidatos ao curso:

Será permitida a inscrição ao exame de admissão a candidatos do sexo feminino que satisfaçam as seguintes condições: a) tenham concluído o curso normal ou ginasial; b) tenha mais de dezessete e menos de 28 anos de idade; c) tenha robustez, sanidade física e mental, comprovadas mediante inspeção médica. Poderão se inscrever ao exame de admissão os professores da categoria “concursados”³⁸⁸.

Além de dispor desses requisitos, os candidatos precisavam passar por uma inspeção médica sendo submetidos às seguintes provas: corrida em velocidade: 50 metros em nove segundos; salto em altura com impulso; cinquenta centímetros; saldo em distância com impulso: dois metros. Noutras palavras, já se exigia do professor um bom vigor físico, eliminando de imediato aqueles considerados raquíticos, débeis, fracos, anormais. Como em toda matrícula da época, os candidatos aprovados deveriam apresentar a “secretaria do Departamento de Educação os seguintes documentos: certidão de idade, diploma de conclusão do curso normal ou certificado do curso secundário, atestado de vacinação antivariólica e atestado de bons antecedentes”. Era obrigatório ter a formação básica de professorado, bem como, dispor de boa saúde. Com o término do curso, os monitores recebiam seus certificados lhes assegurando o título de professor de educação física para os cursos primários do Estado.

Aos monitores, ou melhor, professores de educação física, o *Decreto 290* de 14 de julho de 1942 “garantia” 4,07.25 de gratificação por aula e o crédito suplementar da importância de oito contos de réis. As despesas para o funcionamento do curso de formação de monitores de educação física ficavam a cargo do Departamento de Educação.

O Departamento de Educação divulgou por meio de nota publicada na edição de 12 de agosto de 1942 que o curso de formação dos monitores de educação física funcionaria no prédio da Academia de Comércio Eptácio Pessoa, e suas aulas teriam início ainda no mês de agosto daquele ano. O programa de ensino era constituído por

³⁸⁸ A *União*, 19 jul. 1942.

várias matérias distribuídas nas

seguintes sete cadeiras: 1ª cadeira: Anatomia, Fisiologia e Ginesilogia; 2ª cadeira: Biometria e Estatística; 3ª cadeira: Higiêne, Noções de Fisioterapia e Socôrrros de Urgência; 4ª cadeira: Pedagogia e História da Educação Física; 5ª cadeira: Educação Física Geral; 6ª cadeira: Saltos, Corridas, Arremesso, Remo e Natação; 7ª cadeira: Basquete, Volei e Futebol.

Nos escritos de Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (2012, p. 7) afirma-se que a distribuição das cadeiras do Curso foi estruturada em pelo menos três grandes blocos: o primeiro (1ª a 3ª cadeiras) destinou-se aos aspectos mais biológicos e higiênicos, incluindo aí os primeiros socorros, caso algum aluno sofresse algum tipo de lesão ou machucado durante o desenvolvimento das atividades físicas e/ou esportivas. Um segundo bloco (4ª e 5ª cadeiras) destinado aos aspectos mais pedagógicos, com destaque para a história da educação física. E finalmente, um terceiro bloco (6ª e 7ª cadeiras), destinadas às atividades físicas e esportivas propriamente ditas.

Quanto ao terceiro bloco, “as atividades físicas e esportivas”, fica evidente que o que estava em voga para essa matéria não era mais a antiga ginástica sueca tão defendida nas décadas de 1910 e 1920, mas sim o império esportivo dos jogos: o futebol, o voleibol, o basquete, dentre outros. Assim, a prática da ginástica não se limitava apenas aos ritmos dos exercícios suecos, mas fazia-se com a bola nas mãos e nos pés. O esporte, especialmente o futebol, tornava-se a paixão nacional. Amor que passava a ser defendido também dentro das escolas como forma de assegurar ao corpo o controle, a força, a beleza e a saúde.

Seria, portanto, missão da Divisão de Educação Física criada pelo *Decreto 316* de 13 de agosto de 1942 “os trabalhos de orientação e fiscalização dessa modalidade educativa em todas as escolas do estado”; bem como a divulgação de uma matéria do programa de ensino focada no cultivo de um corpo ordeiro, higiênico, saudável. Um corpo cívico, capaz de amar e defender sua Pátria. Um corpo competitivo, driblando os adversários na corrida pela vitória. Um corpo forte, aproveitável para o trabalho. Um corpo belo, desejado, consumido. Um corpo legislado, esquadrinhado pelos discursos médicos, pelo bedelho daqueles que diziam entender de educação, auscultados por políticos que acreditavam ser a aprovação das leis a certeza de um corpo estadonovista. Ledo engano!

É preciso adentrar as aulas de educação física, ou melhor, nas práticas da

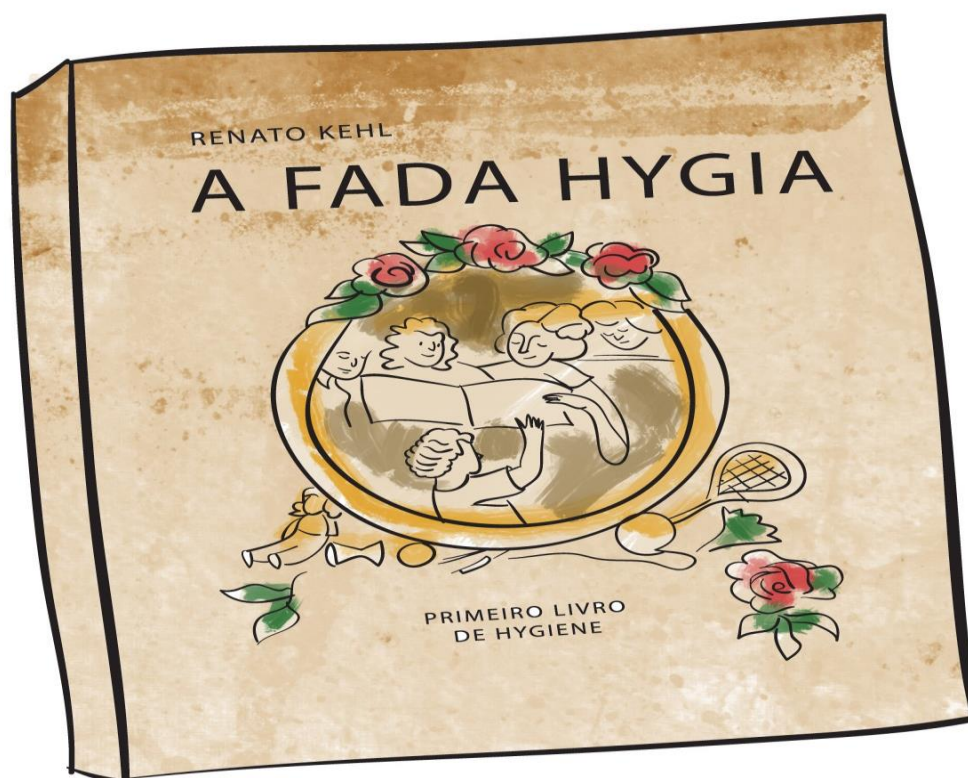
ginástica para entendermos, como os professores ressignificavam as normas estabelecidas pelos médicos e pela legislação para alcançar o corpo que se aspirava. Para isso, mergulharemos no programa escolar, nas atividades físicas realizadas, nos jogos e na utilização do livro didático que legitimou a ginástica enquanto uma cultura escolar.

Capítulo V

Um toque de Hígia: os impressos a serviço da educação da saúde

“É nas escolas que mais abundante resultados se podem colher dos esforços em prol da saúde. Nos adultos é difícil modificar hábitos arraigados desde a infância; porém na escola, devido a autoridade moral do mestre, o aluno recebe, com o máximo prazer, os seus ensinamentos e inclina-se a imitar-lhes os exemplos”.

(Seixas Maia)



É a história de dois meninos que vocês conhecem, disse ela: - moram pelas redondezas do palácio, com seus pais, que além de pobres são ignorantes. O mais velho chama-se Jeca e o mais novo Tônico.

- Há tempos, tudo na família corria bem. O pai era simples operário, mas ganhava o bastante para vestirem e se alimentarem. Partia ao alvorecer para o trabalho, enquanto a mãe ficava fazendo as arrumações da casa. Os filhos, um de dez e outro de doze anos, fortinhos e alegres, frequentavam a escola onde aprendiam as primeiras letras.

- Ambos porém eram muito traquinas. As ocupações da mãe e a ausência diária do pai deixavam-lhes liberdade para toda sorte de travessuras, algumas reprováveis.

- Quando se pilhavam fora da escola, não se dirigiam, diretamente, à casa paterna. Uniam-se a outros meninos travessos, corriam pelas estradas, penetravam nos bosques à cata de frutinhas e em perseguição aos pobres passarinhos, muitos dos quais caçados em arapuca, que armavam com habilidade.

[...]

- Certo dia de verão, com o sol escaldante, foram a um campo próximo, em busca de ovos de passarinhos. As duas horas da tarde, molhados de suor e com fome chegaram a um riacho onde, despindo as roupas, mergulharam na água; banharam-se por longo tempo. A tardinha, voltaram para casa. O mais velho dos irmãos, na hora de jantar não teve fome, começou a sentir tremores de frio. A mãe, assustada com o estado do filho, apalpou-lhe a testa e verificou que se achava com febre alta. O menino queixava-se de dores de cabeça e de garganta.

- Resultado: passou muitos dias de cama, foi obrigado a tomar remédios amargos e deu muito trabalho e aflição aos pais.

- Vejam no que deu a travessura.

- Passaram-se meses. Os dois irmãos continuaram a frequentar a escola e, infelizmente, sem ouvir a mestra e os pais, prosseguiram na mesma vida de antes.

- Doutra feita, sucedeu cousa mais grave: Quando tinham sede, bebiam qualquer água que encontravam, fosse no rio, de poço ou de biquinha.

- Certo dia Tônico amanheceu indisposto, com pouco de febre. Como piorasse cada dia mais, chamaram um médico, que disse ser o caso muito grave e explicou: "O Tônico com certeza andou bebendo água contaminada, isto é, água com micróbios perigosos [...], o Tônico permanecerá alguns dias de cama, e, se fôr feliz, ficará bom em pouco tempo.

- De fato sarou, mas foi uma luta, sofreu muito e ficou magro como um varapau. A primeira vez que tentou andar, cambaleou e quase caiu de fraco.

Depois desta história, ouvida com muita atenção, as crianças prometeram seguir os conselhos da boa fada. Esta, por sua vez, prometeu encontrar-se com elas outras vezes.

A fada Hígia (KEHL, 1925, p. 26-33)

5.1 A *Revista do Ensino* e sua proposta médico-pedagógica

A história dos irmãos Jeca e Tonico são mais uma dentre tantas outras contadas pelo livro didático *A fada Higia*. O livro foi escrito pelo médico eugenista Renato Kehl e adotado na Paraíba pelo programa de ensino como livro didático do Ensino Primário das escolas públicas. Foi fortemente defendido pelos médicos sanitaristas locais como o “melhor livro de higiene do país”. Assim, *A fada Higia* ganhou espaço na *cultura escolar*, na legislação estadual e na *Revista do Ensino*. A personagem de Higia, mais parecia a metáfora de uma professora, que com poderes mágicos disciplinaria seus alunos. Em sua varinha de condão, ou melhor, na ponta do giz escrevia no quadro negro os apontamentos necessários para uma boa educação da saúde. Nesse sentido, apresento como a imprensa dita educativa defendeu a matéria de higiene enquanto formadora de uma educação sanitária. Para isso, me debrucei sobre a *Revista do Ensino*, periódico vinculado ao *Departamento de Educação* do Estado da Paraíba que circulou durante as décadas de 1930 e 1940.

Embora a primeira edição só viesse a ganhar corpo no ano de 1932, a reivindicação de publicação de uma revista “por meio da qual podessem os nossos professores acompanhar a marcha evolutiva do ensino pela divulgação dos trabalhos sobre os novos métodos e processos pedagógicos”³⁸⁹ estava estampada no *Regulamento da Instrução Primária* homologado no governo Camilo de Holanda em 1917. Enquanto as revistas não se tornavam uma realidade, as informações pedagógicas e os decretos instituídos sobre a educação paraibana eram quase todos publicados n’*A União*. A educação paraibana, conforme defendeu José Baptista de Melo (1996) carecia de um periódico que fosse de todo seu.

Embora a legislação já falasse da necessidade de uma revista voltada para a educação, feita por professores e para professores, só foi possível concretizar a ideia após a realização de concurso público para o cargo de docente do ensino primário durante o governo João Pessoa (1928-1930), que visou “eliminar o teorismo oficial inadaptable e improdutivo, e desejando imprimir ao ensino popular uma feição prática e utilitária, despertando o interesse na grande obra empreendida”³⁹⁰. Apesar do

³⁸⁹ *Revista do Ensino*, 1932, p. 03.

³⁹⁰ *Idem*, p. 04.

esforço, foi na interventoria de Antenor Navarro (1930-1932) que a *Revista do Ensino* tornou-se uma realidade. Em chamada para o primeiro número, publicou-se:

*Venham pois os professores de offício e os que se consagram as pesquisas e estudos dos vários problemas educativos secundar os propósitos constructivos do poder público, e tragam para as páginas desta Revista as suas sugestões, doutrinas e experiências e, assim, num esforço conjuncto teremos em breve conquistado para nossa pequenina Parahyba um grau de cultura compatível a sua tradição de heroísmo e de bravura cívica, e honrado o nome de João Pessoa cuja memória é o seu maior orgulho. Como organ da Directoria do Ensino, a Revista publicará todos os actos administrativos e orientação seguindo nesse departamento, para conhecimento dos interessados, e para que sofram a crítica desapaixionada dos que, verdadeiramente, se interessarem pelo problema da educação*³⁹¹.

Tomados pelo discurso de uma escola reformada, o periódico tinha por objetivo tornar público os resultados de pesquisas no campo da educação, as diversas experiências positivas vivenciadas nas escolas públicas, os novos saberes educativos, disciplinares, médico-pedagógicos, cívicos, dentre outros; além das diversas leis e decretos promulgados pelo estado no campo da educação. É fato que a *Revista do Ensino* ganhou fôlego na Paraíba no momento em que ainda era muito forte o sentimento de heroísmo atribuído ao ex-presidente do estado, o sr. João Pessoa. Heroificado³⁹², construiu-se toda uma mitologia acerca de sua morte, que, divulgou-se em defesa do povo. Vivia-se ainda um período de construção de mitos. Homens que haviam lutado em defesa da Paraíba eram exaltados. Portanto, os periódicos, os discursos, os exercícios, as aulas ganharam um tom de civismo adotando o modelo considerado digno, a altura do Estado, capaz de despertar sentimentos como bravura, honra, tradição, heroísmo. Revestida do discurso da exaltação pátria e antenado com o que havia de mais moderno na educação, nascia a *Revista do Ensino* na Paraíba.

Ressalto que esse periódico não era uma realidade só na Paraíba. O periódico ganhou diferentes texturas nos estados brasileiros. Como explicou Maria Helena Câmara Bastos e Elizandra Ambrósio Lemos (2007, p. 17), esse periódico tinha a finalidade de orientar os professores do ensino primário e divulgar diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino. Dentre seus objetivos estavam os de “servir à coletividade divulgando experiências e saber comum ao magistério” (BASTOS, 1994); e sistematizar “o ideal de servir efetivamente para a

³⁹¹ Idem. Grifos meus.

³⁹² Ver *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da imagem do Presidente João Pessoa* (RIBEIRO, 2009).

disseminação da cultura e do ensino em nosso estado” (BASTOS; LEMOS, 2007, p. 17). Ou seja, as revistas ligadas

aos professores podem ser entendidos como núcleo de informação, já que mostram maneira de produzir e difundir discursos [...] as notícias, os artigos dirigidos aos professores e as polêmicas subsequentes ajudam a configurar um painel mais vivo e revelador das ações dos personagens diretamente envolvidos naquelas questões e das redes que lhes dão sustentação (FERNANDES, 2008, p. 16).

Periódicos como a *Revista do Ensino*, embora estivessem em consonância com os discursos que orientavam a modernidade nos grandes centros urbanos do país, buscavam responder as necessidades do contexto histórico local, reivindicando para o interior do estado uma educação considerada de qualidade nos moldes da proposta nacional. Tratava-se de lugares de produção e circulação de saberes - teorias, ideias, práticas, modelos, experiências, fórmulas, discursos – intrínsecos à educação. Assim, a *Revista do Ensino* na mesma medida que publicava um discurso pedagógico, contribuía de forma categórica para produzi-lo.

Já afirmei acima que essa revista nasceu com a finalidade de estampar em suas páginas discursos, legislações, programas de ensino, relatos de experiência. O que quero chamar atenção, nessa altura do texto, é para as temáticas mais presentes na *Revista do Ensino*. Ao passar os olhos sobre os sumários dos poucos números³⁹³ que circularam, me deparei com temas como jardim de infância, ensino primário, bibliografia, caixa escolar, ensino moderno, aperfeiçoamento de professores, educação rural, programa escolar, cinema educativos, lições, infância, instrução pública, educação sanitária, educação física e higiene. É sobre esses últimos itens, meu objeto de interesse, que levanto os seguintes questionamentos: Por que se tornou obrigatório a presença em todos os números da revista princípios sobre higiene e educação física? Quem eram as pessoas que escreviam sobre essas temáticas? Por que a educação sanitária ainda esteve ligada diretamente a profilaxia das doenças? Que modelo de corpo e/ou cidadão o discurso médico defendido pela revista queria representar? Entenda, caro leitor, não almejo esgotar o tema a ponto de responder essas inquietações. Me proponho aqui a

³⁹³ Foram publicados 18 números, porém o pesquisador que vos escreve conseguiu garimpar dozes exemplares. Parte doada pelo Sr. Adauto Ramos, membro do *Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, e que guardava em sua biblioteca particular alguns números. Após fazer cópias dos mesmos, doe os números originais para o IHGP, local onde demais pesquisadores poderia ter acesso. Os demais números foram garimpados na *No Arquivo Atila de Almeida* da Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande.

questionar os discursos publicados sobre a higiene e educação física na *Revista do Ensino* com o intuito de entender o processo de medicalização da escola e a formação de uma cultura física.

Para melhor apresentar a insistência do tema nesse periódico, vos apresento o quadro abaixo:

Quadro V:
Artigos sobre a Educação da Saúde publicados na *Revista do Ensino*.

	Artigo	Autor	Núm.	Ano
01	Inspecção Sanitária Escolar	Dr. Severino Patrício	01	1932
02	Higiene escolar	Prof. Joaquim Santiago	01	1932
03	Asseio – Profilaxia do Sarampo	Profa. Beatriz Ribeiro	01	1932
04	Cultura estética	Prof. Mário Gomes	04 e 05	1933
06	Inspetoria Sanitária Escolar	Dr. Severino Patrício	04 e 05	1933
07	Uns testes de higiene e as lições	Sem autoria	06 e 07	1933
08	Tuberculose e sua profilaxia	Profa. Silvia Pessoa	06 e 07	1933
09	Inspetoria Sanitária Escolar	Sem autoria	06 e 07	1933
10	Medicância intelectual infantil	Prof. Mário Gomes	08 e 09	1934
11	Educação Sanitária - Alimentação	Dr. M. Florentino	10	1934
12	Educação physica	Prof. Aluísio Xavier	14	1936
13	Educação física e sanitária	Dr. Seixas Maia	18	1937
14	Higiene Rural	S. Costa	16	1938
15	Educação da saúde (Orientação)	Sem autoria	17	1942
16	Higiene mental na escola	Sem autoria	17	1942
17	Educação física infantil	Prof. Aluísio Xavier	18	1942

Fonte: Quadro montado pelo autor dessa tese a partir dos sumários da *Revistas do Ensino* (1932-1942)

Em todos os números da *Revista do Ensino* é possível encontrar algum artigo discutindo um tema pertinente à medicalização escolar. É interessante perceber que o aparecimento de um determinado tema acompanha o processo de construção da lei, um exemplo disso são os artigos sobre a educação física, que só aparecem nas edições a partir de 1936, momento em que é decretada a obrigatoriedade dessa matéria no programa escolar. Noutras palavras, a *Revista do Ensino* era mais um porta voz do Estado paraibano. Mais um dispositivo com a função de divulgar os benefícios promovidos pelo governo. Entendo a atuação dessa revista como forma de legitimar aquilo que a legislação decretava, meio pelo qual se fazia circular os saberes médico pedagógicos aos professores. Discursos que aspiravam uma efetivação, uma prática, uma cultura escolar.

Nesse sentido, repouso o olhar sobre os discursos que elegeram a higiene e sua filha dileta, a educação física, como formadoras do modelo de cidadão que se aspirava: forte, saudável e belo. Discutirei, para melhor entendimento, os artigos voltados à higiene, a higiene bucal, e, em seguida, à educação física. Vamos aos casos, ou melhor, aos discursos!

5.1.1 Por uma higiene do corpo

A *Constituição do Estado da Paraíba* publicada na *Revista do Ensino* de 1936 assegurou no Título VI, intitulado “Da família, da educação e da cultura”³⁹⁴ o “desenvolvimento da raça e base primária da educação, disciplina e harmonia social”. Dentre os deveres do Estado, estavam o “estímulo á educação eugênica”, a proteção “a juventude contra o abandono physico, moral e intelectual”, a adoção de medidas “legislativas e administrativas, tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantil”, cuidar “da higiene em geral, especialmente da mental, e guerrear contra os venenos sociaes”, o combate “as grandes epidemias do Paiz” e oferecer “educação e instrução obrigatória nos estabelecimentos officiaes do Estado”.

A *Constituição* estadual tratou de fundir a educação e a saúde como tarefa a ser realizada na escola. O documento que deveria reger a vida nos limites do estado da Paraíba deixava claro a intenção do governo: “educar através da saúde”. A intenção? Pode-se dizer que seria a de construir uma sociedade forte, aproveitável para o trabalho, saudável e capaz de defender seu país. O melhoramento da raça, discurso puramente eugênico, se configurou enquanto modelo a ser seguido, a educação deveria ser desenvolvida nos princípios da eugenia: educar, corrigir e disciplinar o corpo “physico, moral e intelectual”, ou seja, forte, ordeiro e perspicaz. No mesmo sentido rumou o discurso higiênico: combater as epidemias, ensinar métodos de prevenção às doenças, reduzir a mortalidade, livrar as crianças da ignorância e combater os maus hábitos. Embora seja possível separar aquilo que compete à eugenia daquilo que a higiene reivindicou, é correto afirmar que a linha que os separa é bastante tênue. Eugenia e higiene se confundem no Brasil. Foram antídotos nos momentos em que o Brasil

³⁹⁴ *Revista do Ensino*, 1936, p. 132-133.

tornou-se um imenso hospital. Deram as mãos na hora de curar e combater a falta de educação.

Nos discursos publicados no periódico em questão, se afirma uma educação mais voltada a prevenção, ou seja, a necessidade de assegurar a saúde por meio da educação. Prescrições que orientavam no sentido de tornar-se forte, liberto das doenças cada vez mais próximo do modelo eugênico que se aspirava. É sabido que existiram discursos sobre a profilaxia das doenças, mas, aqueles que clamavam por corpos sadios ensinados nas escolas ganharam numerosas páginas. A ideia sempre foi “formar uma raça forte, capaz e digna de nossa estremecida Pátria, deve ser o grande e vehemente anseio daquelles que tem a responsabilidade dos destinos da nacionalidade” (SANTIAGO, 1932, p. 39).

Em *Hygiene Escolar*, artigo publicado na edição de 1932, Joaquim Santiago defende a educação higiênica como um dos mais sérios problemas a ser enfrentado nas escolas. Para esse médico não era possível vencer num país de dimensões como o Brasil com “homens decadentes e com grau de instrução e educação e de educação do nosso povo”. O analfabetismo era considerado uma crassa. Responsável por fazer adoecer a nação. Como seria possível incutir os princípios da saúde numa população adoecida pela lepra do analfabetismo? Os modelos vigentes de juventude – doentes, viciados e cheios de mazelas morais – não podiam constituir a esperança de um povo limpo, civilizado. Alfabetizar foi colocado por Joaquim Santiago (1932, p. 39) no mesmo nível de importância que teria “ministrar as noções de hygiene aos meninos com o fim de vê-los sãos e cheios de um vigor sadio, minorar o sofrimento da nossa gente”; essa atitude representava em suas palavras o “engrandecimento da nação”, “obra de patriotismo e amor ao próximo”.

Para medir os níveis de aprendizagem e combater o analfabetismo as professoras aplicavam testes. Para medir a saúde dos alunos, os médicos faziam visitas às escolas. Assim atuava o inspetor médico-sanitário da escolar. A criação do *Serviço Sanitário Escolar*, na interventoria de Antenor Navarro (1930-1932), vislumbra acabar com o constrangimento que era

visitar as escolas públicas da Parahyba [...] alumnos cheios de feridas, anemiado e desnutrido pela falta da cota alimentar sufficiente para o seu desenvolvimento physico; cheios de verme a corroer seus intestinos sugando as diminutas energias precariamente accumuladas, outro com sarna, alptamia, hypertrophia de amigdalas, ou vegetações adenoides, adormecido e indolente, indifferente a tudo, demonstrando

atraso pedagógico, fadiga constante devido aos hóspedes impertinentes que a pouco e pouco iam acabando as miseráveis energias dos seus órgãos depauperados³⁹⁵.

A atuação inicial era bastante incipiente. Fora inaugurada em 15 de setembro de 1931 e “vem funcionando normalmente desde a aquela data, prestando todo o auxílio possível aos escolares desprezados pela fortuna”³⁹⁶. O público alvo parecia ser os alunos carentes, ou melhor, aqueles regularmente matriculados nas escolas públicas da Paraíba. No primeiro grupo de atendimento realizado pelo médico Severino Patrício, foram preenchidas duzentos e setenta e cinco fichas sanitárias, sendo vinte e cinco para professoras e duzentos e cinquenta para alunos. Dentre o período que vai de 15 de setembro de 1931 a 18 de março de 1932 o médico chegou ao seguinte resultado:

Quadro VI:
Resultado da Inspeção Sanitária Escolar entre 1931 e 1932.

Sadios	52
Nutrição:	
Bôa	78
Regular	104
Má	15
Cárie dentária	171
Hypertrophia das amigdalas	151
Vegetações adenoides	3
Syphilis	7
Affecções dos olhos (trachoma)	3
Affecções do aparelho respiratório	10
Affecções do aparelho circulatório	3
Vacinações anti-variolicas	107

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados na *Revista do Ensino*, nº 1.

Apesar dos poucos alunos visitados pelo médico, a inspeção pode ser considerada uma conquista para a época. Pela primeira vez se contratava um profissional médico para atender exclusivamente nas escolas públicas da Paraíba. Por mais superficial que fosse a consulta médica, foi possível diagnosticar males da saúde que poderiam representar atraso a aprendizagem dos alunos. A medicalização da escola pública começava a ganhar forma. Apesar das limitações da nascente *Inspetoria Sanitária Escolar*, o primeiro período de atuação contou ainda com o serviço de

³⁹⁵ *Revista do Ensino*, 1932, p. 22.

³⁹⁶ *Revista do Ensino*, 1932, p. 21.

laboratório e farmácia. Exames foram realizados e medicamentos distribuídos. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro VII:
Resultado da Inspeção Sanitária Escolar entre 1931 e 1932: Laboratório e farmácia.

Exames de fézes pedidos a Saúde Pública	33
Receitas aviadas na Saúde Pública	9
Receitas aviadas particularmente	10
Medicações contra verminose	10
Injecções feitas no serviço	44

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados contidos na *Revista do Ensino*, nº 1.

Foi o primeiro e único ano de atuação da *Inspetoria Sanitária Escolar* que contou com a realização de exames de laboratório e a distribuição de medicamentos. Nos anos seguintes, ou ao menos, no recorte selecionado pela pesquisa, não foi encontrado referência alguma sobre a existência desse serviço aos alunos das escolas públicas. Conforme o médico responsável pelo trabalho de inspeção, a atuação desse serviço ficava limitado às liberações das repartições do Estado, portanto, acabava por demorar ou mesmo não ser atendido. Os exames de laboratório, o preenchimento das fichas individuais, as receitas, a aplicação das vacinas e injeções, a ausculta dos corpos das crianças, a solicitação às farmácias, os relatórios, o diálogo com os professores, as orientações para os alunos... ficavam a cargo do médico e de sua enfermeira. Mesmo assim, esses funcionários mantiveram-se à frente da atividade de inspeção.

O Dr. Severino Patrício, médico responsável por visitar as escolas da Paraíba e atender individualmente aluno por aluno considerou que a inspeção sanitária do ano de 1932 fora deficiente. Dentre os motivos alegados pelo esculápio estava “possuir o Serviço para todos os encargos da Inspetoria um médico e uma enfermeira visitadora”³⁹⁷. Fato que inviabilizava o atendimento a todas as escolas e alunos do estado. A principal função dessa inspeção era visitar as escolas públicas e consultar professores e alunos anotando todas as informações biomédicas numa ficha sanitária. No ano de 1932, vinte e cinco professores foram atendidos e quinhentos e quarenta e oito alunos. Apesar do Dr. Severino Patrício achar ainda deficiente a atuação da

³⁹⁷ *Revista do Ensino*, 1932, p. 20.

inspeção, o número parecia animador se considerar o ano anterior, que atendeu apenas duzentas e cinquenta alunos. Vamos aos resultados:

**Quadro VIII:
Resultado da Inspeção Sanitária Escolar em 1932.**

Sadios	237
Bôa	127
Nutrição regular	174
Má	10
Hypertrophia da amygdalas	65
Cárie dentária	252
Heredo-lues	30
Affecção dos olhos, trachoma, etc.	10
Affecção do aparelho circulatório	9
Affecção do aparelho respiratório	10
Affecção do aparelho audictivo	10
Amygaletomias	12
Fichas sanitárias completas	548

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas na *Revista do Ensino*, nº 4 e 5.

Mais da metade dos alunos que passaram pelo crivo médico possuía algum tipo de enfermidade. A cárie saiu da disputa vitoriosa. Ocupava não apenas o governo dos dentes e do sorriso, mas também o maior número de alunos anotados na ficha sanitária. Outros dados apresentados pelo relatório da visita médica as escolas públicas de ensino primário revelam poucas informações sobre as fichas dos professores. A única informação relevante é que das vinte e cinco professoras examinadas, duas foram afastadas: uma por está “atacada de moléstia infecto-contagiosa e a outra de moléstia chronica, cujos estados de saúde eram incompatíveis com o meio escolar”³⁹⁸. O mesmo aconteceu com os alunos portadores de doenças do coração:

foram igualmente affastados embora temporariamente cinco alumnos para tratamento de saúde e observação clínica: dos exercícios physicos; afastamos todos os alumnos portadores de lesões cardíacas orovasculares e limitado o tempo de exercícios para os enfraquecidos ou débeis³⁹⁹.

Dentre as normas médicas da inspeção estava a de afastar do convívio escolar apenas aqueles portadores de doença infectocontagiosa ou crônica. Em casos de

³⁹⁸ *Revista do Ensino*, 1932, p. 51.

³⁹⁹ *Revista do Ensino*, 1932, p. 51.

fraqueza o afastamento dos alunos era exclusivamente da ginástica. O número de enfraquecidos⁴⁰⁰ era preocupante, sua soma avultava cento e oitenta e quatro casos. A alimentação parecia reivindicar, conforme a análise dos dados, a atenção dos médicos. Embora os portadores de alimentação regular e má entrassem na cota dos que precisavam de atenção especial, só foram afastados da educação física aqueles sem condição alguma de realizar exercícios por fraqueza ou por problemas do coração.

No ano seguinte, o médico inspetor, acompanhado de sua enfermeira conseguiram atender quinhentos e sessenta e sete alunos, sendo revisadas duzentas e quarenta e uma fichas do ano anterior e realizando trezentas e vinte e seis novas consultas. O número de atendimentos quase não sofreu alteração. Façamos a leitura dos dados:

**Quadro IX:
Resultado da Inspeção Sanitária Escolar em 1933.**

Sadios	198
Bôa	151
Nutrição sofrível	157
Má	18
Cárie Dentária	220
Hypertrophia da amygdalas	61
Heredo-sífilis	25
Oftalmia purulenta	2
Lesões oro-vasculares	4
Visitas escolares	25
Atestados de saúde	343
Vacinações contra varíola	299
Receitas	50

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados contidos na *Revista do Ensino*, nº 6 e 7.

Os números negativos aumentaram consideravelmente. Dentre os males mencionados a cárie dentária levou novamente o troféu de campeã. Os problemas nas amídalas aumentaram espantosamente. O mesmo ocorreu com a má nutrição. A novidade nas informações prestadas pelo médico inspetor Dr. Severino Patrício estava no número de visitas aos estabelecimentos de ensino, compreendendo vinte cinco; os atestados de saúde, no reaparecimento das receitas medicamentosas e na aplicação de vacinas contra varíola dentro das escolas. Nada foi apresentado sobre a saúde dos

⁴⁰⁰ Considerava “Enfraquecidos” aqueles que estavam entre os grupos de nutrição regular e nutrição má.

docentes. Nenhum indício de afastamento da escola, a não ser dos portadores de lesão orovascular das aulas de educação física. Houve um preocupante decréscimo do número de alunos sadios. Os acusados de culpa continuavam sendo os mesmos: a falta de médicos contratados pelo governo para realizar a inspeção escolar, bem como, a falta de formação dos professores na hora de tratar das questões de higiene e educação física. A situação tonava-se mais crítica quanto se falava na saúde bucal. A face exigia um sorriso saudável. Tal reivindicação tornava-se tão presente no discurso higienista e pedagógico, que reservei não o sorriso, mas a análise dos discursos sobre os cuidados com a boca.

5.1.2 Por um sorriso *Colgate*

Se faltava médico, também faltava dentista para atender os alunos. Os gabinetes dentários, tão reivindicados para as escolas da Paraíba durante a década de 1930, começavam a se tornar uma realidade. Vozes que clamavam por esse feito foram identificadas nas páginas do jornal *A União*. Em 15 de fevereiro de 1928 o cirurgião dentista Elvídio Ramalho convidava a população para a reinauguração de seu gabinete dentário na Rua Duque de Caxias. Na ocasião, o dentista apresentou à sociedade os mais modernos instrumentos para tratamento bucal trazidos dos Estados Unidos⁴⁰¹. Em seus horários de atendimento, afirmava Ramalho, atender em algumas escolas da capital em períodos intermediários do dia.

Em 1923 já se encontravam reivindicações para a assistência dentária nas escolas da Paraíba, especialmente como forma de combater a tuberculose. Segundo Janson de Lima, em artigo publicado n’*A União*, “não se precisa ser profissional para se conhecer os perigos e encomodos que se expõem creanças portadoras de dentes cariados e de bocas em más condições hygienicas”⁴⁰². Flávio Maroja publicou o imperativo de que “dente limpo não cria cárie”, e que todos sabem “que dente sujo, língua suja, são indícios de uma perturbação geral do organismo, e quando o dente chega a cariar é sinal

⁴⁰¹ Ao fazer um curso de aperfeiçoamento na América do Norte, o dentista Elvídio Ramalho adquiriu uma moderna aparelhagem para seu consultório odontológico: “aparelho de raio x, um equipamento de Ritter contendo um Thermo Cauterio, electro, uma seringa de ar quente, um branqueador de dentes, um estomatizador electrico, um aparelho de raios ultra-violetas, um Burn Casting Machine e ainda um compensor e um torno de officina, ambos electricos” (*A União*, 15 fev. 1928).

⁴⁰² *A União*, 08 dez. 1923.

de que o organismo inteiro se acha enfraquecido, falta nele cálcio e phosphoro”⁴⁰³. São discursos próprios da década de 1920, que conforme os escritos de Iranilson Buriti de Oliveira (2012, p. 2946), pode ser considerada um período de reelaborações em torno da saúde bucal e das campanhas de profilaxia facial. O rosto ganhava visibilidade.

Mas foi na quarta década do século XX, que os gabinetes dentários ganharam espaços, ou melhor, gabinetes dentro das escolas públicas, como parte integrante do processo de medicalização da escola. O cuidado com a boca era assunto que deveria ser tratado na escola, em sala de aula. Para tanto, as professoras recorriam à *fada* da saúde para melhor orientar seus alunos. Dentre os mais importantes cuidados com o asseio do corpo estava o cuidado com a boca. O sétimo mandamento de *A fada Higia* decretava: “escove os dentes depois das refeições e ao deitar-se ou, então, pela manhã e a noite” (KEHL, 1925, p. 82). E continuava:

Antes de deitar-se para dormir é indispensável escovar os dentes. Os resíduos alimentares, a gordura, retidos entre eles, se não forem removidos, fermentam e apodrecem, ao fim de algumas horas, prejudicando os dentes, alterando o hálito e concorrendo para certos males de piores consequências (KEHL, 1925, p. 83).

“Só sofre de dores de dente quem não escova dos dentes”. Indicava a repetição dessa assertiva o sanitarista carioca. Era bastante comum encontrar publicações sobre os devidos cuidados com os dentes, um exemplo disso é o *Código do bom-tom*. Com escritos pedagógicos, Roquette (1997, p. 363) escreveu a Teófilo, seu filho:

Tem muito cuidado em teus dentes; limpa-os todos os dias, porém que não faças demasiado uso de escovas duras, mormente na parte que roça as gengivas, porque as escarna, que não os lave com água fria quando tens a boca quente e pela mesma razão não a bebas (o que entre nós se costumava muito) depois de comer a sopa escaldando, porque os constipa e nos traz dores insuportáveis; e enfim não uses de águas aromáticas ou pós dentifícios e odontálgicos que não sejam conhecidos e aprovados por dentistas.

A limpeza dos dentes tornava-se metáfora da boa saúde. A tarefa de higienizar a boca requeria cuidados, daí a necessidade de gabinetes dentários nas escolas dotados de um profissional e de material adequado para manter o sorriso *Colgate*⁴⁰⁴. Os grupos

⁴⁰³ *A União*, 11 abr. 1923.

⁴⁰⁴ *Colgate* e *Kolynos* eram as principais marcas de creme dental que se pode identificar nos anúncios dos periódicos em circulação da época. Portanto, intitulamos esse tópico como “sorriso *Colgate*”, devido a promessa de um sorriso bonito, branco saudável, alegre, vigoroso... estampados nas propagandas do creme dental.

escolares Epitácio Pessoa e Antônio Pessoa foram os primeiros, segundo José Baptista de Melo (1996, p. 104), a construírem gabinetes dentários mantidos pelas *Caixas Escolares*. A referida ação, para Iranilson Buriti de Oliveira (2012, p. 2507), fazia parte da ampliação do projeto cultural e a ação educativa da escola primária, aproximando-a do meio social e alargando o seu campo de poder e de intervenção sobre a sociedade, os governos ampliavam, pouco a pouco, tanto as instituições auxiliares quanto as campanhas de profilaxia e de cuidados com o corpo.

Podemos inferir a partir das fotografias abaixo do gabinete dentário da *Escola Normal* e do *Grupo Escolar Epitácio Pessoa* localizados na cidade de João Pessoa, que os poucos locais de atendimento odontológico que existiam nas escolas durante a década de 1930 eram bem equipados. Além disso, os periódicos tratavam de defender esses lugares de higiene bucal como sinais de modernidade!



Imagem XIV: Fotografia do Gabinete Dentário da *Escola Normal*
Fonte: *Revista do Ensino*, nº 01.



Imagem XV: Fotografia do Gabinete Dentário do Grupo Escolar Epitácio Pessoa.
Fonte: Revista do Ensino, nº 03.

Os gabinetes dentários e a presença do dentista passaram, pouco a pouco, a se fazer presente no cotidiano escolar. A atuação da *Inspetoria Sanitária Escolar* possuía em sua estrutura a contratação de um funcionário dentista, que só aconteceu no terceiro ano de atuação da inspetoria. Coube ao médico Dr. Severino Patrício a tarefa de visualizar o governo das cáries. No ano de 1931, a inspeção visitou as bocas dos alunos através da clínica dentária móvel. Tratava-se de instrumentos utilizados pelos dentistas no combate às cáries que poderiam ser levados pelo médico as escolas. Observe a tabela abaixo:

Quadro X:
Atuação do Gabinete Dentário da Inspeção Sanitária Escolar em 1932.

Alumnos examinados de 15 a 18	190
Alumnos fichados	190
Diagnósticos	126
Extrações:	
Dentes permanentes	238
Dentes de leite	71

Curativos	100
Obturações:	
Amalgama de prata	2
Amalgama de bronze	1
G. percha	8
Kriptex	15
Obturação de canal	3
Pulpelomia	7
Extrações (número total)	309
Obturações (número total)	29

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas na *Revista do Ensino*, nº 4 e 5.

Os dados são alarmantes! A soma dos alunos atendidos chegou ao número de trezentos e dezesseis. Desses, trezentos e nove passaram por extrações, avultando mais de 95% das bocas atendidas. O que quer dizer que parte dos alunos que se submeteram a extrações dentárias, também realizaram outros procedimentos como obturações, aplicação de *kriptex*, *amalgama* ou *canal*.

No ano de 1932 a reivindicação de dentistas para o atendimento da inspeção tornou-se recorrência nas páginas da *Revista do Ensino*. As despesas para a contratação de cirurgião dentista teria a oneração de 600\$000 mensais com salário e 2:600\$000 com material dentário. Como proposta, o Dr. Severino Patrício ainda sugeriu ao governo do Estado a anexação do *Gabinete Dentário de Assistência a Infância* ao *Gabinete da Clínica Escolar*, havendo neste caso um pequeno aumento no salário do profissional. Sugeriu ainda adotar o modelo da cidade do Rio de Janeiro, no qual se cobrava uma pequena taxa aos alunos para não torna-lo totalmente gratuito e assim poder pagar as despesas desse funcionário. Apesar da reivindicação, as escolas públicas da Paraíba ficaram sem atendimento odontológico na segunda metade de 1932 pelos seguintes motivos: o governo nem contratou um dentista, nem uniu os gabinetes dentários, nem adotou o modelo carioca; com o aumento do número de atendimentos médicos aos alunos, os dois únicos funcionários não tiveram como realizar a visita e o atendimento de extração e obturação.

Apenas no ano seguinte é que encontramos a assinatura de um profissional odontólogo: A. C. Miranda Henriques. Foi com sua rubrica que a *Revista do Ensino* publicou os dados referentes ao atendimento dentário do ano de 1933:

Quadro XI:
Atuação do Gabinete Dentário da Inspeção Sanitária Escolar em 1933.

Número de consultas	1.164
Extrações de dentes permanentes	247
Extrações de dentes de leite	152
Obturações diversas	461
Obturações de canal	50
Limpeza da boca	8
Intervenções com anestesia	311
Número de matrículas total	402
Alunos excluídos (932 – 31,933 – 102)	133
Trabalhos concluídos (932 – 46,933 – 76)	122
Existem em tratamento	143

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados contidos na *Revista do Ensino*, nº 6 e 7.

O número de atendimentos foi bastante significativo. As intervenções realizadas na boca também. Impressiona o número de extrações dos dentes permanentes dos alunos, que, por mais saudável que fosse retirar o dente apodrecido, fazia-os banguelos, desdentados, donos de sorrisos deficientes, murchos. Uma alteração na estética da face. Responsável por tornar crianças feias e com dificuldade na mastigação.

Foi visando evitar esse tipo de situação, que o *Departamento de Educação* lançou em 1937 os *Boletins da Educação* com artigos que versavam sobre a higiene da boca. Uma revista que teve uma vida efêmera, mas que fez circular saberes pedagógicos sobre os cuidados com a boca e os dentes. F. Paula e Silva (1937, p. 67) defendeu que um os principais motivos para abrigar a cárie nos dentes eram a falta de higiene e a pouca nutrição, ou seja, a falta de vitaminas. Para o dentista, a única forma de não permitir que a cárie fizesse a festa nos dentes seria submeter às crianças a

um regime alimentar completo em elementos essenciais como leite, manteiga, queijo, ovos, verduras, fructas, especialmente laranja e banana; vitaminas isoladas, aplicadas por meio bucal ou hypodermico, banhos de sol – jamais soffrerão dôres de dente, inflamações na mucosa bucal, alterações do esqueleto, dos músculos, atrofia e irregularidade dos arcados dentários⁴⁰⁵.

Já o professor Luiz Gonzaga Burity (1937, p. 23) anunciou que a cárie dentária era a mais propagada moléstia conhecida, portanto, pais e professores deveriam nas aulas de higiene ensinar a como combate-la, ou pelo menos, “atenuar seus efeitos, devemos empregar todas as medidas hygienicas e prophylaticas que estiverem ao nosso

⁴⁰⁵ *Boletim da Educação*, 1937, p. 68.

alcance”. Para esse professor existia uma estreita relação entre as moléstias dentárias e a idade escolar, não só no ponto de vista higiênico como no ponto de vista educacional. Chegou inclusive a cogitar que a causa da cárie entre as crianças primárias era devido ao “retardamento mental dos desarranjos nervosos, dos defeitos da vista e da audição como também da desnutrição do organismo” (BURITY, 1937, p. 29). Exagerados, os discursos do professor Luiz Gonzaga Burity pareciam estar em desacordo com a realidade da época:

São, portanto, de grande alcance os serviços de assistência a infância, de modo a melhorar-lhes as condições hygienicas da bôcca e dos dentes. Felizmente a creança de João Pessoa está bem servida neste particular. Haja vista a criação recente da assistência dentária escolar, graças a visão patriótica do Governador do Estado que não tem se afastado desta directriz: a grandeza de nossa terra e a felicidade do nosso povo⁴⁰⁶.

De fato era preciso melhorar as condições de higiene da boca e dos dentes, mas afirmar que a criança da capital estava bem amparada por dentistas, só seria verdadeiro se a legislação vigorasse como deveria: contratando funcionários dentistas para atender a demanda de alunos regularmente matriculados nas escolas públicas do estado. Na edição seguinte do *Boletim da Educação*, Manuel Coutinho reiterou que o governo Argemiro de Figueiredo (1935-1940) contratou alguns clínicos para executarem o serviço odontológico das crianças, porém, muito ainda estava por fazer. Afirmou ainda que apenas quando fosse possível uma “organização legal e definitiva, é que poderá colocar a Parahyba em um plano elevado, demonstrando que o governo cuida bem da saúde pública, porque quer parahybanos sadios com maiores disposições para lutar pelos altos destinos de nosso Estado”⁴⁰⁷. Enquanto isso não acontecia, cabia às professoras ensinar as formas de manter a boca em bom estado higiênico evitando o uso de alimentos “excessivamente frios ou quentes”, reduzir o “uso de assucar, doces e bombons”, não fazer uso dos “dentes para abrir latas e garrafas, não usar ácido muriático para tirar mancha dos dentes”, e fazer a “remoção de detritos alimentares dentre os dentes principalmente depois de cada refeição”⁴⁰⁸.

Com a chegada do rádio na Paraíba em 1937, essa forma de comunicação tornou-se também um espaço de divulgação do saber médico-pedagógico a serviço da

⁴⁰⁶ *Boletim da Educação*, 1937, p. 29. Grifos meus.

⁴⁰⁷ Idem, p. 70.

⁴⁰⁸ Idem, p. 28.

edificação da educação da saúde. O Dr. Ednaldo Pedrosa publicou na primeira edição do *Boletim da Educação* que teve início em 1937 as palestras na P.R.I._4⁴⁰⁹, sobre “um thema palpittante, de importância vital para o bom estado da saúde”. Conforme o médico, os ouvintes teriam em casa uma boa educação bucal através da transmissão desses discursos. Eram falas realizadas “semanalmente e versarão sobre assumptos práticos da assistência e educação dentária da criança, conselhos aos pais e as todas as pessoas que vivem em contato diários com os pequenos e que são responsáveis pela educação deles”⁴¹⁰. Era mais um espaço apropriado pelos médicos e professores para propagar os princípios da higiene. A varinha de Hígia estendia seu espaço de alcance.

Os dois manuais pedagógicos oficiais do Estado – *Revista do Ensino* e *Boletins da Educação* – traziam no seu interior discursos em defesa do sorriso branco e hálito saudável, portanto fundamentais para a construção de um corpo “physicamente vigoroso”. A seção de “Inspeção sanitária escolar” contemplou a boca como sendo um dos mais importantes cuidados na higiene do corpo, a ponto de tornar-se uma recorrência nos *Boletins de Educação*, o que chamarei de um mini dossiê sobre a saúde bucal⁴¹¹. Cuidar da higiene bucal estava presente nos discursos médicos, pedagógicos e odontológicos. Era mais um tema na ordem do dia. Repito: Mais um! Fala que abre espaço para outros temas presentes nas páginas desses periódicos. Dentre eles, a educação física.

5.2 Noções para as aulas de Educação Physica

“A educação physica prepara a criança para a vida, dando-lhe a força de resistência e sobre tudo a saúde. É o melhor preservativo de moléstia”⁴¹². A fala é do médico Seixas Maia, lida em alto e bom som para os participantes da Semana

⁴⁰⁹ Corresponde à *Rádio Difusora da Paraíba* (PRI_4) criada em 25 de janeiro de 1937 pelo então interventor do Estado, o Sr. Argemiro de Figueiredo (1935-1940). Atualmente corresponde a *Rádio Tabajara AM* e é a 17ª emissora de rádio mais antiga do país, e a pioneira da Paraíba.

⁴¹⁰ *Boletim da Educação*, 1937, p. 45.

⁴¹¹ Chamo de mini dossiê devido a considerável publicação de artigos sobre os cuidados com a boca. Reunidos em sequência, o *Boletim da Educação* de 1937 trouxe os seguintes artigos: 1) A cárie dentária, do Prof. Luiz Gonzaga Burity; 2) Prophylaxia dentária – O Serviço Odontológico, do Dr. Ednaldo Pedrosa; 3) As mães – o cuidado com a boca, do Dr. Muniz Aragão; 4) Prophylaxia dentária, do Dr. Ednaldo Pedrosa; 4) O primeiro molar, também do Dr. Ednaldo Pedrosa; 5) Cárie dentária – as origens, do Dr. Manuel Coutinho.

⁴¹² *Revista do Ensino*, 1937, p. 69.

Pedagógica do ano de 1937. Atendendo ao convite do Mons. Pedro Anísio, para falar sobre “assumpto médico ou hygienico que interessa a classe dos professores”⁴¹³, o sanitarista não se fez de rogado e logo escreveu o que ele chamou de uma palestra “científica, sobre educação physica e sanitária”. Falava para um público de professores das escolas públicas sobre a necessidade em realizar intervenções nas horas de divisão do trabalho escolar entre “desenvolvimento intelectual do alumno e a educação physica”⁴¹⁴, especialmente nas escolas que ainda não atendiam as exigências da legislação recentemente instituída sobre a obrigatoriedade da cultura física.

Em seu discurso reiterou a importância que a atividade física possuía na vida dos escolares: “o exercício physico para as crianças é de uma necessidade imprescindível, porque se considera como condição excencial ao seu desenvolvimento”⁴¹⁵. Noutras palavras, as crianças que não realizassem os exercícios físicos nas escolas sofreriam mais tarde problemas no sistema nervoso, podendo tornar-se “um neurastênico incapaz de esforços e inútil a si próprio e a sociedade”. A criança que não realizava a ginástica era considerada doente. Questionou ainda os professores que não possuíam o conhecimento acerca do “ser criança”. Para esse médico, não era preciso apenas saber como ministrar o tempo e escolher as modalidades, mas entender a criança.

Maria Stephanou (2011, p. 53) revela em seus escritos que essa preocupação ocorria na maioria dos estados brasileiros. Os médicos faziam severas críticas aos professores que desconheciam a realidade psicofisiológica do “ser criança”, fato que

tornava-os incapazes de escolher um tipo de ginástica ou desporto para cada indivíduo e, muito menos, o adequado para as crianças, seja na prática dos exercícios físicos, seja nas matérias que requeriam as habilidades intelectuais, os mestres usavam da mesma medida educativa para todos os ânimos infantis, e a consequência inevitável é que os estáveis, moveiços, deixavam-se conduzir erroneamente, reagindo com mentiras e simulações para fugir aos castigos (STEPHANOU, 2011, p. 53).

O trabalho de escolha das atividades aplicadas aos discentes deveria ser individual. Ora, se nas palavras do médico Seixas Maia (1937, p. 70) os exercícios físicos serviam para manter em igual equilíbrio entre o estado físico de nossos órgãos e o desenvolvimento das faculdades cerebrais, seria verdadeiro afirmar que cada criança

⁴¹³ *Revista do Ensino*, 1937, p. 69.

⁴¹⁴ *Idem*.

⁴¹⁵ *Idem*.

possuía um ritmo, um metabolismo, uma necessidade específica. Particularidade que deveria ser levada em consideração na hora de escolher a melhor tarefa.

Para o Estado paraibano, fazia-se imprescindível oferecer “uma boa educação physica”, portanto, deveria ser exigido dos professores que conhecessem “as leis do desenvolvimento e as necessidades da criança”. A preocupação presente no discurso do Estado não era exclusivamente com o desenvolvimento físico dos alunos, mas próprio de um discurso eugênico, no sentido de regeneração. Observe com mais atenção o trecho abaixo:

Estas leis nascem de factores múltiplos que vão ifluir, tanto sobre seu desenvolvimento physico como sobre sua evolução intelectual e moral. *A herança mórbida dos ascendentes, a raça, o sexo e o clima vão ter uma influencia enorme; enfim a condição social dos paes da criança, ao menos ter acção salutar sobre sua evolução.* A educação physica deve suprir, tanto quanto possível as desigualdades hereditárias ou sociaes e dar a criança o máximo de saúde que possa adquirir⁴¹⁶.

Expressões como “herança mórbida”, “a raça”, “sua evolução”, são consideradas próprias ao discursos eugênico de melhoria da espécie. Nesse caso, a criança é o alvo, ou melhor, o corpo da criança. A educação física tornou-se uma forma de assegurar os interesses da eugenia. Assim, o trabalho era meticuloso. Exigia máxima atenção. Olhos atentos sobre as características físicas das crianças. Atenção clínica. Só seria possível assegurar a melhoria da raça através das individualidades, daquilo que cada criança precisava aperfeiçoar. Nesse sentido, o médico Seixas Maia, indicou aos professores três modalidades de atividade física: a ginástica, os jogos e os trabalhos manuais.

A *ginástica*, primeiro modelo de cultura física adotado nas escolas da Paraíba, apresentado ao leitor no capítulo IV, continuou na década de 1930 tendo seu lugar fortemente guardado no pódio do discurso médico-pedagógico. Considerada “a sciencia do aperfeiçoamento do corpo humano”, tinha a finalidade de dar “ao corpo da criança força e saúde, e, além disso, facilitava todos os movimentos e agilidade de uma maneira feliz sobre o desenvolvimento das faculdades intellectuais e moraes”. Dentre as principais benfeitorias atribuídas a sua realização estava a de aumentar as funções do pulmão, ativar a circulação, facilitar o desenvolvimento do esqueleto, aumentar a força muscular e ensinar a criança a coordenar seus movimentos. Os *jogos*, ocuparam o segundo lugar no pódio. Neles, os movimentos deveriam ser naturais para não deformar

⁴¹⁶ *Revista do Ensino*, 1937, p. 71. Grifos meus.

o corpo. Sempre utilizados no lugar e medida correta. Para Seixas Maia (1937, p. 72) deveriam ser apropriados à idade e à força das crianças que praticavam a educação física. Assegurou que os jogos precisavam ser desenvolvidos nas escolas para que as crianças pudessem ganhar mais agilidade, rapidez, gracilidade. Elencou como jogos mais aplaudidos o *foot-ball* para os rapazes e o *volley-ball* para as moças. Apesar, de serem ainda pouco praticados nas aulas de educação física, os professores deveriam aos poucos ir introduzindo a prática, pois além de fazer parte da alegria dos alunos, eram fundamentais na hora de melhorar fisicamente o corpo. O terceiro lugar foi ofertado aos *trabalhos manuais*. Esses receberam uma dupla finalidade: desenvolver a agilidade da criança, pondo suas mãos ao serviço da vontade; e, fazer com que adquiram mais gosto pelas prendas domésticas. Ressaltou o sanitarista que esses trabalhos eram pedagógicos e tinham

Seu lugar nas escolas como um fator de educação geral. O fim não é formar artistas; porém contribuir ao desenvolvimento physico dos alumnos, ensinando-lhes a ordem atenção e continuidade no trabalho [...] quando possível esse trabalho deve ser substituído pela jardinagem e horticultura⁴¹⁷.

O ideal de educação defendido por Seixas Maia visava preparar a criança para a vida construindo um corpo resistente e saudável, portanto, capaz de impedir a entrada de doenças. Porém, a tarefa não parecia simples. Não é certo afirmar que os professores estavam aptos a tal empreitada. No ofício particular da educação física era exigido do docente saber escolher a melhor atividade individual para o desenvolvimento do aluno, como realizar corretamente todos os exercícios ginásticos, jogos e trabalhos manuais, e, ter conhecimento científico dos princípios que disciplinavam o corpo da criança aos moldes da eugenia.

A educação física clamava por reforço. Os mestres não estavam preparados para ensinar os hábitos higiênicos, afirmava Seixas Maia. Solicitações de formação de professores tornaram-se pontos de exclamação: “Sejam criados cursos facultativos de Hygiene e propaganda sanitária e enquanto não obtivemos número sufficiente de mestre habilitados, façamos dos educadores sanitários escolares professores de hygiene prática”. Mais uma vez, os médicos tinham ingerência nas escolas. Ora, é sabido que a higiene e a educação física faziam parte do programa escolar como proposta médica, portanto,

⁴¹⁷ Revista do Ensino, 1937, p. 72.

as disputas pelo poder de dizer a verdade de cada um e de todos, ou ainda, a busca pelo reconhecimento para conduzir a humanidade a um estado hígido e civilizado, passou a determinar uma tarefa imperativa a medicina: educar o povo, condição imprescindível para a saúde e a preservação da vida. Sem educação a saúde completa é impossível; sem saúde não se aprende (STEPHANOU, 2011, p. 155).

Dentre as responsabilidades assumidas pelos médicos estava a formação da consciência sanitária dos professores, e, por conseguinte dos escolares. Não cabia ao médico apenas distinguir os alunos doentes dos sadios, mas fazer circular um saber capaz de disciplinar a sociedade, inculcando os novos hábitos para com o corpo e para com a saúde. Era sua tarefa ministrar a formação de professores preparando-os para o exercício da educação da saúde. O médico assumia o lugar de pedagogo. Estava presente nas reivindicações em defesa de uma educação da saúde, na elaboração do programa de ensino, na fiscalização das escolas, na orientação de edificação dos prédios, no exame físico de funcionários e alunos, no controle da alimentação, nos livros didáticos utilizados, nas fichas preenchidas contendo dados biológicos dos alunos.

A *Revista do Ensino*, que cedeu páginas inteiras para os escritos médicos, publicava a intervenção médica na educação. Além da legislação, os médicos celebravam as mudanças ocorridas nos programas das escolas. Prova disso, foi a publicação sobre uma proposta para o Ensino Normal contendo os novos parâmetros pedagógicos nas escolas do Norte do país. A novidade aparecia na defesa da matéria de Esporte. O programa de ensino proposto nos escritos de Manuel Florentino (1934, p. 66), contemplou a prática esportiva do primeiro ao quinto ano do curso, todos eles com carga horária semanal de seis horas, além das aulas educação sanitária contemplada no prazo de dois anos de curso.

A prática de esportes deveria acontecer de forma diária “nas primeiras horas escolares, ser reservado uma hora para esportes [com a intenção] de inculcar nos alunos o hábito salutar dos exercícios físicos cotidianos”⁴¹⁸; já para a cadeira de Educação Sanitária a orientação do programa era possuir o caráter “mais prático possível, compreendendo o estudo da higiene e arte de enfermagem, a higiene rural, a higiene infantil e a da alimentação merecendo atenção especial”⁴¹⁹. A proposta central da prática de esportes no programa de ensino da *Escola Normal* era formar professoras

⁴¹⁸ *Revista do Ensino*, 1934, p. 68.

⁴¹⁹ Idem.

para o Ensino Primário capazes de orientar corretamente os exercícios físicos, seja na ginástica sueca, seja nos jogos ou nos trabalhos manuais. Mais uma vez, a *Revista do Ensino* corroborava com a proposta médico-pedagógica em defesa da arquitetura de um corpo forte. Não seria verdadeiro afirmar que a proposta foi levada a cabo. As publicações seguintes silenciaram acerca dela.

Silenciavam por um lado, gritavam por outro. As propostas sobre as aulas de educação física ganhavam corpo, normas, gestos, movimentos, atividades, sensibilidades, desejos. Textos e imagens receberam formas nas páginas da *Revista do Ensino*. Os corpos eram esculpidos e reesculpidos pelo discurso médico. O corpo tornava-se mais fortemente objeto de educação e de cuidado, de intervenção, de controle, de desejo. Na primeira metade do século XX, conforme postulou Carmen Lúcia Soares (2009, p. 64), ocorreu uma cruzada para fazer o desejo desejar, para estimular cada indivíduo a modelar seu corpo diariamente, a limpar as carnes de todo vício, tornando-as, indivíduos policiais não apenas de si, mas do grupo do qual faziam parte, da casa onde habitavam, do local em que trabalhavam, da cidade onde viviam. A escola passou a ser defendida como o lugar por excelência para a construção de carnes fortes. A preocupação com o corpo, com a saúde, com o bem estar, passou a fazer parte de uma pedagogia vigilante.

A proposta de Michel Foucault (2008) sobre *vigiar e punir* parecia cair como uma luva para a disciplina do detalhe que se instalava sobre o corpo. Formar os soldados da saúde, donos de corpos belos foi sinônimo de instituir os vigilantes à insalubridade, vigilantes da moral, vigilantes da falta de educação, vigilantes do peso, vigilantes do fumo e do álcool, vigilantes da civilização. As atenções miravam-se para o corpo. Esmiuçado, detalhado, observado em retalhos. Pedaco por pedaco. Vigidados, os corpos das crianças precisavam ser submetidos às normas, à disciplina. Precisavam seguir os padrões eugênicos da época. Precisavam ser exercitados. Para isso não faltaram manuais. As prescrições médico-pedagógicas tratavam de ensinar uma a uma.

Em “Educação Physica”, artigo escrito por Aluísio Xavier e publicado na edição de 1936 da *Revista do Ensino*, foram apresentadas as regras gerais para a execução dos exercícios físicos nas escolas públicas da Paraíba. A abertura do texto remete a importância da “gymnastica diária para educação do corpo”⁴²⁰, da cultura física como “matéria superior de regeneração physica, moral e intelectual dos indivíduos”⁴²¹, e, a

⁴²⁰ *Revista do Ensino*, 1936, p. 09.

⁴²¹ Idem.

exaltação aos esforços empreendidos pelo governo estadual de “nos últimos tempos ter voltado as vistas para o desenvolvimento da educação da juventude encarando-a em todos os seus aspectos physico, moral e intellectual”⁴²². Era o primeiro artigo publicado pela revista após a organização do novo plano da instrução publica para o ensino primário em que se incluiu a educação física. A regra era: combater a moleza. Para isso, todos deveriam adotar como mandamentos de vida ações como “Praticar os exercícios pela manhã depois de uma leve refeição”; realizar os exercícios “sempre ao ar livre, e sendo dentro de casa com as janelas abertas”, usar “roupas folgadas e leves, de preferência um calção acima dos joelhos”; executar os movimentos com “perfeição, com cuidado [...] cada contração muscular deve ser levada ao máximo possível, com decisão, mas sem movimentos bruscos”; acabar as atividades sempre com “o sentimento de bem estar, fazer repousos entre cada série de exercícios e lembrar de fazer exercícios respiratórios”; lembrar de “respirar francamente e não reter a respiração”; após a realização das atividades “tomar banho frio”; e claro, “começar e terminar cada lição por uma marcha rytmada”⁴²³.

A realização dessas lições era indicada pelo professor para serem cumpridas em casa. Na escola, o exercício da gymnastica era considerada metódica e educativa. A prática da ginastica nas aulas de educação física não visava “a transformação das crianças em atletas ou acrobatas e tão somente robustecel-as, adextral-as, embellezal-as, consolidando nos pequeninos organismos a hygidez integral conhecida pelo aforismo mens sana in corpore sano” (KEHL, 1923, p. 338).

Podemos observar na fotografia abaixo uma turma de vinte e nove meninas na aula de ginástica do *Jardim de Infância Santa Terezinha*. Padronizadas pelo uniforme composto de camisa e saia e sapatilha branca, as meninas abrem os braços para exercitá-los. Em ambiente aberto em que o ar podia circular livremente, provavelmente no pátio da escola, e, seguindo a orientação dos médicos da época essas meninas exercitavam seus corpos. A fotografia não apresenta a utilização de nenhum instrumento na realização dos exercícios, fato que me permite inferir que mesmo em tempos que os jogos esportivos ganhavam espaço nas escolas e nas aulas de educação física, o principal modelo de atividade física adotado nas escolas públicas primárias era a ginástica sueca.

⁴²² Idem.

⁴²³ *Revista do Ensino*, 1936, p. 09-10.

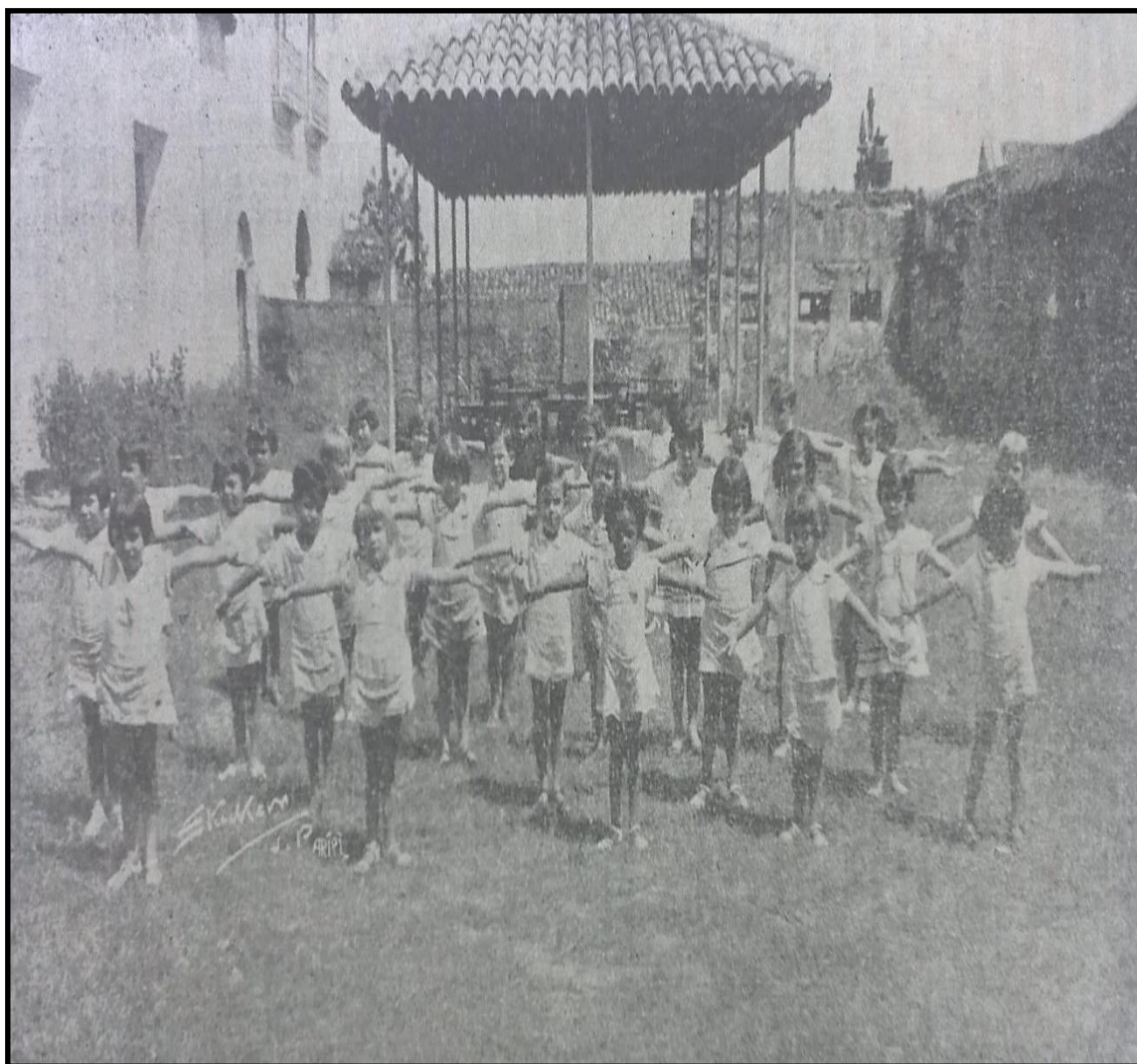


Imagem XVI: Fotografia da aula de gymnastica do Jardim de Infância Santa Terezinha.
Fonte: Revista do Ensino, 1936, p. 35.

Os exercícios indicados para as aulas de educação física visavam “pontencializar as funções orgânicas beneficiadas, multiplicando-se os potenciaes phisicos, intellectuaes e moraes” (KEHL, 1923, p. 338). Eram exercícios que foram considerados por Afrânio Peixoto (1925, p. 381) desenvolvimento da cultura corporal, promovedor do movimento enquanto função elementar da vida. A execução dos movimentos significava uma finalidade útil ao corpo, por vezes, despertados pela vontade e tornados depois automáticos. Os exercícios, eram “necessários á saúde e podem agraual-a, se mal feitos ou abusivos; daí a intervenção da higiene nesse propósito” (PEIXOTO, 1925, p. 380); para tanto, indicava-se a orientação do médico ou do professor formado pelo médico. Sob a orientação dos esculápios, o corpo tornará “impulso notável, apresentará

attitudes corretas, os músculos se desenharão com maior nitidez. Tudo em suma, concorrerá para dar aspecto de beleza e robustez a criança” (KEHL, 1923, p. 338).

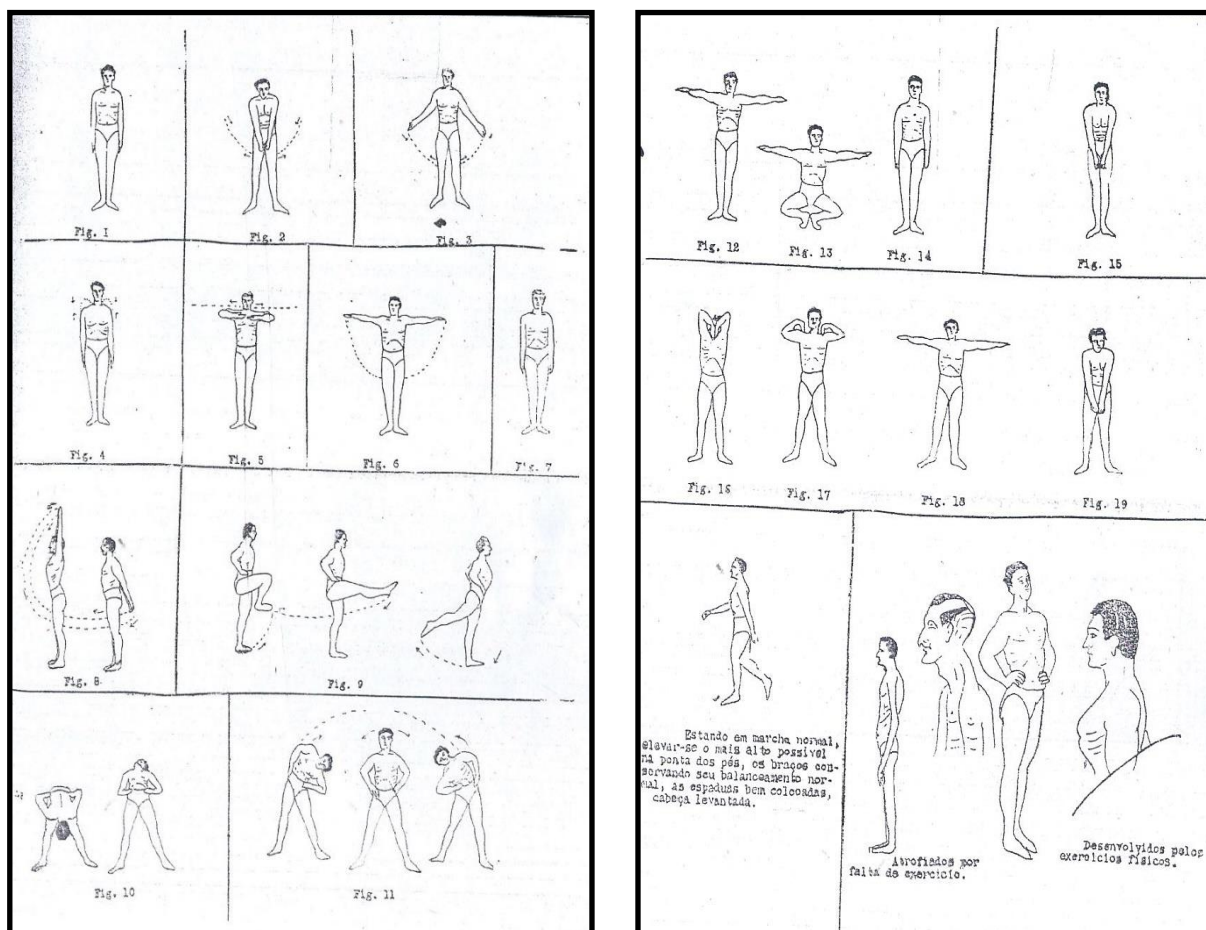


Imagem XVII: Exercícios educativos
Fonte: Revista do Ensino, 1936, p. 11 e 13.

A série de exercícios educativos propostos por Aluísio Xavier (1936, p. 10-14), mostra uma sequência capaz de movimentar todo o corpo trabalhando-o por retalhos: exercícios respiratórios; movimentos dos ombros e dos braços, exercícios para as pernas, atividades físicas do tronco; exercícios combinados e a indicação de marchas sobre as pontas dos pés⁴²⁴.

⁴²⁴ “Primeiro: Exercícios respiratórios. Realizar o movimento em posição fundamental, pés unidos ou afastados: levar as espáduas para frente ou para trás. Expirar levando as espáduas para frente, braços caídos naturalmente, palmas das mãos voltadas para o corpo. Inspirar afastando as espáduas e levando-as para trás e para baixo, palmas das mãos para cima. Segundo: Exercícios dos ombros. Posição fundamental: elevação simultânea dos ombros. Elevar os ombros com energia, o mais alto que fôr possível, sem contrair os braços; baixá-os vagarosamente. Terceiro: Exercício dos braços. Posição fundamental, elevação lateral dos braços, com flexão dos ante-braços no plano horizontal. Quarto: Exercício das pernas. Posição inicial, mãos nos quadris: elevação alternada dos joelhos e extensão da perna para frente. Quinto: Exercício do tronco. Posição inicial. Mão na cintura. Flexão e extensão do tronco. Inclinar a cabeça e o tronco tanto quanto possível para frente, sem flectir as pernas. Voltar ao

A imagem apresentada pela *Revista do Ensino* também pode ser apreciada no livro *A cura da fealdade*, publicado em 1923 pelo médico eugenista Renato Kehl. Da posição 1 a posição 19 é explicado pelo corpo do homem como realizar cada um dos movimentos ginásticos. Vale ressaltar que o corpo em exposição segue os padrões da época: forte, definido, elástico, ágil, capaz de realizar os movimentos indicados para se alcançar a saúde desejada.

Explicados em detalhes, a orientação deveria ser executada pelos professores em sala de aula. É interessante notar, que dentre os vários exercícios corporais, a marcha aparece em dois deles. Esse tipo de atividade era considerado “Um excelente exercício, próprio para todas as idades e ambos os sexos; activa todos os músculos dos membros inferiores, influenciando benéficamente as funções circulatórias e respiratórias” (KEHL, 1923, p. 342). Algumas dessas marchas possuíam um caráter cívico, a exemplo da “marcha João Pessoa”, explicada por Soares Júnior (2011) como sendo adotada na década de 1930, na qual, as crianças ficavam com o busto inclinado ligeiramente para frente, caminhavam mantendo o corpo constantemente suspenso nas pontas dos pés e pronunciavam vivas ao presidente João Pessoa. Um casamento entre a cultura física e cívica.

Com a publicação da Reforma do Ensino no ano de 1942, a *Revista do Ensino* renovou seu interesse pela educação física publicando um artigo intitulado “Educação física infantil. Método prático para a realização das lições de educação física”. Nas primeiras linhas podia ser lido o papel da educação física em tempo de Estado Novo: “A educação física nos dois primeiros graus do ciclo elementar não visa um desenvolvimento sistemático dos músculos, mas procura um objetivo mais importante, que é o de promover a eficiência das grandes funções e, particularmente da respiração por meio de exercícios adequados e atraentes”⁴²⁵.

A orientação era racionalizar as aulas de educação física. O professor, segundo a orientação da *Superintendência de Educação Física do Estado da Paraíba*, deveria organizar suas aulas lançando mão dos artifícios que respondessem as atividades

ponto de partida. Inclinare a cabeça e o tronco o mais que for possível para trás. Tomar a posição de partida. Flexão lateral do tronco á direita e á esquerda. *Sexto: Exercício combinado*. Posição fundamental: elevação na ponta dos pés, com elevação lateral dos braços estendidos flexão e extensão das pernas. Levantar-se sobre as pontas dos pés, braços estendidos lateralmente. Flexionar as pernas, joelhos afastados, calcanhares juntos. Estender as pernas, rectificando todo o corpo. Voltar ao ponto de partida. *Sétimo: Marcha sobre as pontas dos pés*. Movimento: marchar sobre a ponta dos pés: estando em marcha normal, eleva-se o mais alto possível na ponta dos pés, os braços oscilando naturalmente, as espáduas bem collocadas, cabeça levantada” (XAVIER, 1936, p. 10-14).

⁴²⁵ *Revista do Ensino*, 1942, p. 67.

infantis, procurando utilizar-se de sua tendência natural de imitar tudo quanto lhe desperte interesse, assim, o docente “introduzirá os exercícios preconizados pelo método, seguindo as regras por ele estabelecidas para a organização de uma aula sequenciada de educação física; [assim] o trabalho da criança consiste em imitar os movimentos que o professor irá executando enquanto lhes conta histórias”⁴²⁶.

A proposta consistia em realizar dramatizações. Sincronizar as histórias contadas aos exercícios físicos propostos. A edição da *Revista do Ensino* de 1942 trouxe várias histórias que poderiam ser utilizadas pelos professores para dramatizar com os alunos em sala de aula ou no pátio da escola. Vejamos a tabela abaixo:

Quadro XII:
Dramatizações e exercícios para as aulas de educação física

Dramatizações e Exercícios Físicos	
Evolução	Marcha em serpentina
Roda	Ciranda, cirandinha
Marchar	O pato (exercício mímico)
Trepas	O caranguejo (exercício mímico)
Saltar	O sapo (exercício mímico)
Levantar e transportar	Os remadores (exercício mímico)
Correr	Corrida de 30 a 40 metros
Lançar	O moinho de vento (exercício mímico)
Atacar e defender-se	A briga de gatos (pequeno jogo)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de informações disponíveis na *Revista do Ensino*, 1942, p. 68.

A instrução da educação física, também aparecia em forma de história narrativa:

Vamos fazer um passeio no sítio do tio Joãozinho; lá vocês encontrarão o tio Joaquim e seus filhos que ficarão muito alegres com esta visita. Iremos ver as suas plantações, sendo necessário andar por caminhos cheio de curvas (*evolução*); teremos que afastar o galho dos arbustos para facilitar a nossa passagem (*flexionamento dos braços*); e muitas vezes levantar e estender as pernas para atravessar as árvores caídas sobre o caminho (*flexão e extensão das pernas*). Chegamos na praia do Jacaré, onde mora o tio Joaquim, o vento com muita força e os coqueiros balançam para um lado e para o outro (*flexão lateral do tronco*). Fomos surpreendidos pelos silvos dos foguetes e os estouros das bombas soltadas pelo tio de Joãozinho para recepcionar a nossa visita (*exercícios respiratórios*)⁴²⁷.

⁴²⁶ *Revista do Ensino*, 1942, p. 67.

⁴²⁷ Idem, p. 68-69. Grifos meus.

Cada ação física – rodar, marchar, trepar, saltar, etc. -, foi acompanhada de uma historieta capaz de prender a atenção das crianças e “efetivar o exercício física com empolgação”, afirmou Aluísio Xavier. Os movimentos são os mesmos descritos pela Revista em 1937, a diferença é que agora estava adaptado à realidade da criança, ao mundo infantil. Uma atividade lúdica capaz de movimentar o corpo e talhá-lo nos instrumentos da educação física. Passa a existir uma preocupação pedagógica que ocupa lugar privilegiado na *Revista do Ensino*.

Produzir alunos e alunas higienizados, como defendeu José Gondra (2011, p. 534) era modelar o corpo com o estilete a higiene, para tanto, deveriam levar a cabo os cuidados lúdicos nas escolas com os movimentos, com os exercícios de ginástica para o corpo, seguindo sempre as prescrições dos médicos. Os exercícios invadiam a educação da infância: estavam presentes nos recreios, na codificação do tempo escolar e na indicação dos exercícios que deveriam ser privilegiados nessas ocasiões: a música, o canto, dança, as histórias, as marchas, os ritmos. Com o passar dos anos, o tempo escolar foi se adequando àquilo que importava ao discurso do Estado: o combate à moleza de lesma, as decrepitudes físicas, a fraqueza, a doença.

Os propósitos da *Revista do Ensino* em divulgar a educação física parecia ir além da constituição de um corpo forte e saudável. Estava inscrito em seu índice uma preocupação com a beleza característica também pertencente à eugenia. Seria também atributo do ensino de educação física a preocupação com a beleza, com a estética. A escola era considerada, portanto, um “centro estético de atração, onde o asseio, a ornamentação simples, o trabalho construtivo e os jogos se prendem ao corpo das crianças logo que se adapta ao ambiente escolar”⁴²⁸.

O professor Mario Gomes (1933, p. 36) postulou que é possível conhecer o prazer que sente a criança pelos exercícios físicos, paradas militares, exercícios escoteiros, tertúlias de classes e disputas de prêmios. A criança, seria portanto, o primeiro indício da beleza no movimento, expressão reveladora de força. Aquela que deseja a atividade física como a coreografia e a ginastica. Movimentos capazes de estabelecer linhas ao corpo. Músculos torneados. Um corpo exaltado, desejado e que deveria ser lapidado desde a infância.

A criança, de acordo com o professor Mario Gomes (1933, p. 38), já possuía características físicas naturais capazes de fazê-las pertencentes a educação estética, a

⁴²⁸ *Revista do Ensino*, 1933, p. 35.

exemplo da força e do desejo; era preciso apenas incutir nelas sentimentos como altruísmo, abnegação, heroísmo. Sentimentos que precisavam ser cultivados na intenção de despertar o desejo de ter um corpo forte, belo e saudável. Desejo que se transformava em suor, trabalho, exercícios, jogos. Desejo que visava formar o cidadão aspirado pelo Estado brasileiro: ordeiro, obediente, distante das mazelas, dos ataques das enfermidades, vigorosos, robustos, bonitos. Para isso, a *Revista do Ensino* não mediu esforços.

Que educação e saúde deram as mãos não há mais dúvidas! Especialmente no que diz respeito à divisão dos espaços nas páginas da imprensa a serviço dos professores. Médicos e docentes faziam circular o saber considerado moderno e em voga para assegurar a saúde do corpo do paraibano. Foi durante as primeiras décadas do século XX que a imprensa da Paraíba passou a defender os interesses da Higiene. Tornou-se uma constante. Estetoscópios, medicamentos, enfermidades, disciplina, corpos, educação... são exemplos de palavras que ocuparam as principais metáforas presentes no discurso da época. Foram costuradas, entrelaçadas na hábil pena dos profissionais da saúde e da educação.

A Paraíba não esteve desamparada quando o assunto eram os manuais pedagógicos responsáveis por fazer circular os saberes médico-educativos. Além dos jornais, que fizeram essa tarefa desde o século XIX, as revistas financiadas pelo *Departamento de Educação* também desempenharam esse papel de forma a garantir o espaço em defesa da educação sanitária. A *Revista do Ensino* é um exemplo prático de um imprenso que se prestou a propagar discursos em defesa da medicalização da escola. Na Era Vargas, vozes de médicos, dentistas, professores e engenheiros gritavam nos periódicos brados retumbantes que ecoavam no meio escolar. São marcas de uma cultura que viu na educação a possibilidade de reformar a saúde. Vislumbrou o desejo de assegurar aos cidadãos paraibanos um corpo saudável, forte, disciplinado, belo, perfeito. Não sei se o modelo de corpo/cidadão perfeito foi alcançado, mas sei que discursos em defesa desse sujeito, existiam em grande quantidade. Eles se libertavam das páginas da imprensa e ganhavam corpo em outros escritos: os livros didáticos. A imprensa anunciava no programa escolar a “Fada Higia” e suas lições mágicas, debate que passo a tecer.

5.3 A Fada Higia: apontamentos para o código do bom tom



Imagem XVIII: Capa do manual didático *A fada Higia*.

Fonte: *A fada Higia* (KEHL, 1925)⁴²⁹

A carência do ensino da higiene nas nossas escolas é um fato tão sabido, quanto lamentável. Raras, mui raras mesmo as que apresentam, nos seus programas letivos, essa importantíssima disciplina. Algumas há que a incluem apenas no sentido figurativo. Nisso consiste uma das mais notáveis falhas do nosso sistema educativo.

(Renato Kehl, 1925, p. 7)

⁴²⁹ É preciso afirmar que essa imagem da capa do livro *A fada Higia* é a contida a partir da terceira edição. Durante a pesquisa, consegui cópia do texto publicado na primeira edição, porém, devido ao desgaste do tempo, o mesmo não possuía capa. Nas páginas de internet é possível encontrar uma imagem da capa da primeira edição, porém a imagem não é de qualidade. Ela foi utilizada pela ilustradora Luyse Costa para fazer a ilustração que faz a abertura desse capítulo.

As palavras acima abrem o texto de apresentação do manual de higiene *A fada Higia*, escrito pelo farmacêutico e eugenista Renato Kehl. Uma apresentação destinada às mães e aos professores. São palavras que chamam a atenção para a importância da matéria de higiene no programa escolar, bem como, da sua real efetivação. O sanitarista colocou a higiene como parte fundamental da educação que visou “preparar-nos para a vida completa, para a vida no sentido lato da palavra, constituindo na cultura do espírito e do corpo, no robustecimento do caráter, na elevação do civismo” (KEHL, 1925, p. 7). Para esse esculápio, a higiene era vetor da educação, via capaz de formar cidadãos conscientes de seus deveres e gerações futuras de homens equilibrados. A higiene era a porta voz da eugenia. Aquela que salvaria os brasileiros da ignorância; que libertaria os súditos da fada do abandono.

A obra *A fada Higia*, para Vanderlei Sebastião de Souza (2006, p. 63) é considerado o primeiro livro sobre educação higiênica e moral dirigido às crianças. De acordo com esse autor, a cartilha de higiene, como ficou conhecida posteriormente, foi adotada como material didático para o ensino de higiene em escolas públicas de diversos estados brasileiros, incluindo a Capital Federal. Renato Kehl defendia que a higiene deveria ser considerada a matéria mais importante nas escolas primárias, pois ensinaria as crianças a preservar e defender a saúde, “melhorando e preparando a constituição física em evolução” (KEHL, 1925, p. 12).

Dentre as funções atribuídas ao ensino de higiene, Renato Kehl salientou tornar as crianças obedientes, civilizadas, adequar o seu estado mental, auferir rudimentos de higiene, estabelecer regras do bem viver com as exigências da natureza, os cuidados com o organismo e os meios de tornar-se um “bom animal”, a praticar as boas normas e fazer o bem. “Tudo depende da higiene”, afirmou o sanitarista. Tudo estava escrito “nesse livrinho [...] em que se encontram conselhos e noções de higiene agradáveis as crianças” (KEHL, 1925, p. 9). Um manual capaz de retirar as crianças da condição de abandono e conduzi-las a civilidade. Um pequeno compêndio capaz de “ministrar noções de hygiene aos nossos meninos com o fim de vel-os sãos e cheios de um vigor sadio, minorar o sofrimento da nossa gente; dar conforto e bem estar aos que se acham anquilosados e nada produzindo para o engrandecimento da nação”⁴³⁰; ou mesmo constituir “obra de patriotismo e amor ao próximo”⁴³¹.

⁴³⁰ *Revista do Ensino*, 1932, p. 40-41.

⁴³¹ *Idem*.

Joaquim Santiago (1932, p. 41) escreveu endereçado aos pais e professores uma carta que foi publica pela *Revista do Ensino* alertando-os sobre o não consentimento de permanência na ignorância, pois não estar em acordo com os novos princípios de higiene correspondia a ausência de conhecimento, a estupidez, as trevas. Não estar antenado com o ensino de higiene representava “está concorrendo para a infelicidade physica e moral do nosso povo”⁴³². Para libertar-se da falta de conhecimento, conforme o professor paraibano, era preciso “matricular seus filhos nas escolas primárias do nosso Estado que [vai] propagando pelo livrinho didactico e bem feito do notável hygienista patricio Dr. Renato Kehl, noções e conhecimentos dos nossos alumnos das moléstias e dos meios capazes e eficazes de combatel-as e evitar sua propagação”⁴³³.

A *Revista do Ensino*, veículo oficial do *Departamento de Educação* do Estado da Paraíba se incumbiu da missão de divulgar *A fada Higia* para os professores como material didático apropriado para as aulas de higiene. Mas não foi só isso! Divulgou na edição de 1936 o *Programma de Ensino* de todas as matérias do Ensino Primário. O que não era difícil de imaginar, a matéria de Hygiene apresentava aos docentes das turmas do primeiro ao quinto ano “leitura e interpretação do livro *A fada Higia* de Renato Kehl”⁴³⁴. Isso mesmo: leitura, interpretação, recapitulação, observação, contemplação, obediência. Estava instituída a bíblia da matéria de higiene.

A fada Higia foi o livro didático escolhido para compor os ensinamentos de higiene nas escolas públicas da Paraíba. Foi escrito no ano de 1925, e, os primeiros volumes utilizados nas escolas públicas paraibanas datam de 1932, fato que se deu graças a publicação da “segunda edição em 1930, com tiragem de 2.297 exemplares” (BARRETO, 2010, p. 74). Foi adotado como manual de higiene em vários estados brasileiros, dentre eles, a Paraíba. Para tanto, não faltaram referências da educação e na saúde para festejar a escolha. Carneiro Leão (1925, p. 169) afirmou ser o livro “um belo serviço prestado ao Brasil”, uma necessidade, uma carência de tempos, um livro que “é o primeiro volume de uma biblioteca que precisamos possuir para a cultura da infância escolar e das mães brasileiras”. Um livro “cheio de ilustrações expressivas e interessantes, este primeiro livro de higiene há de construir, além de uma excelente lição de higiene e profilaxia, um verdadeiro prazer para a criança que o manuseie e estude” (LEÃO, 1925, p. 169); repleto de capítulos no qual o autor “discorre com singeleza,

⁴³² Idem, p. 41.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ *Revista do Ensino*, 1936, p. 98.

pelos pontos mais fundamentais da higiene e profilaxia aplicáveis á vida corrente [...] sobre o ar, a água, o alimento, a habitação, o asseio, os exercícios físicos, os bons e maus hábitos, as doenças, os perigos que nos ameaçam, advertências e conselhos, melhoria da raça” (LEÃO, 1925, p. 169).

Belisario Penna (1925, p. 170), no momento em que dirigiu o Departamento Nacional de Saúde Pública escreveu: “é bom sistema de educação de pequenos e grandes. Este livrinho é além do mais, um atestado valioso da vitória da propaganda pelo saneamento do Brasil, da transcendente criação da coincidência sanitária que redimirá a nossa gente do opróbrio, da incapacidade, da preguiça e das doenças”. Já Osório Duque, representante da Academia Brasileira de Letras, tratou de imprimir sua apreciação sobre o livro: “Nada mais louvável, nem mais digno de aplauso, dada a grande escassez da literatura didática na nossa terra [...] o mais natural e salutar incentivo para obter, entre as crianças a atenção e aquisição de conhecimentos, é associar a recreação ao ensino”. Flávio Maroja, já afastado da política e da medicina devido a cegueira fez questão de exaltar a circulação do livro de seu amigo e companheiro de luta sanitária: “*A fada Higia* é responsável pela educação hygienica dos nossos jovens escolares [...] é responsável por orientar a formação de uma raça forte, capaz e digna de nossa estremecida Pátria; antídoto contra o analfabetismo”.

Quantas escolas foram contempladas com o manual? Não me foi possível saber. A documentação oficial na qual me debrucei – *Revista do Ensino*, *Boletins da Educação* e o jornal *A União* – afirmam que o livro didático foi adquirido com recursos do Estado e distribuído para as escolas públicas de ensino primário. Acreditamos que o número de livros adquiridos no início da década de 1930 na Paraíba não foi muito significativo, pois como afirmei acima, a segunda tiragem publicou pouco mais de dois mil exemplares que foram vendidos para os doze estados que haviam adotado o livro. Como o livro continuou sendo reivindicado nos programas do ensino até o início da década de 1940, é possível inferir que com o passar dos anos, novas edições foram sendo adquiridas.

De fato, *A fada Higia* apresenta em seu interior uma linguagem de fácil compreensão, ou seja, “enquanto material didático voltado ao curso primário, aborda o assunto da higiene com uma didática compatível com o nível de escolaridade a que se propõe” (BARRETO, 2010, p. 74). Suas páginas apresentam textos curtos, de fácil entendimento, além de imagens que exemplificam aquilo que está sendo narrado. Nas imagens que se aproximam ao máximo do mundo infantil, próprio a criança. A própria

escolha da *fada* como narradora do livro é reveladora do interesse do autor em aproximar o conteúdo do manual ao mundo das crianças. O título reuniu os dois principais objetos de interesse do autor: a *fada* representava o mundo infantil, personagem capaz de prender a atenção das crianças, aquela que fazia parte do imaginário próprio da criança; *Higia*, nome atribuído à fada que significa higiene, que limpa, brilha, resplandece, ilumina. Uma mulher branca, resplandecente, vestida com as indumentárias da luz, usa um manto que sai de sua cabeça e protege as crianças, possui poderes mágicos em sua varinha de condão, capaz de levitar, dona de uma estrela na altura da testa simbolizando a boa escolha, bondosa, aquela que educa, que disciplina, normatiza. Metáfora de uma professora. Não seria verdadeiro atribuir superpoderes às docentes, mas, seriam elas as responsáveis por encarnar a fada Higia e desempenhar seu papel de combater a imundície, os maus costumes, a falta de asseio, a preguiça, a moleza, as decrepitudes físicas, a fealdade.

Nas palavras de Renato Kehl (1925, p. 17-18) Higia “é uma fada bondosa e bela, amiga e protetora das crianças”, possuidora de “encanto e alegria”, dona da missão de “tudo fazer para que as crianças sejam fortes e sadias”, reside em “um palácio encantado, todo de ouro, com lindos jardins em volta”, sua voz “é meiga”; quando as vê as “crianças correm risonhas a seu encontro, abraçam-na, fazem mil trejeitos de contentamento”, a fada sempre “responde com mimos”; é aquela que ensina os sãos a conservar a vida, a bem vive-la, com prazer e satisfação”, em seu roteiro de vida está “dar conselhos aos doentes para adquirirem de novo força e a robustez e para não propagarem os seus males”. Sua imagem possui um ar de sacralidade. As imagens tentavam aproximar Higia daquelas instituídas tradicionalmente sobre Nossa Senhora. As crianças a sua volta, sempre muito bem vestidas, uniformizadas: meninos de camisas brancas, gravata estilo marinheiro, bermudas listradas um pouco acima dos joelhos, sapatos escuros, meias brancas, cabelos bem penteados; meninas de uniforme branco, saias longas. Ambos com livros nas mãos. Embora o cenário fosse “encantado”, a indumentária vestida e os objetos segurados pertenciam ao mundo escolar.

Vejamos uma das imagens apresentadas no interior do livro sobre a fada da saúde:

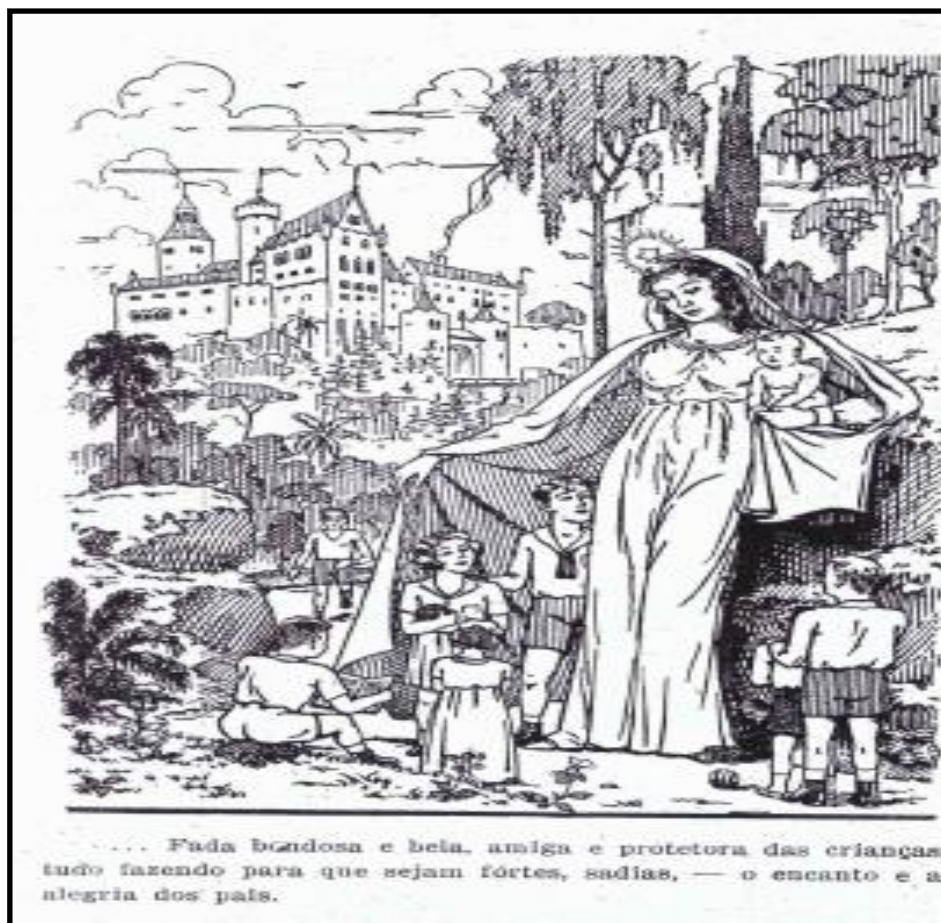


Imagem XIX: Fada Higia.
Fonte: A fada Higia (KEHL, 1925, p. 18).

A fada da saúde falava para as mães, para as crianças e para os alunos. Assim, se apresenta a distribuição dos conteúdos contemplados pelo livro didático. É possível dividi-lo em duas partes: a *primeira parte* contendo informações gerais aos leitores e pequenas histórias que deveriam ser contadas pelas professoras aos alunos e, a *segunda parte* com o conteúdo propriamente dito, ou seja, os capítulos contendo palavras diretamente utilizadas no trato da higiene. Para melhor analisar, apresento essas partes:

5.3.1 Histórias de *Higia*

Voltada para as mães, professoras e para as crianças, a primeira parte do livro didático continha carta as genitoras sobre a importância da higiene na vida das famílias, das crianças, na maternidade e seis capítulos contendo histórias que ensinam os “corretos” cuidados na higiene pessoal. São histórias que foram distribuídas ao longo

dessa tese, mais especificamente na abertura de cada capítulo, que versam sobre saúde e higiene.

A **primeira historieta**, “A maior de todas as riquezas”, narra as cidades historicamente atacadas pelas epidemias que assolavam e dizimavam a população. É enfatizada a *peste negra*, a *influenza espanhola*, a falta de higiene como causadora desses males e a falta de conhecimento da população, que de forma inconsciente atribuía o caos a ira divina. A **segunda história** apresenta a fada *Higia* e seus predicados, seus ensinamentos, seu amor pelas crianças, sua luta por corpos perfeitos e saudáveis. A **terceira história** conta as travessuras dos irmãos Jeca e Tonico. Suas vidas mudam completamente após fugirem constantemente das aulas para sair vagando as ruas comendo frutas e tomando água imprópria. Resultado: enfermidade, medicamentos, sofrimento. A **quarta história** conta a visita feita pela fada a casa de Tonico e Jeca e a observação da sujeira que reinava naquele ambiente. Nesse ponto da narrativa, a fada da saúde adverte sobre a importância dos ambientes limpos, sem poeira, cheios de luz solar, arejados pelo vento, os cuidados com o ambiente onde se come e onde se dorme. Ensinou-os a higienizar o quintal que deveria estar livre do lixo. Limpar a casa era apresentado como sinônimo de combate aos insetos, parasitas, chupadores de sangue, hematófagos, dentre outros. A **quinta história** relata uma nova visita de Higia a casa de Jeca e Tonico. Dessa vez o diálogo é com a mãe das crianças. A personagem surpreendeu-se ao perceber a transformação que a casa havia passado após as orientações higiênicas dadas anteriormente. Fez novas inferências: sobre os alimentos, sobre a água, os cuidados com as verminoses e com as moscas; os cuidados com a mastigação, a digestão, o descanso após as refeições. A **última história** do manual didático coincide com a chegada do período natalino. A fada tratou de convidar as crianças para festejar o nascimento do Menino Jesus, a importância de ir à igreja, o cuidado com as roupas que deveriam ser limpas e leves durante o verão. A ceia natalina proposta pela fada Higia se tornou uma aula sobre indumentárias: qual o tipo de roupas adequadas para determinados ambientes, para o verão e para o inverno, roupas de dormir e de brincar, uniformes para a escola, os cuidados com as roupas de baixo, o uso de acessórios, dentre outros.

As histórias contadas pela fada Higia tinham a função de disciplinar as crianças. A orientação dada por Renato Kehl era de que essas histórias fossem lidas e relidas em sala de aula pelos professores. Incansavelmente. Ouvindo-as e refletindo sobre cada uma delas seria possível modificar os hábitos anti-higiênicos dos alunos, que

assumiriam outra missão: levar esses ensinamentos para casa e disciplinar sua família. Era senso comum dentre médicos e professores a dificuldade de educar higienicamente os adultos, portanto, investiu-se pesado nas crianças, que cresceriam educadas pelas lições “mágicas” de Higia. A leitura constante dessas histórias, conforme Renato Kehl (1925, p. 52-53) representava o desejo de “que os petizes se tornassem, quando homens, cidadãos fortes, belos e patriotas e as meninas, quando moças, boas mães e de família, providas de conhecimentos bastantes para manter a paz, a saúde e a felicidade do lar”.

5.3.2 Ensinamentos d’A fada Higia

A *segunda parte* do livro destinava-se aos ensinamentos dos docentes e aprendizado dos alunos. O autor a intitulou de “Os conselhos da Fada Higia”, lugar em que defendia o fato de “a reminiscência das noções adquiridas na infância tem influência real decisiva na orientação da vida adulta” (KEHL, 1925, p. 55). São apontamentos numerados e ilustrados que deveriam ser trabalhados pelo professor aula a aula, tema a tema. Ou seja, essa altura do manual didático correspondia ao conteúdo propriamente dito: os assuntos organizados em forma de capítulos e ensinados pelas professoras seguiam o mesmo padrão: título, regras higiênicas, exemplos, imagens ilustrando as normas e por fim o trecho de algum “poema” de teor ligado ao assunto trabalhado. Todos os assuntos contidos nos capítulos estavam voltados diretamente a saúde e a higiene.

Para melhor entendermos, observemos a tabela abaixo:

Quadro XIII:
Os temas trabalhados n’A fada Higia

	Tema do capítulo	Apresentação do assunto
01	Ar	Sua importância, a liberdade, a pureza, os lugares arejados: casas, quartos, escolas, salas de aula, igrejas, os problemas ocasionados pela poeira e pela fumaça;
02	Água	Sua necessidade para o organismo, seu uso pessoal para nutrir o corpo, os cuidados com a procedência, os tipos de poços higiênicos, o gelo;
03	Alimentos	Ato de saber comer para bem viver; a rigorosidade de fazer as refeições na hora correta, o cuidado com a higiene dos alimentos, como portar-se a mesa, que tipo de alimento saudável ingerir, preferir uns alimentos e descartar outros, combater doces, bebidas alcoólicas e

		quaisquer outros alimentos que degrada o indivíduo e degenera a raça;
04	Habitação	Deve ser limpa, saudável e confortável: com boa água, latrina higiênica, sem lixo, sem areia e poeira, cama arrumada e longe dos animais, as casas deveriam ser abertas a luz solar e arejadas para a circulação do vento; porcos, gatos, ratos, cachorros, pulgas e demais animais deveriam manter-se longe do convívio doméstico;
05	Asseio do corpo	Responsável pela saúde individual, banhos diários, uso constante de água e sabão, mãos lavadas sempre que usadas, cabelos e unhas cortadas, dentes escovados após as refeições, ao acordar e antes de deitar;
06	Exercícios físicos	Responsáveis com combater a preguiça e assegurar um corpo fisicamente vigoroso;
07	Maus hábitos	Devem ser evitados, como cuspir, tossir, entrar em casa com sapatos sujos, molhar o dedo com saliva, dentre outros;
08	Sono	Indispensável a saúde, devendo sempre deitar cedo e acordar cedo, cerca de oito horas diárias e em camas com roupas limpas, trocadas semanalmente;
09	Vestes	Os cuidados com seu asseio, sempre com esmero e fino trato;
10	Atitude	Assegurar a boa postura, o corpo ereto;
11	Micróbios	Os problemas ocasionados por eles a saúde do corpo, seu formato invisível a olho nu e as doenças que podem transmitir;
12	Moscas	Responsáveis pela transmissão de doenças;
13	Doenças	Que se abatem sobre as crianças e a necessidade de submeter o paciente aos cuidados médicos, evitar sempre informações dadas por curandeiros, rezadores, benzedeiros, charlatões, ou quaisquer denominações similares;
14	Vícios	Que denota fraqueza de vontade dos corpos que se escravizam ao álcool, ao fumo; - o combate ao alcoolismo é um princípio eugênico;
15	Vermes intestinais	Os cuidados com latrinas, fossas e os resíduos fecais; os mosquitos que picam e transmitem doenças;
16	Animais e animálculos	Que devem ser sempre evitados: a mosca, a pulga, o rato, as cobras, etc.;
17	Bons hábitos	Apreciados e queridos as crianças: educação, higiene, bem vestir, portar-se, comportar-se.

Fonte: Quadro elaborado a partir dos capítulos apresentados na segunda parte do livro *A fada Higia*, 1925

As aulas deveriam ser ministradas seguindo a ordem temática dos capítulos. É possível pensar em grandes temas orientados a partir da organização dos capítulos: meio

ambiente; higiene doméstica, higiene pessoal, exercícios físicos, insetos e animais, bons e maus hábitos. Todos os temas foram pensados e seguiam uma lógica sequencial. Os saberes propostos aos alunos estão em ordem numérica crescente, sendo boa parte exemplificado com imagens. O tamanho das letras é grande assegurando uma boa leitura e evitando o esforço para a visão, mais um cuidado médico. Para melhor entendermos a composição dos temas, escolhi três capítulos da segunda parte do livro para problematizar: o asseio do corpo, os exercícios físicos e os maus hábitos. Através desses capítulos é possível perceber como foram organizados pelo autor e apresentados as professoras e aos alunos.

Com a indicação primeira de que “a saúde depende, em grande parte do asseio do corpo”, Renato Kehl faz a abertura do capítulo V. Trata-se dos cuidados voltados para o corpo, ou melhor, para a higiene do corpo. Princípios, considerados pelos médicos, de extrema importância no trato da saúde. São normas de cuidados individuais:

- 2 – É dever primordial da higiene tomar um banho frio geral, todas as manhãs, ao levantar da cama.
- 3 – A água e o sabão são dois elementos indispensáveis para a defesa do nosso organismo.
- 4 – Lave as mãos e o rosto quando chegar da rua, antes das refeições e ao deitar-se.
- 5 – As crianças nos primeiros meses deve tomar um banho morno, todos os dias; só quando estiverem com mais de quatro anos, tomarão diariamente um rápido banho frio no verão e, de vez em quando, um morno (KEHL, 1925, p. 79-82).

As primeiras normas dizem respeito aos cuidados do corpo diretamente relacionados a água. As demais indicações de higiene pessoal olhavam para as unhas e para os cabelos, que deveriam estar sempre cortados e arrumados; para a boca que deveria estar sempre lavada e esbanjando dentes brancos e fortes; informou sobre o perigo de levar objetos a boca como dedos, lápis, canetas ou outros objetos cheios de micróbios. Isso se configurava como “um perigo introduzir na boca e mastigar, palito, pedacinhos de papel, de madeira, de arbustos, folhas de árvores, etc.” (KEHL, 1925, p. 83). Dentre os mandamentos de higiene, ressaltou o esculápio, estavam os cuidados com o uso das latrinas: lavar sempre as mãos ao entrar e sair delas e/ou quando tocar em algum objeto sujo; sempre que usar papel higiênico, jogá-lo dentro da latrina e manter sempre o cuidado com os excrementos que são deixados nelas. Assim, a melhor forma de assegurar a saúde seria obedecer “estes mandamentos para ser uma criança forte e

bonita, não esquecendo que ninguém pode gostar das coisas que são sujas e desleixadas” (KEHL, 1925, p. 84).



Imagem XX: O banho.
Fonte: A fada Higia (KEHL, 1925, p. 80)

A missão primeira dos *Exercícios físicos* era combater a indolência e a preguiça. Vejamos as rimas de Correia de Oliveira publicadas pelo sanitarista: “A preguiça e o desmazelo / Juntaram-se em casamento / Levando os dois, em bom dote / Uma mão cheia de vento”. São reveladoras de que um corpo mole, preguiçoso nada tem a ganhar! São marcas da doença. Estar bem fisicamente era representado pelas assertivas: “procure ser ativo e alegre, trabalhando, movendo-se, brincando, exercitando-se ao ar livre”; realizando a “ginástica que é indispensável á beleza e a robustez”, brincando de “folguedos infantis, os jogos, as corridas, o salto, a natação, os passeios á pé e a ginastica aprendida na escola”; cumprir os exercícios de acordo com a orientação dos professores, pois “tão útil é o exercício moderado quanto é prejudicial o exercício excessivo: o primeiro fortalece, o segundo, ao contrário, debilita”; exercitar-se sempre “antes do banho matinal, ao ar livre com movimentos ginásticos aprendidos na escola”, sempre respirar perfeitamente expandindo os pulmões, não fazer “ginástica após as refeições”. Sempre que possível, tratou de reiterar alertas aos professores e alunos: “Não significa robustez, nem beleza, o desenvolvimento exagerado dos músculos; o valor deles está na resistência e não no volume [...] não se preocupe, pois, em criar ‘muque’, com exercícios violentos ou imoderados”, pois a “agilidade, a destreza e a resistência

adquiridas na infância, pelos exercícios físicos, são valiosíssimos elementos de defesa: concorrem, vantajosamente, para a conservação da saúde e prolongamento da vida” (KEHL, 1925, p. 89).



Imagem XXI: Jogos e exercícios físicos.
Fonte: *A fada Higia* (KEHL, 1925, p. 88)

Boa parte do livro é dedicada as aulas de ginástica e a prática de exercícios físicos. Para Maria Isabel Brandão Mendes (2009, p. 179), *A fada Higia* apresenta os ensinamentos dos exercícios físicos relacionando-os aos conceitos de beleza e robustez de forma positiva, enquanto a inatividade é associada a doença. Para tanto, escreveu seguindo as prescrições da medicina a prática de exercícios ginásticos postulados pelo método pedagógico de Ducroquet. Os movimentos agitavam todo o corpo: movimento dos braços, das pernas, do tronco, da cabeça, da extensão, os movimentos respiratórios. Para Renato Kehl (1925, p. 165), os movimentos deveriam ser ensinados paulatinamente às crianças pelos mestres e pelas mães. Esses deveriam aprender a princípio as posições iniciais, depois os movimentos dos braços, em seguida os movimentos das pernas e, assim por diante, até os movimentos respiratórios. O alerta

não parava por aí. Falou sobre a medida dos exercícios que deveriam ser dosados de acordo com a idade, o desenvolvimentos e estado físico da criança, pois o exercício em demasiado trazia fadiga ou estafa, tornando-se condenável⁴³⁵!

Discorreu sobre as artes de civilizar combatendo os maus hábitos e aspirando os bons. Alegou que apenas “pessoas sem educação, ignorantes, preguiçosas ou desobedientes são capazes da prática de certos atos” (KEHL, 1925, p. 90). Os maus hábitos foram eleitos os causadores de desgraças, doenças, sofrimentos e mortes. Para o médico sanitarista “peor que a segueira é a ignorância, pior que a paralisia é a preguiça: - combate-se a ignorância na escola; vence-se a preguiça com a educação da vontade” (KEHL, 1925, p. 91), assim, confirmava a escola como lugar por excelência de educação, responsável por incutir nos novos preceitos médico-pedagógicos no cotidiano das crianças, lugar onde a “educação, a polidez, os bons hábitos, adquirem-se, como se conservam, no seio da família, na escola e na sociedade”.

Dentre os hábitos considerados maus, citou-se

Entrar em casa com os sapatos sujos; deixar o chapéu e outro objetos fora de seus lugares; levar o lápis ou outros objetos á boca; introduzir o dedo no nariz; roer unhas, molhar o dedo com saliva para virar as folhas ou contar dinheiro; espirrar ou tossir sobre outra pessoa; não lavar as mãos ao sair da privada; beber água em copo servido; cuspir, escarrar ou evacuar no chão; sentar-se em má posição; tirar o pó dos sapatos com o lenço, dentre outros.

Cometer tais atos foram considerados um atentado a higiene e a civilidade. São hábitos que devem ser combatidos. São mal vistos, desprezados. Não fazê-los, faz parte de uma boa educação, aquele auferida na escola, pela lâmina de higiene; ensinada sob os princípios da medicina. São informações “técnicas que visavam o desenvolvimento da higiene física, social e ambiental [...] questões relativas aos perigos que ameaçam todos a todo tempo e lugar” (BARRETO, 2010, p. 76).

Os três capítulos representados consecutivamente pelo asseio do corpo, pelos exercícios físicos e pelos bons hábitos são apenas um exemplo da forma como o *A fada Higia* tratou de normalizar a infância com seus escritos. São discursos produzidos que

⁴³⁵ Em nota direcionada aos professores, o médico eugenista Renato Kehl (1925, p. 166-167) indicou a leitura do capítulo XXIII intitulado “saúde, beleza, robustez e educação física” do seu livro *A cura da fealdade*, no qual é debatido a questão pedagógica, explicando os critérios a seguir quanto à educação física na primeira e segunda infância e idade adulta, bem como, aos casos que são contraindicados aos exercícios ginásticos, sobretudo os movimentos respiratórios, que não devem ser executados por indivíduos com lesões orgânicas do coração, com tuberculose pulmonar, albuminúria, lesões ósseas ou articulares.

visavam a matéria. Falas que deveriam ser pronunciadas numa só voz: médicos, professores, funcionários, familiares e escolares. Todos em defesa da higiene. Assegurar a saúde do corpo e a higiene da alma foi, durante a primeira metade do vigésimo século, a tônica central do debate médico-pedagógico. Médicos e professores deveriam dar as mãos nessa tarefa. Utilizaram como armas de combate seus discursos, prescrições, orientações, manuais, leis, decretos, livros didáticos... todos na intenção de “combater o bom combate”. Reuniram forças contra as torpezas, contra a ignorância, contra a falta de higiene, a moleza e a preguiça. Declararam guerra às doenças. Desejaram um corpo forte, bonito, saudável, eugênico.

Considerações finais

Petizes fortes, belos e patriotas?

“Oxalá possa você encontrar uma senhora tão bem intencionada como a Fada Hígia, nome pelo qual era cognominada e conhecida nas redondezas de seu lindo castelo. Desejava ela que seus petizes se tornassem, quando homens, cidadãos fortes, belos e patriotas e as meninas, quando moças, boas mães de família”.

(Renato Kehl)

Chegou afinal, o grande dia de Natal, com tanta ansiedade esperado pelos meninos. Como se sabe festeja-se neste dia, o nascimento do Menino Jesus, o protetor e amigo das crianças.

Pela manhã encontraram-se na igreja, onde foram assistir a missa e, a tarde, dirigiram-se alegres e felizes para o palácio da fada querida. Ela os aguardava no seu belo jardim toda vestida de branco, sentada num banco de pedras, ao lado de um repuxo, cujas águas cristalinas caíam num tanque povoado de lindos peixinhos vermelhos.

Ao avistar as crianças, a fada levantou-se e veio abraça-las. Que alegria!! Estavam todas vestidas com as melhores roupinhas. [...] O jantar correu muito animado; as crianças comportaram-se a mesa com muito juízo. Esperaram com paciência que fossem servidas, cada uma por sua vez, não comeram com as mãos, nem puseram os cotovelos sobre a mesa e se contentaram com os alimentos distribuídos, sem se mostrarem gulosas. E havia cada coisa gostosa...!

Depois dirigiram-se a sala; a fada acendeu as velinhas da árvore de Natal. Estava uma beleza!! A alegria era geral, pulavam e dançavam sem cessar em torno da árvore, apreciando cobiçosos, os lindos brinquedos nela expostos. Passado algum tempo, a fada os convidou para chegarem junto de si, afim de conversar.

A fada disse, então, que se deve usar roupas de acordo com o clima e as estações do ano. As roupas de baixo precisam ser sempre brancas, porque são mais higiênicas. É necessário trazê-las limpas, trocando-se pelo menos três vezes por semana, porque elas se embebem de suor, sujam-se de poeira, de gorduras, de descamações do corpo e se enchem de micróbios, tornando-se por tudo isso infectadas e desagradáveis a vista e ao olfato.

Minhas crianças, disse a fada em voz alta, - saibam vocês que se pode ser pobre e andar asseado; basta um pouco de boa vontade e de capricho. Nunca se deve dormir com a roupa que se passou o dia e sem troca-la por uma camisola.

- Nunca andem descalços; os sapatos não são objetos de luxo; eles protegem os pés da humidade, do frio, das machucaduras, livram-nos de certas infecções e da opilação cujos parasitas entram, sob a forma de larvas ou filhotes de vermes, pelos poros da pele dos pés. [...] devem cuidar-se do asseio do corpo, pelos banhos diários, com sabão e bastante água, de preferência frios e tomados pela manhã. Tragam-no sempre a cabeça lavada e os cabelos curtos. Os piolhos aparecem nas pessoas que não têm cuidado de asseio com a cabeça. Não se esqueçam de cortar as unhas todas as semanas e de escovar os dentes, pois assim se evitam as cáries. Devem trazer as mãos sempre limpas e lavá-las antes das refeições.

Em seguida as crianças brincara e receberam presentes de acordo com as idades e os gostos de cada um. Jeca, uma roupinha de marinheiro. Tonico uma caixa com um trem de ferro. Todos ficaram satisfeitos e beijaram agradecidos, as mãos da boa fada Higia. E assim terminou a linda festa de Natal.

A fada Higia (KEHL, 1925, p. 45-52)

Desejava que “os seus petizes se tornassem, quando homens, cidadãos fortes, belos e patriotas” (KEHL, 1925, p. 52). Era a vontade da fada Higia. Também era o desejo de Flávio Maroja, Renato Kehl, Acácio Pires, Belisário Penna, Oscar de Castro, Oswaldo Cruz, Seixas Maia e tantos outros médicos que se uniram em defesa de um projeto nacional que visou higienizar a população brasileira. Criar um cidadão aos moldes da eugenia exigiu muito esforço por parte desses profissionais. Para tanto, apropriaram-se dos veículos à disposição para fazer circular o saber que aspiravam adentrar as escolas, incutir nas crianças e modelar seus corpos. Desejavam corpos fisicamente vigorosos: disciplinados, resistentes, sedutores, inteligentes e educados.

É certo que a orientação nacional serviu de inspiração para diversos estados do país, que, de acordo com sua realidade adequou aos seus interesses. O projeto de medicalização escolar e modelação de corpos foi ganhando força à medida que os “novos” saberes médicos-pedagógicos conquistava seus adeptos, fato ocorrido na maioria dos estados da federação durante a primeira metade do vigésimo século. Cartas, artigos, mensagens e textos eram trocados entre os médicos e eugenistas da Capital Federal e dos demais estados na intenção de executar um projeto que visava adotar dentre os hábitos diários os cuidados necessários à educação da saúde.

Na Paraíba, como apresentei ao longo do texto, esse projeto ganhou as texturas timbradas por Flávio Maroja. Esse médico vestiu as indumentárias da eugenia e repousou seus discursos sobre os corpos das crianças que frequentavam as escolas paraibanas. Após perceber, que publicar orientações consideradas saudáveis e civilizatórias nas páginas da imprensa em circulação na época não eram suficientes para educar a população, migrou seu olhar para as escolas. Os prédios escolares, as normas que regiam a vida escolar, os professores e a condução das aulas e os corpos dos alunos tornaram-se alvos de seus discursos. Empreendeu esforços para assegurar na legislação a obrigatoriedade das matérias da saúde: higiene e educação física; em seguida, para que essas matérias fossem executadas e se tornassem realidade. É possível encontrar a força dos seus discursos sobre a higiene nas escolas e para as crianças nos periódicos em circulação durante as três primeiras décadas do século XX. Falou sobre como evitar doenças, sobre os cuidados higiênicos do corpo, sobre o uso adequado do material escolar; defendeu a criação de gabinetes de higiene e de gabinetes dentários, ofereceu um modelo de cadernetas biomédicas, mostrou as melhores formas de caligrafia, de postura do corpo, indicou hábitos considerados sadios; falou sobre o lixo, os insetos, os micróbios, as águas sujas; defendeu com sua hábil pena a ginástica sueca, o exercício

físico ao ar livre, os banhos matinais, o ar puro; apresentou as melhores formas para limpar as unhas, orelhas, boca, nariz, pés e mãos; defendeu a eugenia. Discursou livremente nos espaços de divulgação do saber médico sobre o modelo de eugenia que queria implementar na Paraíba: um corpo sanitário, hígido, saudável e educado, mesmo que a base de sabão de coco ariano! Falou dos costumes, daqueles considerados bons para a moral cristã. Enquanto político, no legislativo e/ou no executivo, buscou assegurar na base legal aquilo que deveria reger uma escola medicalizada. Afastado da política, passou a proferir conferências e formações medico-pedagógicas.

Seu público? Boa parte era composta por professores! Dedicou significativa parcela de sua vida para lançar as bases de um modelo de higiene que galgou criar nas escolas crianças saudáveis, fortes e belas. Seus brados tornaram-se leis, ganharam corpo nas normas que disciplinavam a vida escolar. Os decretos e as reformas do ensino promulgadas no recorte dessa tese asseguraram na base legal o dever de garantir escolas limpas e alunos higienizados. Abriu os olhos para a *Higiene* que ganhava espaço nas escolas consolidando-se enquanto componente curricular nos programas de ensino das escolas públicas; quis abrir os olhos para a *Ginástica Sueca* que tanto sonhou para as mesmas instituições. Não foi possível! A cegueira lhe tirou esse desejo. Quis ainda, ver seu projeto ganhar forma através da normalização dos professores e da apropriação dos seus discursos nas escolas e nos corpos dos alunos. Também não conseguiu. Primeiro, porque apesar dos diversos mecanismos utilizados para incutir nas professoras esses saberes, não foi possível através da documentação consultada, perceber a recepção desse conhecimento e sua apropriação para as escolas; segundo, porque a morte lhe impediu de presenciar a produção e circulação de outros saberes colocados à disposição dos docentes em fins da década de 1930.

Flávio Maroja fez amigos por onde passou. Manteve contato direto com os médicos responsáveis pela higiene e eugenia do país. Recebeu-os em visitas. Contou-lhes narrativas sobre a educação sanitária da Paraíba. Trocaram informações. Auferiu preceitos médicos. Seu distanciamento da política, significou também o direito ao silêncio nos novos periódicos que continham os ensinamentos médicos. A *Revista do Ensino* e os *Boletins da Educação* não publicavam mais suas falas, mas sim, a daqueles que aprenderam a defender a educação da saúde por meio de seu direcionamento. O silêncio provocado pela ausência de escritos do sanitarista paraibano, não foi capaz de calar aquilo que defendeu por tantos anos. Ao contrário, a década de 1930, marcada pelas interventorias da Era Vargas, confirmou na legislação escolar a obrigatoriedade da

Educação física, nos moldes defendidos por Flávio Maroja: a ginástica sueca. E foram além, viabilizaram a formação de professores através das *Escolas de Aperfeiçoamento de Professores*, gestando monitores de educação física e educadoras sanitárias. Aquilo que Flávio Maroja defendeu enquanto formação de professores para um bom desempenho da educação sanitária, se institucionalizou através desses cursos ofertados aos professores que deveriam se enquadrar nos preceitos da higiene. Até mesmo o livro didático – *A fada Higia* - adotado na Paraíba no começo da década de 1930, já havia sido indicado por Flávio Maroja em fins dos anos 1920.

Repito, não é possível afirmar que seu projeto foi de todo vitorioso. Talvez para a época, fosse considerado audacioso querer criar as normas, torná-las obrigatórias e coloca-las em prática no sentido de apropriação. Seu primeiro objetivo foi alcançado: seus discursos conseguiram colocar na legalidade das escolas públicas da Paraíba, num primeiro momento, a matéria de Higiene, as orientações para construções dos prédios escolares, do uso do mobiliário e os cuidados com o corpo, presente no conteúdo que deveria ser ministrado; com o passar dos anos e a renovação das leis que regiam o ensino da época, conseguiu disseminar o discurso que via na atividade física uma forma de disciplinar o corpo. Os anos que se seguiram decretaram a obrigatoriedade dos exercícios físicos nas escolas públicas. Sua vitória, posso afirmar, ficou no campo da legislação.

Flávio Maroja contou com outros discursos que somados ao seu clamavam por corpos fisicamente vigorosos. Especialmente quando o assunto era educação física. A cultura física foi difundida pela imprensa paraibana, ganhando força através da fala de médicos, professores e jornalistas em defesa da ginástica. O modelo de atividade física que primeiro ganhou fôlego sob a benção dos esculápios foi a ginástica sueca. Essa modalidade, indicada como a melhor forma de alcançar o corpo saudável e disciplinado, apresentou movimentos para diversas partes do corpo. Cada exercício correspondia ao melhoramento de uma parte do corpo. Realizava-se ao ar livre, em casa, nos campos, no pátio, ou mesmo nos pavilhões de educação física das escolas que possuíam. Era o modelo predominante até a bola ganhar os pés e as mãos dos alunos. O *foot-ball* ganhou um espaço que os médicos não permitiam. Tornou-se a atividade física preferida das crianças e jovens. Mesmo diante dos discursos contrário ao *foot-ball*, sob a alegação de que a Paraíba não possuía um clima favorável a essa prática esportiva, essa modalidade esportiva adentrou as escolas. O discurso médico, nesse caso particular, não obteve

êxito. O programa de ensino paraibano nos anos de interventorias contemplava a prática de esportes: futebol para os meninos e voleibol para as meninas.

É preciso ressaltar que a prática desses esportes nas escolas, coincide com o momento em que ocorre um certo distanciamento do médico nas publicações dos periódicos da educação que contemplavam temas relacionados à saúde. Entenda, caro leitor, o médico enquanto profissional continuou a fazer parte do processo que ficou conhecido como medicalização escolar; ele continuava a atender os alunos, a visitar os gabinetes, a fazer inspeções, a aplicar vacinas, etc., porém, nos periódicos em circulação da época, a maior parte dos textos publicados sobre a educação da saúde, pertencia aos professores. Foi exatamente nesse momento que a prática esportiva passou a compor o programa de ensino das escolas públicas da Paraíba ao lado da ginástica sueca. Não é possível afirmar nesse recorte que existia uma prática maior de uma modalidade ou outra, isso requeria outra pesquisa. Portanto, cabe aqui afirmar que a ginástica sueca, teve que dividir espaço durante as aulas de educação física com o *foot-ball*, o voleibol, o escoteirismo, dentre outros.

Essas partilhas de espaço tornaram-se recorrência nos anos 1930. Os lugares que antes eram predominantemente médico, passaram a ser reivindicado pelos professores. É o que mostrou a *Revista do Ensino*, periódico da educação criado para fazer circular a legislação escolar, orientações pedagógicas, informes estaduais e artigos sobre diversos temas. Os artigos sobre a educação da saúde publicados nesse periódico, passaram a ser escritos pelos dois profissionais. Dos dezessete artigos sobre a medicalização escolar encontrados nas *Revistas do Ensino*, doze eram de autoria de professores e cinco de médicos. Dentre esses artigos, os temas mais recorrentes foram higiene do corpo, gabinetes dentários e educação física. Conforme os discursos produzidos pela revista, é possível afirmar que o corpo fisicamente vigoroso precisava ser limpo, dono de um sorriso branco e completo, e resistente. Não foi possível saber o alcance das publicações e a repercussão da *Revista do Ensino*, apenas que se tornou um modelo prático de impresso que se propôs a propagar discursos em defesa da medicalização escolar.

Foi por meio desse periódico que cheguei até *A fada Higia*. Manual didático médico-pedagógico adotado nas escolas públicas da Paraíba nos anos de 1930. O livro possuía informações necessárias à manutenção do corpo hígido. Histórias podiam ser lidas na primeira parte do livro, narrando a trajetória de crianças sujas, desobedientes, indisciplinadas, que por suas traquinagens foram vitimadas pelas doenças. Aprenderam através dos ensinamentos da fada da saúde como manter o corpo saudável, arrumado e

comportado. Textos que visavam disciplinar as crianças aos moldes dos princípios da higiene. A segunda parte do livro apresentava aos alunos o conteúdo propriamente dito: cuidados com o corpo, o banho, o ar, as doenças, os insetos, a saúde bucal... textos e imagens foram colocados à disposição das crianças como modelo a ser seguido. Se tomaram esse rumo? Não tenho como responder! Sei que foram adotados nas escolas públicas da Paraíba. Conheci o interesse do Estado ao comprar para o ensino primário esse manual. Mas não é possível afirmar se e como as professoras utilizaram em sala de aula.

Noutras palavras, é possível inferir que muitos foram os mecanismos utilizados pelos médicos para formar cidadãos fortes, belos e saudáveis. Os discursos médicos em defesa de um corpo hígido, ou melhor, fisicamente vigoroso, teve sua primeira tentativa na Paraíba no século XIX com a adoção de uma legislação escolar que priorizava a higiene, mas que não colocou saberes à disposição dos docentes. Com a chegada do vigésimo século, os saberes médicos ganharam páginas na imprensa paraibana, porém, não galgaram êxito: o número de leitores era pequeno, a legislação acerca da educação da saúde era parca, e, as matérias existiam apenas em algumas escolas privadas ou militares. Foi diante desse cenário, e seguindo uma orientação nacional, que Flávio Maroja e seus companheiros de ofício criaram novas estratégias, agora voltadas para as escolas, a princípio instituindo normas legais e as matérias de Higiene e Educação física no programa de ensino; seguido de formação de professores, de saberes colocados em circulação pela imprensa local e na escolha de material didático a ser trabalhado em sala de aula. Era sua segunda tentativa, segunda frustração. Gostaria de afirmar que seu projeto médico-pedagógico foi vitorioso, mas não seria de todo verdadeiro.

Procurei ao longo dessa pesquisa entender como o discurso médico vislumbrou o corpo saudável, fisicamente vigoroso. Foi quando me deparei com discursos que para fortalece-lo, esquadrinhava-o. Falas que exaltavam uma saúde possível apenas nas águas banhadas pela higiene. Textos escritos que modelavam o corpo escolar: seus prédios, sua legislação, seus funcionários, seus alunos. Essa pesquisa me permitiu seguir os passos de Flávio Maroja e de tantos outros personagens interessados em talhar o futuro cidadão brasileiro. Discursos que pintaram e bordaram, subiram e desceram, bendisseram e maldisseram, suaram e se higienizaram, que às vezes eram fedorentos ou mesmo desejosos de um bom odor, que foram eugenizados pelas prescrições médicas... Assim tentavam esculpir esse paraibano, que nas palavras de Flávio Maroja, precisavam ser “*physicamente vigorosos*”.

Referências

FONTES

a) Jornais

A Imprensa, Paraíba, 03 de abril de 1916. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 16 de abril de 1916. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 21 de setembro de 1926. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 02 de setembro de 1919. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 25 de agosto de 1920. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 20 de fevereiro de 1921. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 17 de fevereiro de 1925. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 02 de julho de 1926. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 05 de fevereiro de 1927. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 13 de julho de 1927. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 16 de julho de 1927. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 29 de janeiro de 1927. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 23 de outubro de 1930. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 15 de julho de 1934. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 20 de março de 1935. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 20 de abril de 1935. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 23 de outubro de 1935. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 26 de setembro de 1936. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 30 de março de 1938. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 21 de julho de 1939. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 20 de abril de 1940. Arquivo Eclesiástico.

A Imprensa, Paraíba, 13 de maio de 1941. Arquivo Eclesiástico.

A Notícia, Paraíba, 09 de setembro de 1916. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

A Notícia, Paraíba, 12 de setembro de 1916. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

A Notícia, Paraíba, 19 de outubro de 1916. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

A Notícia, Paraíba, 11 de novembro de 1916. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

A União, Paraíba, 11 de setembro de 1911. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 12 de fevereiro de 1912. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de novembro de 1912. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 22 de janeiro de 1913. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 18 de fevereiro de 1913. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 11 de novembro de 1913. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 12 de novembro de 1913. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 24 de novembro de 1913. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 02 de março de 1914. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 13 de abril de 1914. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de outubro de 1915. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 26 de janeiro de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 10 de fevereiro de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 15 de agosto de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de setembro de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de novembro de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 24 de novembro de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 30 de novembro de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 31 de dezembro de 1917. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 11 de dezembro de 1918. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 17 de abril de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 05 de junho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 07 de junho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 22 de junho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 03 de julho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 10 de julho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 11 de julho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 14 de julho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 22 de julho de 1919. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 24 de agosto de 1920. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de abril de 1921. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 13 de agosto de 1921. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 09 de outubro de 1921. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 17 de maio de 1922. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 22 de setembro de 1922. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 11 de abril de 1923. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 08 de dezembro de 1923. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 08 de janeiro de 1924. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 12 de janeiro de 1924. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 25 de janeiro de 1925. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 05 de maio de 1925. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 09 de maio de 1925. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 16 de maio de 1925. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 09 de agosto de 1925. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 27 de novembro de 1925. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 12 de janeiro de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 14 de janeiro de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 20 de fevereiro de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de fevereiro de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 28 de fevereiro de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de junho de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 28 de agosto de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 21 de setembro de 1926. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 05 de fevereiro de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 26 de março de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 03 de abril de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 14 de abril de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 09 de julho de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 28 de julho de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 31 de julho de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 25 de agosto de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 11 de dezembro de 1927. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 15 de fevereiro de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 12 de março de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 06 de abril de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 13 de março de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 10 de abril de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 28 de março de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

A União, Paraíba, 30 de março de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.

- A União*, Paraíba, 13 de maio de 1928. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 13 de maio de 1929. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 30 de julho de 1929. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 27 de novembro de 1929. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 06 de março de 1930. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 20 de março de 1931. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 10 de julho de 1931. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 27 de agosto de 1931. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 12 de dezembro de 1932. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 22 de novembro de 1933. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 28 de junho de 1934. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 12 de julho de 1935. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 12 de julho de 1935. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 30 de agosto de 1935. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 07 de maio de 1937. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 22 de abril de 1938. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 06 de março de 1939. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 26 de março de 1939. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 19 de julho de 1939. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 02 de dezembro de 1939. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 01 de abril de 1942. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 04 de junho de 1942. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 16 de julho de 1942. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- A União*, Paraíba, 19 de julho de 1942. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte.
- O Norte*, Paraíba, 13 setembro de 1912. Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

b) Revistas, almanaques, anuários, anais

ALMEIDA JR, A. *O saneamento pela educação*. São Paulo: Faculdade de Medicina de São Paulo, 1922.

ALMEIDA, Manuel. *Histórico do Colégio Nossa Senhora das Neves*. João Pessoa, 1924.

ANJOS, Alexandre. *Almanach do Estado da Paraíba*. Parahyba: Imprensa Oficial, 1917.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 1, abr. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1937.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 2, ago. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1937.

BONFIN, Pedro Calheiros. Educação da saúde – Orientação. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 17, p. 37-40, 1942.

_____. Higiene mental na escola. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 17, p. 41-44, 1942.

BURITY, Luis Gonzaga. A cárie dentária. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 1, 1937, p. 27-29.

CASTRO, Oscar Oliveira de. Discurso pronunciado na sessão inaugural da Semana Médica. In: CASTRO, Oscar Oliveira de. *Ensaaios*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934, pp. 221-238.

COSTA, Sizenando. Higiene Rural. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 16, p. 17-26, 1938.

_____. O escoteirismo na Paraíba. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 05/06, p. 30-39.

COUTINHO, Nadir. A importância dos serviços das enfermeiras. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 1, 1937, p. 33-35.

_____. A necessidade da assistência dentária a criança. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 2, 1937, p. 69-70.

FLORENTINO, Manoel. O ensino normal. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 08/09, p. 65-69, 1934.

_____. Educação sanitária. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 10, p. 09-19, 1934.

GASPARINI, Savino. *Palestras de higiene na Rádio Tupí*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

GOMES, Mário. Cultura estética. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 04/05, p. 35-38, 1933.

_____. Medicância intelectual infantil. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 08/09, p. 49-54, 1934.

JARDIM, Vicente Gomes. Monographia da Cidade da Parahyba do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 108-109, 1911.

KEHL, Renato. *A cura da fealdade*. Eugenia e medicina social. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

_____. Educação e instrução. *Revista Nacional*. Rio de Janeiro, 1923.

_____. Higiene rural. *Revista de saúde pública*. Rio de Janeiro, ago. 1923.

_____. O ensino da higiene nas escolas primárias. *Gazeta de notícias*. Rio de Janeiro, jul. 1923.

_____. O papel da Eugenia na restauração das raças. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1921.

_____. *A fada Higia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

MAROJA, Flávio. A nossa hygiene. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, n. 03, p. 433-437, 1911.

_____. Educação sanitária. In: MAROJA, Flávio. *Semana Médica*. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927, pp. 7-12.

_____. [Termo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano] 1905 set. 07, João Pessoa.

_____. Educação sanitária. In: MAROJA, Flávio. *Semana Médica*. Parahyba: Imprensa Oficial, 1927, pp. 7-12.

MAIA, Seixas. Educação physica e sanitária. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 14, 1937, p. 68-74.

_____. A tuberculose e a escola. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 1, 1937, p. 23-25.

MELO, José Baptista de. Uns testes de hygiene e as lições que nos sugerem. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 06/07, p. 17-20, 1933.

MONTEIRO, Alice Azevedo. Palavras de Diretoria do Jardim de Infância para a Revista do Ensino. *Revista do Ensino*. João Pessoa. N. 06/07, p. 27-32.

NEIVA, Arthur & PENNA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Rio de Janeiro: Manguinhos, 1918.

OLIVEIRA, Octávio. Doenças transmissíveis. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 1, 1937, p. 37-40.

PATRÍCIO, Severino. Inspeção sanitária escolas. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 01, p. 21-24, 1932.

_____. Inspeção Sanitária Escolar. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 04/05, p. 49-52, 1933.

_____. Inspeção Sanitária Escolar. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 06/07, p. 69, 1933.

SILVA, F. Paula. Carie dentária, suas causas e recalcificação dos dentes. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 2, 1937, p. 67-68.

PEDROSA, Ednaldo. Prophylaxia dentária. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 1, 1937, p. 47.

_____. Mastigação dos alimentos. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 2, 1937, p. 59-60.

_____. O primeiro molar. *Boletim da Educação*. João Pessoa, n. 2, 1937, p. 61-63.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de higiene*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

PESSOA, Silvia de. A tuberculose e sua profilaxia. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 06/07, p. 21-26, 1933.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 1, abr. João Pessoa: Imprensa Official, 1932.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno II, n. 04/05, abr. João Pessoa: Imprensa Official, 1933.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno II, n. 06/07, ago. João Pessoa: Imprensa Official, 1933.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno III, n. 08/09, fev. João Pessoa: Imprensa Official, 1934.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno III, n. 10, jul. João Pessoa: Imprensa Official, 1934.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno V, n. 14, abr. João Pessoa: Imprensa Official, 1936.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno VI, n. 18, abr. João Pessoa: Imprensa Official, 1937.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno VII, n. 16, abr. João Pessoa: Imprensa Official, 1938.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno XI, n. 17, abr. João Pessoa: Imprensa Official, 1942.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno XI, n. 18, ago. João Pessoa: Imprensa Official, 1942.

RIBEIRO, Beatriz. Asseio. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 01, p. 53-56, 1932.

SÁ, Carlos. *Higiene e educação da saúde*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

SANTIAGO, Joaquim. Hygiene escolar. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 01, p. 39-40, 1932.

VASCONCELOS, Amarílio de. *Higiene nas escolas*. Rio de Janeiro, 1924.

TAVARES, João Lira. *Almanach do Estado da Paraíba. Parahyba*. Parahyba: Imprensa Official, 1912.

XAVIER, Aloysio. Educação Physica. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 14, p. 09-12, 1936.

_____. Educação física infantil. *Revista do Ensino*. João Pessoa, n. 18, p. 67-70, 1942.

c) Manuscritos

Carta enviado por Acácio Pires a Belisário Penna. Parahyba, 15 de setembro de 1921. Arquivo da Fiocruz.

Carta enviada por Belisário Penna a Flávio Maroja. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1931. Arquivo da Fiocruz.

Carta enviado por Aprígio Gonzaga a Belisário Penna. Parahyba, 04 de setembro de 1931. Arquivo da Fiocruz.

d) Relatórios, discursos, falas, exposições

Parahyba do Norte. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 1º de março de 1908 por ocasião da instalação da 1ª sessão da 5ª legislatura pelo presidente do estado monsenhor Walfredo Leal. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1908.

Parahyba do Norte. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 1 de setembro de 1909 por ocasião da instalação da 2ª sessão da 5ª legislatura do presidente do estado João Lopes Machado. Parahyba do Norte, Imprensa Official, MCMIX, 1909, 62p.

d) Legislação

PARAHYBA DO NORTE. Decreto 873. Aprova o Regulamento da Instrução Pública autorizado pela lei n. 466 de 23 de outubro de 1917 e publicado em 21 de dezembro do mesmo ano. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte – Funesc.

PARAÍBA. Reforma da Instrução Pública da Paraíba publicado em dezembro de 1935. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte – Funesc.

PARAÍBA. Decreto 961. Dispõe sobre a organização escolar o Estado no que diz respeito a Educação física, educação cívica e educação moral. Publicado em 11 de fevereiro de 1938. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte – Funesc.

PARAÍBA. Decreto 311. Reforma o Departamento de Educação e o Ensino. Publicado em 11 de agosto de 1942. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte – Funesc.

PARAÍBA. Programma de ensino do Departamento de Educação publicano no ano de 1936. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte – Funesc.

ESTADO DA PARAÍBA. Regimento interno do Lyceu Paraibano. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *História e infância*. Distribuição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR; Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: Edusc, 2007.

ALMEIDA, José Américo. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980.

ANDRADE, Vivian Galdino de. *Alfabetizando os “filhos da Rainha” para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942)*. João Pessoa, 2014, 277 p. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

ARIÈS, Phelippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. *Uma cidade, muitas tramas: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920)*. Recife, 2001, 162 p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, imprensa e vida*. João Pessoa: A União, 1983.

ARAÚJO, Mary Rose de Souza. *Escola Normal na Paraíba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. João Pessoa, 320 p. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba.

BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes. Higienismo e educação da Paraíba. In: CARDOSO, Carlos Augusto Amorim; KURLESZA, Wojciech Andrzej. *A escola e a igreja nas ruas da cidade*. João Pessoa: UFPB, 2010, p. 59-81.

BASTOS, Maria Helena C.; LEMOS, Elizandra Ambrósio. Uma iconografia da cultura escolar: as capas da Revista do Ensino (1951-1978). In: SCHELBAUER, Analet Regina; ARAUJO, José Carlos de Souza (Orgs.). *História da Educação pela Imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.

BISERRA, Ingrid Karla Cruz. *Educação da Primeira República Parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920)*. João Pessoa, 2015, 182 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CARVALHO, João Manoel de. Ruy – a última cidadela do populismo. In: PONTES; MELLO, J. O.. *Poder e política na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1993, p. 31-34.

CASTRO, Oscar Oliveira de. *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1945.

_____. *Ensaio*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHAGAS, Waldecir Ferreira. *Prática política e transformações no cotidiano dos trabalhadores em João Pessoa na década de 1930*. Recife, 1996, 133 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria da Educação*. N. 2, p. 177-229, 1990.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 213-244.

ESPÍRITO, Poli Marcelino. *Contribuição para a higiene escolar no estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1934.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto. *Para compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre imprensa pedagógica na história da educação. In: MALGADI, Ana Maria; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e história da educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

FERREIRA, Antonio Gomes. Modernidade, higiene e controle médico da infância e da escola. In: ALMEIDA (Org.). *Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas: Alínea, 2004, p. 97-111.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009.

_____. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Os anormais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FRANZINI, Fábio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 107-132.

_____. Esporte, cidade e modernidade: São Paulo. In: MELO, Victor Andrade. *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicurí, 2010.

FREITAS, Marcos César de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Marcos César de.; KULMANN JR, Moysés. *Os intelectuais na história da infância*. Bragança Paulista: Cortez, 2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: a Pedagogia crítico-social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. São Paulo: Loyola, 1991.

GUEDES, Viviane Marques. *A enunciação editorial: o procedimento opinativo da imprensa pessoense frente ao embate eleitoral 2004 em João Pessoa*. João Pessoa, 2005, 136 p. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

GONDRA, José. *Artes de civilizar. Medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, Luciano M.; LOPES, Eliane M. T.; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 519 – 550.

_____; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias*. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: UFPB, 1994.

JULIA, Dominique. Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, 2001, p. 9-44.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. *Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)*. João Pessoa, 2010, 232 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

LINHARES, Meily Assbú. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Esporte e escola: astúcias na “energização do caráter” dos brasileiros. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2009.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. *Governamentalidade, biopolítica e inclusão*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João

Pessoa, 2015, 252 p. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

MARIANO, Nayana. Educação, poder e sociedade: o saber médico na Parahyba Imperial. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9, 2012, João Pessoa. Educação, poder e sociedade: o saber médico na Parahyba Imperial. João Pessoa: Editora UFPB, p. 2483 – 2493.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920*. João Pessoa: UFPB, 2010.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça*. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

MARQUES, Walfredo. *A história do futebol parahybano (1908-1968)*. João Pessoa: A União, 1975.

MELLO, José Baptista de. *Evolução do ensino na Paraíba*. João Pessoa: SEC, 1996.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. *A gymnastica ao tempo do império*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza. Do ideal de robustez ao ideal de magreza: educação física, saúde e estética. *Movimento*. Porto Alegre, Outubro/Dezembro, 2009, p. 175-191.

PAIVA, Tamires Farias de. *Noções para persuadir e educar: os discursos médico-higiênicos na formação e ofício do professorado primário (19140-1928)*. Rio de Janeiro, 2013, 212 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETER, Jean-Pierre; REVEL, Jacques. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques. *História – Novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Autores Associados: São Paulo, 2002.

_____. *Um roteiro histórico educacional na cidade de João Pessoa (em texto e imagem)*. João Pessoa: UFPB, 2008.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira, SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. A qualificação de professores para o ensino primário e o plano de carreira na Paraíba estadonovista. In: *IV Encontro Norte/Nordeste de História da Educação*. História da Educação: Imprensa, Impressos e Práticas Educativas. Aracajú: Universidade Tiradentes, 2012.

- PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.
- PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tadorda de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Paraná. *Currículo sem fronteiras*. n. 1, p. 135-158, jan/jun. 2009.
- OLIVEIRA, Marcus Taborda de. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). *Culturas escolares e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, Iranilson Buriti. Pedagogia da saúde: circulação e recepção dos discursos médico-pedagógicos na Parahyba (1919-1945). In: BURITI, Iranilson; RICARTE, Juciene; NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes (Orgs.). *Modos de escrever, formas de escrever*. Campina Grande: RDS, 2013, p. 113-127.
- _____. Limpos e educados: instrução moral e práticas médico-educativas nos manuais de civilidade do segundo império. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Paisagens híbridas*. Fontes e escrituras da história. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 65-98.
- _____. Práticas educativas e sensibilidades médico-pedagógicas: a educação da saúde bucal e das expressões faciais (Parahyba, 1919-1945). In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 9, 2012, João Pessoa. *Práticas educativas e sensibilidades médico-pedagógicas: a educação da saúde bucal e das expressões faciais (Parahyba, 1919-1945)*. João Pessoa: UFPB, p. 2494-2511.
- RIBEIRO, Domingos de Azevedo. *Colégio Nossa Senhora das Neves*. João Pessoa: IPGH, 1976.
- RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa*. João Pessoa, 2009, 162 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.
- RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. João Pessoa: A União, 1994.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- ROQUETTE, J. I.. *Código do bom-tom*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SÁ, Lenilde Duarte. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios*. O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918. Ribeirão Preto, 1999, 291 p. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura*. Campinas: Unicamp, 2001.

SANT'ANNA, Denise Benuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmem Lúcia. *Corpo e história*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 3-24.

SANTOS, Alexandro dos. *Cultura física: o ensino de educação física no Instituto Pedagógico Campinense*. Campina Grande, 2014, 72 p., Monografia (Graduação em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)*. Campina Grande, 2015, 257 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. O poder e as mutações da política na Paraíba pós-1930. In: CAVALCANTE NETO, Faustino T.; GUEDES, Paulo Henrique M. Q.; SANTOS NETO, Martinho Guedes. *Cultura e poder político*. Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana. João Pessoa: UFPB, 2012, p. 85-110.

SILVA, André L. S.. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl (1917-1929)*. Porto Alegre, 2008, 141 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. *Aperfeiçoamento e qualificação do professorado primário (1937-1945): os cursos de formação complementares*. João Pessoa, 2013, 58 p., Monografia (Graduação em Pedagogia), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Vânia Cristina; SOARES JR, Azemar dos Santos. Corpos educados: disciplinarização católica no jornal A Imprensa. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TEOLOGIA E CIÊNCIA DAS RELIGIÕES, 3, 2010, Recife. *Corpos educados: disciplinarização católica no jornal A Imprensa*. Recife: Editora Católica de Pernambuco, p. 30-44.

SOARES, Carmem L. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmem. *Corpo e História*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 109-130.

SOARES, Carmen Lúcia. Estrutura da carne: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Para uma vida não-facista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 62-82.

_____. Pedagogias do corpo: higiene, ginástica, esporte. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 75-86.

SOARES JR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. João Pessoa, 2011, 203 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

_____. “*Espelho, espelho meu existe alguém mais bela do que eu?*”: Beleza feminina estampada nas páginas de *O Cruzeiro* nos anos rebeldes (1960-1969). Guarabira, 2008, 92 p. Monografia (Graduação em História), Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba.

_____. Santuário da Saúde: Corpo e Educação Physica na Paraíba no Início do Século XX. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*. Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2012 Vol. 9 Ano IX nº3 www.revistafenix.pro.br. ISSN 1807-6971.

_____. Corpos robustos: Hygiene e Educação Physica nas escolas da cidade da Parahyba (1913-1924). *Saeculum – Revista de História*; João Pessoa, jan./jun. 2011.

SOUZA, João Paulo Ribeiro de. *Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte (1908-1925)*. Campina Grande, 2014, 171 p. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1870-1976)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. *Revista de História Regional*; Ponta Grossa, v. 11, n. 2, 2006, p. 29-70.

STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STEPHANOU, Maria. Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar. *Educação, Subjetividade & Poder*. Porto Alegre, n. 3, p. 59-66, jan/jun., 1996.

_____. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: BASTOS, Maria Helena; STEPHANOU Maria (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Século XX*. 3. v. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 142-164.

_____. *Saúde pela educação*. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf. Acesso em: 11.out. 2010.

THIELEN, Eduardo Vilela; SANTOS, Ricardo Augusto. Belisário Penna: notas fotobiográficas. *Manguinhos*. Rio de Janeiro, n. 09, p. 387-404, mai/ago., 2002.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n2/a08v9n2.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2015.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultura de corpos*. São Paulo: USP, 2002.

_____. *Educação física na escola para enriquecer a experiência da infância e da juventude*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

_____. “Uma verdadeira revolução dos costumes”: educação de corpos infantis na reforma do ensino de 1906 em Minas Gerais. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; FERNANDES, Rogério; LOPES, Alberto. *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. *Caderno Cedes*. Agosto, 1999, p. 30-44.

_____. Da ortopedia à eficiência dos corpos: a gymnastica e as exigências da ‘vida moderna’ (Minas Gerais, 1906-1930). *Movimento*. Setembro/Dezembro, 2004, p. 77-95.

VASCONCELOS, Edson. *Em terra de leigo quem é higienista é rei: genealogia do olhar médico social na Paraíba*. João Pessoa, 2008, 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: FARIA FILHO, Luciano M.; LOPES, Eliane M. T.; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 399 – 422.

VELOSO, Ricardo Grisi. História de A Imprensa. *Caminhando Juntos*. Páscoa não deve ser só chocolate. João Pessoa, n. 8, p. 5, abr. 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares*. Estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

VIGARELLO, Georges. *História da beleza*. O corpo e a arte de se embelezar, do renascimento aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. O corpo no tempo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2009. Caderno, p. 2-3.

_____. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.